



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

REGIÃO AMAZÔNICA: ESTRUTURA E DINÂMICA
NA ECONOMIA DE RONDÔNIA (1970-2003)

Sinedei de Moura Pereira

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Economia Aplicada – área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Antonio Brandão

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por Sinedei de Moura Pereira em 26/02/2007 e orientado pelo Prof. Dr. Carlos Antonio Brandão

CPG, 26 / 02 / 2007

A handwritten signature in blue ink, which appears to be "Carlos Antonio Brandão", is written over a horizontal line. The signature is stylized and cursive.

Campinas, 2007

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

P414r	Pereira, Sinedei de Moura. Região amazonica : estrutura e dinamica da economia de Rondonia / Sinedei de Moura Pereira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007. Orientador : Carlos Antonio Brandão. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1. Economia – Amazonia. 2. Economia – Rondonia. 3. Desenvolvimento regional - Amazonia. I. Brandão, Carlos Antonio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.
	07-029-BIE

Título em Inglês: The Amazon region : structure and dynamics of Rondonia's economy

Keywords : Economics – Amazon region ; Economics – Rondonia ; Regional development – Amazon region

Área de concentração : Desenvolvimento Economico, Espaço e Meio Ambiente

Titulação : Doutor em Economia aplicada

Banca examinadora : Prof. Dr. Carlos Antonio Brandão
Prof. Dr. Fernando Cesar de Macedo Mota
Prof. Dr. Nilson Araujo de Souza
Prof. Dr. Silvio Rodrigues Persivo Cunha
Prof. Dr. João Vicente Andre

Data da defesa: 26-02-2007

Programa de Pós-Graduação: Economia Aplicada

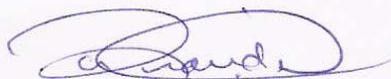
Tese de Doutorado

Aluno: SINEDEI DE MOURA PEREIRA

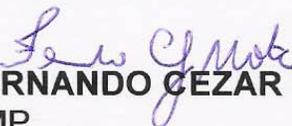
“Região Amazônica: Estrutura e Dinâmica na
Economia de Rondônia (1970-2003) “

Defendida em 26 / 02 / 2007

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. CARLOS ANTONIO BRANDÃO
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. FERNANDO CEZAR DE MACEDO MOTA
IE / UNICAMP



Prof. Dr. NÍLSON ARAÚJO DE SOUZA
Universidade Iberoamericana/SP



Prof. Dr. SÍLVIO RODRÍGUES PERSIVO CUNHA
Universidade Federal de Rondônia



Prof. Dr. JOÃO VICENTE ANDRÉ
Universidade Federal de Rondônia

À Vânia Gondim, companheira, sabedora que
“na luta é que se jura”.

A Wilson Cano, “Um paulista que pensa o
Brasil”, Grande Mestre Unicampiano, que
contumaz propugna a construção de um Projeto
Nacional de Desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Em Campinas: aos colegas e professores do Curso de Doutorado em Economia Aplicada do Instituto de Economia da UNICAMP, na área de Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente.

Em São Paulo: à Inês Tavares e Nilson Araújo de Souza.

Em Porto Velho: Temis Teodora, Teresa Cordeiro, Márcia e Walteir Costa, Ângela e Gilson Medeiros, Max e Santinha, Luiz Fróes, Eliomar, João Vicente, Israel Xavier, Sérgio Rivero, Sílvio Persivo e técnicos rondonienses do INCRA e da SEPLAD.

Em Belém: Wilson Barp e Ana Rosa.

Em Manaus: César Freitas.

Em Campina Grande: Marilda Menezes, Mercia Batista, Fidélia Cassandra, Noaldo Ribeiro, Lamarck Bezerra, José Bezerra, Leiliam Cruz, Jorge Ribbas e docentes da UAECOM/ UFCG.

Um agradecimento muito especial ao Dr. Carlos Antônio Brandão, orientador, que cedo, e ao longo do curso, me apresentou as trilhas para palmilhar as Grandes Veredas deste itinerário acadêmico. Com Brandão a gente aprende que “O Sertão está em toda parte”. Espero não ter ficado muito pelo caminho.

Agradeço a fineza dos professores da UNICAMP Rodolfo Hoffmann e Wilson Cano. O primeiro, por disponibilizar integralmente sua pesquisa realizada sobre a estrutura fundiária de Rondônia. O segundo, por permitir acesso e uso de conjuntos de dados demográficos e de migração, inclusive, de séries ainda não divulgadas, em que pese a vasta obra publicada deste pesquisador.

Teria sido impossível mover-me nesta trajetória acadêmica sem as determinantes forças amorosas de Igor, Naiana, André e Francisco Alves.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ESTRUTURA E DINÂMICA DA ECONOMIA COLONIAL AMAZÔNICA	5
1.1 A recorrente busca dos antecedentes históricos da Economia da Amazônia.	5
1.2 A era da colonização portuguesa	18
1.3 Algumas considerações	33
CAPÍTULO II – ESTRUTURA E DINÂMICA DA ECONOMIA DA BORRACHA	37
2.1 A economia primário-exportadora gomífera da Amazônia	37
2.2 O extrativismo gomífero do Madeira e do Guaporé	62
2.3 Algumas considerações	70
CAPÍTULO III – ESTRUTURA E DINÂMICA DA ECONOMIA DA AMAZONIA: 1940-1970	81
3.1 Um novo insustentável ciclo da borracha da Amazônia	81
3.2 A emergência da economia dos territórios federais do Guaporé e de Rondônia	104
3.3 Algumas considerações	115
CAPÍTULO IV – ESTRUTURA E DINÂMICA DA ECONOMIA AMAZÔNICA E DE RONDÔNIA	119
4.1 Estrutura e dinâmica da economia Amazônica	119
4.2 Estrutura e dinâmica da economia de Rondônia	130
4.2.1 O Programa de colonização agrícola do INCRA em Rondônia	130
4.2.2 Um quadro agrário e agrícola no período 1950-1995	137
4.2.3 A chamada era do Desenvolvimento Sustentável em Rondônia	142
4.2.4 Perfil Socioeconômico de Rondônia	153
4.3. Algumas considerações	161
CONCLUSÃO	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
ANEXOS	187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Exportação de produtos da Amazônia (em toneladas). – 1773-1818	15
Tabela 2	Receitas das exportações da Amazônia (em mil réis). – 1780-1818	15
Tabela 3	Taxas geométricas de crescimento anual das exportações da Amazônia (%). – 1773-1818	15
Tabela 4	Taxas geométricas de crescimento anual das receitas das exportações da Amazônia (%). - 1773-1818	16
Tabela 5	Balança comercial da Amazônia (em mil réis). - 1800-1818	17
Tabela 6	Exportações de Borracha da Amazônia: 1827-1940.	40
Tabela 7	Taxas geométricas de crescimento anual das exportações de borracha da Amazônia: 1827 – 1940 (%).	41
Tabela 8	Indústria da Amazônia, do Brasil e de São Paulo: 1907.	54
Tabela 9	População Ocupada na Amazônia, em São Paulo e no Brasil: 1920 e 1940. (Em milhares de pessoas).	55
Tabela 10	Taxas geométricas de crescimento anual da população: 1827-1900 (%).	57
Tabela 11	População da Amazônia e do Brasil nos anos de 1920 e de 1940.	58
Tabela 12	População das cidades da Amazônia, do Rio de Janeiro e de São Paulo.	61
Tabela 13	Quantum Exportado de Borracha da Amazônia: 1939-1970.	93
Tabela 14	Receita da Exportação de Borracha da Amazônia: 1939-1970.	94
Tabela 15	Taxas geométricas de crescimento real do PIB das Regiões e dos Estados brasileiros: 1939/ 1970 (%).	95
Tabela 16	Alguns Indicadores da Estrutura e da Dinâmica Econômica da Amazônia: 1940-1970.	98
Tabela 17	População Residente da Amazônia e do Brasil: 1940-1970.	100
Tabela 18	Taxas geométricas de crescimento anual da População Residente da Amazônia e do Brasil (%): 1940 – 1970.	102
Tabela 19	Produção de Borracha no Território Federal do Guaporé/ Rondônia, no período 1947/68.	108
Tabela 20	Produção de Cassiterita de Rondônia, do Amapá, do Norte e do Brasil: 1959/1966.	110
Tabela 21	Guaporé e Rondônia. Estrutura Produtiva Industrial: 1949-1970.	112
Tabela 22	Guaporé e Rondônia. Taxas geométricas de crescimento anual da produção industrial: 1949-1970 (%).	113
Tabela 23	Exportações de Borracha da Amazônia: 1970-1986.	120
Tabela 24	Quantidade de borracha produzida, em toneladas, no Brasil, regiões geográficas e estados.	121
Tabela 25	Área plantada, em hectares, no Brasil, regiões geográficas e estados.	122
Tabela 26	Taxas geométricas de crescimento anual do PIB das Regiões do Brasil: 1970-2003 (%).	123

Tabela 27	População residente do Brasil, Região Norte e as Unidades Federadas Nortistas: 1970 -2000.	126
Tabela 28	Taxas geométricas de crescimento anual da população residente do Brasil, Região Norte e Unidades Federadas Nortistas (%): 1970-2000.	127
Tabela 29	Região Norte. Saldo Migratório: 1950-1980/90.	128
Tabela 30	Balança Comercial da Região Norte no período 1991-2000 (U\$ 1.000 FOB)	129
Tabela 31	Índice de Gini para Estados da Região Norte no período 2001-2005	130
Tabela 32	Rondônia, Programa de Colonização Oficial do Incra - 1983.	132
Tabela 33	Rondônia, Distribuição Fundiária do Território do Estado, em 1999.	134
Tabela 34	Rondônia, Colonização Oficial e Reforma Agrária do INCRA, no período 1970/99.	135
Tabela 35	Rondônia, Ação Fundiária do INCRA no período 1964/84.	135
Tabela 36	Rondônia, Ação Fundiária do INCRA no período 1985/94.	136
Tabela 37	Taxas geométricas anuais (% ao ano) de variação dos estabelecimentos e das áreas agropecuárias segundo grupos de área total do Guaporé e Rondônia – 1950 a 1955	138
Tabela 38	Rondônia. Valor da Produção Agropecuária, segundo os sub-setores e seus respectivos grupos, no período 1970-1995/96.	139
Tabela 39	Rondônia. Crescimento do valor da produção agropecuária, no período 1970/1995 (% a.a.).	141
Tabela 40	Plano de Financiamento do PLANAFLORO (US\$ milhão)	145
Tabela 41	Rondônia. Investimentos programados e realizados pelo PLANFLORO, período 1993-2002.	146
Tabela 42	Investimento agregado realizado pelo PLANAFLORO, segundo origem e aplicação dos recursos, no período 1993-2001.	148
Tabela 43	Evolução da receita total do PLANAFLORO e do Governo do Estado de Rondônia (em valores correntes), no período 1994-2001.	149
Tabela 44	Evolução da despesa total do PLANAFLORO e do Governo do Estado de Rondônia (em valores correntes), no período 1994-2001.	150
Tabela 45	Evolução do número de estabelecimentos por setor de atividade em Rondônia, no período de 1970-1995	154
Tabela 46	Balança Comercial de Rondônia no período 1993-2004 (U\$ 1.000 FOB)	159
Tabela 47	Taxas geométricas de crescimento anual do PIB das Unidades Federadas da Região Norte: 1970-1885 (%)	163
Tabela 48	Taxas geométricas de crescimento anual do PIB das Unidades Federadas da Região Norte: 1985-2003 (%)	167

LISTA DE SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial
CT	Projeto de Cooperação Técnica
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIERO	Federação das Indústrias do Estado de Rondônia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERON	Instituto de Terras de Rondônia
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PA	Projeto de Assentamento
PAD'S	Projetos de Assentamentos Dirigidos
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PIB	Produto Interno Bruto
PIC'S	Projetos Integrados de Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
PLANAFLORO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA	Programa de pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento de Rondônia
SEAPES	Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social de Rondônia
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SEDAM	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação de Rondônia
SEPLAD	Secretaria de Estado do Planejamento, Coordenação Geral e Administração do Governo de Rondônia
SESAU	Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

LISTA DE ANEXOS

MAPA 1	Mapa do Estado de Rondônia e os seus 52 municípios.	189
MAPA 2	Mapa do Estado de Rondônia e as suas malhas viárias	190
Gráfico 1	Área distribuída por tipo de projeto em Rondônia de 1972 a 1992	191
Gráfico 2	Evolução do número de migrantes segundo estado de procedência 1980/87	192
Gráfico 3	Evolução do numero de migrantes segundo região de procedência 1980/87	193
Gráfico 4	Evolução da produção: culturas permanentes e temporárias 1976-1982	194
Gráfico 5	Evolução da produção: culturas permanentes, temporárias e pastagens 1976-1982	195
Anexo 1	Guaporé e Rondônia. Estabelecimentos, área ocupada e área média, segundo grupos de área total, em 1950, 1960 e 1970.	196
Anexo 2	Guaporé e Rondônia. Taxas geométricas de crescimento anual dos estabelecimentos e das áreas agropecuárias (1950-70) (%).	196
Anexo 3	Rondônia. Estabelecimentos, área ocupada e área média, segundo grupos de área total, em 1975, 1980 e 1985.	197
Anexo 4	Rondônia, Taxas geométricas de crescimento anual dos estabelecimentos e das áreas agropecuárias (1970-1885) (%).	197
Anexo 5	Rondônia. Estabelecimentos, área ocupada e área média, segundo grupos de área total, em 1985 e 1995.	198
Anexo 6	Rondônia, Taxas geométricas de crescimento anual dos estabelecimentos e das áreas agropecuárias (1985-95) (%).	198
Anexo 7	Guaporé e Rondônia. Número e área dos estabelecimentos, segundo a condição do produtor, em 1950,1960 e 1970.	199
Anexo 8	Guaporé e Rondônia. Taxas geométricas anuais (% ao ano) de variação do número e área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição do produtor, no período 1950/70.	199
Anexo 9	Rondônia, Número e área dos estabelecimentos, segundo a condição do produtor, em 1975,1980 e 1985.	199
Anexo 10	Rondônia, Taxas geométricas anuais (% ao ano) de variação do número e área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição do produtor, no período 1970/85.	200
Anexo 11	Rondônia, Número e área dos estabelecimentos, segundo a condição do produtor, em 1985 e 1995.	200
Anexo 12	Rondônia, Taxas geométricas anuais (% ao ano) de variação do número e área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição do produtor, no período 1985/95.	200
Anexo 13	Guaporé e Rondônia. Pessoal Ocupado segundo condição do produtor (%).	201
Anexo 14	Guaporé e Rondônia. Taxas geométricas anuais (% ao ano) de variação do Pessoal Ocupado nos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição do produtor, no período 1950/70.	201
Anexo 15	Rondônia, Pessoal Ocupado segundo condição do produtor (%).	201

Anexo 16	Rondônia, Taxas geométricas anuais (% ao ano) de variação do Pessoal Ocupado nos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição do produtor, no período 1970/95.	202
Anexo 17	Guaporé e Rondônia. Utilização da terra no período 1950/70.	202
Anexo 18	Rondônia. Utilização da terra no período 1975/95.	203
Anexo 19	Rondônia, Taxas geométricas de crescimento anual do uso das terras no período 1970 – 1995.	203
Anexo 20	Guaporé e Rondônia. Taxas geométricas de crescimento (% a.a.) das áreas segundo o tamanho das explorações, 1950/70 e 1970/85.	204
Anexo 21	Rondônia, Taxas geométricas de crescimento (% a.a.) das áreas segundo o tamanho das explorações, 1985-1995.	204
Anexo 22	Rondônia, Valor da Produção Agropecuária, segundo os subsetores e seus respectivos grupos, no período 1970-1995/96.	205
Anexo 23	Valor da produção agropecuária de Rondônia de 1970 a 1995.	206
Anexo 24	Guaporé e Rondônia. Índice da concentração da posse da terra e porcentagens da área total correspondentes aos estabelecimentos agropecuários abaixo da mediana (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+).	206
Anexo 25	Distribuição da posse da terra nas Unidades da Federação de acordo com o Censo Agropecuário de 1985: número de estabelecimentos agropecuários, área total, área média e área mediana.	207
Anexo 26	Desigualdade da distribuição da posse da terra nas Unidades da Federação de acordo com o Censo Agropecuário de 1985: índice de Gini e porcentagens da área total correspondente aos estabelecimentos abaixo da mediana (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+).	208
Anexo 27	Distribuição da terra entre os imóveis rurais nas Unidades da Federação de acordo com o recadastramento de 1992: número de imóveis com declaração de área, área total, área média e área mediana.	209
Anexo 28	Desigualdade da distribuição da terra entre os imóveis rurais nas Unidades da Federação de acordo com o recadastramento de 1992: índice de Gini e porcentagens da área total correspondente aos imóveis abaixo da mediana (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+).	210

RESUMO

O objetivo deste trabalho é examinar a estrutura e dinâmica na economia de Rondônia no período 1970-2005. Nele são analisadas a natureza e a trajetória do desenvolvimento de Rondônia, incorporando como eixo analítico uma discussão sobre o seu processo histórico de crescimento econômico. Nessa periodização há uma conformação de dois subperíodos: o período da colonização agrícola e o período do chamado desenvolvimento sustentável. Em linhas gerais, a tese apresenta os antecedentes históricos do desenvolvimento amazônico e o desdobramento desse processo em Rondônia até o presente milênio. Ao final, aponta sugestões para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional para a Amazônia e para Rondônia.

Palavras – chave: Economia Amazônica; Estrutura e Dinâmica de Rondônia; Desenvolvimento Regional da Amazônia.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the structure and dynamics of the economy in the State of Rondonia in the period 1970 – 2005. We analyze the nature and trajectory of the development in Rondonia, taking as an analytical focus its historical process of economic growth. In this period, there are two sub-periods: the agriculture colonization and the sustainable development. In general terms, the thesis presents the historical background of Amazonia Development and the transformations of this process up to the present time in Rondonia. In the end, we appoint some suggestions to the formulation of public policies of regional development for Amazonia and Rondonia.

Key words: Amazonian Economy; Structure and Dynamics of Rondonia; Regional Development of the Amazonia Region.

INTRODUÇÃO

O Território Federal de Rondônia consistia numa área que apresentava uma baixa densidade demográfica, e apenas contava com os municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim em 1970. As taxas de crescimento populacional total destes dois municípios eram cerca de 4,7% e 2.5% a.a., respectivamente, nas décadas de 1970/80.

Havia no Estado de Rondônia, em 1983, um crescente e expressivo fluxo migratório imigrante e um aumento da densidade demográfica, em função de emergentes municípios que margeavam a BR-364, como Cacoal, Ouro Preto e Ji-Paraná, que já eram resultado da criação de projetos de colonização agrícola do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Rondônia deixara a condição de Território Federal para ser elevado à categoria de Estado, desde 1981. E se encontrava em processo de construção e organização da sua estrutura governamental: as secretarias estaduais elaboravam planos e programas de trabalho; havia um plano de urbanização com execução em andamento; processo de criação de novos municípios; e estruturação do poder legislativo estadual. Ademais, a partir de 1981, o Estado contava com o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), um programa especial público financiado pelo Banco Mundial.

Na primeira metade dos anos 1980, uma questão recorrente que se colocava por pesquisadores e planejadores era o que realmente significava o processo de colonização agrícola em andamento para o Estado de Rondônia. Esta era a problemática do desenvolvimento sócio-econômico d Estado.

Nos anos 1990, é elaborado um novo programa de desenvolvimento para Rondônia, o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) que, em linhas gerais, consistia numa tentativa de combinar um plano agropecuário e um outro florestal. O diagnóstico apresentado por órgãos governamentais e não governamentais neste programa afirmava que o POLONOROESTE consistiu num programa de desenvolvimento regional que resultou num rotundo salto negativo: “despejou 500 mil migrantes em Rondônia em apenas 5 anos, sem orientação ou assistência. A maioria vinha do sul do país, trazendo práticas agrícolas inadequadas para a realidade amazônica. O desconhecimento do solo e do clima, a falta de planejamento e de apoio levaram ao fracasso do programa, que gerou problemas sociais e destruição ambiental”.

A solução de todos estes problemas herdados passou a ser depositada na implementação do PLANAFLORO, um programa concebido no marco do desenvolvimento sustentável, que se

materializaria no planejamento ótimo dos recursos naturais e, portanto, em última análise, se traduziria em uma nova era de sustentabilidade e de bem-estar para a sociedade rondoniense.

A pergunta que norteia esta investigação é assim sintetizada: qual o papel do Estado no processo de desenvolvimento sócio-econômico de Rondônia, numa periodização que envolve o momento da colonização agrícola e o momento em que parece ocorrer uma transição para uma via de desenvolvimento sustentável?

Com base nesta problemática, as hipóteses básicas deste estudo são:

a) a política de colonização agrícola de Rondônia consiste num instrumento para ampliação do povoamento e das atividades econômicas, e que reserva ao campesinato o papel de suporte da estratégia de desenvolvimento;

b) a estratégia de desenvolvimento em Rondônia, baseada na agropecuária, não conseguiu se consolidar devido à crise fiscal do Estado.

O objetivo geral desta tese é analisar a estrutura e dinâmica da economia de Rondônia. Para tanto, são investigadas a natureza e trajetória do desenvolvimento sócio-econômico de Rondônia, incorporando como eixo analítico uma discussão sobre o seu processo de crescimento econômico.

Na periodização proposta há, portanto, a conformação de dois subperíodos: o da colonização agrícola e o período do chamado desenvolvimento sustentável. Entretanto, a presente investigação busca a perspectiva histórica para a compreensão da estrutura e dinâmica da economia da Amazônia e de Rondônia.

O procedimento metodológico básico adotado consiste na tentativa de balancear uma revisão bibliográfica e dados quantitativos sobre a estrutura produtiva e as condições históricas nos períodos analisados.

Em 2005, foram realizadas algumas entrevistas no eixo da BR-364 rondoniense e em Porto Velho, bem como levantamentos de dados em instituições locais (por exemplo, na UNIR, SEPLAD e INCRA), no sentido de “sentir a região” e atualizar conhecimentos sobre a realidade da economia de Rondônia.

No primeiro capítulo, é demonstrada a gênese da formação territorial e da economia da Amazônia e das raízes de “Rondônia”, durante a colonização portuguesa. Os dados quantitativos são escassos neste período. É utilizada a série estatística original elaborada por Manuel Barata, disponível, em São Paulo, no Museu do Ipiranga.

No segundo, é discutida a economia primário-exportadora gomífera da Amazônia e demonstrado que a referida economia, no período de meio século de produção extrativa,

apresentou significativo crescimento e gerou um campo de acumulação de capital, bem como uma magnitude de riqueza material, que não deixa dúvida acerca de sua relevância histórica, tanto para a economia regional amazônica quanto para a própria economia nacional.

No terceiro, a tentativa é responder algumas questões: o que fazer com o extrativismo vegetal de látex? O que a elite econômica amazônica poderia apresentar como alternativa econômica ao extrativismo da borracha? Que alternativas poderiam ser engendradas no espaço territorial da economia da Amazônia? Qual o seu espaço na divisão do trabalho regional brasileiro?

No quarto, são examinadas as principais características da estrutura e dinâmica da economia da Amazônia e de Rondônia, através de tópicos tais como: a recente estrutura e dinâmica da economia gomífera amazônica; crescimento econômico regional; demografia regional; comércio exterior regional; o programa de colonização agrícola do INCRA em Rondônia; um quadro agrário e agrícola de Rondônia; e o PLANAFLORO no chamado período de desenvolvimento sustentável.

Ao final, são apresentadas sugestões para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional para a Amazônia, para Rondônia e apontadas algumas recomendações para subsidiar políticas locais.

CAPÍTULO I – ESTRUTURA E DINÂMICA DA ECONOMIA COLONIAL AMAZÔNICA

1.1 - A RECORRENTE BUSCA DOS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ECONOMIA DA AMAZÔNIA

Iniciando o itinerário acerca do processo histórico de nosso objeto de estudo, lembramos aqui que a Amazônia é uma região conhecida desde os primórdios da colonização européia na América, pois o feito da descoberta da foz do Amazonas em janeiro de 1500 é realizado por um navegador espanhol.

Como é sabido, o mundo encontrava-se partilhado entre Espanha e Portugal, determinado pelo marco jurídico do Tratado de Tordesilhas (1494), cujos reinos constituíam as potências emergentes comerciais que disputavam a hegemonia econômica no espaço europeu no século XVI e parte do século XVII. A forma de lograr êxito vigente era a conquista de domínios comerciais e coloniais, extrair suas riquezas, monopolizar o comércio internacional de especiarias, e elevar o nível da riqueza mercantil através de uma relação comercial assimétrica entre metrópole e colônia.

Com o escopo de elevar a acumulação da riqueza mercantil e, também, fortalecer o poderio da Espanha, é que foi concebida a viagem de Vicente Yáñez Pizón, capitão da caravela Nina e coadjuvante no descobrimento do Novo Mundo por Cristóvão Colombo.

A viagem é autorizada pelos Reis Católicos e o supra navegador parte do porto de Palos em dezembro de 1499, tendo chegado à costa do Brasil em janeiro de 1500. Navegou umas seiscentas léguas ao longo da costa em direção noroeste e descobriu o rio Amazonas (“Marañón”). É uma viagem que se traduz em um fracasso econômico retumbante, mas, sob o ponto de vista geográfico, significa que ele foi o primeiro navegador europeu a cruzar a linha do equador e registrar o conhecimento do Brasil e da Amazônia.¹

Outras duas expedições espanholas partiram do Peru na tentativa de ocupação da Amazônia: a de Francisco Orelana (1539), em busca do “país da canela”, que é em grande parte destruída pelo Amazonas; e a de Pedro de Ursua (1559), ou dos “maronones”, que, por conflito interno liderado por Lope d’Aguirre, este guerreiro rebela-se contra a casa reinante espanhola e isso vai culminar num espetáculo de sangue que tinge as águas do Solimões.

¹ Ver Ribeiro, 1983:48.

Assim, ao que nos parece, a ausência de indícios de riqueza imediata, que pudesse ser passível de uma apropriação por parte da empresa comercial espanhola - seja sob forma de metal precioso ou especiarias nativas -, bem como os gastos oficiais incorridos com as expedições à conta apenas de prejuízos e, portanto, a falta de perspectiva de retorno para os lucros de comércio, faz a Espanha desistir de uma efetiva ocupação da Bacia do Amazonas, que lhe pertencia de direito.

A experiência dessas entradas realizadas pelos espanhóis mostrava que um projeto imediato de colonização da Amazônia era algo que significava desperdício de recursos, não atraía o interesse dos seus comerciantes e que, portanto, não se encontrava entre as prioridades da política mercantil do reino de Espanha, nesse período.

Na verdade, o processo inicial de colonização européia na América faz parte de um amplo e complexo processo histórico, cujo papel essencial da colônia é o de ser instrumento de acumulação primitiva de capital, fonte de riqueza a ser explorada e apropriada pelo capital mercantil colonizador, seja português ou espanhol.²

A colonização portuguesa americana enceta-se somente a partir de 1530, pesando a decisão política de povoar para preservar a posse, em face da iminente perda do domínio para os espanhóis, franceses, holandeses e ingleses, através de concessão de privilégios e latifúndios a donatários de capitanias que explorassem a agricultura.³

Daí organiza-se a produção açucareira no Nordeste voltada para suprir o mercado consumidor europeu e assim segue a colonização dos portugueses no século XVI.

Quando Portugal passa para o jugo espanhol a partir de 1580 (permanecendo nessa condição até 1640) caracteriza-se assim um estado de inexistência de fronteiras nas terras americanas dominadas por estes colonizadores europeus.

A disputa pelo domínio da Amazônia entre holandeses, ingleses e franceses constitui a motivação política para o início da ocupação portuguesa, fundando o povoado de Santa Maria de Belém, em 1616, num momento em que este território e toda a Colônia constituía um domínio da Espanha. Neste mesmo ano, os portugueses e espanhóis expulsam do vale amazônico todos os seus inimigos.⁴

No ano de 1622 é criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, que é totalmente desvinculado do Estado do Brasil e dividido em seis capitanias.

² Novais (1981: 66/67, 69).

³ Karavaev (1987:25).

⁴ Prado Júnior (1970:69).

A agricultura é então ensaiada como suporte da exploração econômica colonizadora, ao se tentar estabelecer aí a lavoura de cana-de-açúcar. Entretanto, condições naturais desfavoráveis, baixo nível de domínio sobre a natureza amazônica e estágio incipiente da própria colonização constituem-se em obstáculos ao seu desenvolvimento. Ademais, a produção açucareira exigia investimentos iniciais e o capital era algo escasso na região por essa época.

Durante todo o século XVI e, também, na maior parte do primeiro quartel do século XVII, a Amazônia estivera livre da presença do colonizador europeu. É tão somente na segunda metade do século XVII que vai se dar início ao processo de exploração econômica, dando origem aos “ciclos agrícolas” amazônicos ou também chamados de “ciclos de exploração ligados ao extrativismo vegetal”.⁵

A Amazônia, enquadrando-se no sistema colonial português, não foge à regra e monta um aparato produtivo a fim de produzir para o mercado, como meio de contribuir para a reversão da depressão; que atingia a economia portuguesa (e toda a Europa) nesse período, mas, fundamentalmente, para cumprir seu papel de alavanca estimuladora da acumulação mercantil metropolitana e da própria economia européia.⁶

A Amazônia, com sua parcela de produção de riqueza, constituir-se-á, assim, num instrumento efetivo para acelerar a acumulação primitiva de capital, num momento de desenvolvimento da produção mercantil européia.

A produção é organizada por missionários e colonos à base de trabalho compulsório do nativo. É também território no qual predomina o trabalho escravo indígena e cuja atividade econômica consiste na extração de produtos da floresta conhecidos como especiarias ou “drogas do sertão” – cacau, cravo, canela, salsaparrilha, baunilha, copaíba -, que passam a ser comercializados no mercado metropolitano.

Nessa época, a Amazônia era um território ocupado por missionários (jesuítas, carmelitas, mercedários capuchos de Santo Antônio e outros) que dominavam na extensão do Amazonas cerca de sessenta aldeias de índios mansos e população por volta de cinquenta mil índios. Era uma área na qual não adentravam colonos e nem oficiais, conformando, assim, uma região puramente indígena sob direção missionada.

A supremacia missionária decorria, além da pequena presença de colonos, do recurso ao “descimento” como método de escravização indígena e, ainda, por ser a missão o centro de

⁵ Pandulfo, 1994: 45/46.

⁶ Ver análise da estrutura econômica colonial em Novais (1981: 106/107).

criação do *tapuio*, isto é, do índio despossuído de sua identidade étnica e principal fornecedor de mão-de-obra amazônica.

O engajamento de colonos no aprisionamento de índios no alto e baixo Amazonas, por volta de 1640, abre um comércio escravista indígena de âmbito restrito, na medida em que seus ganhos internam-se apenas na economia da Amazônia. Isso era bem diferente do que ocorria com o comércio de escravos africanos: era integrado ao sistema colonial português, sendo os lucros dos mercadores portugueses carreados para a Europa e, assim, também contribuía para impulsionar a acumulação mercantil na metrópole portuguesa.

Ao longo do processo de constituição da economia amazônica missionária, vão-se conformando uma série de processos correlatos: a) constituição de uma economia primária extrativa/agrícola exportadora de produtos tropicais para o mercado metropolitano europeu e relativo crescimento do produto exportado; b) rarefação da mão-de-obra indígena decorrente de vários fatores: vitimado por maus-tratos, trabalho avassalador ou doenças, como a febre de sarampo (1748 e 1749) e, ainda, em razão de fugas para o interior da floresta; c) destribalização e geração do *tapuio*⁷; d) incorporação de territórios amazônicos ao domínio português; e) e, por fim, a ascensão econômica e política dos missionários em relação aos colonos, particularmente os missionários jesuítas. Isso porque, no plano econômico, o grupo social jesuítico detinha a maior capacidade na organização produtiva para exportação de produtos tropicais amazônicos, e, assim, monopolizava a produção e comércio dos produtos extrativos, apropriando-se integralmente do excedente gerado pelo trabalho compulsório indígena, já que nem os tributos eram recolhidos pelo Estado colonial português.⁸

Dentre os produtos da economia da Amazônia originários da floresta e exportados, o cacau vai cada vez mais se firmando como o de maior demanda no mercado metropolitano: exportava-se 28,2 mil arrobas de cacau, em 1730, e passa-se para 58,9 mil arrobas, em 1740, o que representava 90% do valor total exportado da Amazônia. No entanto, logo em seguida as exportações voltam a cair entre 1750 e 1754.

A queda das exportações de cacau implicou o reforço oficial português na região amazônica (também maranhense), que aparece sob a forma de criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), proporcionando maior intercâmbio com o mercado metropolitano e introduzindo o tráfico escravo na Amazônia e no Maranhão.

⁷ Índio despossuído de sua identidade étnica.

⁸ Santos (1980:17); Moreira Neto (1988:24).

A essa altura, terceiro quartel do século XVIII, Portugal tentava reverter o atraso econômico em função da tutela inglesa, reestruturando sua política mercantilista e formulando as grandes linhas para a consolidação das fronteiras na colônia brasileira.

Daí criam-se companhias com o monopólio do comércio e do transporte, com a função de reforçar a reserva de mercado para os mercadores lusitanos e dinamizar o comércio metropolitano, no bojo da política mercantilista; daí são construídas fortificações por todo o território colonial para a defesa e afirmação do domínio português. E isso foi sendo desencadeado durante o governo mercantilista de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal.

A expulsão dos jesuítas em todas as regiões da colônia brasileira (1759), consequência da luta travada por Pombal, foi o modo de abolir o poder missionário na América portuguesa e evitar o risco de perda efetiva de parcela significativa do domínio territorial português, segundo Prado Júnior.

Assim, a desorganização do sistema jesuítico desembocou num estado de letargia na economia da Amazônia, segundo Furtado. Para Roberto Santos, “Não há ainda como avaliar até que ponto essa organização (companhia pombalina) seria superior à dos missionários”.

Como os jesuítas não pagavam dízimos dos produtos nem os direitos de entrada na alfândega da metrópole portuguesa, não era possível saber com exatidão o volume das transações que efetuavam. Mas, a proporção de riqueza material à disposição da empresa comercial jesuítica era muito inferior ao que sempre fora atribuído pelos seus inimigos (colonos que tinham interesse em monopolizar a preação de índios e, assim, exclusivamente, tornarem-se apropriadores do resultado do trabalho compulsório indígena na região).

Simonsen apresenta o dado de que o valor da exportação das aldeias jesuíticas não chegava a £ 10 mil anuais e, no ano de 1757, o montante não atingia £ 5 mil. E que Mendonça Furtado estimava a exportação de cacau pelos missionários em torno de 6 mil arrobas/ano.⁹

Outra comparação entre a Companhia e a empresa comercial jesuítica pode ser feita com base no fato de que a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi formada com um capital de um milhão e duzentos mil cruzados, cerca de cento e trinta mil libras, que era um empreendimento dezenas de vezes superior ao que fora imaginado pelos comerciantes da região de São Luís.

Por outro lado, também parece não restar dúvida de que o sistema econômico jesuítico não mais se enquadrava no esquema delineado e em execução por Pombal e, por isso, foi

⁹ Simonsen, 1962: 342.

demolido para proceder à promoção de um grupo social local exportador, formado por colonos, empenhados na expansão da atividade econômica da Amazônia e na aceleração da acumulação do capital mercantil metropolitano.

A Amazônia era um espaço potencial de riqueza extraída da floresta e Portugal tinha um grande interesse em ampliar sua produção para exportação. Para tanto, fazia-se necessário que a política pombalina se expressasse em ações concretas a fim de tanto preservar o domínio territorial amazônico conquistado, quanto para ampliar a oferta voltada para exportação e, por consequência, realizar o seu intento maior: a transferência de excedente econômico para a burguesia comercial metropolitana.

Por isso é que na era pombalina a agricultura é incentivada como atividade complementar à economia do extrativismo cacaueteiro (e também cacaueteiro de plantio), introduzindo-se alguns cultivos como o café, o algodão, o tabaco e o arroz. Criam-se também pesqueiros reais no Solimões e a pecuária é também incentivada no vale do rio Branco.

Nessa época também o arroz silvestre (vermelho) da Amazônia é deslocado pela introdução do arroz branco Carolina (1772).

Todo esse esforço da política econômica de Pombal para a Amazônia centrava-se na estratégia de ampliação da produção por meio de uma elevação na diversificação produtiva, cuja pretensão era, naturalmente, expressar-se em uma maior oferta de produtos tropicais de exportação.

A administração pombalina também busca reformar o papel da mão-de-obra indígena nos quadros do sistema colonial a fim de melhor adequá-la ao esquema delineado: a) promove a abolição formal da escravidão indígena, que era uma decorrência da legislação colonial de 1757. Mas é claro que a escravidão indígena permanece sendo o método de exploração empregado por colonos e pelo próprio Estado; b) promove a transformação das aldeias em vilas, ao criar o regime do Diretório de índios, substituindo, assim, a tutela missionária pela do Estado e que se representa na nomeação de um funcionário secular, o qual passa a receber o produto de um sexto da mão-de-obra na repartição dos índios tutelados.

O Diretório deveria cumprir, essencialmente, a função de incorporar os índios das missões no esforço de consolidação do domínio colonial português e, eventualmente, os índios tribais. Daí intensifica-se o recrutamento da mão-de-obra indígena para as atividades econômicas extrativas dos colonos e para empreendimentos mercantis e obras públicas promovidas pelo Estado.

Durante a vigência da Companhia pombalina o cacau segue como o produto dominante na pauta de exportação, representando, em média, 61% das exportações da economia da Amazônia

para a metrópole portuguesa. Em seguida, vinham o café e o cravo, em torno de 10% e 11% do valor total exportado, segundo Roberto Santos.

Algumas indagações teóricas que parecem pertinentes ao entendimento dessa economia da Amazônia: será que essa economia efetiva-se como um instrumento da acumulação primitiva? Como isso se concretiza? Qual a lógica subjacente ao movimento dessa economia? As respostas a essas indagações podem ser dadas a partir da análise da sua estrutura econômica e dinâmica, conforme teorizadas por Paul Singer (1977) e/ou Fernando Novais (1998), cuja característica fundamental é a não existência de ciclo econômico próprio. Daí, a economia da Amazônia define-se como uma economia dependente, na medida em que a produção principal orienta-se para a exportação de produtos tropicais extrativos/agrícolas para o mercado metropolitano. Assim, toda a dinâmica do seu setor exportador encontra-se determinada pelo influxo externo, isto é, por aquele mercado.

Por outro lado, existe, também, o setor de subsistência, com baixo grau de divisão do trabalho, vinculado e dependente do primeiro, que produz alguns produtos de subsistência para atender o consumo de ambos os setores, naquilo que não conseguem importar da metrópole.

Em outras palavras, nessa época, a Amazônia e Portugal conformavam um sistema econômico, cujas relações eram, necessariamente, assimétricas nas transações produtivas (exportação e importação de produtos e de capital), pois todo o sentido da dinâmica da economia amazônica era voltado sempre para satisfazer a produção de excedente econômico para a metrópole. Ou seja, todo o processo de acumulação de capital gerado na economia da Amazônia devia, em última análise, gerar exportações e superávits comerciais e, assim, produzir excedente e carrear lucros para a economia metropolitana.

Assim, a economia da Amazônia nunca dispunha de autonomia para estabelecer seu processo de crescimento econômico, já que residia na demanda metropolitana a força geradora de seu movimento de ascensão, de estagnação ou de depressão, e jamais em sua própria força interna, em sua oferta ou também demanda. Era, portanto, a demanda metropolitana que determinava o movimento da economia da Amazônia, seu ritmo e nível de crescimento e, por conseqüência, seu ciclo econômico não endógeno. Portanto, determinava, assim, que a transferência do excedente econômico da economia da Amazônia para a metrópole sempre fosse, em última análise, uma forma de atender aos desígnios do processo de acumulação do capital mercantil.

Parece claro que o aumento da demanda do mercado metropolitano para os produtos tropicais amazônicos e a conseqüente elevação das exportações físicas e em valores vão

caracterizar um momento de expansão do ciclo econômico, expresso em prosperidade da economia da Amazônia. O reverso, um momento de baixa no ciclo econômico da atividade exportadora, momento de desalento e de crise, que se traduz em uma estagnação, recessão ou até mesmo em uma depressão.

Portanto, a renda gerada pelas exportações da economia da Amazônia dividia-se em três parcelas principais: a) grande parte era apropriada pelos mercadores metropolitanos em função do monopólio do comércio e do transporte. Além disso, também pelo monopólio na exportação de manufaturados para a Amazônia, cuja produção era proibida em todas as regiões da colônia; b) outra parte era apropriada pelo Estado Colonial, via tributação; c) uma pequena fração da renda era retida pelos colonos para manutenção da atividade exportadora ou expansão das unidades produtivas extrativas/agrícolas e, ainda, para o consumo importado de manufaturas metropolitanas.

Esse processo econômico todo significa, em última análise, que o excedente econômico gerado pelo trabalho escravo indígena da Amazônia era transferido em sua maior parte para os mercadores metropolitanos, sob a forma de exportações líquidas e lucro comercial, cumprindo com a função de estimular a acumulação primitiva do capital mercantil, não existindo, assim, qualquer possibilidade de acumulação endógena na economia da Amazônia, nesse período.

No último quartel do século XVIII, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão é extinta (5/1/1778) e, depois, a Companhia de Pernambuco e Paraíba (21/4/1780), encerrando-se, assim, a etapa do monopólio do comércio reservado apenas para a burguesia comercial metropolitana portuguesa, mas passando, a partir daí, para a burguesia em seu conjunto, ao mesmo tempo em que coincide com o início da crise do sistema colonial português e de todo o Antigo Regime, segundo análise do historiador Novais (1981).

Nessa época, ocorre o desencadear da Revolução Industrial na Inglaterra, o que consolida o modo de produção capitalista. Inovações como a invenção da máquina a vapor, o tear mecânico, ou máquina que separava mecanicamente a pluma da semente de algodão, tornando esta operação simples, tudo isso alterava profundamente as vigentes condições materiais de produção e, em última análise, se traduz na incorporação do progresso técnico como método apropriado de acumulação e no aumento da produtividade do trabalho e redução dos preços das manufaturas. A Inglaterra requer, em contrapartida, o alargamento do mercado consumidor composto por toda a sociedade do ultramar, o que implica a generalização de relações mercantis

e, ao mesmo tempo, compromete e instala a crise no sistema colonial português e em todo o chamado Antigo Regime.¹⁰

Ao tempo em que o sistema colonial entra em crise e desenvolve-se o capital industrial na Inglaterra, a economia da Amazônia apresentará sinais concretos de relativa expansão e prosperidade mercantil.

A essa altura, fins do século XVIII e início do seguinte, ocorre um violento processo de extermínio indígena, de descimentos para os centros regionais amazônicos e tratamento do índio como puro escravo.¹¹ Isso, certamente, deve ter contribuído para a expansão das exportações, baseado no aumento do recrutamento e, sobretudo, na elevação do grau de exploração da mão-de-obra indígena.

Basta atentar para o fato de que, no final do século XVIII, vários grupos indígenas haviam desaparecido, num extermínio de cerca de cento e cinquenta tribos da Amazônia.

Convém sublinhar que, segundo o antropólogo Darcy Ribeiro (1995), “A partir da carta régia de 1570, em que d. Sebastião autorizava o apresamento de índios em guerras justas, a uma lei de alforria se seguia outra, autorizando o cativo através de procedimentos paralegais como os leilões oficiais para venda de índios, as taxas cobradas por índio vendido como escravo, as ordens reais para preia e venda de lotes de índios para custear obras públicas e até para construir igrejas, como ocorreu com a catedral de São Luís do Maranhão. A rigor, apesar da copiosíssima legislação garantidora da liberdade dos índios, se pode afirmar que o único requisito indispensável para que o índio fosse escravizado era ser, ainda, um índio livre. Mesmo os já incorporados à vida colonial – como ocorreu com os recolhidos às missões – inúmeras vezes foram assaltados e açoitados” (Ribeiro, 1995: 99).

Quando a família real transfere-se para o Brasil, em 1808, em razão da invasão napoleônica de Portugal, sua política econômica logo determina a abertura dos portos às nações aliadas portuguesas. Isso atrai alguns negociantes ao Pará que se estabelecem e passam a transacionar no mercado europeu (mais tarde, viriam os norte-americanos). E a presença desses comerciantes estrangeiros aparentava um ambiente econômico otimista para os negócios da economia amazônica.

A política de D. João VI, ao mesmo tempo, altera a política indigenista anterior, que era norteada na busca de integração do índio. Agora, assume de fato a rejeição radical do índio, que deve ser eliminado fisicamente e substituído por populações mais concordes às exigências do

¹⁰ Novais, 1981: 113.

¹¹ Moreira Neto, 1988: 14.

progresso e da civilização. Isso é assim porque “O Príncipe Regente D. João (futuro D. João VI), pouco antes da Independência do Brasil, fez a legislação referente a índios dar novamente um passo para trás. Pelas Cartas Régias de 13 de maio de 1808, 5 de novembro de 1808 e 5 de setembro de 1811, permitiu a guerra aos Botocudos de Minas Gerais, aos índios de São Paulo e aos da bacia do Tocantins, autorizando a escravidão temporária dos prisioneiros. Além disso, a Carta Régia de 1º de abril de 1809 facultava aos particulares agirem por conta própria contra os índios, pois dizia que, uma vez declarada a guerra, podiam organizar bandeiras contra os índios e os prisioneiros seriam escravos por 15 anos, a partir da data de seu batismo” (Mellati apud Otavio, 1946: 112/113). Daí fica mais fácil entender porque se intensifica a repressão contra as populações indígenas tribais da Amazônia, assegurada pela legislação colonial vigente.

A confluência dos efeitos da consolidação do capital industrial na Inglaterra e da crise do sistema colonial vai, na periferia do sistema mundial capitalista, em última análise, rebater na estrutura e dinâmica da economia da Amazônia, impactando diretamente sobre a sua economia, seu setor exportador e seu processo de crescimento econômico, a partir do período compreendido entre os anos 1773 e 1818.

A hegemonia inglesa e, portanto, o peso de sua demanda industrial, é a força que determina o que deve ser produzido para atender o mercado capitalista europeu. E o interesse da Inglaterra e do capital industrial era demandar alimentos e matérias-primas baratas, para diminuir os custos com a subsistência de seus operários, bem como os custos com insumos de suas indústrias, pois, em última análise, isso iria se traduzir em elevação da taxa de lucro do capital industrial. Como Portugal era tutelada pela Inglaterra e apresentava déficit comercial com esta potência mundial, devia honrar seus débitos. Para tanto, buscava elevar a transferência de excedente econômico de sua colônia, como forma de obter mercadorias e capital para prosseguir transacionando no mercado internacional. E uma forma adequada para atingir este intento era continuar com a política já formulada por Pombal: estimular a produtividade agrícola e a exportação de produtos tropicais. Foi nesta linha e contexto que a Coroa fomentou a rizicultura. Por conseguinte, isso vai fazer elevar a exportação de arroz do tipo Carolina na economia da Amazônia, no último quartel do século XVIII e no primeiro quartel do século XIX.¹²

¹² Ver Barata (1915). A partir da série estatística original de Barata, transformei os dados de arrobas e libras para toneladas.

Tabela 1 - Exportação de produtos da Amazônia (em toneladas) – 1773/1818

Médias anuais	Cacau	Arroz	Café	Algodão	Quantum
1773/79	684	460	63	23	1.229
1780/89	481	1.495	31	72	2.079
1794/00	1.387	1.094	59	161	2.700
1801/10	1.244	738	37	112	2.131
1811/18	1.731	2.227	29	513	4.499

Fonte: (dados brutos) Barata, 1915.

A economia amazônica entra em expansão e diversifica no último quartel do século XVIII (Tabela 1.).

Tabela 2 - Receitas das exportações da Amazônia (em mil réis) – 1773/1818

Médias anuais	Cacau	Arroz	Café	Algodão	Receita global
1780/89	47.018	84.977	23.141	34.248	168.558
1794/00	209.015	52.299	14.096	66.433	341.844
1801/10	132.208	44.189	6.661	41.120	224.179
1811/18	195.773	139.128	22.280	198.712	555.895

Fonte: (dados brutos) Barata, 1915.

A economia da Amazônia configura um processo de contínua prosperidade mercantil, quando observamos o transcorrer do último quartel do século XVIII. Entretanto, essa prosperidade logo vai dissipar-se um pouco e também se recuperar em um nível relativamente mais elevado, ao passar das décadas limiars do século XIX.

Tabela 3-Taxas geométricas de crescimento anual das exportações da Amazônia – 1773/1818 (%)

Período	Cacau	Arroz	Café	Algodão	Quantum (Média)
1773/79	-0.3	113.7	0.9	-	38.1
1780/86	5.7	-4.0	-13.8	-4.2	-4.1
1794/00	8.1	-2.2	9.7	12.6	7.1
1801/10	5.6	8.8	-0.3	-9.5	1.2
1811/18	6.5	7.3	0.3	19.4	8.4

Fonte: (dados brutos) Barata, 1915.

A economia primário-exportadora amazônica evidencia um caso de dinamismo econômico insustentável, com movimentos de expansão, de recessão e de baixa relativa no nível de expansão, ao examinar-se o comportamento do quantum exportado, durante o último quartel do século XVIII.

O dinamismo soa sustentável apenas no primeiro quartel do século XIX, em face do crescimento do volume exportado total da Amazônia, o qual faz parecer que se trata de uma economia primário-exportadora em estágio de ciclo expansivo.

Sob o ponto de vista do quantum exportado, pode-se dizer que os produtos mais dinâmicos da economia primário-exportadora amazônica eram o arroz, o cacau e o algodão, tanto no último quartel do século XVIII, quanto no primeiro quartel do século XIX.

Tabela 4 - Taxas geométricas de crescimento anual das receitas das exportações da Amazônia – 1773/1818 (%).

Período	Cacau	Arroz	Café	Algodão	Valor global (Média)
1780/86	7.8	-14.4	-5.2	1.4	-2.6
1794/00	16.1	5.2	20.1	22.9	16.1
1801/10	5.0	8.8	-3.0	-12.8	-0.5
1811/18	11.0	5.3	7.3	40.2	16.0

Fonte: (dados brutos) Barata, 1915.

A dinâmica da economia primário-exportadora amazônica mostra um quadro articulado entre um estado recessivo e também um outro em expansão, ao analisar-se o movimento dos valores monetários das exportações denominadas em mil réis, durante o último quartel do século XVIII.

Por outro lado, o movimento da receita da economia amazônica, expressão dos valores mercantis monetários gerados pelas exportações, também vai mostrar tanto um momento de decréscimo, quanto uma expansão muito mais forte, durante as décadas iniciais do primeiro quartel do século XIX.

Sob o ponto de vista do valor monetário das exportações, convém afirmar que os dois principais produtos mais dinâmicos da economia primário-exportadora amazônica, no último quartel do século XVIII, eram o cacau e o algodão. E, no primeiro quartel do século XIX, eram o algodão e o cacau.

Tabela 5 - Balança comercial da Amazônia (em mil réis) – 1800/1818

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1800	628.379	418.234	210.145
1801	294.725	194.395	100.331
1805	646.907	625.615	21.293
1810	338.676	156.301	182.375
1811	336.899	156.301	180.599
1812	360.306	222.512	137.794
1814	512.788	379.934	132.855
1815	234.378	146.564	87.814
1817	640.708	444.012	196.695
1818	615.273	444.012	171.261

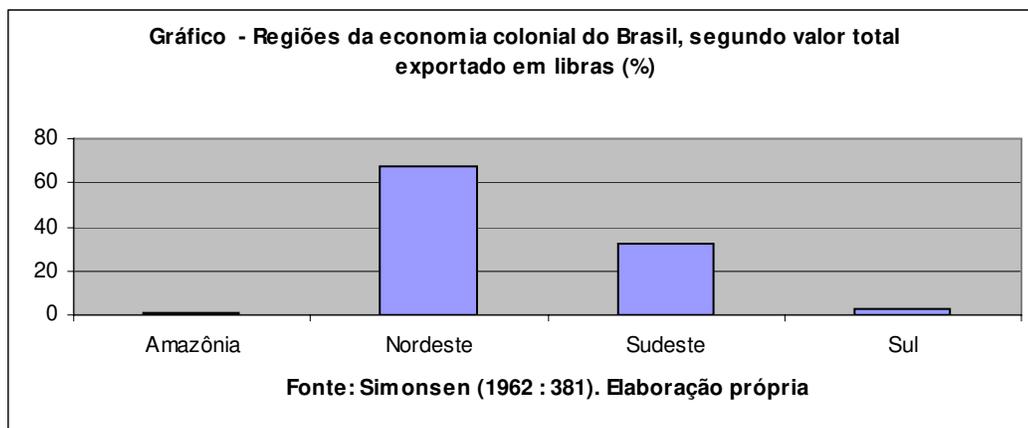
Fonte: (dados brutos) Barata, 1915.

A balança comercial da economia da Amazônia é superavitária entre os anos 1800 e 1818, cujo saldo mostra um comportamento instavelmente cíclico - estilo cresce/decrece - no período 1800/10, decrescente no período 1811/15, e, novamente, instável no biênio 1817/18.

É ao final do século XVIII que se constata o maior superávit comercial. Os valores mais aproximados desse nível somente irão ocorrer na segunda década do século XIX, precisamente, no ano de 1817, enquanto que a ocorrência do menor superávit comercial verifica-se no ano de 1805.

A conclusão desses dados é que a economia primário-exportadora amazônica cumpre a função de gerar excedente econômico, sob a forma de exportações líquidas e, desse modo, contribui com sua parcela para a ampliação do processo de acumulação de capital mercantil metropolitano. Isso qualifica efetivamente a economia da Amazônia como uma economia colonial típica, cujo sentido essencial de instalação de seu aparato produtivo nada mais foi que produzir excedente econômico, sob a forma de exportações líquidas e de lucros comerciais, bem como sob a forma material de oferta de produtos extrativos/agrícolas e demanda de manufaturas.

Desta forma, pôde-se, então, a economia primária exportadora da Amazônia colonial atender aos desígnios do capital mercantil e do mercado metropolitano de Portugal, dentro de suas condições históricas.



Como afirmara corretamente Furtado, a economia primário-exportadora da Amazônia não apresenta expressão econômica regional, sob o ponto de vista de uma análise comparativa em termos de geração de riqueza mercantil exportada para a metrópole portuguesa, durante o período colonial compreendido entre os anos 1500 e 1818. Isso porque todo o valor acumulado de suas exportações nesse período não ultrapassa 3,5 milhões libras. Para se ter uma referência quantitativa, tomando uma economia primário-exportadora que lhe é bem mais próxima, isso representa apenas menos da metade do valor das exportações de São Luís do Maranhão.

1.2 A ERA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

O que pode ser considerado como as raízes da economia de “Rondônia”, no período da colonização portuguesa em terras da Amazônia americana? Esta é a questão que norteará aqui a nossa investigação histórica.

Para o historiador Vitor Hugo (1959), o marco desbravador missionário em terras da Amazônia colonial portuguesa consistiu na chegada do padre Luiz Figueira no ano de 1636. No entanto, afirma o autor que os filhos de Santo Inácio de Loyola só conseguirão se efetivar na floresta tropical úmida, de fato, em 1652.

É na primeira metade do século XVII que tem início a colonização portuguesa em terras do Maranhão, do Pará e do Amazonas. Este processo colonizador, portanto, emerge com um século de defasagem em relação às ocupações territoriais do litoral leste e sul do Brasil. A Coroa havia perdido o comércio oriental e decaíra o seu mercado colonial de açúcar, e, assim, ficara sem essas fontes de acumulação originárias do capital para financiar a defesa dos territórios

coloniais. Ademais, logo em seguida Portugal também perderia sua soberania política para a Espanha. Daí, passam a não existir fronteiras americanas entre os reinos ibéricos. E ambos tentam pôr em prática - mas, cada reino busca garantir o seu auto-interesse - a premissa da conquista territorialista, entendida como estratégia necessária de um processo de crescimento de riqueza mercantilista colonialista.

A expansão de possessões coloniais como uma componente importante da política mercantilista dos ibéricos, como meio de ampliar a possibilidade de apropriação de riqueza material, com certeza, contribuiu para a tomada de decisão de efetivar a conquista de tais terras do Norte e a subjugação das populações nelas existentes. Todavia, o motivo propulsor da ocupação dessas áreas foi devido à ameaça de perda do domínio de todo esse espaço americano para os concorrentes colonialistas franceses, holandeses e ingleses.¹³

Nesse quadro de dificuldades econômicas e de restrição política para o pequeno reino português, não se poderia, evidentemente, esperar alocação significativa de recursos materiais do governo luso para as necessidades do empreendimento colonizador. Contudo, a ocupação dessas novas terras contará com o empenho do Estado ibérico e esforços dos colonos para se efetivar. O Estado criará um aparato mínimo para instituir o monopólio da violência, aplicará leis e normas para reger a conduta dos sujeitos econômicos na sociedade colonial, do qual fará parte um exército colonial repressor para impor os interesses da Coroa, principalmente, através de deslocamento de um contingente militar, sempre que necessário, para a expulsão dos inimigos colonialistas forâneos. O colono será o sujeito econômico que tomará posse da terra, destituirá de direito à propriedade ou posse ao nativo, e, desse modo, tentará organizar uma economia primária baseada na exploração dos recursos naturais locais existentes, e cuja produção se destinará ao mercado consumidor europeu. Ademais, como as condições materiais do colono aí nessas terras tropicais são de extrema escassez de recursos materiais, ausência de capital mercantil pretérito sob quaisquer formas, bem como o sujeito econômico deter aí baixo domínio de técnicas agrícolas produtivas, qualquer atividade econômica colonial a ser empreendida terá que ser fundada na base da exploração da população nativa. E a razão disso não se deve apenas ao fato da população ibérica nesses territórios representar um quantitativo relativo irrisório, mas, sobretudo, porque o cotejo com o trabalho compulsório local sempre se mostrará o mais econômico para qualquer empreendedor que se apossasse dos recursos naturais, já que a mão-de-obra se

¹³ Ver Mellati (1977: 38/45); e Furtado (1989), especialmente Capítulo VII.

apresentará como algo livre de qualquer desembolso para os proprietários de meios de dominação material e espiritual.

Assim, parece não restar dúvida de que as principais forças econômicas que movimentarão o processo de colonização ibérica no Maranhão, no Pará e no Amazonas serão o Estado ibérico, os colonos missionários, os colonos privados laicos e as populações indígenas no papel de fornecedoras de trabalho compulsório para as atividades mercantis a serem criadas.

No Maranhão, os invasores franceses foram expulsos em 1615. E os índios Tupinambá, aliados dos franceses, tentaram aproximação com os novos conquistadores, contudo, foram sanguinariamente reprimidos. Depois, a varíola também dizimou cerca de doze mil índios da população indígena remanescente, que viviam em vinte e sete aldeias de São Luís.

Entre o Centro e o Norte da colônia brasileira, havia grandes dificuldades para a navegação, o que constituía entraves para as comunicações e os socorros militares. Para amenizar esse problema foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, como governo e territórios coloniais portugueses desvinculados do Estado do Brasil, em 1621. Nesse ano, a população Tupinambá da costa do Maranhão e Grão-Pará já havia sido aniquilada. No ano seguinte, os jesuítas se estabelecem e os inicianos instituem aí dois colégios: um em São Luís e outro em Belém. E para a realização da obra de construção da Catedral do Maranhão, os jesuítas tiveram que por à venda alguns de seus escravos indígenas, a fim de levantar capital necessário ao tal empreendimento.

Nesse recém-criado Estado do Maranhão e Grão-Pará, a elite local era toda formada por proprietários rurais, que aí dominavam nos planos econômico e político. Havia também os comerciantes ou “marinheiros”, que era um grupo social composto majoritariamente de portugueses, de onde saíria Manuel Beckmam, líder da revolta que provocaria a segunda expulsão dos jesuítas do Estado do Maranhão.

A atividade econômica básica da província era primária, extrativista e voltada para exportação do mercado de Portugal. A produção consistia num processo de trabalho, no qual tomava a forma de uma relação material entre a natureza (floresta) e o homem; este subjugado sob a forma de trabalho escravo indígena, cujo resultado produtivo era apropriado pelo colono, que, por sua vez, se expressava numa coleção de alguns produtos florestais, denominados de “drogas do sertão”: cacau, baunilha, cravo, canela, sementes oleaginosas, madeiras de lei, plantas aromáticas e salsaparrilha. E a exportação de cacau para a metrópole portuguesa chegava a 12,5 mil toneladas anuais.¹⁴

¹⁴ Ver Ribeiro (1983: 50); Lobo (1976: 66/68).

A economia colonial centrava-se na exportação de excedente econômico, em seu maior nível possível, extraído da produção local, a fim de que isso se constituísse num meio de produzir riqueza para o mercado metropolitano, lucro para os capitais mercantis disponíveis, acumulação comercial e maior poderio para a Coroa portuguesa. Era também uma forma de obter recursos materiais para enfrentar os seus concorrentes europeus.

A produção para o consumo interno da própria colônia, portanto, não se enquadrava na prioridade da lógica dessa economia mercantilista.

Parece não haver dúvida que o trabalho compulsório do silvícola propiciava o surgimento de empreendimentos mercantis do núcleo colonial, pois apresentava uma série de condições, que denotavam sua viabilidade econômica:

- a) a mão de obra escrava indígena tinha oferta local;
- b) o cotejo com similar condição de trabalhador privado de livre arbítrio, o indígena mostrava-se ser um escravo relativamente muito mais barato que o africano;
- c) ser-escravo já ecologicamente adaptado às necessidades extrativas dos colonos proprietários de meios de produção, já que o índio detinha alguns conhecimentos sobre a flora, a fauna, e as águas da natureza local;
- d) o tráfico no interior da região constituía um comércio lucrativo, pois, por exemplo, se comprava um índio por volta de quatro mil réis e o repassava com preço venal de até sessenta mil réis, nas cidades de São Luís ou de Belém.

A coleta de produtos florestais nessas áreas, contudo, vai apresentar aí um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, isto é, baixo nível técnico na produção que, por sua vez, traduzir-se-á numa inexpressiva produtividade do trabalho (principalmente, se comparado, por exemplo, com a produtividade da economia colonial nordestina, durante o ciclo exportador do produto açúcar). O resultado disso é que o suporte da economia colonial do Estado do Maranhão e o Grão-Pará e, portanto, da própria capacidade produtiva do seu processo colonizador, será fundamentalmente ancorada na exploração do trabalho compulsório da população nativa indígena.

Quando grande parte da “indiada” do Maranhão e do baixo Amazonas já havia sido dissipada, começou a escravização de índios no Alto Amazonas.¹⁵ Era uma atividade econômica dos comerciantes locais, cujo lucro se internava na região. Isso em muito diferia do lucro com o tráfico negreiro.

¹⁵ Ver Ribeiro, 1983: 50.

Será a partir do século XVII em diante que emergirão as grandes penetrações para o interior da colônia. A ocupação das terras do centro-sul, do centro-oeste e de Mato Grosso será uma decorrência do movimento das bandeiras de caça aos índios e de caça ao ouro. A interiorização de população na Bahia, no Nordeste e em todo o Piauí terá como o seu movimento econômico determinante a expansão da pecuária. Nas terras da Amazônia, a penetração será resultado do movimento colonizador embasado em atividade econômica primária e extrativa vegetal, sob o comando de ordens religiosas catequizadoras e colonos do mundo privado que se apossam dos recursos naturais existentes.

No tempo do bandeirismo, a atividade econômica principal se constituirá no tráfico de escravos indígenas, que margeavam os rios Guaporé, Madeira e seus afluentes, para suprir a demanda do restrito mercado regional do Grão-Pará e Maranhão. Contudo, esse comércio não deve ter tido grande importância, pois não se traduz em retenção de população colonial nas terras de Rondônia – sertão ocidental amazônico.¹⁶ Ou seja, essa atividade comercial não prospera. Possivelmente, havia problemas, para uma regular preação de índios e movimentação desse comércio, decorrentes de fatores tais como: população colonial portuguesa regional reduzida, transporte fluvial precário, bem como o fato de incipiente estágio da própria economia amazônica do Grão-Pará e Maranhão.

Ademais, os bandeirantes, por não estabelecerem nenhum vínculo com a terra ou com a floresta de modo sistemático e permanente; inviabilizam qualquer processo produtivo que envolvesse a esfera produtiva. Isso explica a falta de base para internar população colonial em terras de “Rondônia”.

Desde o primeiro quartel do século XVII, os jesuítas fazem algumas tentativas para subir o rio Madeira. E aí o tempo de percurso estava por volta de três meses para que uma grande canoa, movida à vara ou remo, pudesse sulcar todas as águas do rio Caiari. O batismo como rio Madeira “só veio depois, quando os portugueses que tornaram mais conhecido aquele rio, depararam com muita e grossa madeira que, nas enchentes, o rio trazia arrancada das margens ou recebidas dos rios Beni, Mamoré e Guaporé, que o formam” (Hugo, 1959: 21).

No ano de 1683, Jódoco Peres, um missionário inaciano, ao realizar uma inspeção na foz do afluente Maturá, a fim de se estabelecer entre os índios, encontrou uma ampla área de cacau. O fruto de tal cacau apresentava uma qualidade relativamente superior ao encontrado na região, porque mais doce e também mais volumoso, segundo o historiador Vitor Hugo.

¹⁶ Ver Pinto, 1993: 1.

Na Amazônia, lócus de terras com densa floresta tropical, grandes rios, igarapés e diversidade de lagos, portanto, dispondo de vasta rede fluvial, os pioneiros colonizadores se determinarão como uma de suas tarefas prioritárias a identificação de algumas estradas navegáveis, a fim de definir um sistema de comunicação entre as áreas conquistadas, no sentido de viabilizar o transporte de colonos e o produto primário a ser produzido, bem como o próprio intercâmbio regional, em nome da Coroa portuguesa.

Vitor Hugo afirma que eram escassas e insignificantes as entradas de colonos no rio Madeira, durante a primeira metade do século XVII. Mas, por volta de meados do século XVII, esse vasto rio já começou a ser navegado por colonos portugueses interessados no escambo com índios. Aí era a coleta de alguns produtos florestais (drogas nativas) para uso comercial o móvel dos colonos, não apenas para a troca no incipiente mercado local, mas, principalmente, para exportação voltada para o mercado metropolitano. Pouco tempo depois, no último quartel do mesmo século, os jesuítas passam a penetrar o Madeira na tentativa de catequese.

No Maranhão, no Pará e no Amazonas o trabalho escravo indígena não era tão-somente o sustentáculo da rudimentar economia primária extrativista, mas, sobretudo, o meio de vincular o indígena à expansão territorial colonialista ibérica. Destarte, em torno da apropriação do trabalho escravo indígena sempre haverá um conflito de interesses entre colonos, principalmente, entre os missionários e os colonos lusos, atomizados e espalhados por essas áreas. Contudo, aí também será reservado ao Estado ibérico metropolitano o papel de árbitro desse conflito. Este, evidentemente, tomará a decisão política para resolução dos impasses materiais entre categorias de colonos, porém, sua ação sempre será no sentido de, ao mesmo tempo, também tanto preservar a apropriação do seu próprio quinhão de riqueza mercantil, quanto favorecer a sua expansão territorial, que era o meio de se manter como potência metropolitana colonial.

Quando ocorre a Restauração (1640), o novo rei luso, D. João IV, envia instruções aos governadores do Pará e Maranhão no sentido de emancipar todos os índios, que se encontrassem em regime de escravidão. No entanto, os proprietários de escravos indígenas de Belém e de São Luís fazem ouvidos de mercadores, e, portanto, as instruções reais não entram em vigor.

Em razão do crescente conflito entre os missionários e colonos nas terras do Maranhão e Grão-Pará, a Coroa determinou a promulgação do Regimento das Missões, no ano de 1686. Com isso, se implantava um regime de repartição tripartite dos índios aldeados, a fim de contemplar o interesse dos três sujeitos econômicos da sociedade colonial local: um terço dos índios teria que trabalhar para os colonos durante um semestre por ano, mediante salário; um outro terço trabalharia nos serviços públicos; e os demais índios fariam o que lhes aprouvesse. Os

missionários teriam que pagar salários para utilizar o trabalho indígena. Ademais, a Companhia de Jesus deixava de deter o privilégio das missões novas e das entradas no sertão.¹⁷

Segundo Mellati (1977), no início do século XVIII, já com a profusão de missões na Amazônia, várias cartas régias passaram a delimitar as áreas de atuação de cada ordem religiosa: aos jesuítas couberam as missões do Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira; aos franciscanos da Piedade, as do baixo Amazonas, que tinha como centro Gurupá; e aos mercedários, as áreas do Urubu, Anibá, Uatamã e alguns trechos do baixo Amazonas.

Essa legislação colonial, na realidade, movia-se no sentido de disciplinar a mão-de-obra indígena e também regular as relações comerciais na economia. Geralmente, o direito arbitrado pelo Estado colonial oscilava entre acatar as demandas e os interesses dos colonos, ou os interesses dos jesuítas, num jogo decisório segundo a correlação de forças regidas conjuntamente.

A exploração do rio Madeira foi iniciada na primeira metade do século XVIII, através da expedição do Sargento-Mor Francisco de Melo Palheta. A bandeira de Palheta tentava estabelecer comunicação com as áreas espanholas que produziam prata e, também, encontrar caminho navegável para ligar o Pará às regiões auríferas de Mato Grosso.

Segue trecho narrado pelo próprio protagonista dessa expedição (que também foi o introdutor do cultivo do café no Brasil, na Amazônia), extraído de Capistrano de Abreu (1963: 340/354): (...) Vinte e três cachoeiras se contam no rio Madeira, das quais dez se não podem passar, por nenhum meio, porque são impossíveis, e as passamos cortando pontas de terras e fazendo grades de madeira, não pelo rio senão por terra em seco, cujos caminhos ficam feitos para quem vier atrás. Neste nosso arraial achamos a falta de três soldados volantes ou aventureiros, que trouxemos na companhia, os quais desertaram atrás de nós, e finalmente chegamos a esta cidade em setembro de 1723.”

Uma outra expedição foi realizada sob o comando do português João de Barros da Guerra, também na área do rio Madeira, que exterminou uma grande quantidade de indígenas (1715-1716).

Em 1746-1747, o Sargento-Mor João de Sousa Azevedo conseguiu navegar do Pará ao Mato Grosso, num trajeto realizado pelos rios Arinos e Tapajós, com um contingente de 58 almas, em seis canoas. E retornou ao Pará através das águas dos rios Sararé, Guaporé, Madeira e

¹⁷ Ver Simonsen (1962: 322).

Amazonas. Este expedicionário chegou a possuir grande coleta de cacau e de cravo na boca do rio Madeira.

Manuel Félix de Lima é considerado o pioneiro expedicionário luso, que desceu o rio Guaporé e logrou fazer a travessia fluvial entre Mato Grosso e o Pará e, portanto, conseguiu ligar essas áreas.

Esta personagem, que fugia de credores cuiabanos, associou-se a um grupo de aventureiros, comprou alguns escravos e, assim, sua expedição totalizou umas cinquenta almas. Após comprarem algumas canoas, seguiram pelo Guaporé na tentativa de negociar com os castelhanos, e, por essa via, adquirir alguns cavalos e bois; mas, conseguiram chegar em Belém do Pará. Era uma expedição realizada sem nenhum plano de orientação; e como violava o alvará Régio de interdição daquela navegação, o desfecho não foi feliz: Manuel Felix acabou preso e remetido para Lisboa.

A partir deste evento, o governo do Pará promoveu uma expedição sob o comando do Sargento-Mor Luís Fagundes Machado, com o objetivo de explorar o curso do Madeira. Ela Chegou ao Mato Grosso pelos rios Guaporé e Sararé, em 1749-1750. Esta expedição mostrava que “as autoridades estavam se convencendo de que se tornava inconveniente à interdição imposta pelo Alvará de 27 de outubro de 1733, confirmada pela Ordem Régia de 1737, que proibiu qualquer contato por qualquer caminho, entre Pará e Mato Grosso, numa evidente tentativa de prevenir-se contra os vizinhos espanhóis, em relação aos quais, aliás, desde 1727 el-rei vinha se acautelando através de informações que procurava obter sobre aquela rota fluvial. Pesava, também, no critério de interdição daquela navegação o receio metropolitano de que se despovoasse o Pará com o êxodo para as minas”, segundo o historiador Amaral Lapa (1973: 27).

As instruções dadas pela Rainha ao Governador da recém-criada capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura, em 1749, já recomendavam que deveria ser estimulada a navegação e pesca no rio Guaporé, sem, entretanto, descuidar da comunicação entre as duas capitanias, que permanecia interdita.

Segundo Vitor Hugo, os missionários é que foram os primeiros a vencer o rio Madeira até o Guaporé, pois, em 1742, “quando a Aldeia de Santo Antônio estava prestes a ser abandonada, Manuel Felix de Lima fugiu de Mato Grosso e, dando-se pouca conta do itinerário percorrido, chegou a Belém do Grão Pará. O nome desse aventureiro está realmente ligado à narração histórica duma das primeiras ousadas travessias das cachoeiras do Rio Madeira. Essa glória cabe, sobretudo, aos missionários: quando de sua passagem pelo Alto Madeira, Manuel Félix viu então os últimos destroços da Aldeia de Santo Antônio” (Hugo, 1959: 54).

A façanha foi repetida pelo negociante Joaquim Ferreira, em seguida, que subiu até Exaltação, no domínio espanhol. Além do comerciante paulista João de Souza Azevedo, por mais duas vezes, lá pelo ano de 1748; outros aventureiros portugueses fizeram aquela viagem, por encargo da nova Capitania de Mato Grosso: foram Manoel Teles e Miguel da Silva com Gaspar Barbosa Lima, conforme afirma Vitor Hugo.

Mais tarde, Mendonça Furtado sabia que havia uma comunicação pelo interior, ligando Vila Bela, no Mato Grosso, à Aldeia dos Abacaxis, no baixo Madeira.

Diz ainda Vitor Hugo que, nessa época, um conjunto de canoas levava cerca de um mês e meio para ir navegando do Mato Grosso ao Pará. Mas, para isso, era imprescindível singrar as águas marrons do rio Madeira e transpor todas as suas cachoeiras. E quando surgiram as canoas maiores, com capacidade de transporte de até duzentas arrobas, era necessário se dispor de um contingente trabalhador de uns vinte homens para vencer o mesmo percurso. Isso com a transposição sendo feita por algum varadouro, onde cada barco era, então, carregado para cima ou para baixo de cada uma das cachoeiras.

Também afirma esse autor que o objetivo de manter o domínio sobre as águas do rio Guaporé fez com que os portugueses fundassem o Distrito de Pouso Alegre, em 1743. Em seguida, eles criaram também uma Provisão régia com o propósito de transformar esse distrito em município com a denominação de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1746. Contudo, esta provisão ficou sem efeito.

Quando o norte de Mato Grosso foi elevado à Capitania no ano de 1748, essa parte do território setentrional localizava-se em terras onde, no futuro, se localizaria o Estado de Rondônia. Era uma área de terra de floresta, que continuava sem emprego mercantilista e devassada apenas por bandeirantes paulistas.

No princípio do século XVIII, as atividades missionárias do rio Madeira começam a se concentrar em Abacaxis, portanto, já em área do alto Madeira. Logo depois, por volta de 1714, os missionários já mantinham aldeias nas enseadas dos rios Canumã, Andirá, Acuriatós e entre os índios Guarinamá, na fronteira entre o atual Estado de Rondônia e o Estado do Amazonas.

Nessa época, o rio Madeira era habitado por cerca de umas trinta tribos. Alguns povos indígenas margeavam o baixo Madeira; enquanto outros viviam nas proximidades das cachoeiras, ou no sertão dos seus afluentes.

É mister uma breve digressão, a fim de discutir a idéia de defesa da liberdade indígena, segundo a ótica dos jesuítas, que eram contumazes defensores dos índios e, abertamente, se colocavam contra a escravidão indígena realizada por colonos portugueses.

Não obstante, eram favoráveis ao aldeamento compulsório e à doutrinação mais ou menos imposta. Significa dizer que os colonos e os jesuítas apresentavam um denominador comum: não reconheciam o direito de liberdade total aos índios. Ademais, o aldeamento indígena implicava a reunião de índios de distintas tribos num único espaço; e o regime de trabalho compulsório, por sua vez, promovia uma profunda alteração na cultura do nativo. Os índios foram obrigados a aprender a língua do dominador, simplificada pelo missionário e pelo morador, bem como a inculcar novos hábitos alimentares, passando a fazer parte de sua vida, na lista de suas iguarias, o açúcar, o sal e a aguardente. Além disso, passaram a usar roupas e ferramentas. Todo esse conjunto de mudanças conformava um mundo que lhes era totalmente estranho. Contudo, era através da desestruturação da vida tribal, que os missionários e os colonos conseguiam mover a colonização e, concomitantemente, cumprir com o papel de incorporar e ampliar o espaço territorial para o governo metropolitano português.

Quase ao final do primeiro quartel do século XVIII, o padre jesuíta Sampaio experimentara toda a navegabilidade do rio Madeira, fundando a aldeia mais remota na região do atual Estado de Rondônia. Era um aldeamento no Alto Madeira, provavelmente, acima do afluente Jamari.

Segundo Vitor Hugo, transcorridos dois anos de fundação da missão no Alto Madeira, já se encontravam aldeados e catequizados trezentos e trinta e oito índios, originários das etnias dos Pama, dos Tora e dos Mura.

Nessa época, os jesuítas espanhóis controlavam cerca de dezesseis aldeias de índios até Santa Cruz de La Sierra. Era lá onde se julgava estivessem as cabeceiras do Madeira, o qual era nominado de Rio Mamoré. Os jesuítas do Alto Madeira conseguiram o feito de chegar até o rio Guaporé. Este último rio e o Mamoré, contudo, pertenciam ao Mato Grosso, e todo o fluxo de origem missionária para esse território sempre partia da província de São Paulo.

Para Vitor Hugo, a fundação desse aldeamento à margem do Madeira pelo padre Sampaio visava atender aos seguintes objetivos traçados pela missão jesuítica: a) ser um foco de civilização; b) formar um centro de doutrinação; e c) constituir um núcleo produtivo. E o seu método para garantir a oferta de mão-de-obra seria mediante “um sistema de entradas para o interior, de onde desceriam os índios”.

À luz do colono, todo aldeamento significava nada mais que uma apropriação explícita da mão-de-obra indígena pelos missionários, os quais passavam a controlá-la em um espaço físico denominado aldeia. Como tal condição era negada ao colono, isso constituía um privilégio. E sem o trabalho escravo do índio não haveria formação de base produtiva nenhuma. Portanto, isso

acirrava o conflito de interesses e se constituía numa fonte de antagonismo e de rancor contra os jesuítas.

Vitor Hugo apresenta o próprio caso do aldeamento do padre Sampaio como exemplo desse tipo de conflito e, também, para tentar mostrar que havia uma diferença entre a natureza do descimento, se realizado por missionário ou por colono laico: “Esse meio pacífico e suave (descimento) não fora e não foi sempre o mesmo adotado pelos missionários. Mas, é aos Jesuítas que se deve a diminuição dos abusos dos cabos de tropa que, realizando essas primeiras entradas, ordenavam à força os descimentos de quantos índios achavam nas selvas, sem atender se cativos ou livres. E ‘isto com uma sede - diz o Padre Vieira - que com o ser o Amazonas o rio maior do mundo, a sede era maior que o rio’.

A lei de 1655 pleiteada pelo mesmo Padre Vieira tinha iniciado o saneamento daqueles descimentos injustos, e agora o Padre Sampaio se empenhava - e se embrenhava - pelo mesmo saneamento. Não poucas foram as decepções que encontrou. E elas vinham de bem longe. Já quando começara a recolher os primeiros resultados para a Aldeia dos Abacaxis, pela descida de quatrocentos índios de diferentes línguas e pelo menos seis tribos, eis que o Capitão Manuel Francisco Tavares, feitor do Governador do Pará, avançou sobre duas grandes canoas de outros índios que iam para a mesma Aldeia ‘e amarrando-os a todos com cordas e grilhões violentamente os meteu em suas canoas’ aproveitando a ausência do Padre que se achava em outro grande descimento de índios laraguarizes. Outra vez o mesmo Tavares, sabendo ‘que do rio dos Aroaxiazes partia carregada de índios da mesma nação outra canoa do dito Padre Missionário João Sampaio, lhe foi sair ao encontro no dito rio e fazendo nele presa de todos estes índios que trazia os passou as suas canoas (...) os conduziu em sua companhia para a cidade do Pará aonde depois de aportar com seis canoas entre grandes e pequenas carregadas destes Índios, e outros (...) foram logo vendidos deles 80 por escravos’” (Hugo, 1959: 34).

O descimento no período colonial, às vezes, é apresentado por alguns autores das ciências sociais com uma diversidade de formas e, portanto, teria uma série de variantes. O descimento como um espontâneo descimento de povos indígenas para as missões. O resgate como a forma de uma permuta de bens por índios aprisionados em guerras intertribais. E a guerra justa como um necessário uso da violência para promover o descimento dos índios para as missões.

Entretanto, para a antropóloga Berta Ribeiro (1983: 51), isso é puro fetiche. Não há nenhuma diferença no descimento realizado por essas duas categorias de colonos, conforme cristalina e claramente esclarece: “A diferença entre ‘descimento’, feito pelos jesuítas, e ‘resgate’, feito pelos moradores, era que o primeiro se procedia sempre com a presença de um missionário, cuja

função era verificar se se tratava realmente de ‘resgate’, isto é, de índios salvos de serem mortos e comidos por seus inimigos. Trata-se de um eufemismo, uma vez que, no Amazonas, poucas eram as tribos antropófagas. Na verdade, o descimento era outra forma de escravidão, mesmo porque, reunidos nos aldeamentos missionários, os índios eram em seguida repartidos: um terço para o sustento da Missão, um terço para os colonos e o terço restante para o auto-sustento e o das aldeias”.

Em fins da primeira metade do século XVIII, Portugal seguia em guerra mercantilista com a Espanha. E, neste contexto, os reinos ibéricos pretendiam fortalecer suas políticas econômicas mercantilistas, através da promoção de uma expansão colonial em território americano.

Convém lembrar que Portugal era aí um “vassalo comercial” da Inglaterra, em função dos acordos comerciais firmados já desde 1642-54-61 e de 1703. Esses tratados, em contrapartida, implicavam a defesa dos interesses lusos pelos ingleses, mormente, nos pleitos territorialistas portugueses, em disputa com quaisquer potências concorrentes mercantilistas e colonialistas européias. A participação da Inglaterra no usufruto da exploração do sistema colonial português era o ônus da vassalagem. Havia, contudo, benefícios como a preservação da condição de Metrópole colonial européia e o estabelecimento de uma aliança política antiespanhola. Em cláusula recôndita, os ingleses se comprometiam em defender o quinhão territorial americano português: “O acordo de 1661 incluía finalmente uma cláusula secreta pela qual os ingleses prometiam defender as colônias portuguesas contra quaisquer inimigos. Se se tem em conta que por essa época a Espanha ainda não reconhecera a separação de Portugal e que nesse mesmo ano se estava negociando a paz com a Holanda, é fácil compreender o que significava para o governo português uma aliança que lhe garantia a sobrevivência como potência colonial” (Furtado, 1989: 33).

É com base nesses tratados e sob a égide da Inglaterra que Portugal conseguiu, na conferência de Utrecht, que a França renunciasse quaisquer direitos sobre a foz do Amazonas ou mesmo qualquer direito de navegar nesse rio. E também que a Espanha reconhecesse o direito do governo português sobre a colônia de Sacramento.

Já no caso do acordo comercial de 1703, elaborado pelo diplomata inglês John Methuen, materializou-se na renúncia de um processo de desenvolvimento manufatureiro lusitano, bem como na fruição pela Inglaterra do impulso dinâmico da produção aurífera do Brasil.

A Espanha, por sua vez, questionava tanto a definição dos limites fronteiriços com os lusos, quanto as próprias possessões territoriais dos portugueses na América, como um meio de

tentar ampliar territórios coloniais, afirmar sua política mercantilista concorrente e, possivelmente, por essa via, obter novas fontes para a acumulação mercantil castelhana em terras americanas.

Essa disputa por territórios na América colonial entre governos lusitanos e castelhanos culminou no Tratado de Madri de 1750. Segundo Rocha Pombo (1964: 273/274), esse tratado definiu as seguintes alterações fundamentais: “no Sul, na cessão, que Portugal fazia à Espanha, da Colônia do Sacramento e ‘todo o território ao norte do rio Prata até o ponto onde agora se acordava que principiaria a divisa, com todos os estabelecimentos que ali se achassem, renunciando todos os direitos à navegação daquele rio’.

Como compensação, cedia a Espanha a Portugal, além de outras terras de que estava de posse até às cabeceiras do Ibicuí, todos os estabelecimentos que os espanhóis tivessem formado no ângulo entre a margem setentrional do mesmo Ibicuí e a oriental do rio Uruguai (Missões Orientais). No Norte, continuaria a fronteira pelo Guaporé, seguindo depois pelo Mamoré até entrar no Madeira, e por este ‘até meio caminho entre o Mamoré e o Amazonas’; e desse ponto, por uma reta leste-oeste, até encontrar o Javari.

É esta a linha média do Madeira, que o tratado de 1867 deslocara para a foz do Beni, e que veio a ser motivo de questão que teve o Brasil, no início do século (século XX), com a Bolívia. Como se sabe, proveio o litígio de entenderem uns que, em vez de considerar-se, segundo a opinião de outros, como paralela ao equador à linha deslocada (até encontrar ou a nascente principal, ou o meridiano da nascente do Javari) de entenderem (...) que essa linha leste-oeste passaria, nos termos do referido tratado de 1867, a ser oblíqua para ir encontrar a nascente do Javari onde ela estivesse.

A não ser nesses pontos, fixava o tratado de Madri (13 de janeiro de 1750) como linha de fronteira a que já era conhecida e respeitada entre os colonos.”

Em síntese, ficou decidido que a Espanha ficaria com o Território do Sacramento (o atual Uruguai) e Portugal com a Amazônia, em detrimento dos jesuítas, que perderiam o território dos “Sete Povos das Missões”.

A partir daquele ano, há um grande impulso no sentido da reformulação da política mercantilista de Portugal, ao se inaugurar a era do governo do Marquês de Pombal (31 de julho de 1750), que como primeiro-ministro, busca definir uma série de medidas para soerguer a economia mercantil lusitana. E sua estratégia de desenvolvimento pombalino é baseada no fortalecimento do papel do Estado, principalmente, sob forma de um protecionismo mercantilista. E a política econômica visa apoiar os interesses dos grupos proprietários metropolitanos nas

atividades da agricultura, do comércio e da incipiente manufatura. Ao mesmo tempo, as ações políticas vão também na direção de reformar a Universidade de Coimbra; de proteger os cristão-novos e, ainda, de engendrar conflitos com a Companhia de Jesus.

Na Amazônia, região de relativo espaço colonial menos desenvolvido, em termos de produção de riqueza mercantil exportada para o mercado metropolitano, vai haver uma liberação e incentivo ao comércio realizado entre Mato Grosso e o Pará, dois anos depois. Daí, os rios Madeira e o Guaporé passam a ser os caminhos fluviais desse trajeto. Isso era concebido como uma tentativa de fortalecer o sistema de defesa territorial, em face de potencial perda de territórios para os castelhanos. E os portugueses receavam que os espanhóis pudessem se apossar de seus domínios, ao controlarem a navegação por esses rios.

As Companhias do Grão-Pará e Maranhão, Pernambuco e Paraíba, passam, nessa época, a constituir o fulcro da política mercantilista metropolitana pombalina, na colônia, como forma de reforçar o sistema monopolista mercantilista e, assim, contribuir para a tentativa de recompor o desnível entre células exportadoras coloniais, bem como a organização e acumulação da economia lusitana.¹⁸

Segundo Amaral Lapa (1973: 46), “Ao tempo da Companhia do Grão-Pará, o governo costumava fornecer cinco índios para cada embarcação. Entretanto, essa quantidade mostrava-se insuficiente, pois ao longo das viagens, por diferentes motivos, como fugas, mortes, doenças, naufrágios, desfalcava-se a parte indígena da tripulação dos comboios, justamente aquela que se destinava aos remos e que como era óbvio, era indispensável”.

O interesse da política de Pombal, na colônia, evidentemente, consistia em aumentar o contingente de mão-de-obra para as atividades mercantis na agricultura do Grão-Pará e Maranhão e, também, fazê-la rentável para a Coroa portuguesa. Mas, a produção extrativa de produtos florestais para exportação metropolitana já era organizada e dominada pelos jesuítas, que controlavam quase toda a mão-de-obra, bem como não pagavam tributos à Coroa portuguesa desde 1682. Havia um cristalino conflito de interesses entre essas companhias lusitanas. E como a obra oficial jesuítica era a catequese, sem impedir que se aproveitassem dos índios, pois os faziam trabalhar em aldeamentos, isso provocava a ira dos colonos e de possíveis aplicadores de capital mercantil na área, já que entendiam que aí havia uma situação de privilégio e de uma concorrência desnivelada. Com efeito, era claro o antagonismo entre colonos e jesuítas, no

¹⁸ Ver Ribeiro Júnior (1976: 59).

sentido de obter o total controle sobre a exploração da mão-de-obra indígena para a constituição de bases materiais de atividades produtivas extrativas na região.

A resolução do impasse resultou favorável aos colonos; com o governo pombalino determinando a expulsão dos jesuítas da colônia, e que os bens da Companhia de Jesus, por sua vez, em sua maior parte compostos por propriedades rurais e urbanas, fossem confiscados e leiloados.

Logo em grande parte, o patrimônio jesuítico foi arrematado por comerciantes e fazendeiros locais.

Pois, é no bojo do mercantilismo lusitano que Pombal reformula a política territorial para as colônias americanas, determinando a expansão de fortificações e do perímetro das fortalezas e, ainda, das casas-fortes, com o objetivo de incorporar as margens das terras do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará e Maranhão com as terras que pertenciam a Espanha. Assim, seria suplantada a política precedente que havia se concentrado em fortificações apenas ao longo da costa e, ao mesmo tempo, promoveria a preservação de todas as possessões efetivamente conquistadas pela Coroa portuguesa.

Para lograr tal intento, era mister substituir a linha meridiana por limites naturais, tomando por balizas as passagens mais conhecidas como a origem e os cursos dos rios, e os montes mais notáveis. Significa dizer que o controle fluvial passaria a assumir uma grande importância na disputa entre portugueses e espanhóis, pois a navegação seria compartilhada se cada um dos reinos tivesse estabelecimento ribeirinho; no entanto, caso houvesse o controle de ambas as margens de um rio por Estado colonial luso ou castelhano, somente ele poderia navegar em tal canal.¹⁹ E, como vimos, esse foi o caso da Espanha, que trocou a colônia de Sacramento pelas missões uruguaias e, com isso, ficou com a navegação exclusiva do rio Prata.

É nessa fase da política mercantilista da era pombalina que o Estado Colonial português inicia a construção de uma obra pública no rio Guaporé - o Real Forte Príncipe da Beira (hoje, localizado no Município Costa Marques, no Vale do Guaporé), em formato hexagonal, e inspirado num modelo de defesa proposto pelo engenheiro militar francês Vauban. Era a forma de assegurar os domínios de Portugal, demarcando a fronteira, frente aos seus concorrentes coloniais, particularmente os espanhóis. Quando a monumental obra é concluída, em 1783, todo o sistema colonial português e todo Antigo Sistema Colonial já haviam entrado em crise. O

¹⁹ Abreu (1963: 196).

resultado é que o Forte perde sua função militar e no seu entorno não floresce atividade econômica mercantil e vai paulatinamente expulsando a minguada população local.²⁰

Resultaram também, como feito da política pombalina, a extinção das capitanias hereditárias ainda existentes, a criação das capitanias fronteiriças de São José do Rio Negro, no extremo-norte, e Rio Grande de São Pedro, ao sul, além da capitania do Piauí. Ademais, determinou a união dos Estados do Maranhão e do Brasil, em 1774.

O Marquês de Pombal foi um estadista e o primeiro dependentista português. Em uma análise posterior ao seu período de gestor público, categoricamente afirma que a Inglaterra levou Portugal a um estado de dependência, subordinando o reino sem conquista militar, e, ainda, que todos os movimentos do governo português eram regulados de acordo os desejos da Inglaterra.²¹

1.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Todo esse período de colonização da Amazônia significou a incorporação de um vasto território de floresta tropical americana ao domínio português, sobre o qual poderiam advir lucros comerciais via exploração de seus recursos naturais ao longo do tempo, mas, com baixo nível de acumulação de capital e pouca expressão efetiva na geração de riqueza mercantil, principalmente, porque era uma área com restrita densidade demográfica – a população não chegava a cem mil almas. A história da economia da Amazônia portuguesa fora fundada na exclusão do nativo indígena, ao processo de formação e desenvolvimento de uma sociedade amazônica mercantil, enquanto homem que podia comandar e ser beneficiário da riqueza produzida, deter direito sobre a sua propriedade natural ancestral, a partir do seu trabalho em uma maior harmonia relativa com a pujante e bela natureza. Esses serão traços que estarão presentes no curso do processo de desenvolvimento econômico da Amazônia e, como amálgamas, caminharão ao longo da história econômica brasileira a evidenciar as suas fontes de um atraso econômico relativo regional.

No período em estudo, o processo histórico de colonização do Maranhão, do Pará e do Amazonas constituiu um espaço territorial, cuja base material configurou uma economia colonial retardatária. Esta é assim definida porque se trata de uma economia atrasada, tanto em termos do arco de tempo relativo de fundação de suas bases materiais e culturais, em relação às demais células exportadoras coloniais; quanto em relação à magnitude de produção de riqueza mercantil exportada e incorporada ao movimento de acumulação do capital comercial metropolitano europeu. O caráter dessa economia, expresso no nível do produto exportado, no conseqüente

²⁰ Pinto (1993: 51/54 e XIII).

²¹ Furtado (1989: 35).

nível de valor monetário gerado ou na contribuição à acumulação metropolitana, é, sobretudo, a insustentabilidade no seu processo de desenvolvimento mercantil. Ademais, ao longo do período colonial, apenas no momento em que se inseriu na divisão internacional do trabalho, sob a égide do modo de produção capitalista, a economia colonial do Maranhão e da Amazônia (Pará) apresentaram um surto de prosperidade produtiva material, o que lhe deu um ar de “falsa euforia exportadora”, segundo afirmou Furtado.²²

Por outro lado, a estrutura e dinâmica dessa economia colonial retardatária, sob a forma de um processo produtivo primário, extrativista e mercantil, se expressaram, relativamente, numa menor destruição do meio ambiente regional.

Não se deve esquecer, contudo, que esse processo de colonização é parte da política mercantilista européia, que se manifesta na forma de conquista de território e subjugação de populações nativas em nome da Coroa, a fim de extrair ou produzir riqueza mercantil e ampliar a acumulação do capital comercial. Portanto, é uma lógica que visa implantar uma economia que expropria o nativo e violenta totalmente seu modo de vida. Desse modo, o sujeito econômico dominante, na condição de colonizador, em nome do poder da Coroa, subverte a economia natural do indígena e impõe, em seu lugar, uma economia mercantil. Significa dizer que, para funcionar a contento, tem, necessariamente, que subordinar o nativo a uma lógica de produção a qual não visa satisfações de necessidades de forma prioritária; mas sim a expansão do valor de troca impulsionado pela lógica da acumulação do capital comercial. O resultado disso culmina na extinção do modo de viver histórico indígena, isto é, baseado numa economia natural. Ou seja, a cultura e o modo de viver do indígena são alterados, o que, em última análise, significa uma destituição de sua identidade étnica.

Por fim, ao indígena caberá o papel de simples mão-de-obra escrava para os colonos, ou, em poucas palavras: um ser humano rebaixado à condição de coisa para incrementar a acumulação da produção material mercantil.

Assim, sob o ponto de vista das populações indígenas, a colonização portuguesa em terras do Maranhão, do Pará, do Amazonas (e na floresta úmida de Rondônia), significou perda de identidade étnica, de bases materiais e territoriais, mas, sobretudo, condição de trabalho escravo. E todo esse conjunto de práticas de violência extra-econômica, por sua vez, fazia parte do processo de acumulação primitiva do capital, próprio de períodos antediluvianos do capital, portanto, inerente a uma época de capitalismo incipiente.

²² Cano (1998: 49).

É bom afirmar que a catequese do gentio, estratégia de colonização da empresa jesuítica, não conseguiu se consolidar e, por conseguinte, consistiu numa meta que se frustrou em todas as terras de floresta tropical da Amazônia colonial.

No período colonial, as condições históricas em terras de florestas de “Rondônia” revelam uma frágil base material para a constituição de um processo produtivo de riqueza mercantil, voltado para o mercado consumidor europeu, e, por isso, não se traduziram em exportações líquidas. As atividades econômicas que os colonos tentaram implantar, nessa área, tiveram por base o comércio de escravos indígenas para o mercado regional, ou a coleta de produtos florestais. O baixo nível técnico que acompanha o processo produtivo de coleta florestal; o baixo nível cultural do indígena (geralmente nômade e não tendo conhecimento dos metais), uma população colonial muito pequena, e, ainda, a existência de dificuldades no meio de comunicação representada pela presença das cachoeiras no rio Madeira, respondem ao fato de que não foi possível construir um aparato produtivo coetâneo com a base técnica. Em suma, não é possível falar de constituição de uma economia colonial de “Rondônia”, no período da colonização portuguesa na Amazônia.

Sobre o processo de colonização portuguesa em terras do Madeira, assim se expressou Vitor Hugo em seu clássico estudo *Desbravadores*: “encontraremos no correr da História, alguns deslocamentos para a região do Madeira processados em épocas diversas, mas só de degradados, ciganos, aventureiros e de mulheres erradas, mais para tentar riquezas ou aventuras, do que para povoar novas terras.

Aliás, para a colonização de uma longa língua de terra à margem de um grande rio como o Madeira, terra selvagem, perdida nos confins da colônia, a um ponto quase inacessível pelas dificuldades do transporte, pelo ambiente estreito, pelo próprio método de fixação, eram necessários recursos psicológicos e materiais incalculáveis. Seria tediosa a referência à insalubridade do terreno; à discordância e ao desnível de características psíquicas e somáticas entre o colonizador e o natural; à deficiência de cultura existente entre as duas forças antagônicas possessórias; à fraqueza, por fim, do coeficiente demográfico de colonos”.

Convém sublinhar que um marco relevante entre os que compõem o quadro das raízes históricas de “Rondônia”, no período colonial, consistiu na construção do Forte Príncipe da Beira. Não apenas por sua função militar, muito pequena no período, mas, sobretudo, porque marca a presença estratégica do Estado colonial português, e, ao mesmo tempo, vai garantir o controle da comunicação na fronteira oeste amazônica. A conquista deste território amazônico colonial e a conformação deste limite fronteiro com os espanhóis, depois com a Bolívia, será

preservado na constituição do território brasileiro, seja durante o período do Estado Imperial, seja no do Estado sob a forma de República do Brasil. Em poucas palavras, o legado desse período colonial para o Brasil, a Amazônia e Rondônia consistiu basicamente na delimitação e conquista do território.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA E DINÂMICA DA ECONOMIA DA BORRACHA

2.1. A ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA GOMÍFERA DA AMAZÔNIA

O drama humano dos seringueiros da Amazônia se encontra relatado literariamente em “Judas-Asverus”, num livro de ensaios denominado “À Margem da História”, de Euclides da Cunha (1967: 24/79). Neste ensaio, o autor capta a natureza da condição social e expõe a carência de perspectivas de futuro para os seringueiros, a consciência desse grupo social provinda de uma religiosidade como formuladora de uma visão realista de impotência transformadora, num ambiente social e natural de floresta tropical e que oferta escasso momento de lazer, durante o período de esplendor da economia primária mercantil extrativista da borracha.

Nesse ensaio, Euclides da Cunha apresenta uma denúncia política pioneira sobre o processo de formação econômica e regional da Amazônia, durante o período da economia primária mercantil extrativista da borracha. Ele denuncia a situação de exploração econômica dos seringueiros, bem como a existência de relações sociais de produção atrasadas na economia, porque autoritárias e não especificamente capitalistas, sob o comando direto de uma elite local mercantil formada por seringalistas. Ademais, deixa claro que inexistia aí mecanismo de participação política e de reivindicação por parte dos seringueiros. Mostra, assim, que, nessa relação conflituosa de interesses, a consequência não poderia ser outra senão a de uma impossibilidade de barganha dos seringueiros, no marco legal vigente da construção republicana brasileira e da economia tradicional regional amazônica. É daí que emerge uma determinada lógica configurada numa situação de exclusão social, mas também econômica, no que se refere à apropriação relativamente vantajosa do produto social efetivo, e também numa assimetria de poder econômico entre seringalistas e seringueiros.

Todavia, essa visão analítica e crítica do autor só se completa com o trecho no qual diz que, na Amazônia, o seringueiro sabe que deve seguir impassível, mudo e estoicamente, nesse grande isolamento da sua aventura, embora se destituindo de corpórea materialidade humana. E isto é assim porque “só lhe é lícito punir-se da ambição maldita que o conduziu àqueles lugares para entregá-lo, maniatado e escravo, aos traficantes impunes que o iludem - e este pecado é o seu próprio castigo, transmudando-lhe a vida numa interminável penitência. O que lhe resta a fazer é desvendá-la e arrancá-la da penumbra das matas, mostrando-a, nuamente, na sua forma apavorante, à humanidade longínqua...” (Cunha, 1967: 74). Aqui parece que o autor tem muito

claro que, na esfera da circulação da atividade extrativa de borracha amazônica, há um processo de exploração e apropriação de trabalho do seringueiro, de uma troca desigual, de uma apropriação de valor, por parte dos “traficantes impunes”.

Euclides da Cunha elabora uma expressão síntese acerca das relações sociais de trabalho na economia primária mercantil extrativista da borracha da Amazônia, ao anunciar a tese de que “O seringueiro é o homem que trabalha para escravizar-se”. E a defesa desta tese é feita tomando como base uma análise conjunta dos custos do traslado do seringueiro nordestino para a Amazônia, bem como da contrapartida remunerativa de sua produção extrativa de borracha, isto é, do trabalho do seringueiro, que se expressa na receita monetária obtida. De modo que o período de análise abrange tanto toda a trajetória social de origem e destino do migrante nordestino, quanto o início e resultado do processo produtivo. Em outras palavras, a análise do autor considera desde a etapa do deslocamento inicial do migrante, até o início do deslanchar efetivo do processo produtivo na Amazônia.

Euclides da Cunha procura mostrar, então, que a raiz do problema decorre, em primeira instância, de uma luta desigual direta entre o grupo social dominante formado pelos seringalistas e o grupo dominado constituído pelos seringueiros. Aqui, será feita uma breve digressão acerca do real poder do seringalista.

A fonte do poder do seringalista na economia extrativista da borracha provém, sobretudo, do mecanismo da violência. Essa violência tanto toma a forma de um controle extra-econômico da mão-de-obra, caracterizando assim relações de trabalho não capitalistas, quanto toma a forma de um simples cercamento da natureza amazônica e de uma apropriação privada de terra de floresta, pela camada dominante de seringalistas, sem passar por compra, por arrendamento ou por qualquer instrumento legal de titulação da propriedade reconhecido pelo Estado. Como se sabe, na história real, a violência - sob a forma de conquista, de subjugação de homens ou de assassinato - cumpre o papel principal como um meio de enriquecimento, de acumulação de capital, de fonte de poder econômico ou político de um grupo social ou classe dominante, seja durante os processos de transição histórica de uma sociedade pré-capitalista para uma sociedade capitalista em formação, ou mesmo em sociedades do sistema capitalista já consolidado.²³

É com base na noção de existência de um conflito de interesses entre seringalistas e seringueiros que Euclides da Cunha vai defender uma original idéia de política normativa para a Amazônia: o Estado deve garantir o império da lei e da justiça, e, assim, promover uma

²³ Ver Foweraker, 1981: 217/224; Marx, 1982, capítulo XXIV.

intervenção distributiva no processo produtivo da economia da sociedade amazônica, e, desse modo, deve se constituir numa força austera capaz de dobrar todas as demais forças civis dessa sociedade, particularmente, as forças que comandam diretamente a empresa exploradora e autoritária, que é a empresa extrativa e mercantil da economia da borracha.

Euclides da Cunha daí deriva e apresenta a inusitada idéia de que a saída socialmente mais justa do problema social existente consiste, sobretudo, em deflagrar um processo de distribuição de áreas no território extrativista da borracha, que beneficie de fato os seringueiros, sob a forma de lotes extrativistas de borracha, através de uma política formulada, fomentada e executada pelo Governo brasileiro. Era dessa forma que o autor via a possibilidade de desencadear uma construção social não excludente na Amazônia. A exposição explícita da tese da necessidade de ser implementada uma política pública de distribuição de lotes extrativistas na economia primária mercantil da borracha, como meio de promoção da erradicação da desigualdade econômica e social, é anunciada quando o autor relata o fato de como um conjunto de fatores também vai obstaculizando as chances do seringueiro de obter ganhos materiais para a sua vida e da sua família; e, por conseguinte, criando entraves a qualquer possibilidade de uma ascensão social ou política nesse ambiente amazônico. Esse autor diz que isso é assim porque o seringueiro logo vê os seus encargos se multiplicarem ainda mais em razão de uma série de fatores como, muitas vezes, carregar a família para o seringal, ou geralmente adoecer, ou, ainda, face às normas estabelecidas pelo grupo que diretamente comanda a empresa mercantil extrativa da borracha.

Segundo Cunha (1967: 26), a regulamentação no interior do seringal consiste em algo que denota uma postura econômica para a empresa mercantil e extrativista da borracha, com base em regras autoritárias, como um exercício de poder unilateral e, portanto, isso pende contra o seringueiro.

Euclides da Cunha sintetiza a sua tese de modo cristalino ao esclarecer o sentido da resenha: “Dela (a resenha) ressalta impressionadoramente a urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma forma qualquer do *homestead* que o consorcie definitivamente à terra” (Cunha, 1967: 27).

Grandes intérpretes e pensadores da Ciência Social brasileira reconhecem o pioneirismo da denúncia de Euclides da Cunha, quando focam o tema da exploração do trabalho do seringueiro. Contudo, esta questão na literatura não é isenta de controvérsia: alguns afirmam que

se trata de uma relação social baseada no trabalho escravo, enquanto outros dizem que a relação é de trabalho servil.²⁴

Tabela 6 – Exportações de Borracha da Amazônia: 1827- 1940

Médias Anuais	Quantidade (t)	Valor (Contos de réis)
1827 – 1830	82	39
1831 – 1840	231	123
1841 – 1850	469	191
1851 – 1860	1.938	2.014
1861 – 1870	3.717	4.894
1871 – 1880	6.023	10.790
1881 – 1890	11.005	18.549
1891 – 1900	21.376	116.333
1901 – 1910	34.508	226.884
1911 – 1920	32.875	140.677
1921 – 1930	20.264	82.044
1931 – 1940	11.556	45.243

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil (vários anos)

A partir da primeira metade do século XIX, a Amazônia inicia o processo de formação de sua economia primário-exportadora extrativista de borracha. Isso porque é com base na extração natural de borracha que a região se integra, novamente, ao comércio internacional, se reconstituindo como uma economia mercantil. Daí, o movimento econômico de sua atividade produtiva será essencialmente uma determinação do mercado consumidor industrial externo.

A Amazônia, ao conjugar algumas condições históricas para materialização produtiva, desencadeia um processo de oferta de um produto originário de sua vasta floresta tropical, cuja demanda externa se explicita e se efetiva. Essa reinserção da Amazônia na divisão internacional ocorre num momento em que o mundo capitalista industrial encontrava-se sob a hegemonia inglesa, e o intercâmbio entre países soberanos conforma uma nítida especialização entre os que exportam manufaturas e os que exportam alimentos e matérias-primas.

Sob a ótica da evolução da quantidade exportada, a Amazônia apresenta uma exportação média anual de 82 toneladas, no período 1827/1830, e segue se expandindo até atingir 34,5 mil toneladas anuais como média, no período entre 1901 e 1910. A partir daí, a exportação média

²⁴ Ver Prado Júnior (1980: 238); Furtado (1989: 134); Martins (1997: 82/3).

anual cai para cerca de 32,8 mil toneladas (1911/1920), para 20,2 mil toneladas (1921/1930), e, finalmente, para 11,5 mil toneladas (1931/1940).

Em relação à evolução do valor monetário exportado, as cifras do valor médio anual das exportações da Amazônia, em contos de réis, mostram uma trajetória de expansão e declínio, no período entre 1827 e 1940, similar ao comportamento constatado com as exportações físicas.

Tabela 7 – Taxas geométricas de crescimento anual das exportações de borracha da Amazônia: 1827 – 1940 (%)

Período	Quantidade (t)	Valor (Contos de réis)
1827 – 1830	50	67
1831 – 1840	11	15
1841 – 1850	9	4
1851 – 1860	6	13
1861 – 1870	7	9
1871 – 1880	3	2
1881 – 1890	9	9
1891 – 1900	4	14
1901 – 1910	2	8
1911 – 1920	-4	-13
1921 – 1930	-2	-1
1931 – 1940	-1	12

Fonte: (dados brutos) IBGE. Anuário Estatístico do Brasil (vários anos).

A análise comparativa acerca dos ritmos de crescimento do quantum exportado e da receita monetária exportada, cotada em contos de réis, evidencia que o dinamismo dessa economia amazônica caracteriza um singular ciclo econômico dependente do mercado externo, conformado num processo primário extrativista mercantil exportador de borracha, que se expressa em três momentos históricos muito bem delimitados:

a) apogeu da expansão econômica regional e da rentabilidade na empresa mercantil extrativista da borracha. Isso ocorre no período 1827/1910, durante as décadas de 1830, de 1850, de 1860, de 1890, e na primeira década do século XX. Este é o tempo em que o crescimento do valor exportado suplanta o ritmo do quantum exportado, o que sugere, portanto, que os

proprietários da empresa auferem lucros, internalizam ganhos privados na economia local e, assim, se concretiza um amazônico processo de acumulação de capital;

b) expansão econômica regional e da rentabilidade na empresa mercantil extrativista da borracha, de um modo balanceado, durante a década de 1880. Aqui é o tempo do único ritmo de crescimento equilibrado entre o valor exportado e o quantum exportado (neste período quando comparado ao imediatamente anterior, o valor exportado global cresceu em 71,91%, enquanto que a quantidade exportada total cresceu em 82,72%). Desse modo, esse período é considerado também parte do longo processo de apogeu da expansão econômica regional. Daí que, aqui, também, se internaliza um processo de acumulação de capital na economia;

c) inflexão e retração da economia e da rentabilidade na empresa mercantil extrativista da borracha, durante as duas últimas décadas seguintes da série em estudo.

As taxas supracitadas denotam crescimento negativo, indicando queda na taxa de lucro para a empresa, prejuízos para os empresários e, em última análise, ausência de acumulação de capital e, por conseqüência, crise econômica na sociedade amazônica.

Já sob o ponto de vista apenas do quantum exportado, a Amazônia apresenta, inicialmente, um crescimento totalmente anômalo, vez que a exportação física cresce a uma taxa geométrica de crescimento anual de 50% (com uma base de exportação que parte de um total de trinta e uma toneladas, em 1827, para atingir a cifra de cento e cinquenta e seis toneladas, em 1830), durante o período 1827/1830. Mas, em seguida, o ritmo de crescimento da quantidade exportada logo vai relativamente perdendo ímpeto, pois as taxas de crescimento do quantum exportado regional vão passando a ser de cerca de 11% a.a. (1831/1840), de 9% a.a. (1841/1840), e de 6% a.a. (1851/1860).

No período 1861/1870, o ritmo de crescimento das exportações de borracha da Amazônia se mostra um pouco superior ao da década próxima anterior, já que sua taxa geométrica de crescimento anual é de 7%.

No período compreendido entre 1871/1880 e 1901/1910, quando nasce a indústria automobilística e tem início a concorrência asiática, o padrão de crescimento das exportações da Amazônia será muito irregular: as exportações voltam a crescer menos no período 1871/1880, em relação ao período 1861/1870, numa taxa de cerca de 3% a.a.; depois, crescem à uma taxa de 9% a.a. (1881/1890); em seguida, o ritmo se reduz à taxa de 4% a.a. (1891/1900); depois, o crescimento das exportações de borracha seguem perdendo um pouco mais de ritmo, vez que o quantum exportado passa a crescer apenas a taxa geométrica de crescimento anual de 2% no período 1901/10.

O período compreendido entre 1911/1920 e 1931/1940 constituirá o momento do crescimento negativo das exportações físicas de borracha da Amazônia, o que explicitará o estado de crise econômica para a sociedade regional.

Sob o ponto de vista do valor mercantil da exportação de borracha, expresso em contos de réis, o valor exportado da Amazônia se apresenta crescendo a um ritmo relativamente também decrescente nas três décadas iniciais de sua atividade extrativa. Isso porque o valor exportado cresce a taxa de 67% a.a. no período 1827/1830 (com uma base em valor monetário exportado inicial de nove contos de réis, em 1827, para alcançar o montante de setenta contos de réis, em 1830), de 15% a.a. no período 1831/1840, e de 4% a.a. no período 1841/1850.

O valor exportado de borracha da Amazônia volta a crescer no período 1851/1860, a taxa de 9% a.a. ano para, em seguida, reduzir o ritmo à taxa de 2% a.a no período 1871/1880.

O crescimento é relativamente retomado no período 1881/1890, manifesto na taxa geométrica de crescimento anual de 9%, e muito mais expressivo no período 1891/1900, já que a taxa é, agora, de 14% a.a. Em seguida, o ritmo de crescimento do valor exportado se reduz para a taxa de 8% a.a. no período 1901/10.

Entre 1911/1920 e 1931/40, o valor exportado de borracha da Amazônia apresenta um ritmo de crescimento negativo, com taxas de -13% a.a. (1911/1920) e -1% a.a. (1921/1930), de um lado; de outro, o crescimento do valor exportado é retomado, expresso na taxa geométrica de crescimento anual de 12% (1931/1940).

Convém lembrar que, como registra a literatura da história econômica amazônica, a produção extrativa de borracha tem início ainda com base na exploração da mão-de-obra indígena (1827), pois, mesmo após a abolição (1888), ou durante a passagem para o século XX, o trabalho compulsório do índio seguia sendo o suporte da exploração extrativa em algumas áreas da Amazônia. Contudo, sob o ponto de vista quantitativo, a mão-de-obra indígena terá participação muito marginal na atividade extrativa da borracha, em virtude da redução sofrida em sua população e do afastamento dos índios tribais dos centros produtores iniciais.

Os extratores de seringa logo percebem que a *Hevea Brasilienses* é uma variedade de planta, que mais produz látex, dentre as *heveas*. E os indígenas da região há muito que a conheciam e a utilizavam para fazer bolas, seringas, ou para impermeabilizar objetos. É uma planta proveniente da Amazônia e encontrada tanto em terra firme, quanto em várzeas.²⁵

²⁵ Ver Santos (1980:29/30); Reis (1953:17).

Na primeira metade do século XIX, o preço externo da tonelada de borracha natural começa a aumentar, estimulando a produção da atividade extrativa vegetal gomífera e parecendo surgir, assim, um alento para a economia amazônica. No entanto, a borracha ainda é um produto extrativo, que não tem nenhuma capacidade de reversão do panorama de crise e decadência regional.

Por ser uma matéria-prima de restrito consumo industrial e de baixa capacidade de oferta interna, o produto borracha natural constituía uma economia, na qual os mercados de oferta e demanda ainda se encontravam bastante constrangidos: sob o lado da oferta, a produção extrativa de borracha era limitada pelo reduzido número de trabalhadores engajados no processo produtivo; já que concorria por mão-de-obra indígena com a atividade principal, o que bloqueava o crescimento da produção exportada: as exportações de borracha representavam apenas 16,6% do valor total exportado regional em 1838, e não chegavam a ultrapassar 24%, em 1848; sob o lado da demanda, era incipiente o estado da indústria de artefatos de borracha da Inglaterra e dos Estados Unidos, evidenciado na limitada procura desses dois países capitalistas: a Inglaterra importava 23 toneladas de borracha, em 1830, e passa para 68 toneladas em 1845; 209, em 1850, e 1,8 mil toneladas, em 1855.

Os Estados Unidos importavam 1,0 mil toneladas em 1850 e passam para 3,0 mil toneladas em 1855. Ademais, contribuía o fato de que a invenção da vulcanização (1838), por Charles Goodyear, ainda não havia se incorporado ao processo produtivo industrial da borracha e, portanto, isso também comprimia a demanda externa.

Na segunda metade do século XIX, emerge o período de esplendor da economia primária mercantil e extrativista de borracha da Amazônia, à medida que se desenvolve a indústria de artefatos de borracha vulcanizada (inglesa e norte-americana), concomitante ao estímulo para o aumento da produção de látex. E coincide com a melhoria no setor mercantil de transportes, com a introdução do navio a vapor (1853), cuja linha é monopolizada pela companhia do Barão de Mauá, o que vai ampliar o acesso às regiões produtoras – mais tarde (1866), as pressões imperialistas inglesas e norte-americanas conseguem a abertura do Amazonas à navegação internacional. Em seguida, a Amazon Steam Navigation incorpora as companhias existentes (1874) e monopoliza todas as operações (1876), o que vai se traduzindo em caminho para a penetração e domínio do capital mercantil internacional na Amazônia.

Inicialmente, os centros locais produtores do látex da seringueira se concentravam no Pará, em algumas ilhas como a de Marajó e rios como o Xingu, o Jarí, o Tapajós, o Tocantins e o Guamá. Mas, tão logo ocupadas essas áreas, ou esgotadas, em decorrência do emprego de

técnicas predatórias, a produção extrativista de borracha continuava incorporando as áreas de seringueiras do Amazonas e de novas áreas produtoras, na direção dos rios Madeira, Juruá, Purus e Acre, incorporando, inclusive, novas áreas ao território brasileiro, como foi o caso do Acre.

No terceiro quartel do século XIX, a borracha se constitui na principal atividade econômica da Amazônia, pois concentrava quase a totalidade de todos os recursos produtivos. A produção extrativa de borracha natural sai de uma posição de apenas 10,7% do valor total exportado regional em 1848, para participar com 71,9% do valor total, em 1872.²⁶

A supremacia da economia primária mercantil e extrativista de borracha amazônica, cuja produção implicava o emprego de praticamente toda a mão-de-obra regional disponível, aliado ao fato de que a demanda de consumo era suprida com importações, inclusive gêneros alimentícios para a população local, traduzia-se, também, em desalento e entrave ao desenvolvimento de relações mercantis na agricultura amazônica. E não era desprezível o peso da importação de alimentos na pauta importadora da região: por exemplo, em 1913, a Amazônia chegava a importar 28% do total de arroz importado pelo país, 35% do feijão, 35% do milho e 17% da batata.²⁷

A emergência do período de esplendor da economia primária mercantil e extrativista de borracha da Amazônia deveu-se basicamente a conjugação de três fatores: a) a ascensão do preço externo da tonelada da borracha, entre a segunda metade do século XIX e o primeiro decênio do século XX; b) a combinação da longa estiagem nordestina (1877-1880), do estado de decadência do Nordeste e da propaganda e traslado subsidiado pelos governos amazônicos que resultaram numa grande corrente migratória de trabalhadores para as áreas extrativistas de borracha da região. Este fluxo migratório se constituiu no grande fator responsável pela expansão da oferta, já que os métodos extrativistas de produção de borracha eram sempre baseados na acumulação de capital de tipo extensivo; c) o fato de que entre os últimos anos do século XIX e o primeiro decênio do século XX, o capital monopolista internacional ter escolhido a borracha como uma matéria-prima de expressiva demanda no mercado mundial, em função da intensa expansão da Indústria Automobilística inglesa e também da norte-americana.

Aqui, é colocada uma questão, que parece fundamental: por que todo esse processo histórico amazônico não conseguiu constituir um complexo econômico, como ocorreu com a economia cafeeira de São Paulo?

A resposta é que a Amazônia não conforma um complexo econômico, face às

²⁶ Ver Batista (2004: 32/63).

²⁷ Ver Cordeiro (1982:47); Cano (1998:70).

determinações externas e internas de sua economia.²⁸

Sob a ótica externa, o principal entrave decorre da própria constituição e vicissitudes do setor externo da economia primária mercantil extrativista de borracha da Amazônia. E a queda dos preços externos da borracha revelará a vulnerabilidade econômica regional, vez que a economia não responde com inovação técnica e nem com aumento de produtividade na atividade. Isso é assim porque a inserção internacional de uma economia regional primária, exportadora e subdesenvolvida tem os seus movimentos de expansão ou de retração (ou depressão), determinados por preços e quantidades demandadas pelos países capitalistas desenvolvidos, quando a variável dinâmica consiste nas exportações.

É justamente no período de esplendor da economia da Amazônia, sobretudo, a partir do momento em que a região vai conseguindo exportar para o mercado internacional e crescendo de modo acelerado, que coincide também com uma fase de expansão do sistema capitalista, que, por sua vez, também está promovendo uma transformação radical na divisão social do trabalho e constituindo a sua Segunda Revolução Tecnológica. Esta se traduz numa onda de inovação, com a descoberta de novos materiais e de novas forças produtivas (o aço, o petróleo, a energia elétrica, o motor a combustão, o telégrafo, o telefone). E tudo isso resulta numa redução do tempo de trabalho, no aumento da produtividade do trabalho, numa redução de custos e preços de oferta, e, em última análise, num novo ciclo de acumulação sem precedentes para o capitalismo.

Para ter uma noção de como a determinação da dinâmica capitalista cêntrica se expressava numa demanda externa por borracha crescente e, ao mesmo tempo, isso era coincidente com o avanço e necessidade progressiva de aumento da produtividade do trabalho, promovido pelo capitalismo, basta observar o exemplo do ritmo de produção dos Estados Unidos, no ramo automobilístico: em 1900, os estadunidenses produziam um total de 4,3 mil carruagens sem cavalos. Em 1911, estavam produzindo 35 mil automóveis Ford Motor Company, ao preço médio de 780 dólares cada carro. Em 1921, a Ford já produzia 1,2 milhão de automóveis, ao preço de 380 dólares cada.²⁹

Será justamente na lógica de barateamento do custo do capital constante, como forma de elevar a taxa de lucro, que o capital industrial inglês irá atuar em detrimento da economia da Amazônia. Isso foi assim porque, à medida que os preços da borracha elevavam-se no mercado capitalista internacional e a Amazônia detinha o monopólio de sua produção, cuja matéria-prima era cada vez mais disputada e imprescindível para a indústria dos países centrais, o capital inglês

²⁸ Apoio-me, sobretudo, em Cano, 1988.

²⁹ Ver Pochmann (2001:55/57).

elabora um plano para deslocar a produção para fora da região; ou seja, para as suas colônias. O objetivo evidente era monopolizar a fonte dessa matéria-prima, a fim de elevar sua taxa de lucro, ao tempo em que reduzisse os custos dos elementos do capital constante - circulante. A estratégia econômica inglesa visava tanto quebrar o monopólio de produção de borracha amazônica, quanto a constituição de um mercado produtivo mais acirrado, como forma de promover uma disputa entre preços de oferta de borracha compatível com o próprio ritmo de andamento do capitalismo. Em última análise, o capital inglês pretendia exercer o total controle dos preços da borracha no mercado internacional, assim, criou espécimes de *heveas* adaptadas, que apresentassem maior produtividade física de látex e fazer plantações racionais, e isso articulado com uma nova organização do trabalho. A finalidade do plano era obter a maior rentabilidade possível da empresa, o que, em poucas palavras, significa dizer: produzir borracha com eficiência para o capital. Ou seja, todo o sentido da estratégia simplesmente consistia em criar uma *plantation* de borracha capitalista.

Em 1873 e 1876, a Inglaterra transplanta a semente de seringueira (*hevea*) para o Jardim Botânico londrino de Kew, iniciando experimentos para a sua produção nos seringais de cultivo, em suas colônias do Sudeste Asiático (Ceilão e Malásia). O capital inglês investe na formação de extensas plantações, o que vai se expressando no aumento da produtividade do trabalho, melhor qualidade e menor preço da borracha ofertada por suas colônias no mercado internacional. Em seguida, os holandeses e franceses também passam a fazer parte da disputa pelo domínio das fontes supridoras dessa matéria-prima, pois introduzem plantações comerciais capitalistas em suas colônias, que são Indonésia e Indochina, respectivamente.

A entrada das plantações comerciais capitalistas de borracha das colônias inglesas, holandesas e francesas no mercado mundial, sob o comando do capital industrial monopolista europeu, inicialmente, rompe a hegemonia da produção silvestre amazônica, a partir de 1889. Entretanto, a produção asiática que se assenta numa produtividade do trabalho relativamente superior e materializa-se no menor preço, vai progressivamente excluindo a produção de borracha natural amazônica do mercado, e, em última análise, é isso que vai provocar a marginalização da produção da economia primária mercantil extrativista de borracha da Amazônia. A estrutura agroindustrial da *plantation* de borracha capitalista inglesa, com dinâmica voltada para o aumento da produtividade do trabalho, bem como promovendo redução do seu preço de oferta e, ainda, norteadas em método de acumulação de capital intensiva, afirmará, na arena do mercado internacional, toda a sua superioridade econômica em relação à estrutura de produção primária mercantil e exportadora amazônica.

A produção asiática gerava pouco mais de 28 mil toneladas de borracha exportada em 1912, e, em 1913, já exportava 48 mil toneladas. Em 1914, passa para 71 mil toneladas e, progressivamente hegemônica, chega, em 1919, a representar 90% da produção de borracha mundial.³⁰

Sob o prisma dos determinantes internos, uma cesta de problemas explica por que a economia da Amazônia não conseguiu promover nem uma diversificação produtiva, nem constituir um complexo econômico.

Em primeiro lugar, houve falta de autonomia da economia para internalizar o excedente econômico regional. Isso se explica porque a economia extrativista de borracha natural organizara-se pelos proprietários ou posseiros dos meios de produção (seringalista ou arrendatário), de um lado, e pelo produtor direto (seringueiro ou extrator de seringa), juridicamente livre, de outro. Nessa atividade econômica, as tarefas do seringueiro na unidade produtiva (seringal) consistiam em corte da seringueira, coleta do látex e defumação, numa jornada de trabalho com duração média de 14 a 16 horas diárias (Sobrinho, 1992).

No seringal, a relação de trabalho entre o seringueiro e o seringalista implicava uma relação social de sujeição, em decorrência da dívida pregressa do trabalhador extrator. A dívida era o meio de vincular o trabalho ao sistema produtivo de extração de borracha natural. Mas, na realidade, era uma relação de trabalho não assalariado. Na atividade gomífera, o dinheiro que compra o trabalho do homem do Nordeste para fazer dele um seringueiro na Amazônia, é o dinheiro-capital, que cria as condições produtivas materiais, em termos de força produtiva sob forma do trabalho, para a constituição de uma unidade de produção. Portanto, esse adiantamento é um investimento inicial do capital em trabalho. O objetivo deste capital é fazer com que o seringueiro produza mais trabalho do que o que ele custou para reproduzir o produto material no processo produtivo extrativo. Mas, para tanto, todo o ciclo produtivo deve resultar, ao mesmo tempo e ao cabo, em mais produto, e, portanto, em um maior valor mercantil.

Expandir a riqueza monetária mercantil é a lógica que vai nortear a ambição dos homens da empresa extrativa de borracha natural da economia da Amazônia. O dinheiro assume nessa economia a forma de capital produtivo, capital mercantil (comercial e usurário) e renda da terra, mas, não prospera a forma salário.

³⁰ Ver Prado Júnior (1980, cap. 9); Furtado (1989, cap. XXIII); Pinto (1984, cap. I).

Na economia da borracha da Amazônia, o mecanismo de exploração do trabalho do seringueiro constitui um circuito produtivo, no qual as esferas da produção e da circulação se encontram dialeticamente articuladas. A seguir, isso pode ser visto mais detalhadamente.

Na esfera da produção, há exploração do trabalho do seringueiro, pois os seringalistas detêm a propriedade ou posse da natureza, isto é, da floresta que contém árvores com a seringueira, e, com isso, constituem latifúndios. Assim, decidem e determinam o movimento do processo produtivo e subjagam o trabalho. Desse modo, esse segmento social faz uma apropriação direta do excedente, sob a forma de um produto do trabalho não pago ao seringueiro. Contudo, esta remuneração embolsada pelos seringalistas não deve ser chamada de renda de capital, mas, sim, de uma renda da terra: a renda de *heveas*. Além disso, como entre o seringueiro e o seringalista não há nenhuma relação social salarial, o seringalista faz uso de um outro mecanismo de exploração complementar, como meio de aumentar a apropriação do excedente, em detrimento do seringueiro. Ele o faz quando, enquanto seringalista, atua na esfera da circulação. Nesta, o seringalista faz uso do capital mercantil, seja com função de capital comercial, seja na de capital usurário.

A exploração global no extrativismo da borracha funcionava do seguinte modo: o produto excedente gerado pelo seringueiro era apropriado pelo sistema de aviamento, cujos mecanismos fundamentais consistiam na venda da borracha a preços rebaixados pelo seringalista, de um lado, e, de outro, na compra de meios de subsistência e de meios de produção com preços inflados do seringalista ao intermediário. Portanto, a sujeição do seringueiro ao seringalista era reproduzida numa cadeia creditícia, na qual os agentes econômicos exportadores e importadores (bancos e casas aviadoras), em função do mercado internacional, financiavam a produção da borracha e a importação na região, resultando, assim, no predomínio do capital mercantil.

Na realidade, na esfera da circulação se concentrava a disputa pela apropriação da maior parcela do excedente econômico da economia da borracha. A luta entre os grandes grupos dos interesses dominantes se dava entre os proprietários de rendas e os proprietários do capital mercantil, em suas diversas frações - capitais comerciais e capitais usurários, capitais mercantis nacionais e capitais mercantis estrangeiros. A grande fatia do excedente era apropriada pelo capital mercantil estrangeiro, dada a sua magnitude relativa e sua articulação direta com o mercado exterior. As demais frações do capital mercantil local e os proprietários ou posseiros da floresta amazônica se apropriavam de parcela relativamente irrisória do excedente da economia da borracha.

Em segundo lugar, a razão consistiu na existência de uma ampla rede fluvial na região, mas, também de uma elite local desprovida de visão acerca da importância de uma infra-estrutura econômica como condição fundamental de competitividade regional. Por isso, as escassas inversões ficaram restritas a algumas construções de portos e poucas oficinas de reparos de embarcações. Destarte, não foi possível canalizar investimentos para a implantação e constituição de um sistema de transportes amazônicos.

Em terceiro lugar, o fato da demanda de alimentos ter sido geralmente suprida através de importações. Portanto, isso não permitiu o surgimento de uma agricultura mercantil de alimentos. Logo, não foi possível fazer surgir uma empresa agrícola mercantil, sob domínio do capital, nem terras abertas que se destinassem à produção de alimentos para exportação. Além disso, também não foi possível fazer aparecer mão-de-obra excedente em relação às necessidades produtivas da economia da borracha que, em última análise, se traduzisse em elevada rentabilidade para o capital mercantil.

Em quarto lugar, a economia da borracha não proporcionou um campo atrativo para inversões industriais expressivas, seja porque era realmente muito baixa a remuneração dos empresários produtivos da borracha, seja porque a urbanização aí conformou uma economia muito limitada, em termos de mercados de bens, de serviços e de trabalho.

Em quinto lugar, a economia do extrativismo da borracha não realizou a dissolução completa entre o produtor direto e as condições objetivas do processo de trabalho, em face da sujeição e subordinação do seringueiro ao seringalista, e, por isso, não introduziu a relação social de produção básica do capitalismo na região, isto é, o trabalho assalariado.

Em sexto lugar, a economia primária mercantil e extrativista de borracha da Amazônia, sob o conseqüente domínio do capital mercantil e sua apropriação de parcela significativa do excedente gerado, vai obstaculizar um processo de acumulação de capital local, que consiga ser internalizada para a ampliação da capacidade produtiva regional. Por isso, a economia da borracha não se traduz em uma ampliação e diversificação da estrutura produtiva, tampouco em melhoria de renda e de emprego para a maior parcela da sociedade amazônica. E, por estar voltada para o mercado externo, grande parte do excedente econômico toma a forma de transferência para o exterior, seja através de remessas de lucros, juros ou via importação de bens e de serviços.³¹

³¹ Ver Cano (1998:50).

A constituição de uma indústria brasileira de artigos de borracha poderia estimular a atividade extrativa de borracha natural, acarretando a impulsão e mesmo reversão da crise instalada na economia da Amazônia? A resposta seria afirmativa, caso a condição de produtor monopolista e de maior exportador mundial de borracha tivesse sido também acompanhada da oportunidade de se internalizar um setor industrial manufatureiro brasileiro, integrado com a região e detentor de capacidade de oferta competitiva no mercado internacional.

Todavia, essas duas condições materiais não foram concretizadas durante o período de esplendor da produção gomífera. A acumulação não fez brotar na selva sequer um empresário empreendedor schumpeteriano capaz de criar uma unidade industrial de artigos de borracha. Também, nessa época, a Amazônia não pôde contar com migração de capital produtivo de outras regiões, para esse fim. A relação social denominada capital (relação social de dominação de homens sobre homens expressa na forma de mercadoria, de meios de subsistência, de meios produção ou de dinheiro), materialmente oriunda de outras regiões, sob forma de um capital produtivo, era algo muito escasso. Ademais, quando se coloca a situação de baixa taxa de lucro na atividade, como a que passa a ocorrer com a economia da Amazônia em crise, seria uma decisão deveras irracional fazer aí qualquer investimento produtivo, principalmente, despender capital produtivo com implantação de alguma fábrica de artigos de borracha. Uma outra razão é que o capital não cumpriria aí uma função de ajuda à região, pois o capital enquanto valor que se valoriza sempre se ajuda, em primeiro lugar, seguindo sua lógica de que o gasto monetário em meios materiais para concretizar uma atividade econômica, em qualquer localização, deve ser sempre no sentido de valorizar o seu próprio valor.

No Sul, por outro lado, não houvera desenvolvimento da indústria de artigos de borracha. Os principais problemas foram a grande distância associada aos altos custos dos fretes entre a Amazônia e o mercado consumidor. Ademais, a exportação *in natura* da borracha da Amazônia para os Estados Unidos e Europa tinha um custo menor para o capitalista mercantil local, e também para os demandantes dos mercados consumidores do Rio de Janeiro e São Paulo, mesmo quando estes importassem-na sob forma de artefatos de borracha.

É a partir do desencadear da crise, no biênio 1912/1913, que o Estado brasileiro formula um programa de apoio à economia amazônica, com medidas de incentivos ao beneficiamento da borracha e à fabricação de artigos de borracha no país. As medidas anunciavam a criação de estações experimentais, a promessa de bonificações para o plantio sistemático de seringueiras, a construção de estrada de ferro e também a isenção tributária para a importação de equipamentos e materiais, cuja finalidade fosse constituir uma fábrica de artigos de borracha.

Ainda para estimular o consumo, o Estado também anunciou incentivos e subsídios, a fim de promover o estabelecimento de fábricas de beneficiamento de borracha em cidades da Amazônia (Belém e Manaus), em cidades do Nordeste (Recife e Salvador), e em cidades do Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo).

Os incentivos consistiam em isenção de direitos alfandegários sobre máquinas e materiais importados, desde que tais tipos de bens ainda não fossem produzidos no país; isenção de tributos estaduais e municipais por um período superior a vinte e cinco anos; direito à desapropriação de terras para a construção de fábricas; e, ainda, direito a prêmio em dinheiro.

A falta de recursos públicos para financiar o programa resultou em seu malogro. E a produção nacional de artigos de borracha não apresentou avanço até a década de 1930. Dentre os seus principais problemas se encontravam: a) a falta de dotações nos orçamentos públicos, para financiamento do programa de apoio à criação de empresas de artigos de borracha; b) a capacidade competitiva, pois as fábricas instaladas de pneus não ofertavam um produto competitivo, nem em preço e muito menos em qualidade, frente aos concorrentes americanos e europeus e, por isso, logo sucumbiram; c) a distância entre a zona de produção gomífera e os centros consumidores implicavam em altos fretes para as firmas; d) a elevada escassez de oferta de mão-de-obra especializada e de técnicos qualificados no país; e) o custo de energia muito alto para as fábricas instaladas.

Na Amazônia, a fábrica de pneus instalada no Pará, que vinha produzindo em escala muito limitada, faliu no ano de 1929.

No período entre 1928 e 1938, o número de fábricas de artefatos de borracha que estavam registrados no fisco, portanto, pagantes de imposto de consumo, aumentou de 15 para 159. A grande maioria localizava-se em São Paulo e Rio de Janeiro, mas, havia algumas no Pará, no Amazonas e no Rio Grande do Sul. Em geral, eram pequenas oficinas de vulcanização, recauchutagem, ou mesmo pequenas fábricas de brinquedos. Apenas 32 eram fábricas de artigos de borracha, mas, somente três ou quatro tinham um maior porte e produziam de fato pneus, câmaras-de-ar, cabos elétricos isolados e alguns produtos de borracha.

A produção interna de bens de consumo de borracha (pneus e câmaras-de-ar) aumentou de 1 mil para 100 mil, entre 1930 e 1939. No entanto, essa oferta estava muito aquém da participação importada no mercado brasileiro.

Em 1936, os industriais estadunidenses compravam a borracha do mercado asiático a um preço que era inferior ao da matéria-prima brasileira, em cerca de mais de cinquenta por cento. E

mesmo ao final da década de 1930, a produção industrial de artigos de borracha ainda não havia se desenvolvido no país.³²

Entre a segunda metade dos anos vinte e primeira metade dos anos trinta do século XX, Henri Ford, capitalista norte-americano e inovador de processos de produção na indústria automobilística, ao introduzir a linha de montagem na fabricação de automóveis, tenta monopolizar o preço de oferta da borracha. Ele visa sobrepujar os capitalistas industriais ingleses, que exerciam o controle do preço da borracha no mercado internacional, a partir de suas colônias. Nesse sentido, ele apresenta ao governo brasileiro o projeto Fordlândia, um investimento orçado em mais de US\$ 20 milhões, como a sua versão de uma *plantation* capitalista de seringueira a ser implantada na Amazônia, na floresta do trópico úmido do Estado do Pará.

Esse capitalista industrial havia conseguido elevar a produtividade do trabalho, reduzir os custos de produção, produzir em série, incrementar as vendas e massificar o consumo de automóveis. Acreditava que a empresa devia se especializar num produto e, para tanto, necessitava verticalizar a produção, adotando o controle das fontes de matérias-primas, como no caso automobilístico, a matéria-prima industrial borracha.

Na Amazônia brasileira, contudo, o empreendimento capitalista de Henri Ford não progride. O capital industrial desse capitalista não consegue criar as condições materiais de sua reprodução na Amazônia. Todo o investimento realizado é aí capital infrutífero, não se torna valorização, pois é literalmente “engolido” *in totum* pela selva. A selva amazônica será não só cemitério de fracassado projeto de ferrovia inglesa, mas também do empreendimento agroindustrial americano.

A seguir, portanto, duas questões serão analisadas, através de procedimento de análise econômica comparativa, no sentido de estabelecer similitudes e diferenças entre a economia da borracha da Amazônia e a economia cafeeira de São Paulo, a fim de melhor entender a conformação do desenvolvimento de seus sistemas econômicos. A primeira indaga que tipo de indústria regional poderia ser engendrado pela economia primária, exportadora, mercantil e extrativista de borracha da Amazônia. A segunda investiga qual o estágio de desenvolvimento capitalista em que se encontrava a indústria de São Paulo, no mesmo período.

³² Ver Suzigan (2000:314/324).

Tabela 8 – Indústria da Amazônia, do Brasil e de São Paulo: 1907.

	Amazonas	Pará	Amazônia	São Paulo	Brasil
Valor da produção (Contos de réis)	13.962	18.203	32.165	118.087	741.536
% sobre as unidades da região; % sobre SP e o país; % sobre a Amazônia e o Brasil.	43,41	56,59	100,00	15,92	4,34
Capital empregado (Contos de réis)	5.484	11.483	16.967	127.702	665.977
% sobre as unidades da região; % sobre SP e o país; % sobre a Amazônia e o Brasil	32,32	67,68	100,00	19,18	2,55
Operários	1.168	2.539	3.707	24.186	151.841
% sobre as unidades da região; % sobre SP e o país; % sobre a Amazônia e o Brasil	31,51	68,49	100,00	15,93	2,44

Fonte: (dados brutos) IBGE (2003).

No Censo de 1907, a economia da Amazônia (Amazonas e Pará) aparece como uma atividade industrial global que representava cerca de 4,34% do valor da produção industrial nacional (montante de \$ 32,1 mil contos de réis), e também que participava com 2,55% do capital industrial total empregado (\$ 16,9 mil contos de réis). Ademais, empregava um total de 3,7 mil operários, o que perfazia, portanto, 2,44% do operariado do setor industrial brasileiro.

Nesse mesmo ano, a economia de São Paulo, sob comando cafeeiro, respondia por 15,92% do valor da produção industrial nacional (\$ 118 mil contos de réis), e por 15,92% do capital industrial empregado no Brasil (\$ 127,7 mil contos de réis). E a sua atividade industrial empregava a cifra de 24,1 mil operários, o que perfazia 15,93% do operariado total brasileiro.

Em 1907, havia apenas dois estabelecimentos industriais que fabricavam artigos de borracha, sendo ambos operados manualmente e localizados no Rio de Janeiro.

Na realidade, a estrutura industrial da Amazônia era muito incipiente, conforme pode se observar nos seguintes dados: em 1907 e 1919, a indústria madeireira era responsável por 25% do

total da produção industrial local; outros 25% da produção industrial se encontravam constituídos por um conjunto distribuído entre indústrias de bebidas, de alimentação e de fumo. Além disso, não havia aí nenhum registro de indústria têxtil na Amazônia.³³

Tabela 9 – População Ocupada na Amazônia, em São Paulo e no Brasil: 1920 e 1940 (Em milhares de pessoas).

	1920 (Amazônia)		1940 (Amazônia)
Agricultura	73,95		71,64
Indústria	9,42		6,62
Serviço	16,63		21,74
Total	100,00		100,00
1920			
	Amazônia	São Paulo	Brasil
Agricultura	369	866	6.377
% sobre a ocupação brasileira	5,79	13,58	-
Indústria	47	246	1.264
% sobre a ocupação brasileira	3,72	19,46	-
Serviço	5,50	17,16	-
% sobre a ocupação brasileira	499	1371	9.150
Total	5,45	14,98	-
% sobre a ocupação brasileira			
1940			
	Amazônia	São Paulo	Brasil
Agricultura	379	1.546	9.732
% sobre a ocupação brasileira	3,89	15,89	-
Indústria	35	434	1.517
% sobre a ocupação brasileira	2,31	28,61	-
Serviço	115	782	3.412
% sobre a ocupação brasileira	3,37	22,92	-

Continuação da tabela na página seguinte.

³³ Ver Cano, 1998:103.

Continuação Tabela 9 – População Ocupada na Amazônia, em São Paulo e no Brasil: 1920 e 1940. (Em milhares de pessoas)

Total	529	2.762	1.4661	
% sobre a ocupação brasileira	3,61	18,84	-	
Taxas geométricas de crescimento anual ocupacional: 1920-1940 (%)				
	Agricultura	Indústria	Serviço	Total
Amazônia	0,13	-1,46	1,64	0,29
São Paulo	2,19	2,88	5,68	3,56
Brasil	2,14	0,92	4,16	2,39

Fonte: Villela, A. V. & Suzigan, W. (2001).

A Amazônia era um espaço econômico com ocupação predominantemente rural em 1920. A agricultura participava com cerca de 73,95% do total de pessoas ocupadas, concentrando um contingente de 369 mil pessoas. A indústria empregava 47 mil (9,42% do total). E os serviços absorviam 83 mil e, assim, perfaziam cerca de 16,63% da ocupação regional. Grande parte dessa mão-de-obra tinha origem rural, era analfabeta e não qualificada.

Os dados de 1920 e 1940 mostram que a Amazônia perde participação relativa de 1,36% na ocupação total do país, o que difere diametralmente da trajetória da ocupação de São Paulo, que ganha 3,86%.

A dinâmica ocupacional no período 1920/1940 evidencia que o ritmo de crescimento da ocupação total da Amazônia é menor que o do Brasil e também do de São Paulo.

Nesse período, enquanto São Paulo introduzira relações de produção capitalistas na agricultura, baseadas no trabalho assalariado, bem como já dispunha da mais avançada estrutura industrial e de serviços do país, significando profunda mudança em sua estrutura produtiva; portanto, passando a ser a locomotiva industrial do modelo de crescimento nacional para dentro, a Amazônia mantinha a mesma estrutura arcaica de relações sociais não especificamente capitalistas, voltada para um crescimento para fora e em crise, e assentada num padrão de acumulação primário, extrativista gomífero e exportador.

Tabela 10 – Taxas geométricas de crescimento anual da população: 1827-1900 (%)

	Amazonas	Pará	Amazônia	São Paulo	Brasil
1872/1890	5,38	0,99	3,19	2,83	1,96
1890/1900	5,38	3,09	4,24	5,12	1,91
1872/1900	5,38	2,04	3,71	3,98	1,94

Fonte: (dados brutos) IBGE (2003)

Sob o ponto de vista da dinâmica demográfica na economia da Amazônia, é interessante o leitor perceber que o Amazonas crescia à uma taxa geométrica de crescimento anual de cerca de 5,38%, o Pará à taxa de 2,04% a.a., enquanto que a expansão da economia cafeeira promovia um crescimento na população de São Paulo em cerca de 3,98% a.a., durante a segunda metade do século XIX, conforme pode ser constatado nos dados dos recenseamentos gerais de 1872, de 1890 e de 1900.

No final do século XIX, a Amazônia tinha uma população total por volta de 695 mil habitantes, que representava cerca de 3,99% da população recenseada. E São Paulo contava com 2,2 milhões, ou cerca de 13,09% do total de brasileiros.

Em 1920, a população total era cerca de 1,4 milhão de habitantes para a Amazônia, aumentando, assim, relativamente, um pouco mais o seu percentual para 4,70% da população recenseada. São Paulo, por sua vez, apresentava uma população de 4,9 milhões de habitantes, perfazendo cerca de 14,99% da população nacional.

No período 1900/1920, a população da Amazônia se encontrava crescendo a uma taxa superior aos ritmos de expansão do Brasil e de São Paulo (Tabela 11).

Segundo Cano (1988: 100/101), o fluxo imigratório para a Amazônia equivalia a 38,5% do recebido por São Paulo, no período compreendido entre 1870 e 1920. O valor acumulado das exportações de borracha, por sua vez, representava cerca de 45% das exportações de café de São Paulo.

Tabela 11 - População da Amazônia e do Brasil nos anos de 1920 e de 1940

	1920	%	1940	%	Taxas de Crescimento (% a.a.)
Acre	92.379	6,42	79.768	5,45	-0,73
Amazonas	363.166	25,24	438.008	29,95	0,94
Pará	983.507	68,34	944.644	64,59	-0,20
Amazônia	1.439.052	100,00	1.462.420	100,00	0,08
		% sobre a população do Brasil		% sobre a população do Brasil	
Brasil	30.635.605	4,70	41.236.315	3,55	1,50

Fonte: (dados brutos) IBGE (2003).

Em 1920, a população da Amazônia correspondia a 4,70% da população recenseada, cujo contingente regional distribuía-se entre as unidades federativas do Acre (6,42%), do Amazonas (25,24%) e do Pará (68,34%).

Já no ano de 1940, a população amazônica perfazia um todo de 1,4 milhão de habitantes, correspondendo a 3,55% da população recenseada total, que se distribuía entre o Pará (64,59%), o Amazonas (29,95%), e o Acre (5,45%).

Entre os anos 1920 e 1940, o Acre e o Pará perdem participações relativas no efetivo populacional da Amazônia em termos absolutos e relativos, diferentemente do Amazonas, que ganha.

O período 1920/1940 também evidencia um crescimento populacional negativo para o Acre (-0,73% a.a.) e o Pará (-0,20% a.a.), e positivo para o Amazonas (0,94% a.a.) e para a Amazônia (0,08% a.a.). Esses dados indicam que a crise da economia da borracha parece ter atingido muito mais o Pará e o Acre do que o Amazonas, em termos de êxodo populacional.

A crise da economia primária mercantil e extrativista de borracha estancou a atração para a região e acarretou uma migração líquida negativa na Amazônia, pois muitos imigrantes nordestinos retornaram a seus Estados de origem. Alguns Estados do Nordeste passaram a apresentar taxas positivas de migração líquida, como, por exemplo, o Estado do Ceará, que se caracterizara por apresentar saldo negativo. A retração da atividade extrativista da borracha

amazônica reverteu totalmente o histórico fluxo migratório, pois o período 1920/1940 apresentou uma taxa média de migração interna negativa, em cerca de -13,72% ao ano. No período 1890-1900, a taxa se mostrara positiva (24,38% ao ano), bem como no período 1900/1920 (16,66% ao ano).³⁴

Quando a análise é feita acerca do processo de urbanização, é certo afirmar que o período de esplendor da economia primária mercantil extrativista de borracha da Amazônia, gerado pelo seu processo de acumulação de capital mercantil, acarretou uma relativa expansão no processo de urbanização amazônico, expressa numa melhoria arquitetônica, infra-estrutura e presença de novos serviços em suas duas cidades exportadoras e capitais provinciais: Belém e Manaus.

A partir da segunda metade do século XIX, a cidade de Belém, principal praça exportadora regional, é *locus* de abertura e pavimentação de ruas, de novas estradas, e de construção de palacetes “parisienses” e de alguns belos prédios. Há também construções de igrejas e edifícios públicos com altas torres e cúpulas. As casas de moradia, de um modo geral, tinham apenas um pavimento.

É nesse período que a cidade de Belém cria a sua Capitania do Porto e também passa a dispor de alguns novos serviços, com a emergência de instituições comerciais e financeiras como o Banco Comercial da Província do Pará, a Caixa Filial do Banco do Brasil e a casa bancária Mauá & Companhia.

O financiamento dessa urbanização tem como origem os gastos privados e públicos, decorrentes da apropriação e retenção do excedente econômico por parte de uma elite muito restrita e que conforma o mundo privado, de um lado; de outro, pelo setor público local, em razão do aumento de receita tributária, face à elevação das exportações de borracha.³⁵

Na cidade de Manaus também ocorrem avanços em sua dimensão urbana. Esta cidade, historicamente, surgiu da construção do fortim de São José da Barra, durante o século XVII. Razão pela qual, foi se formando um povoado que, ao longo do tempo, recebia alterações de nomes como Barra, Vila da Barra, Cidade da Barra do Rio Negro e, finalmente, Manaus (1856).

O nome Manaus é originário da nação indígena Manaós, cujos índios habitavam às margens do Rio Negro e que na língua nativa significava “Mãe dos Deuses”. A grande maioria da população vivia à beira-rio, e, por isso, os barcos eram o principal meio de transporte, seja para a comercialização de mercadorias, ou para condução dos nativos.

³⁴ Ver Villela e Suzigan, 2001:287/291.

³⁵ Ver Batista, 2004: 50/57.

Os gastos públicos do governo do Amazonas, resultantes de receitas tributárias sobre as crescentes exportações de borracha foram, inicialmente, direcionando para construções de alguns canais e pontes. A expansão das exportações da borracha também fez com que Manaus se tornasse a segunda cidade do país a instalar iluminação elétrica. Além disso, a “Paris da Selva” passou a contar com empresas de navegação que a ligaram ao mundo capitalista industrial e demandante de borracha natural, através de concessões de linhas de transportes ofertadas pelo setor público. Uma outra forma foi sua vinculação aos compradores de borracha natural, em nível internacional, através da instalação de rede telegráfica, na cidade de Manaus.

Na segunda metade do século XIX, com receita tributária em elevação e capacidade de financiar obras, o governo estadual do Amazonas decidiu construir o imponente Teatro Amazonas, com o objetivo de materializar um projeto de construção de uma Casa de Ópera, em plena selva tropical brasileira. Ademais, era uma construção de um teatro que implicava incorporar uma diversidade de estilos arquitetônicos, e, portanto, ao se concretizar, prenunciava o que viria ser o modernismo do século XX no Brasil. E como modernismo significava o gosto europeu pela ostentação do luxo, da riqueza material e do dinheiro, que necessariamente era resultado de um processo de acumulação de capital, o Teatro do Amazonas, em que pese enfatizar a cultura regional, se encontra impregnado desse conceito de modernidade suntuosa.

No momento de inflexão do período de esplendor e de crise da economia primária mercantil extrativista da borracha, quando os ricos abandonavam a cidade de Manaus, e a população sem condições de moradia, de renda e de emprego; que fora forçada a migrar da área rural para a urbana e daí começar a edificar sua favela flutuante, como única alternativa habitacional.

Tabela 12 - População das cidades da Amazônia, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

	1872	1890	1900	1920	1940
Rio Branco	-	-	-	19.930	16.038
Manaus	20.334	38.720	50.300	75.704	106.399
Belém	61.997	50.064	96.560	236.402	206.331
Amazônia	91.331	88.784	146.860	332.036	328.768
Rio de Janeiro	274.972	522.651	811.443	1.157.873	1.764.141
São Paulo	31.385	64.934	239.820	579.033	1.326.261
% do cidadão amazônico sobre a população regional	27,44	18,64	21,13	23,07	22,48
Taxas geométricas de crescimento anual 1872 – 1940 (%)					
Períodos	1872 – 1890	1890-1900	1900-1920	1920-1940	
Rio Branco	-	-	-	-1,08	
Manaus	1,55	2,65	2,07	1,72	
Belém	-1,18	6,79	4,58	-0,68	
Amazônia	-0,16	5,16	3,84	-0,05	
Rio de Janeiro	3,63	4,50	1,79	2,13	
São Paulo	4,12	13,96	4,51	4,23	

Fonte: (dados brutos) IBGE (2003).

No período 1872/1940, a Amazônia não apresenta nenhuma cidade que pudesse ser entendida como uma cidade de porte grande, isto é, com mais de 500 mil habitantes. A cidade do Rio de Janeiro, desde a última década do século XIX, e a cidade de São Paulo, a partir da segunda década do século XX, são os dois exemplos pertinentes das cidades grandes brasileiras.

A partir de 1920, Belém é a única cidade amazônica que já pode ser enquadrada como uma cidade de porte médio, isto é, com uma população entre 100 mil e 500 mil habitantes.

Portanto, o que predominava na região era o porte de pequenas cidades, ou seja, cidades entre 20 mil e 100 mil habitantes.³⁶

No século XIX, a taxa de urbanização da Amazônia não chegava a 30%, no Censo de 1872. Essa taxa perde uma participação relativa de 8,80%, em 1890. Contudo, recupera 1,95%, no ocaso do século. Já em pleno século XX, a taxa de urbanização amazônica permanece ganhando mais uma participação relativa de 1,95%, em 1920. Em seguida, cai 1,95%, em 1940.

Durante o período 1872/1900, era a cidade de São Paulo que apresentava a maior taxa geométrica de crescimento anual de urbanização, vindo em seguida a do Rio de Janeiro, e o conjunto citadino amazônico (Tabela 12).

No período 1900/1940, há uma queda generalizada no crescimento da urbanização das cidades analisada.

Sob o ponto de vista regional, a cidade de Manaus ganha população, enquanto que Belém perde, assim como perde o conjunto citadino amazônico, durante o período 1872/1890.

No período 1890/1900, a cidade de Belém, Manaus e o conjunto citadino amazônico ganham população à taxas consideráveis. Já no período 1900/1920, apresentam taxas menores de crescimento.

No período 1920/1940, a cidade do Rio Branco, Belém e o conjunto citadino amazônico, perdem população. A cidade de Manaus é exceção, já que ganha população à taxa na ordem de 1,72% a.a..

2.2. O EXTRATIVISMO GOMÍFERO DO MADEIRA E DO GUAPORÉ

O propósito desta seção é tecer algumas considerações sobre os antecedentes históricos do Madeira e do Guaporé, durante o período de emergência da economia primário- exportadora e gomífera da Amazônia.

É necessário lembrar que os centros produtores de látex da seringueira surgiram em algumas ilhas do Pará, mas que, com a ocupação das áreas precursoras - ou esgotadas, em decorrência do emprego de técnicas predatórias-, e a melhoria nos transportes fluviais da região amazônica; a produção gomífera seguiu avançando sobre outros territórios amazônicos e incorporando as áreas de seringueiras do Amazonas, do Acre e do Mato Grosso.

Toda essa ampliação geográfica do extrativismo gomífero amazônico foi possível graças ao apogeu da expansão econômica regional e da rentabilidade na empresa mercantil, e

³⁶ Aqui o tamanho da população urbana é o único critério empregado para classificação do porte de uma cidade, conforme Apêndice B.6, que trata o tema da Urbanização, em Villela e Suzigan (2001).

exportadora da borracha. Isso decorreu de um período propício para as condições de realização de um processo de acumulação extensiva de capital, quando o mercado externo importador de borracha mostrou-se consistentemente favorável.

Portanto, é a partir de uma fase de expansão da produção de borracha natural da Amazônia (último quartel do século XIX) que, efetivamente, “Rondônia” inicia o seu processo de constituição de uma economia primária, extrativista, e exportadora de borracha, assentada em terras, então pertencentes às províncias do Amazonas e do Mato Grosso, e internalizada por uma corrente migratória composta de nordestinos e, inclusive, bolivianos.³⁷

Como bem esclarece o historiador Pontes Pinto (1993), a constituição de um contingente de trabalhadores seringueiros nas áreas do Madeira e do Mamoré resultou de uma combinação de três procedências: “a primeira foi a dos mamelucos e nativos, conhecedores da região, antigos coletores de drogas, especialmente de cacau; a segunda foi a dos seringueiros indígenas bolivianos, egressos das antigas missões jesuíticas, que depois de ocuparem os seringais do rio Beni, Mamoré e Guaporé, infiltraram-se pelo rio Madeira abaixo, estendendo essa ocupação até a localidade de Juma, a jusante da atual cidade de Humaitá (...) e a terceira foi a dos cearenses e outros nordestinos, que subiram o rio Madeira numa ocupação gradativa, tendo sempre um ponto de apoio para abastecimento e pouso demorado, nas doenças ou entressafras. Daí a revitalização dos antigos povoados de Borba, Manicoré, Humaitá, Calama e São Carlos do Jamari”.

Esse processo de exploração extrativista da borracha começa a avançar extensivamente sobre a floresta e margens dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Em seguida, os seringais também vão se instalando nos vales dos rios Abunã, Machado, Preto, Jamari, Candeias e nos baixos vales do Jaci-Paraná e Mutum-Paraná.³⁸

A expansão dessa atividade econômica se manifesta como um processo que vai gradativamente incorporando novas áreas de produção extrativa, de forma extensiva, e reproduzindo o anterior padrão tecnológico.

Nos seringais dos rios Madeira e Guaporé vigoram o regime de toco, no qual o seringueiro recebe a colocação pronta, limpa as estradas, levanta a barraca e o defumador, produz a borracha para o proprietário na condição de “arrendado”, pois paga 10% do peso líquido de sua produção e o aviamento é, à revelia do proprietário, geralmente feito com o regatão.³⁹ Ademais,

³⁷ Cemin, 1992: 44/45; Pinto, 1993:168.

³⁸ Lopes, 1983:9.

³⁹ Mercador que conduz sua mercadoria num pequeno barco em que vive e com o qual navega os pequenos rios, parando de sítio em sítio. Assim como o seringalista é o rei do rio, o regatão é o rei do igarapé.

as suas despesas “com a compra dos utensílios no início do fabrico eram ressarcidas após a sua devolução, com o desconto de até 30%, dependendo do estado de sua conservação”.⁴⁰

A maior parcela da produção gomífera era entregue às empresas comerciais de Manaus e de Belém e os impostos eram coletados pelos governos do Mato Grosso e do Amazonas.⁴¹

É também nessa fase de crescimento da produção de borracha natural no Alto Madeira, durante o primeiro decênio do século XX, que Rondon inicia a ligação telegráfica entre Cuiabá e o Amazonas e a conclui em 1916. Nas terras de “Rondônia”, a linha telegráfica interliga Santo Antônio do Rio Madeira e Guajará-Mirim. Este fato é importante porque a integração nas comunicações foi uma forma de possibilitar uma melhoria na formação e constituição do mercado regional amazônico e brasileiro. Desse modo, uma infra-estrutura estava sendo construída, na floresta tropical amazônica, que ligava as áreas extrativistas ao mercado demandante de borracha, e a modernização, assim, enlaçava a região mais efetivamente aos interesses do capital forâneo (capital fictício e o capital produtivo internacionais, e/ou capitais mercantis regionais/ internacionais).

Segundo Berta Ribeiro (1983), é a partir de 1904 que Rondon entra em contato com os índios Parecis, que vinham sendo avassalados desde o século XVII, quando algumas minas de ouro foram descobertas na região do Guaporé.

Às vezes, é o próprio capital mercantil local que, explicitamente, usa da violência contra os nativos indígenas da região, como meio de defesa de seus interesses e, portanto, como forma de manutenção e ampliação de seu processo privado de acumulação de capital.

Para ilustrar um exemplo da violência perpetrada pelo capital mercantil, Pontes Pinto (1993) cita o relato de Eduardo Prado, no qual esse autor afirmava o seguinte: em 1909, a empresa comercial Brunet & Cia, instalada no rio Jauaperi, e que supria os seringais dos rios Aripuanã, Guariba e Marmelos, organizou uma “entrada de limpeza”. Este era o eufemismo para designar a forma de exterminar, afugentar e aprisionar os índios das tribos que habitavam esse meio, pois lá abundavam seringueiras nativas. E a corrida pela apropriação desse espaço geográfico local, em seguida, foi logo se intensificando, e implicando “a disputa dos barreiros, pesqueiros, praias de desova de quelônios e de espaços nos lagos, rios e matas próximas às barracas e tapiris dos chegantes. Assim foram sendo ocupados também os afluentes da região das cachoeiras e os situados acima delas”.

⁴⁰ Pinto, 1993: 105.

⁴¹ Idem, p.109.

No auge das exportações de borracha da Amazônia e inflexão da economia regional, foi concluída a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1912)⁴², com um percurso total de 364 quilômetros, entre os povoados de Porto Velho (rio Madeira) e Guajará-Mirim (rio Mamoré). Era, assim, saldado o compromisso do governo brasileiro de prover acesso boliviano ao curso navegável do rio Madeira, acordado no Tratado de Petrópolis, que, por sua vez, decorreu da guerra de incorporação do Acre ao território nacional.⁴³ Este Tratado também representou o ônus de uma indenização monetária do Brasil à Bolívia no montante de dois milhões de libras esterlinas.

Desde logo, um dos grandes problemas que se apresentou para o processo de construção dessa estrada de ferro consistiu na ausência de um prévio mercado de trabalho local: como o extrativismo gomífero era uma organização produtiva que não se regia estritamente como relação social de produção capitalista, o corolário era a obstaculização para o surgimento e afirmação do estatuto do assalariamento e de um mercado de trabalho regional.

Assim, a força de trabalho necessária e compatível com as relações de produção da empresa construtora da ferrovia, teria que vir, necessariamente, e em grande parte, do mundo produtivo exterior à região, portanto, dos países capitalistas.

É apenas a partir de meados do século XIX que realmente começa a se formar um contingente de força de trabalho, e que aparece sob forma de correntes migratórias de trabalhadores internacionais, em direção às atividades produtivas de construção de ferrovias, em diversos países periféricos.

Sobre o caráter das relações de trabalho nesse empreendimento de construção de estradas de ferro, sob a égide do capital produtivo industrial, afirma Hardman (2005) que “irá também variar numa escala que compreende desde o assalariado livre até formas compulsórias de exploração, incluindo modalidades servis e escravistas, todas elas comandadas pelo movimento do capital em sua forma mais moderna”. Hardman também afirma que, na prática, as condições de trabalho ofertadas pela empresa construtora da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré equivaliam ao regime de trabalho compulsório servil, portanto, similares aos dos seringueiros amazônicos. “(...) Além disso, no Brasil, durante os trabalhos, foram recrutados por meio de agentes locais cerca de duzentos índios bolivianos e quinhentos cearenses (lembrar do êxodo havido após a

⁴² A construção dessa estrada de ferro ocorre em três etapas: no ano de 1872, no biênio 1878-1879 e entre 1907 e 1912.

⁴³ Furtado, 1989, nota 122, p.135.

grande seca nordestina de 1877), num total de setecentos trabalhadores para as tarefas mais duras”.

Ainda segundo Hardman, durante a construção dessa ferrovia houve uma combinação de dois processos correlatos: uma escassez crônica de força de trabalho e um alto grau de reposição de estoques, decorrente de sua dissipação acelerada. Ademais, havia tanto um morticínio em massa, resultante de epidemias e acidentes locais de trabalho, quanto deserções, conformando um círculo infernal intercalado por greves e revoltas de trabalhadores, cujo confinamento parecia comprometer de antemão, possível êxito do empreendimento.

Não resta dúvida de que o desgaste humano envolvido na construção dessa ferrovia foi elevado. Basta atentar para os seguintes fatos: no ano de 1879 a taxa de mortalidade da força de trabalho da ferrovia perfazia 23%; e o número de vítimas de desinteria, malária e febre tifóide chegava à cifra de 30 mil, entre 1907 e 1912.⁴⁴

Durante a fase em que a grande dificuldade para a construção dessa ferrovia consistia na falta de força de trabalho para consolidação e ampliação do seu exército de trabalhadores, a empresa construtora, a empreiteira May, Jekyll & Randolpho, buscou também outras fontes para importação: passou a contratar trabalhadores negros das Antilhas Inglesas.

A empresa norte-americana The Madeira-Mamoré Railway, que realiza a façanha da construção, é a que arrenda a Ferrovia ao governo federal. Daí procura exercer o controle sobre a produção de borracha em todo o fronteiroço Brasil-Bolívia, através da criação de subsidiárias ou de associação com outras empresas mercantis tais como a Julio Muller Rubber State, a Madeira-Mamoré Trading Company, a Companhia Fluvial e a Agência Comercial. Isso resulta no controle do comércio e transporte da borracha, além de uma série de outras mercadorias extraídas da floresta (madeiras em toras ou beneficiadas, couros e peles de animais silvestres etc.), e controle, inclusive, dos serviços públicos de água, esgoto e luz de Porto Velho.⁴⁵

Assim, o capital produtivo industrial internacional, com o comando da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, apodera-se também de uma vasta rede de exploração comercial, tendo como suporte o extrativismo da borracha, e, ao lado das frações do capital comercial de Belém e Manaus (casas aviadoras, exportadoras e importadoras), vem fazer parte dos interesses econômicos predominantes no extrativismo vegetal de “Rondônia”.

Inicialmente, a Ferrovia promove um aumento no fluxo de mercadorias e no volume exportado na economia primária, extrativista e exportadora de borracha de “Rondônia”, resultado

⁴⁴ Cemin, 1992: 46/47.

⁴⁵ Pinto, 1993: 94.

da produção de borracha dos seringais locais e da produção dos seringais bolivianos. A produção saía do ponto do terminal ferroviário (Guajará-Mirim) para o ponto inicial (Porto Velho), seguia pelo rio Madeira até Manaus e, finalmente, para o mercado internacional.

Esse trecho ferroviário confluía com alguns rios e áreas de seringais, cuja produção ia sendo incorporada, algumas estações iam se tornando entrepostos comerciais de borracha, propiciando o surgimento de povoados com Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e Abunã.⁴⁶

As estações ferroviárias de Porto Velho e Guajará-Mirim, por sua vez, iam gradativamente se constituindo nos principais núcleos urbanos da economia primário-exportadora gomífera do espaço geográfico Madeira e Guaporé.

Aqui se repete o truísmo de dizer que a crise da economia do extrativismo da borracha amazônica foi efeito da produção da heveicultura asiática no mercado internacional, cujos determinantes foram os investimentos dos capitais monopolistas ingleses, holandeses e franceses, em suas colônias que, em última análise, se expressaram na progressiva queda dos preços da borracha no mercado internacional.

É mister observar que o preço da tonelada exportada de borracha no mercado internacional alcançara 655 libras esterlinas, em 1910, mas, com o aumento sistemático da oferta asiática, cuja produção norteava-se em custos decrescentes, isso acarretou uma regressividade naquele valor, chegando a 31 libras, em 1931.⁴⁷

Ora, a produção de borracha do Madeira e do Guaporé (e de toda a Amazônia) caracterizava-se por ser extensiva - crescia com a incorporação de áreas da floresta com seringueiras nativas, desde que houvesse aumento no contingente da força de trabalho -, pelo uso de técnicas produtivas tradicionais e, portanto, com baixa produtividade do trabalho. Isso significava custos crescentes para a atividade, relativos aos custos das plantações comerciais, e, em última análise, a razão da impossibilidade de competição com a produção asiática e fundamento da crise regional.

No clássico estudo “História econômica da Amazônia”, Roberto Santos (1980) apresenta esta questão da incapacidade competitiva amazônica, evidenciada na sua inferior produtividade econômica, ao estabelecer uma simples analogia entre as condições materiais de produção na Amazônia e na Ásia. Mostra esse autor que, enquanto na Amazônia os seringais nativos tinham cerca de 1,5 pés por hectare, em média, na heveicultura da Ásia, a densidade era de 200 pés, por hectare, em média. E que, diferentemente dos amazônidas, os asiáticos introduziram novas

⁴⁶ Lopes, 1983: 9.

⁴⁷ Pinto, 1984: 111.

técnicas de produção e de plantio e, ainda, contaram com uma mão-de-obra abundante e barata nas áreas de plantio da Birmânia, da Malásia e do Ceilão. Ademais, afirma ainda esse autor que “Homens e mulheres da Malásia, de Java, além de chineses, indianos, etc., recebiam salários que variavam (em moeda francesa) de 0,50 a 1,80 francos por dia, apenas. Na Amazônia, por volta de 1913 e 1914, um trabalhador agrícola percebia a diária de 2\$050 réis, incluindo 850 réis *in natura*, o que representava 2,80 francos por dia”.

Roberto Santos afirma que, por volta de 1915, a crise no extrativismo gomífero regional continuava, já que perdurava a sua incapacidade competitiva frente aos concorrentes asiáticos: enquanto o custo de produção da Amazônia era cerca de 7,50 (francos por kg), o da Ásia estava em 3,48 (francos por kg); e o preço de mercado na Amazônia era 6,60 (francos por kg), acima do preço de mercado da Ásia, que se encontrava no nível de 6,38 (francos por kg).

A crise na economia primário-exportadora gomífera de “Rondônia” manifestou-se no abandono dos seringais, inclusive os mais produtivos como os dos rios Guaporé, Gy-Paraná e Jamari,⁴⁸ na crise financeira, no estado de miséria do seringueiro e na demissão de trabalhadores da ferrovia.

Ao tempo em que o capitalismo mundial mergulhava em profunda crise, decorrência da Grande Depressão (1929) e a Revolução de 1930 abria espaço para o desenvolvimento do capital industrial na economia brasileira, a Bolívia desloca sua exportação de borracha e importação de mercadorias para os portos do rio da Prata e, junto com o estado de estagnação e decadência de “Rondônia”, isso vai se refletir diretamente na queda do lucro comercial da Ferrovia. Nesse momento a empresa norte-americana perde o interesse pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e paralisa o tráfego, o que provoca a intervenção do governo federal e anulação do contrato de arrendamento.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré é então nacionalizada, passando seu controle para o Estado brasileiro (governo federal), pouco podendo fazer frente ao agravamento da crise do extrativismo por que passava “Rondônia”.

Haveria alguma saída econômica possível para a crise do extrativismo gomífero de “Rondônia”? Nos marcos da economia primária, extrativista vegetal e exportadora amazônica, não. “Rondônia” era parte do problema amazônico e continuava a não existir nenhuma perspectiva favorável na esfera do comércio internacional para a borracha natural da região. Mas, mesmo assim, algumas ações governamentais foram empreendidas, com o uso de recursos

⁴⁸ Idem, p.133.

federais e materialização de obras públicas de caráter militar⁴⁹ ao longo da área da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.⁵⁰

Para o historiador rondoniense Pontes Pinto (1993), essa intervenção econômica federal mostrava que “... o projeto político da Revolução de 1930, pelo menos nessa região, estava sendo executado. Núcleos de produtores haviam sido instalados ao longo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, nos lugares Iata, Poço Doce, Jaci-Paraná e Abunã, bem como ao longo da rodovia Amazonas–Mato Grosso, entre os quilômetros 8 e 13, e mais adiante, no cruzamento do rio Candeias”.⁵¹

Entretanto, esse esforço do Governo Federal em “Rondônia” não detinha poder algum de reversão da crise econômica local, já que não tinha relação direta com a questão de fundo, que era a falta de competitividade de seu extrativismo gomífero. No entanto, é verdade que essa ação estatal “keynesiana” - na qual o gasto público vai sendo direcionado para a criação de algumas atividades econômicas locais, e, conseqüentemente, gerando um processo de criação de renda e emprego nos povoados beneficiados - vai, por sua vez, contribuir para a constituição de uma pequena agricultura de subsistência, bem como criar alguns postos de trabalho, que, assim, tudo isso vai se traduzir numa amenização das agruras sofridas pelos proprietários ou posseiros seringalistas e os trabalhadores diretos desse extrativismo gomífero.

Por outro lado, também é verdade que essa política pública local tinha um alcance limitado, em face das seguintes razões:

1) o contingente militar total não ultrapassava uma centena de homens, portanto, com esse reduzido número, a execução das obras não devia se processar de maneira acelerada e, por isto, não causava impacto imediato sobre o conjunto da economia, que pudesse se manifestar numa externalidade positiva;

2) os seringalistas não buscavam alternativas econômicas como, por exemplo, a heveicultura ou cacauicultura. No máximo, persistiam na atividade extrativa da castanha ou do cacau, com poucos resultados econômicos. Ou ainda, abandonavam a atividade gomífera;

3) a colônia agrícola do Iata ia sendo formada com a imigração de algumas famílias japonesas e era subvencionada por seu consulado em Belém.⁵² Mas, no geral, os demais núcleos

⁴⁹ Isso é possível porque o capitão Aluizio Pinheiro Ferreira é, ao mesmo tempo, diretor nomeado da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e comandante dos Contingentes Especiais da Fronteira Guaporé-Mamoré.

⁵⁰ Há aí a construção de quartéis, de residências militares, início da rodovia de penetração Amazonas-Mato Grosso, que seguia o traçado dos postos telegráficos implantados por Rondon. E ainda construção de um campo de pouso para aviões, o núcleo agrícola do Iata e as rodovias Guajará-Mirim – Iata e a Guajará- Mirim – Vilhena.

⁵¹ Pinto, 1993: 137.

⁵² Lopes, 1983: 10.

de agricultores eram constituídos de seringueiros expulsos dos seringais locais, e, portanto, se encontravam totalmente descapitalizados, detinham apenas a força de trabalho como recurso produtivo. Ademais, foi constatado, depois, que a área destinada para esses núcleos de agricultores era em terras de baixa fertilidade.

Em síntese, essa crise do extrativismo gomífero era algo tangível e profundo que solapava a economia primário-exportadora de borracha de “Rondônia”, debilitava o poder político e a riqueza dos seringalistas, ao tempo em que emergiam novos atores no seu quadro fundiário, como o administrador e o arrendatário.⁵³ Outro indicador de dificuldade desse quadro era a própria população que se encontrava rarefeita, dispersa e contava apenas com 21,2 mil habitantes, no ano de 1940.⁵⁴

Por falta de capacidade endógena de acumulação, por estar totalmente determinada pelo mercado internacional, a economia primário-exportadora de borracha de “Rondônia”, e de toda a Amazônia, só poderia apresentar um período de crescimento de sua atividade produtiva, caso as condições externas lhes fossem favoráveis, o que não ocorreu no período transcorrido entre 1913 a 1941.

2.3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No período de meio século de produção gomífera, a economia primário-exportadora, mercantil e extrativista de borracha da Amazônia apresentou significativo crescimento e gerou um campo de acumulação de capital, bem como uma magnitude de riqueza material, que não deixa dúvida acerca de sua relevância histórica, tanto para a economia regional amazônica, quanto para a própria economia nacional.

No período 1827/1940, a integração da economia da Amazônia ao comércio internacional implicou a geração de uma magnitude de riqueza material acumulada no montante de \$ 6 milhões de contos de réis. Mas, a maior parcela dessa riqueza foi produzida nas primeiras quatro décadas do século XX, no montante acumulado de quase \$ 5 milhões de contos de réis, perfazendo, assim, 75% do valor exportado total acumulado. Isso porque, no século XIX, a economia amazônica

⁵³ Basta ver que, segundo o IBGE, no ano de 1939, a categoria administrador participava com 60% do valor da produção agropecuária, enquanto a do proprietário com 40% do valor produção total, no Município de Guajará-Mirim. No Município de Porto Velho, no mesmo ano, a categoria arrendatário participava com 60% do valor da produção agropecuária, enquanto a de proprietário com 40% do valor da produção total.

⁵⁴ Lando, 1979: 23.

havia produzido o montante de \$ 1,5 milhão de contos de réis, perfazendo, portanto, apenas um quarto da riqueza total acumulada do período analisado.⁵⁵

No período em estudo, a Amazônia se mostra regida por uma economia monoextrativista de borracha assentada em uma baixa divisão social do trabalho. Ao não encontrar alternativa para produzir outros tipos de bens (bens de consumo ou bens de produção com um maior valor agregado), que pudesse se constituir numa forma de fortalecer e diversificar o seu aparelho produtivo, essa economia não dispõe de capacidade de se apoiar numa dinâmica de um mercado interno. A característica das relações sociais e econômicas deste setor econômico é a puerilidade. E no seu setor de subsistência, por sua vez, predominam relações econômicas não monetárias, portanto, atrasadas sob o ponto de vista capitalista.

Assim, sob um ponto de vista estrutural, não há mudança qualitativa essencial em relação ao seu estado anterior de uma economia colonial e, portanto, de um processo de desenvolvimento.⁵⁶

A estrutura social básica da Amazônia se encontrava imbricada num sistema dividido entre dois conjuntos. O primeiro conjunto detinha o poder econômico e político, e, assim, constituía a estrutura dominante. Esta decorria da inserção dos grupos sociais na esfera da produção, na esfera da circulação privada, e na esfera pública. Esses grupos sociais eram formados pelos seringalistas, pelos capitalistas mercantis (mercadores exportadores ou importadores, casas aviadoras e bancos), e pelos homens que representavam a camada superior do poder público executivo e do parlamentar regional.

A forma como esses grupos se inseriam no circuito produtivo implicava a parcela de apropriação do excedente econômico de cada grupo. Daí que esses grupos personificavam: a) a apropriação de parcela do território de floresta sob a forma de uma posse ou de propriedade privada; b) o capital mercantil; e c) o Estado. Portanto, as formas de apropriação de trabalho e remunerativas apareciam sob a forma de renda da terra, de lucro comercial e de juros, e de receita tributária e de pagamento dos que comandavam a burocracia do serviço público.

Já o segundo conjunto da estrutura social se encontrava composto por destituídos de propriedade, de meios de subsistência e de meios de produção, portanto, subordinados econômica e politicamente: era formado pelos seringueiros, por uma pequena população de trabalhadores

⁵⁵ Calculado com base nos dados do Anuário Estatístico do Brasil, IBGE (vários anos).

⁵⁶ Posição assumida por Santos, 1980; a concepção estrutural de desenvolvimento de Singer, 1977, coincide com esse posicionamento.

urbanos e assalariados, por servidores públicos em geral, e, finalmente, pelos grupos sociais de nações indígenas marginalizadas do processo econômico na região.

Assim, a estrutura social da Amazônia não criava condições para muita mobilidade e, portanto, não permitia ascensão social para os grupos sociais dominados, ou partilha de poder econômico e político na região, como forma de promover qualquer amenização na heterogeneidade social da região. Daí a propriedade, a renda e o poder serem muito concentrados na região.

A produção gomífera da economia da Amazônia consistiu numa atividade que preservava bastante a cobertura florestal, de um modo geral. No entanto, o Brasil fez também uso de técnicas predatórias, no limiar de sua exploração extrativa de borracha. Isso ocorreu principalmente nas áreas do Baixo Amazonas, nas ilhas e nas cercanias de Belém, com o uso do sistema de arrocho: a árvore era amarrada com cipós e ferida até sangrar todo o leite disponível, resultando em sua morte. A consequência é que se perdia a fonte de goma e da riqueza mercantil. Nos seringais dos rios Madeira, Purus e Juruá, essa técnica foi abandonada.

Havia outra técnica destrutiva de árvores de látex, empregada em países amazônicos como o Peru, a Bolívia, a Venezuela e a Colômbia, em seus altos rios. Era a goma do caucho, extraído da “*Castilloa*”. O caucho produzia uma goma de menor qualidade de borracha e, por conseguinte, recebia uma menor cotação no mercado demandante.⁵⁷ A técnica consistia em sagrar o tronco e as raízes, simultaneamente, o que implicava a liquidação da planta numa única operação.

Ademais, a organização da produção pelos donos da empresa extrativa se dava com base no aprisionamento dos nativos indígenas e de suas famílias. Era a forma de, compulsoriamente, sob penas de tortura e de morte, fazer os indígenas trabalharem e se internarem na floresta à cata de coleta de leite do caucho.

Este tipo de exploração tem no “Caso Putumayo”, no qual cerca de vinte mil indígenas perderam a vida, um exemplo emblemático.

No período em estudo, ficou patente que o excedente econômico da economia da Amazônia era significativamente apropriado e alocado por agentes e interesses do exterior, através de uma acumulação de capital movimentada e regida pela esfera da circulação, comandadas pelo capital mercantil. Isso obstaculizava a possibilidade de que o excedente

⁵⁷ Ver Reis, 1953:61/64; Pinto, 1984: 19/26.

econômico fosse voltado para os interesses de agentes internos, no sentido de diversificar a estrutura produtiva da economia da Amazônia.

A Amazônia e a sociedade brasileira consumirão cerca de oitenta anos para que a idéia da necessidade de se implementar uma política estatal de reforma agrária, em área de floresta tropical brasileira, como forma de amenizar a heterogeneidade social regional, formulada por Euclides da Cunha, seja socialmente reivindicada pelos dominados seringueiros. Todavia, como se fez notório, logo os proprietários de terras reagiram a essa bandeira, pois eram contrários a qualquer tipo de política distributiva de terra em área extrativista. O desfecho deste embate, como usualmente se propala no agro brasileiro, consistiu, de um lado, numa ação violenta e autoritária resultado do agir da camada social dominante e proprietária de terra; de outro lado, num indignado protesto dos seringueiros, vez que um dono da floresta os fizera sentir um sabor acre de morte em terra amazônica.

Já a emergência do extrativismo gomífero, em terras do Madeira e do Guaporé, representou um período de geração de um fluxo de renda, de um fluxo de riqueza material, bem como de uma produção de excedente econômico, que, em grande parte, sob a forma de exportação do produto borracha natural ou de liquidez, era carregado para o mercado do mundo industrial capitalista.

Entre os especialistas regionais, é já bem plausível o entendimento de que a maior parcela desse excedente era apropriado pelos capitais externos, vez que a esfera da produção extrativa local, relativamente ao sistema produtivo global, representava pouca expressão no processo de apropriação do valor que se produzia no interior amazônico. Ou seja, aqui é constatado o mesmo padrão da acumulação regional, cujo caráter é a subordinação e dependência ao capital externo.

Foi também nessas terras do Madeira e do Guaporé, que a produção de látex possibilitou a criação de uma incipiente divisão social do trabalho, que desencadeou um primário processo de diferenciação de atividades econômicas: além da coleta de borracha, foi introduzida a da castanha do Pará, como forma de diversificação de renda e sobrevivência para os trabalhadores extratores; surgiu uma agricultura de subsistência, decorrente da crise da economia da borracha, em razão da política federal de formação de algumas colônias agrícolas que, assim, alterava um pouco o padrão fundiário, e, ademais, contribuía para o surgimento de uma restrita agricultura mercantil. O comércio de mercadorias cumpria o papel de suprir os seringais e alguns povoados ao longo da ferrovia; existia a indústria ferroviária local que, com o monopólio do serviço de transporte, exercia significativo impacto na área da fronteira Brasil-Bolívia; havia em toda essa região dois locais em que se efetivava o serviço público de arrecadação tributária; e, finalmente, já se

encontravam implantados alguns serviços de água, de luz e de esgoto que, por sua vez, atendiam uma pequena parcela da população local urbana.

Assim, foram sendo constituídos um embrionário mundo econômico “urbano” e um outro “rural”, a partir dos dois principais eixos extremos da ferrovia Madeira-Mamoré. Isto porque as estações ferroviárias de Porto Velho e Guajará-Mirim aglutinavam as maiores parcelas da população regional urbana e, em sua entorno, havia o espaço econômico rural do extrativismo gomífero em crise.

Numa tentativa de apresentar alguma política governamental concreta e tentar atuar no problema da crise instaurada na economia da borracha dessa região, o Estado, sob o ponto de vista da esfera de governo estadual, interveio sob a forma de criação de dois municípios. Dessa forma, surgiram o município de Porto Velho, na margem direita do rio Madeira, criado pelo Estado do Amazonas, em 1914, num extremo; no outro, o município de Guajará-Mirim, no rio Mamoré, criado pelo Estado do Mato Grosso, em 1928, mas, instalado apenas em 1929.

A questão da propriedade da terra no extrativismo foi assim colocada por Reis (1953), ao explicar a natureza do sistema de produção no extrativismo gomífero amazônico: “Ora, a dispersão ou irregularidade de distribuição das espécies florestais, que o colono tanto perseguia na ânsia de colhê-la na porção comerciável, era ainda mais evidente no particular das heveas. As árvores gomíferas distanciavam, uma das outras, dezenas de metros. Em um hectare não se contavam, geralmente, mais de dez árvores. Para colher o látex, em porção comercial, havia necessidade de operar-se a extração em milhares de árvores. Os seringais não podiam, é óbvio, ser constituído dentro daquelas medidas que a legislação estabelecia. Não tinha cabimento, portanto, qualquer fixação preliminar de área. Tudo dependia da maior ou menor riqueza de ‘madeira’, nome por que se conheciam as árvores. O que importava num seringal, não era, em si, a extensão que apresentasse, mas a riqueza em árvores que oferecesse”.

Deriva daí, por exemplo, o entendimento de Teixeira (1980: 43/44), quando afirma que “A forma como se dá a produção extrativa torna a terra *um* bem praticamente desprezível, considerando-se não a terra em si mesma, mas a riqueza de que dispõe em bens naturais. Nesse sentido deve ser ressaltado que, na sua apropriação a terra é considerada não propriamente meio de produção, mas objeto de produção, o qual abriga toda a riqueza que faz parte do mundo natural. Insistimos nessa distinção tendo em vista que na produção de borracha é a natureza num sentido mais amplo, que contribui para o processo de produção de valor, e não a terra propriamente como ocorre no setor agrícola”.

Convém sublinhar que o estudo de Reis também deixa claro que a apropriação da terra para a formação de um seringal se deu em dois momentos – no primeiro, houve o predomínio de seringueiros e seringalistas como protagonistas dominantes; no segundo, já surge também a força institucional do Estado como um explícito sujeito econômico -, que, no todo, se expressou como um processo de apossamento. Neste, o convívio social e as relações estabelecidas entre os homens do extrativismo gomífero, não podiam ser denominadas de idílicas: “O choque entre seringueiros constituía, quando a facilidade de ocupação começou a diminuir, pelo menos aparentemente, página do ‘rush’. Os assaltos aos seringais novos, nas disputa da propriedade, eram constantes. E com os assaltos, as perdas de vida nas lutas travadas. Até então, nesses mundos interiores do vale, estava-se em presença de mera ocupação possessória da terra sobre a qual podiam surgir competições. Daí por diante é que se buscava a proteção das leis para a garantia jurídica do empreendimento. Essa era pleiteada perante as repartições competentes do Pará e no Amazonas, em Belém e Manaus. Requerido o título definitivo que habilitava à propriedade do seringal, procedia-se à demarcação, dentro do que fixava a legislação. Decorridos os prazos, obedecidas as exigências de rotina burocrática, expedia-se o título definitivo. O seringal, a essa altura, pois que o processo oficial de aquisição era demorado, estava explorado, em franca produção, valorizado por todo o mecanismo da extração e do giro comercial da borracha, num rendimento precioso.”

Já Teixeira (1980) também entende que predominava o regime de posse efetiva, no processo de apropriação de terra para a constituição do seringal amazônico.

Antes, porém, Teixeira menciona o caso do seringal Boa Esperança, no rio Madeira, que possuía uma área de 2.780 km², sendo tão grande quanto o seringal Três Casas, a fim de ter uma noção da dimensão da apropriação de terra efetivada por certos seringais. Em seguida, se refere ao Três Casas, formado durante a primeira década do século XX, para evidenciar um processo de apossamento. Para tanto, apresenta o relato de uma entrevista com um dos seus herdeiros, o senhor Cândido de Souza Lobo: “O lugar era pequeno (mas) existia muitas terras devolutas e algumas propriedades que ele (seu pai) também comprou. Ele (seu pai) tinha uma certa economia e foi adquirindo algumas propriedades que já tinham títulos, (fazendo isso) com facilidade... (Aí), fez sociedade (e fundou) a firma que inicialmente era Almeida Lobo & Cia., até 1918... Existia muita terra devoluta, então ia explorando e mandando demarcar os lotes, pondo (neles) os nomes dos filhos (...) Existia aqui poucos moradores (que) tinham famílias no Ceará. (Então) o velho arrumou dinheiro pra essa gente e então vieram novas famílias trabalhar no seringal’. A questão do domínio jurídico da terra não parecia assim revestir-se de maior importância. A entrevista

sugere que além da compra e venda parecia prevalecer uma espécie de direito costumeiro dentro do limitado círculo dos que exploravam a borracha” (Teixeira, 1980: 42).

Na realidade, a questão da terra no extrativismo gomífero no espaço geográfico do alto Madeira e do Guaporé (e também na Amazônia, de maneira geral) não representou apenas um objeto de produção venal, mas, sobretudo, um meio de enriquecimento privado, e de expansão patrimonial para os beneficiários imediatos, os então posseiros seringalistas.

Esse processo ocorreu sob um regime de plena violência, como estratégia predominante de apropriação da terra. Os seringalistas se apossaram das terras de héveas como um verdadeiro espaço latifundiário, constituíram o seringal como a principal unidade produtiva regional e, simultaneamente, subjugarão também todas as populações nativas locais, durante as frentes do extrativismo gomífero.

Convém ressaltar que esse processo de apropriação da terra no extrativismo gomífero amazônico também contou com a contribuição institucional do Estado. Este instituiu dois importantes marcos para a questão da regularização territorial brasileira.

O primeiro marco instituído foi a Lei de Terras de 1850, cujo princípio básico descartava a anterior ocupação efetiva via posse. E passava a vigir o aceite legal de acesso à propriedade da terra apenas por transação mercantil. A terra teria que ser comprada, portanto, seria constituída como um valor-mercadoria. O resultado desse fato foi miséria no campo para a vasta camada dos despossuídos de recursos materiais ou monetários, em todo o espaço geográfico brasileiro.

Já o segundo marco surgiu na Amazônia, através da instituição da Lei no 1.114 de 1860. Esta definiu que o limite de propriedade regional passara a ser de “meia légua de frente e outro tanto de fundo”. Na prática, continuou a ocorrer o apossamento, a persistência do mecanismo da violência, sob a égide de homens que se metamorfoseavam em seringalistas amazônidas.

Sob o ponto de vista dos indígenas, o resultado desse processo se traduziu na destituição de sua base material de sobrevivência, na redução do seu território, na perda de autonomia econômica, na morte de muitos índios por doenças decorrente de contatos com os brancos, ou em mortes por conflitos com seringueiros e seringalistas. Em síntese, significou um processo de violência contra as nações indígenas, ou, em outras palavras, um processo de acumulação primitiva em prol dos seringalistas e dos detentores do capital em suas diversas formas materiais e sociais (capital fictício, capital industrial e capital mercantil), num período de avanço de frentes do extrativismo gomífero.

A fundação da Estrada de Ferro Madeira-Madeira, no espaço geográfico do extrativismo gomífero do Madeira e do Guaporé, tem recebido diversas críticas na literatura especializada. Foi

dito por alguns que apenas se tratou de “uma estrada que partia do nada para lugar nenhum”, outros, uma usina de gastar trabalhadores, com o argumento de que “a quantidade de mortos era idêntica à de dormentes colocados na via férrea”. Foi, também, afirmado que não passou de mais um empreendimento suntuoso implantado em plena selva tropical amazônica, resultando em “uma verdadeira estrada com trilhos de ouro”, em razão dos altos custos que o capital afiançou e alocou na construção dessa ferrovia.

Hardman (2005) é o autor que apresenta o melhor balanço crítico sobre a Madeira-Mamoré. Inicia a sua análise afirmando que “o engenheiro Clodomiro Pereira da Silva, em 1910, numa obra clássica, alinha uma série de argumentos técnicos e geo-econômicos para demonstrar a insensatez do projeto, que no século XX parecia ainda mais descabido. Por força dos altíssimos custos, os fretes da ferrovia estariam entre os mais caros do mundo, inviabilizando uma circulação diversificada e em grande escala. O vazio demográfico da região do Guaporé continuava intacto, sem nenhuma garantia de alterações significativas. Mesmo a exportação de látex, mercadoria mais valiosa produzida na área, não justificaria a construção da estrada de ferro naquele ponto (em relação a isso, o projeto de Euclides da Cunha - a Transcreana - seria geograficamente muito mais adequado). Junte-se aí a agravante de que, quando terminada a ferrovia, em 1912, vivia-se exatamente o grande colapso da borracha, com a queda vertiginosa dos preços internacionais do látex, afetados pela concorrência da produção asiática, encerrando-se de forma brusca a fase mais eufórica e brilhante da civilização amazônica. Finalmente, do ponto de vista específico do fator transporte, ao iniciar-se do século XX, a Bolívia já possuía várias opções mais rápidas e baratas para alcançar o Atlântico: por navegação fluvial, via Assunção, até Buenos Aires; pelo mar, a partir de 1914, através do canal do Panamá; por ferrovia, de Santa Cruz de la Sierra e Corumbá, até Santos; além disso, os altiplanos e a Amazônia boliviana comunicavam-se agora com o Pacífico mediante ligações ferroviárias com os portos de Antofagasta, Arica (Chile) e Mollendo (Peru). As tão propaladas riquezas — especialmente as minerais — que, nos sonhos de Church, afluiriam do território boliviano pelo Mamoré, e daí por ferrovia até o Madeira, depois pelo Amazonas ao Atlântico, não seguiram jamais, essa rota. Não havia simplesmente por que fazê-lo.” (Hardan, 2005: 161/162).

A ocorrência de muitas dessas lendas também foi registrada na história da construção ferroviária mundial. Aconteceu, por exemplo, com a construção da ferrovia do Congo Belga, a qual suscitou o mesmo tipo de estigmas e denúncias publicadas pela imprensa européia. Do mesmo modo, também, foi registrado elevado nível de mortandade de trabalhadores nas

construções ferroviárias do Congo, da Sibéria, da Índia, e da Estrada de Ferro Dom Pedro, todas sob o comando do capital industrial.

Ao que parece, muitas dessas críticas sobre a Madeira-Mamoré soam como determinismo trágico, até algo sem muita lógica explícita, posto que immanentemente esse empreendimento ferroviário no Madeira e no Guaporé estava apenas já fadado ao fracasso econômico e social.

É importante sublinhar aqui que a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, emergida no período do extrativismo gomífero amazônico, significou uma indústria de transporte regional imersa num padrão de acumulação de capital extensivo vigente na economia primária e exportadora de borracha local. Este modelo de acumulação, portanto, consistiu no óbice principal, que inviabilizou a sustentabilidade de um fluxo de lucros para a empresa ferroviária, bem como obstaculizou seu processo de reprodução ampliado do capital ao longo do período gomífero.

Portanto, em última análise, reside nos baixos níveis de rentabilidade da empresa e de acumulação de capital, o motivo fundamental que vai fazer com que a indústria Madeira-Mamoré desista do transporte ferroviário nessa região.

Na realidade, nesse insustentável modelo de crescimento regional primário, gomífero e exportador, há duas fundamentais razões econômicas que explicam a frágil estrutura e dinâmica dessa economia produtora de borracha natural, que, em última análise, também fragiliza e inviabiliza a atuação da empresa privada de transporte ferroviário Madeira –Mamoré.

A primeira razão é que esse extrativismo gomífero se encontrava conformado como um “capitalismo bastardo”, sistema econômico assim definido por Celso Furtado, que se expressava no espaço geográfico regional interno imerso em dependência econômica, envio de excedente econômico para o exterior capitalista industrial e desenvolvido, e, ainda, em subdesenvolvimento interno.

A segunda razão é que todo o processo histórico do extrativismo gomífero foi marcado por rigidez econômica, em termos de sua estrutura e dinâmica, e, por conseguinte, não logrou sua transformação em um complexo econômico regional.

A antítese desse processo ocorre na economia de São Paulo (Cano, 1998). O produto café constituiu um complexo econômico e desembocou num padrão de acumulação intensivo de capital, num modelo de crescimento de mercado interno, sob a égide do capital industrial.

As ferrovias implantadas em São Paulo apresentaram um padrão de eficiência, de lucratividade e contribuíram para a expansão do processo de acumulação do complexo.

Segundo Cano (1998: 63) “Das vinte ferrovias existentes, em 1910, em São Paulo, apenas duas eram de propriedade do governo federal, uma do governo estadual, uma do capital estrangeiro, e as restantes 16 de propriedade nacional privada, destacando-se entre estas a Mogiana e a Paulista.”

Convém sublinhar que a maior parcela dos investimentos destas ferrovias era de propriedade dos fazendeiros de café, pois elas se traduziam em sensíveis economias externas, redução de custos para os cafeicultores, rentável oportunidade de inversão para o excedente econômico gerado pelo complexo econômico e, em última análise, um campo fértil de lucratividade e acumulação de capital. E “Mesmo durante a crise da década de 30, a relação ‘despesa/receita’ situou-se em 0,7” (Idem).

A verdade é que a maior parte do imenso excedente econômico que se produziu e circulou na Amazônia foi pulverizado e esterilizado, nesse período em estudo.

CAPÍTULO III – ESTRUTURA E DINÂMICA DA ECONOMIA DA AMAZÔNIA: 1940-1970

3.1. UM NOVO INSUSTENTÁVEL CICLO DA BORRACHA DA AMAZÔNIA

O tema da crise da borracha é algo que sempre desperta curiosidade e interesse em muitos pesquisadores que, necessariamente, precisam abordar, portanto, a questão da economia da Amazônia. A literatura da história econômica amazônica definiu como marco do declínio o ano de 1912, pois, a partir daí, o processo sócio-econômico apenas se mostrou como um campo de ruína material, social e decadência regional.

Nesta seção, é retomada, então, uma análise de um dos grandes economistas historiadores latino-americanos, que muito tem ensinado sobre a especificidade deste momento histórico na economia brasileira.

No clássico capítulo “Transumância amazônica”, Celso Furtado sintetiza a análise regional no seguinte trecho: “Os planos do imigrante nordestino que seguia para a Amazônia, seduzido pela propaganda fantasista dos agentes pagos pelos interesses da borracha, ou pelo exemplo das poucas pessoas afortunadas que regressavam com recursos, baseavam-se nos preços que o produto havia alcançado em suas melhores etapas. Ao declinarem estes de vez, a miséria generalizou-se rapidamente. Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigados a complementar seu orçamento com recursos locais de caça e pesca, foram regredindo à forma mais primitiva de economia de subsistência, que é a do homem que vive na floresta tropical, e que pode ser aferida por sua baixíssima taxa de reprodução. Excluídas as conseqüências políticas que possa haver tido, e o enriquecimento fortuito de reduzido grupo, o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão-de-obra”⁵⁸. Destarte, o diagnóstico insofismável exposto pelo autor era que a crise se instalara profundamente na Amazônia e eram sombrias as perspectivas para a economia extrativa gomífera.

O que fazer com o extrativismo vegetal de látex? O que a elite econômica amazônica poderia apresentar como alguma alternativa ao extrativismo da borracha? Que alternativas poderiam ser engendradas no espaço territorial da economia da Amazônia? Qual o seu espaço na divisão do trabalho regional brasileiro?

⁵⁸ Ver Furtado (2000:140).

Na realidade, explícito aqui que o objetivo mesmo desta seção é examinar a estrutura e dinâmica da economia da Amazônia, a fim de tentar entender um pouco mais sobre a história do movimento dessa economia regional, bem como suas debilidades e perspectivas estruturais, durante o período 1940/70.

A hegemonia da produção agroindustrial da *plantation* de borracha asiática, no período 1912/ 1940, como já visto no capítulo anterior, - produção que era comandada internamente pelo capital produtivo, norteada por métodos de acumulação intensiva de capital e traduzida sob forma superior de produtividade do trabalho e, portanto, de um menor preço no restrito mercado concorrencial pelo lado da oferta - implicava a tendência de expulsão da produção extrativa gomífera amazônica do mercado internacional. E como conseqüência, os seus efeitos econômicos e sociais para a economia regional: queda da riqueza, da renda e desemprego; redução da população total e rural e emigração; aumento da produção de caça e de pesca versus parcela monetizada, como alternativa de subsistência para os trabalhadores seringueiros que perduravam na região; e, finalmente, a constituição de um processo de acablocamento no modo material de vida por parte dos trabalhadores rurais amazônidas, em ambiente de floresta do trópico úmido brasileiro.

Em termos teóricos, a erradicação desse problema para a economia extrativa gomífera seria lograda ao implementar a hipótese de se criar condições materiais de produção para que também a Amazônia conseguisse produzir a um inferior preço competitivo no mercado internacional, o que implicaria adotar e aperfeiçoar o modelo agroindustrial capitalista asiático de produção de borracha para exportação. Para tanto, bastaria ser internalizada na Amazônia uma alteração na estrutura produtiva da economia primário-exportadora gomífera, determinada por mudanças técnicas e organizacionais como eixos lógicos de seu dinamismo competitivo.

As condições históricas materiais para a realização de tal processo de mudança, no entanto, estavam alguns anos-luz de distância dos homens da economia da Amazônia, já que as forças e interesses dos agentes econômicos, que configuravam a elite local, não colocavam tal norte como uma possibilidade de saída concreta para o crescimento da economia regional, nessa época.

Neste quadro, a vocação da economia extrativa gomífera amazônica não seria outra senão trilhar uma trajetória de crise econômica e dos seus efeitos sociais degradantes, perdendo progressivamente capacidade competitiva de sua produção exportadora de borracha natural, que, em última análise, poderia acarretar, realísticamente, a exclusão da região do mercado de oferta internacional.

Em que pese ser verdade que a concorrência da produção de borracha asiática no mercado internacional impõe a crise na economia extrativa gomífera amazônica, e, por conseqüência, estabelece, ao mesmo tempo, um processo que vai desembocando em redução da produção do excedente econômico, da riqueza e da renda interna; e tendo, ainda, como efeito último, a materialização de uma regressão do contingente populacional trabalhador amazônico. Tudo isso não consegue levar a cabo nem a saída da exportação de borracha extrativa do mercado exportador, nem a consolidação da involução econômica, que apareceria como a forma de uma produção de subsistência dominante, no panorama da produção primária da economia regional.

Por isso, as tendências de exclusão da produção extrativa amazônica do mercado internacional e de involução econômica eram fenômenos concretos e verossímeis, no plano lógico, mas, não se aprofundavam no plano do registro histórico? A explicação pode ser evidenciada ao explicitar, novamente, como se encontrava estruturada e como funcionava a economia extrativa gomífera.

Assim, era necessário aqui, então, lembrar que a economia extrativista vegetal de látex da Amazônia conformava um sistema econômico produtor de mercadoria fundado na exploração do trabalho do seringueiro, na apropriação da natureza, na geração de excedente econômico sob forma de produção natural de borracha para o mercado externo dos países capitalistas industriais centrais. Isso, essencialmente, beneficiava quatro agentes no processo de apropriação do sobretrabalho (sob forma material de produto gomífero) gerado pelos extratores diretos.

O primeiro grupo de agente econômico beneficiário era constituído empiricamente pela camada social dos seringalistas (proprietários ou posseiros), que se apossavam de terras de floresta com héveas da natureza do trópico úmido brasileiro. Daí, exigiam o recebimento da renda da terra sob forma de produto ou de dinheiro.

A renda na forma dinheiro ocorria quando a produção do seringueiro saía da forma de valor de uso social para ir ao mercado e, em seguida, retornava à unidade produtiva, sob a forma de equivalente geral, decorrente de troca com o capital comercial. Dessa forma o dinheiro se consumia no pagamento da renda.

O segundo grupo formava o conjunto dos capitalistas que ofertavam e demandavam mercadorias locais, nacionais ou estrangeiras (comerciantes ou casas comerciais), que recebiam o lucro comercial, bem como, os capitalistas usurários, que transacionavam com o capital-dinheiro (agiotas e bancos) e, que, portanto, embolsavam os juros.

O terceiro grupo beneficiário era formado pelo poder público com seu aparelho fiscal, face à extração tributária. E, finalmente, o quarto grupo beneficiário do sobretrabalho produzido,

que era formado por homens que personificavam o capital industrial dos países capitalistas centrais, que adquiriam matéria-prima sob a forma de látex do mercado periférico, auferiam o lucro industrial e, em última análise, determinavam a dinâmica da economia extrativa gomífera.

No sistema econômico mundial produtor de mercadorias e de mais-valia em que se insere a produção de borracha como insumo industrial, reside na demanda externa dos países capitalistas centrais a determinação do comportamento da oferta internacional, numa composição de mercado oligopsônico. E a fonte da força impositiva deste mercado provém dos movimentos cíclicos da indústria automobilística, e, portanto, da acumulação industrial em seus momentos ascendente, descendente ou estacionário.

Pelo fato de ser a economia primário-exportadora e gomífera amazônica dependente e reflexa da acumulação de capital da indústria automobilística de países capitalistas centrais, trata-se, portanto, de uma economia com baixa capacidade para internalizar a acumulação e destituída de centro de decisão interno. Destarte, o comportamento de sua oferta extrativa se encontra prisioneiro dos caprichos do ciclo do capital industrial automobilístico, que lhes dá movimento e sentido de direção compulsória: a) em fase de auge, a economia extrativa gomífera expandia a produção, através da incorporação de trabalhadores seringueiros ao estoque disponível na região e do uso adicional de terras de héveas; b) em fase de crise, a produção extrativa gomífera dispensava determinado contingente de trabalhadores seringueiros e reduzia a área de terras de héveas coletadas, ou, em algumas unidades produtivas, deixavam-nas ociosas; c) em fase estacionária, a produção extrativa gomífera se reproduzia materialmente no mesmo sentido do estágio do ciclo industrial.

Na realidade, este estado estacionário do processo de reprodução do capital se aproxima muito mais de um momento de crise, vez que simples reprodução do capital é incompatível com a concretização do ciclo do capital industrial de modo constante, à medida que sua lógica é a da voraz valorização do capital, de reprodução ampliada do capital e, portanto, nunca de uma situação de consumo indefinidamente de mais-valia sob forma de renda. Entretanto, também deve ser mencionado que apenas Mill (1993) entende que o “estado estacionário”, no marco do capitalismo, significa uma condição na qual o lucro é anulado, o produto social é consumido e a acumulação líquida assume valor zero, já que a formação de capital se limitaria às reposições materiais. Porém, aqui a atividade econômica deixaria de se constituir uma preocupação para os economistas, porque os homens obteriam uma situação de liberdade e, portanto, o estado estacionário, sem acumulação, se constituiria numa situação ótima para toda a sociedade. Esta

análise sobre o estado estacionário no capitalismo de Mill, contudo, lembra Napoleoni (1992), carece de aderência aos problemas históricos reais.

É sabido que, na economia extrativa amazônica, os seringalistas monopolizavam a terra sob a forma de um espaço latifundiário de floresta e de uma unidade produtiva de propriedade privada: o seringal. O método habitual de formação de latifúndio pelos seringalistas era a ocupação de áreas de caça, de pesca, de agricultura e de silvicultura indígenas, o que acarretava sempre expulsão de nações nativas para o interior da floresta. Ademais, os seringalistas também usufruíam a condição de inexistência de pressão por terra, face à densidade demográfica branca, e, ainda, do baixo poder monopólico de violência exercida pelo Estado local para regular o quadro fundiário.

Assim, como na Amazônia predominava o mundo da produção rural e a unidade produtiva latifundiária extrativista, bem como a produção de riqueza mercantil gerada a partir da exportação da matéria-prima borracha, voltada para o mercado da indústria automobilística dos países capitalistas cêntricos, então, residia no grupo social formado pelos seringalistas, proprietários privados da economia extrativa gomífera, a fonte de razoável poder econômico e político, posto que oriundo da esfera da produção dominante na região.

Desse modo, este grupo detinha significado político local e força econômica para estabelecer minimamente uma estratégia de defesa permanente de seu interesse fundamental: a preservação da economia extrativa gomífera e do pagamento da renda, em um contexto de dificuldade no mercado concorrencial de oferta de borracha, e, mesmo, durante momento de baixa do ciclo industrial externo.

Como estrutura latifundiária extrativa e relativa produção de riqueza material na forma de látex, de exportação e de divisas para o país constituíam a essência dos interesses materiais produtivos majoritários da região, então, toda esta materialidade proporcionava aos seringalistas, que detinham o comando imediato da produção, voz política e poder de reivindicação regional. E o interesse destes agentes econômicos, por sua vez, era reverberado no parlamento nacional. É deste quadro que decorre a lógica de que a economia extrativa gomífera continha subjacente um real poder material e político, que configurava o próprio interesse regional. Logo, como se definidos por um raciocínio embasado numa noção prática de “vantagens comparativas”, os recursos disponíveis na região teriam, naturalmente, que ser alocados prioritariamente no sentido da preservação e do crescimento da economia extrativa gomífera. Ademais, como não havia possibilidade histórica para que um outro grupo social emergisse e solapasse a base e o comando produtivo dos seringalistas, no período em análise, então a economia extrativa gomífera padecia

de uma imanente propensão à inflexibilidade em sua estrutura produtiva. Em síntese, era óbvia a conclusão de que os desejos e interesses dos seringalistas e da economia extrativa gomífera definiam os rumos produtivos de uma conservadora economia amazônica.

Para estabelecer minimamente a preservação da economia extrativa gomífera e do pagamento da renda aos seringalistas, contudo, seria necessário que a região se mantivesse inserida na divisão internacional do trabalho e participando do mercado de oferta de borracha na forma de exportação de um insumo industrial. Ao mesmo tempo, estava implícita aí a lógica da permanência da Amazônia subordinada ao processo de acumulação do capital externo, embora com relativa indiferença ao estágio do ciclo de capital da indústria automobilística. Conseqüentemente, o fluxo de riqueza produtiva gerada na economia extrativa gomífera se metamorfosearia em fluxo de riqueza monetária regional, que tomaria a forma da contrapartida remunerativa internalizada regionalmente ou em uma grande parte remetida para o exterior.

No período 1912/1940, a produção de borracha natural da Amazônia continuou sendo exportada para o mercado externo, e, por conseguinte, se mantiveram os fluxos de produção de látex, de riqueza, e, ainda, de pagamentos da renda da terra, dos lucros comerciais, dos lucros industriais e dos juros. Destarte, se preservava a conservadora estrutura do sistema econômico extrativo gomífero amazônico. No entanto, todas as variáveis de distribuição da renda regional acusaram não só reduções relativas em suas magnitudes, como também se tornaram negativas, à medida que a quantidade (em toneladas) e o valor (em contos de réis) das exportações de borracha amazônica passaram a apresentar taxas negativas de crescimento, nesse período. Isso era efeito do acirramento no mercado de oferta dominado pela agroindústria capitalista de borracha asiática e da grande crise que envolveu o sistema mundial capitalista.

Qual o segredo da proeza da preservação da economia extrativa gomífera em cenário econômico tão desfavorável, entre esses anos de 1912 e 1940? O aparente mistério se explica pelo fato de que a economia da borracha natural da Amazônia usou do artifício de se tornar simples tomadora de preço no mercado exportador e, passivamente, sempre ajustava o seu nível produtivo regional e sua estrutura de custos produtivos monetários, conforme oscilação de baixa do preço do mercado externo, vez que a empresa produtora de mercadoria extrativa gomífera não detinha mecanismos técnicos e organizacionais internos que se traduzissem em aumentos da produtividade do trabalho e um menor preço de oferta. Isso proporcionou o funcionamento da economia extrativa gomífera e sua integração ao mercado, não obstante as reduções reais nas magnitudes dos fluxos de produção, de riqueza e de renda. Em síntese, isso fez girar

incansavelmente a roda da vida econômica da região, como se fosse engrenagem de um círculo virtuoso de movimento.

Todavia, todo o ajuste decorrente da onda de queda dos preços no mercado internacional produtor de borracha era suportado pela flexibilidade da unidade produtiva extrativa gomífera que, por essa via, passa a mostrar o seu caráter de inovação conservadora. Isto porque, sob o comando do latifúndio extrativo dos seringalistas, na esfera da produção, a economia extrativa gomífera foi efetivando a implantação de novas relações sociais de trabalho atrasadas, como a parceria e a conseqüente co-responsabilidade na estrutura de custos do seringal pelo seringueiro. Ademais, também foi buscando incorporar outros produtos extrativos para diversificar a composição do processo produtivo extrativo e aumentar a rentabilidade da unidade produtiva, como, por exemplo, a coleta da castanha-do-pará e extração de madeira. Ou, simplesmente reduzindo o número de trabalhadores seringueiros como forma de compatibilizar alguns custos do seringal com a capacidade de manutenção do fluxo de pagamento da renda da terra pelo seringueiro. E, ainda, deixando parte das terras de héveas ociosas. Já no caso dos seringalistas maus administradores, o destino era mesmo o abandono do seringal e perda do patrimônio imobilizado.

Na realidade, a crise da economia extrativa gomífera e o efeito do declínio da circulação monetária no interior da unidade produtiva impediam a passagem da forma mercadoria borracha para o modo mais líquido deste produto, a elástica forma látex dinheiro, e, conseqüentemente, iam obstaculizando a troca em dinheiro entre renda de trabalho do seringueiro e sua contrapartida, a renda da terra, na esfera da produção. Diante disso, o seringueiro foi paulatinamente sendo obrigado a trabalhar um pouco mais para si, com seus próprios instrumentos de trabalho, visando obter grande parte dos seus meios de vida, por meio da exploração dos recursos naturais da fauna e da flora da floresta tropical úmida.

O processo de trabalho material do seringueiro constituía, na realidade, uma complementar produção de meios de vida, através da coleta de frutos silvestres, da caça, da pesca e da pequena agricultura de subsistência. Assim, o aumento da produção de valor de uso em detrimento do valor de troca, no âmbito da unidade produtiva extrativa gomífera, como uma alternativa de sobrevivência do seringueiro, reduzia, ao mesmo tempo, a parcela do seu rendimento convertido em dinheiro. Daí, numa conjuntura desfavorável ao extrativismo gomífero regional, o trabalhador seringueiro, personagem subordinado ao mundo do processo de trabalho extrativo, buscará cada vez mais se espelhar no exemplo da produção material da vida do indígena na floresta amazônica, como modo de prover a produção de grande parte dos seus meios

de subsistência e subsistir na base de uma economia natural. Era uma maneira de compensar a perda da parcela monetária de sua produção e simultaneamente reduzir o custo do seu trabalho no processo produtivo.

O resultado desse movimento econômico e social culmina num processo de perda de materialidade monetária, e, em última instância, num mimetismo ecológico amazônico.

Assim, parece claro que consistiram no caráter da inovação conservadora da economia extrativa gomífera, sobretudo, na manutenção e aprofundamento da exploração do trabalho do seringueiro, os outros elementos recônditos complementares, que permitiram o segredo da proeza da preservação momentânea da economia amazônica em um cenário econômico tão desfavorável.

É oportuno, também, rememorar que o movimento da acumulação do sistema econômico extrativo gomífero amazônico regia a conversão da mercadoria borracha em dinheiro, como valor mercantil expansivo, portanto, como lógica de uma necessária metamorfose que se expressasse em um acréscimo de mais dinheiro, ao final de todas as fases dos seus circuitos da produção e da circulação. Então, *un passant*, o movimento básico dos circuitos exigidos para tal fim merece ser melhor analisado.

No movimento da esfera da produção extrativa gomífera, circuito gerador de trabalho e produto, portanto, de valor, o sobretrabalho do seringueiro se convertia em dinheiro adicional nas mãos do seringalista, resultado de troca desigual entre trabalho e renda, em função de trabalho não pago e convertido num mais produto, que tomava a forma monetária de produto acrescido, pressupondo aqui a sua realização no mercado.

No movimento da esfera da circulação mercantil, o capital comercial se apropriava de parte do sobretrabalho extrativo gomífero, através de troca desigual que se estabelecia entre o seringalista e o capitalista comprador do produto. O comerciante local comprava abaixo do preço de mercado e vendia acima do nível adquirido, embolsando esse acréscimo em dinheiro e não remunerando, assim, todo o conteúdo de valor e de custo de produção contidos na mercadoria. Ainda no movimento da esfera da circulação, o capital usurário também obtinha o seu quinhão ao se apropriar de parte do sobretrabalho produzido no interior da unidade produtiva extrativa gomífera, por meio de troca desigual entre o proprietário seringalista e o proprietário do capital sob forma de dinheiro a juros. Esta era a modalidade de acréscimo de valor do capital-dinheiro operada através de empréstimos escorchantes dos agiotas e dos bancos aos proprietários seringalistas e, às vezes, aos seringueiros.

Já no movimento da esfera do processo produtivo industrial, o capital da indústria automobilística se apropriava, por sua vez, de parte do sobretrabalho materializado no produto

borracha sob forma de insumo industrial, através de troca desigual entre o capital comercial e o capital industrial, à medida que o capital industrial oligopsônico dos países capitalistas cênicos impunha o preço de compra e subordinava o capital comercial vendedor, na esfera da circulação. Ademais, obtendo capital constante circulante barato de áreas do mercado periférico e assentado no método de produção de mais-valia relativa, que lhe é pertinente, no movimento da esfera da produção, o capital industrial automobilístico determinava toda a dinâmica do sistema econômico extrativo gomífero amazônico.

Assim, nessa economia primária de exportação de borracha natural da Amazônia, o aumento no preço internacional da mercadoria era determinado por uma conjunção de fatores como o incremento da demanda externa, decorrente da expansão da acumulação do capital industrial e, ainda, face à concorrência oligopsônica. Isso tudo, por sua vez, se traduzia em estímulo para o crescimento extensivo da produção de látex, através da incorporação de mais trabalhadores seringueiros e de mais terras de héveas da floresta tropical úmida.

Por outro lado, a queda do preço de oferta da borracha no mercado internacional significava, necessariamente, crise para a economia extrativa gomífera e conseqüências econômicas e sociais para a região, com o advento de queda da riqueza, da renda e desemprego, bem como redução da população total e rural e emigração e, ainda, aumento da economia natural como forma de produção de meios de subsistência pelos trabalhadores seringueiros.

Na crise deflagrada pela produção agroindustrial da *plantation* de borracha asiática, instalada no período entre 1912 e 1940, a economia extrativa gomífera amazônica constituiu um singular mecanismo de defesa. Este se baseou no papel passivo que a empresa produtora de látex passou a assumir, ao se tornar tomadora de preço de oferta da mercadoria no mercado internacional, acarretando ajuste no nível de produção regional e, em última análise, queda nas magnitudes da produção e da riqueza. Entretanto, cada nova baixa no nível de produção tinha que ser compatível com a geração do fluxo monetário que proporcionava o funcionamento da empresa produtora de mercadoria extrativa gomífera e o pagamento da renda da terra, que remunerava os proprietários seringalistas. Mas, na realidade, o caráter da inovação conservadora na unidade produtiva extrativa gomífera e o aumento do grau de exploração do trabalhador seringueiro (forçado a aumentar o tempo de trabalho para sua subsistência, como numa economia natural e sem contrapartida remunerativa em produto ou dinheiro, no âmbito do latifúndio extrativista), se constituíram nos fatores que proporcionaram a base para a manutenção da produção da renda da terra e para o funcionamento da economia extrativa gomífera, durante um

período marcado por dificuldades no mercado internacional de oferta ou mesmo pela profunda crise que envolveu o sistema mundial capitalista.

A partir de meados da década de 1930, o preço da borracha no mercado internacional volta a registrar persistente elevação. Este fato foi impulsionado, sobretudo, pelo aguçamento na disputa de demanda por látex como matéria-prima industrial, particularmente, entre Alemanha e os Estados Unidos. Os germânicos, como se estivessem iniciando um tácito jogo de xadrez político internacional, se encontravam refundando sua indústria beligerante, portanto, se rearmando, e estabelecendo aliança militar com a Itália, depois, com o Japão. O resultado de todo esse movimento de posição de avanço se expressava numa produção de forte clima de tensão nas relações internacionais. Ao mesmo tempo, os capitalistas alemães também buscavam modernizar e ampliar a capacidade produtiva global da indústria, bem como obter capital constante circulante para sua indústria automobilística, tendo como fonte a Amazônia tropical úmida brasileira, fora, portanto, de áreas de produção controladas pela Inglaterra, Holanda e França⁵⁹.

Por outro lado, a economia capitalista dos Estados Unidos já se encontrava recuperada, em parte, dos efeitos da profunda crise mundial capitalista de 1929, e o mesmo ocorria em outras economias capitalistas como, por exemplo, a França e a Itália. Como recuperação da indústria automobilística era sinônimo de elevação da acumulação industrial e incremento de demanda por capital constante circulante sob forma de insumo industrial borracha, numa nova configuração de demanda internacional, então, este contexto, em última análise, favorecia a elevação de preço e, por conseguinte, a economia extrativa gomífera amazônica.

Assim, a economia extrativa gomífera da Amazônia vai registrando uma evolução positiva no preço externo de sua borracha natural exportada (cotado em contos de réis), durante o triênio 1939/1941: de um preço médio de exportação por tonelada em torno de cinco contos de réis, em 1939, passa para sete contos de réis, em 1940, e, finalmente, para oito contos de réis, em 1941.

Portanto, essa perspectiva que estava se abrindo assim para a região amazônica decorria, sobretudo, de aumentos auferidos nos valores monetários exportados, já que o comportamento incremental da quantidade exportada de borracha se encontrava relativamente aí descompassado: o valor total das exportações de borracha alcançava a cifra de 56,6 mil contos de réis, em 1939, de 77,4 mil contos de réis, em 1940, e de 91,1 mil contos de réis no ano de 1941; já o volume

⁵⁹ Ver Pinto (1984, cap I).

exportado de borracha atingia o total de 11,8 mil toneladas, em 1939, também 11,8 mil toneladas, em 1940, mas, caiu para a quantidade de 10,7 mil toneladas de borracha exportada, em 1941.

É interessante observar que a Alemanha consistia no principal mercado importador de borracha natural amazônica, com uma compra total de 6,1 mil toneladas, enquanto os Estados Unidos demandavam apenas o volume de 2,8 mil toneladas, no ano de 1939.

Quando os japoneses atacam Pearl Harbour (dezembro de 1941) e também passam a controlar as áreas de produção da borracha asiática, acarretam, assim, dificuldades em relação ao abastecimento desta matéria-prima para a indústria dos Estados Unidos e de alguns outros países capitalistas como, por exemplo, França e Inglaterra.

É neste contexto que a Alemanha é deslocada do mercado como uma relevante importadora de borracha natural da economia extrativa gomífera amazônica e que são assinados os “Acordos de Washington” (março de 1942). Estes acordos entre o Brasil e os Estados Unidos têm vigência entre 1942 e 1946, mas, são prorrogados até julho de 1947. Dentre seus objetivos principais estabelecidos, encontra-se o de expandir a produção de borracha da Amazônia e elevar os seus excedentes exportáveis com exclusividade para a indústria bélica norte-americana. Assim, a borracha natural assume o status de uma matéria-prima industrial estratégica para o programa de guerra aliado.

Isso determinou a intervenção do governo federal na região, através da criação de um programa de desenvolvimento conhecido como a “Batalha da Borracha”, cuja característica era a inexistência de um plano diretor para nortear suas atividades (Pinto, 1984: 94/5).

Nessas condições históricas, há expansão da produção da economia extrativa gomífera amazônica no triênio 1942/1944, à medida que o preço externo médio da tonelada de borracha (cotado em milhares de cruzeiros) segue ascendente: cerca de 12 mil cruzeiros, em 1942, 13 mil cruzeiros, em 1943, e 17 mil cruzeiros, em 1944. Isso era resultado de uma evolução favorável nos valores e nas quantidades anuais totais exportadas da região: no ano de 1942, o volume exportado alcançou 12,2 mil toneladas e um valor monetário de 148,4 mil cruzeiros; 14,5 mil toneladas e 189 mil cruzeiros, em 1943; e, em 1944, atingiu a cifra de 21,1 mil toneladas e de um valor monetário global de 365,8 mil cruzeiros.

Não resta dúvida de que o incremento da produção extensiva extrativa gomífera só foi possível graças ao aumento do contingente de trabalhadores migrantes, sobretudo, providos pelo êxodo provocado pela seca no Nordeste (1942) e pela equiparação do serviço militar ao trabalho no extrativismo vegetal da Amazônia, como meio de estimular a formação do batalhão dos “soldados da borracha”. É consabido que, num contingente imigrante por volta de 122 mil

peças na Amazônia, a grande maioria era constituída de nordestinos (81,06%), no ano de 1940. Ademais, também contribuiu para tal fim, isto é, para a atração de imigrantes para a região, o estímulo originado pela criação dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco e do Guaporé (mais tarde, Roraima e Rondônia, respectivamente), visando o povoamento e colonização nas áreas de fronteiras, por motivo de segurança nacional, conforme fora decretado e formulado pela política econômica do governo de Getúlio Vargas, em 13 de setembro de 1943.

Assim, por tal via, emergia uma onda em forma de nova corrente migratória de trabalhadores nordestinos para a Amazônia que, através de uma relação direta com a floresta úmida, gerava a energia que também vai passar a contribuir para a reativação da atividade gumífera, da riqueza mercantil, e mover todo o mecanismo de acumulação de capital do sistema econômico extrativo gomífero.

No ano de 1945, o preço médio por tonelada de borracha natural ainda aumenta relativamente ao ano anterior, para o valor monetário em torno de 18 mil cruzeiros. Mas, em seguida, declina no biênio 1946/1947, já que o preço cai para 15 mil cruzeiros, em 1946, e, depois, para 14 mil cruzeiros, em 1947.

Analisando o comportamento do quantum e das receitas externas com as exportações de borracha natural da Amazônia, no triênio 1945/1947, fica evidente que as quantidades e valores vão apresentando uma trajetória descendente.

Convém sublinhar que, com o término da Segunda Guerra e o encerramento do período dos “Acordos de Washington”, o governo e o capital industrial norte-americanos naturalmente perdem o interesse pela borracha natural da Amazônia, pois a produção da heveicultura asiática já havia retornado com seu efeito depressivo sobre os preços relativos. Além disso, desde o ano de 1940, ocorria uma acelerada substituição da borracha natural pela borracha sintética. Tudo isso convergia para o aumento da concorrência no mercado internacional, em detrimento da produção extrativa gomífera da Amazônia, sem condições de competitividade produtiva.

A essa altura, o desenvolvimento do capitalismo no país era comandado pela capital industrial nacional e a indústria de artefatos de borracha estava concentrada em São Paulo, que, em 1946, já absorvia 60% da produção gomífera nacional e cujo consumo tendia a suplantar a oferta amazônica, como realmente ocorreu nos primeiros anos da década de 1950. Daí que a atividade extrativista gomífera amazônica vê-se forçada a articular-se, agora, com a economia nacional e subordinar-se aos interesses do setor produtor de artefatos de borracha paulista que, evidentemente, segue a lógica da reprodução do seu capital e, por isso, opta pela matéria-prima mais barata via importação, para reduzir custos com elementos do capital constante e elevar sua

taxa de lucro. Destarte, qualquer política que elevasse o preço da borracha extrativa acima da cotação internacional implicaria, agora, em aumento dos custos de produção da indústria interna de artefatos de borracha. É por isso que, por exemplo, em 1951, para atender à indústria local, o Brasil importou 400 toneladas de borracha, ao preço de US\$ 1.250,00 por tonelada.

Agora, é apresentada, em linhas gerais, a evolução do quantum e do valor das exportações de borracha da Amazônia, durante o período compreendido entre 1939 e 1970.

Tabela 13. Quantum Exportado de Borracha da Amazônia: 1939-1970.

Ano	Quantidade (t)	Variação percentual	Ano	Quant. (t)	Variaç. Percent.	Ano	Quant. (t)	Variaç. Percent.
1939	11.805		1951	5.373	19,56	1963	2.685	-53,35
1940	11.835	0,25	1952	3.241	-39,68	1964	4.224	57,32
1941	10.734	-9,30	1953	3.683	13,64	1965	7.854	85,94
1942	12.204	13,69	1954	4.262	15,72	1966	4.692	-40,26
1943	14.575	19,43	1955	3.430	-19,52	1967	5.704	21,57
1944	21.193	45,41	1956	2.563	-25,28	1968	4.640	-18,65
1945	18.887	-10,88	1957	3.970	54,90	1969	4.762	2,63
1946	18.159	-3,85	1958	2.412	-39,24	1970	5.305	11,40
1947	14.510	-20,09	1959	3.006	24,63			
1948	5.446	-62,47	1960	3.488	16,03			
1949	3.241	-40,49	1961	8.121	132,83			
1950	4.494	38,66	1962	5.756	-29,12			

Fonte: (dados brutos) IBGE. Anuário Estatístico do Brasil (vários números).

Tabela 14 - Receita da Exportação de Borracha da Amazônia: 1939-1970.

Ano	Valor Monetário	Variação percentual	Ano	Valor Monet.	Variaç. Percent.	Ano	Valor Monet.	Variaç. Percent.
1939	56.680		1951	16.168	-61,22	1963	1.500	-71,20
1940	77.467	36,67	1952	29.552	82,78	1964	2.632	75,47
1941	91.185	17,71	1953	1.667		1965	5.007	90,24
1942	148.416		1954	1.825	9,48	1966	3.797	-24,17
1943	189.057	27,38	1955	1.616	-11,45	1967	3.888	2,40
1944	365.839	93,51	1956	1.190	-26,36	1968	3.036	-21,91
1945	345.924	-5,44	1957	1.867	56,89	1969	3.706	22,07
1946	267.767	-22,59	1958	1.219	-34,71	1970	4.421	19,29
1947	204.221	-23,73	1959	1.894	55,37			
1948	47.011	-76,98	1960	2.958	56,18			
1949	27.542	-41,41	1961	5.308	79,45			
1950	41.687	51,36	1962	5.208	-1,88			

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil (vários números).

Obs: Até 1941, valores em contos de réis; de 1942 a 1952, em milhares de cruzeiros correntes de acordo com o padrão monetário de 1942; de 1943 a 1970, em milhares de dólares.

Conforme dedução das tabelas 13 e 14., a produção média anual de borracha exportada pela Amazônia se encontrava em torno de 11,4 mil toneladas, no período 1939/41. A receita média anual exportada, por sua vez, atingia a cifra de 75,1 mil contos de réis.

Já no período 1943/47, a exportação aumenta 52,42%, com uma produção média anual em torno de 17,4 mil toneladas, tendo em contrapartida uma receita média anual de 274,6 mil (em milhares de cruzeiros).

Entretanto, no período 1948/52, a quantidade exportada média anual baixa para 4,3 mil toneladas e a receita média anual para 32,3 mil (em milhares de cruzeiros). Em relação ao período 1943/47, portanto, apresenta uma regressão de 75,04%, em quantum, e de 88,20%, em valor.

No período 1953/60, a produção média anual exportada cai ainda para 3,3 mil toneladas, o que representa uma perda de 23,11% no quantum exportado, em relação ao período 1948/52. A receita média anual exportada atingia o valor monetário de 1,7 mil (em milhares de dólares), nesse período em análise.

Por outro lado, no período 1961/70, a exportação anual média aumenta para 5,3 mil toneladas e a receita média anual para 3,8 mil (em milhares de dólares), o que significa um crescimento de 75,04%, em quantum, e cerca de 88,20%, em valor, quando comparado com o período 1953/60.

Portanto, neste último período, tudo parece indicar que, em termos econômicos, os lucros se multiplicavam como se brotados da natural empresa extrativa gomífera, cuja rentabilidade, em grande parte, era apropriada por seus proprietários, os quais, por sua vez, alocavam parte do excedente econômico para dispêndios em bens de consumo ou bens de investimentos, e, ainda, havia um pujante processo de acumulação de capital regional, propiciado pela economia primário-exportadora gomífera da Amazônia.

Sob o ponto de vista do PIB (Tabela 15), indicador monetário do nível de atividade global da economia e da riqueza material produzida em termos de bens e serviços, a Amazônia (Região Norte) aparece crescendo a uma taxa inferior ao ritmo nacional, e das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, no período 1939/1950. No conjunto federativo, o estado que apresentava a economia mais dinâmica era o Paraná (em razão de programas de colonização, de condições favoráveis para aquisição de terras aos imigrantes e de expansão de sua fronteira agrícola), seguido por Paraíba (pela notável expansão da cotonicultura que, por exemplo, impulsionava o crescimento e o desenvolvimento da cidade de Campina Grande e fazia desta, no início do século XX, o segundo empório de compra e venda de algodão em caroço e em pluma do planeta, inferior apenas ao mercado de Liverpool, na Inglaterra, segundo estudo da EMBRAPA campinense) e São Paulo (pelo avanço do processo de industrialização restringida).

Tabela 15 – Taxas médias geométricas de crescimento real do PIB das Regiões e dos Estados brasileiros: 1939/ 1970 (%).

Regiões/Estados	1939 – 1950	1951-1960	1961-1970	1939-1970 (Média)
Norte	0,75	8,92	5,65	5,11
Rondônia				
Acre				
Amazonas	0,87	7,54	2,84	3,75
Roraima				
Pará	0,66	9,87	3,82	4,78

Continuação da tabela na página seguinte.

Continuação Tabela 15 – Taxas médias geométricas de crescimento real do PIB das Regiões e dos Estados brasileiros: 1939/ 1970 (%).

Amapá				
Tocantins				
Regiões/Estados	1939 – 1950	1951-1960	1961-1970	1939-1970 (Média)
Nordeste	3,53	7,12	5,05	5,23
Maranhão	0,65	10,18	4,22	5,02
Piauí	-1,56	6,41	4,68	3,18
Ceará	4,81	9,09	4,11	6,00
Rio Grande do Norte	5,51	5,82	2,01	4,45
Paraíba	6,05	7,00	0,13	4,39
Pernambuco	3,45	5,14	5,09	4,56
Alagoas	4,36	5,74	5,05	5,05
Sergipe	2,56	4,45	5,20	4,07
Bahia	3,15	8,51	7,53	6,40
Sudeste	5,13	5,94	7,73	6,26
Minas Gerais	5,28	5,65	5,25	5,40
Espírito Santo	5,68	1,09	10,74	5,84
Rio de Janeiro	3,85	5,47	6,91	5,41
São Paulo	5,84	6,45	8,63	6,98
Sul	5,37	7,85	6,90	6,70
Paraná	9,92	10,09	5,95	8,65
Santa Catarina	5,54	7,62	8,01	7,06
Rio Grande do Sul	3,58	6,52	7,20	5,76
Centro-Oeste	3,26	8,70	6,51	6,15
Mato Grosso do Sul				
Mato Grosso	0,96	11,97	6,04	6,32
Goiás	4,77	6,85	6,86	6,16
Distrito Federal				
Brasil	4,78	6,55	7,30	6,21

Fonte: Dados brutos da Tabela I.4.1 – Produto Interno Bruto por Unidade da Federação, em 1939, 1947/66, 1970, 1975, 1980, 1985/99 (R\$ 1000) - do IBGE (2003); Deflacionado pelo Deflator Implícito do Produto (Base: 1999=100) extraído da Tabela I.1. 1 (1901-2000) - do IBGE (2003).

Obs: Para os anos 1939, 1947/1967, refere-se à renda interna; 1970, 1975, 1980: PIB a custo de fatores; 1985/1999: Valor adicionado a preços aproximadamente básico.

No período 1939, 1947/1967, o Rio de Janeiro inclui o estado da Guanabara.

A Amazônia (Região Norte) supera o ritmo de crescimento da economia nacional, e também das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, no período 1951/1960. Neste

momento, o Estado com crescimento econômico mais dinâmico era o Mato Grosso (em razão da implantação de colônias agrícolas nas décadas de 1940 e 1950, venda de grandes parcelas de terras no norte e nordeste pelo governo do Estado para a colonização privada, nas décadas de 1950 e 1960, o que resultou, em última análise, em expansão da agricultura), seguido do Maranhão (que iniciou a integração de sua economia ao processo de expansão do capitalismo monopolista em escala nacional, a partir da década de 1950).

No período 1961/1970, a Amazônia seguiu crescendo relativamente menos, num ritmo abaixo da taxa da economia nacional, e praticamente idêntico apenas ao ritmo de crescimento da nordestina. O Estado mais dinâmico era o Espírito Santo (pelo início do processo de modernização conservadora do campo, bem como pela instalação de empreendimentos de fora no Estado, seja no setor industrial, no comercial e/ou no de prestação de serviços, e, ainda, por estabelecer novos vínculos como o mercado nacional e internacional) seguido por São Paulo (decorrente de um novo padrão de acumulação industrial, cujas características de expansão resultam de um processo de industrialização pesada, que constitui um tipo de desenvolvimento centrado num crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens de consumo duráveis, antes de qualquer expansão previsível de seus mercados).

No período 1939/1970, a Amazônia cresceu ao ritmo de 5,11% a.a., inferior ao da economia nacional, bem como de todas as demais regiões brasileiras. Os Estados amazônicos do Amazonas e do Pará cresciam às taxas de 3,75% e 4,78% a.a., respectivamente. E os Estados sulistas do Paraná e de Santa Catarina eram os mais dinâmicos, pois suas taxas de crescimento econômico perfaziam em torno de 8,65% e de 7,06% a.a., respectivamente.

Convém aqui salientar que houve uma aceleração na integração do mercado nacional, decorrente de investimentos que consolidaram o aparelho industrial, vez que foi implantado o setor industrial “pesado”, no período 1956/62. E também que grande parte desses investimentos se concentrou em São Paulo, que se beneficiava do aumento da participação do imigrante em sua população: de 10,1% em 1940 para 14,3% em 1960, totalizando 1,8 milhões de pessoas, principalmente mineiros (36%) e nordestinos (32%), segundo Cano (1997: 124/5).

Outros aspectos relevantes da realidade da economia regional também são apontados por Cano, ao afirmar que “Essa época foi também a do aumento do êxodo rural no Brasil - notadamente em São Paulo - o qual teve notável escoadouro tanto na vigorosa industrialização e urbanização paulista quanto na expansão da ‘fronteira’ agrícola do Paraná, Centro-Oeste e Maranhão. A abertura do norte paranaense, desde a segunda metade dos anos 20, ampliava não só a cafeicultura, mas, principalmente, a pequena e média propriedade rural, com o que, em 1940 os

que emigraram para aquele estado já perfaziam 17,3% de sua população, cifra que em 1960 subia para 39,3%, contando 1,7 milhões (dos quais 42% eram paulistas fugidos da crise cafeeira e 36% eram mineiros e nordestinos). A ‘fronteira’ do Maranhão e a do Centro-Oeste constituíram, naquele momento, amortecedores auxiliares, contando a primeira em 1960 com cerca de 440 mil nordestinos de outros estados e a segunda, 713 mil outros brasileiros (dos quais 506 mil eram nordestinos e mineiros). A recém-criada Brasília também dava importante contribuição, registrando 131 mil imigrantes”.⁶⁰

Tabela 16 – Alguns Indicadores da Estrutura e da Dinâmica Econômica da Amazônia: 1940-1970.

Taxas médias Anuais de Crescimento do PIB Regional por Grandes Setores (%)			
Período	Agricultura	Indústria	Serviços
1947/63	4,5	8,4	6,1
Taxas médias anuais de crescimento real do Grupo I de Indústrias (bens de consumo – não durável) (%)			
Período	Amazônia		Brasil
1939/70	7,3		6,4
Taxas médias anuais de crescimento real do Grupo II de Indústrias - bens intermediárias – (%)			
Período	Amazônia		Brasil
1939/70	6,8		9,5
Taxas médias anuais de crescimento real do Grupo III de Indústrias - bens de capital e de consumo durável – (%)			
Período	Amazônia		Brasil
1939/70	10,0		12,7
Setores produtivos amazônicos no total da renda interna brasileira (%)			
Setores	Agricultura	Indústria	Serviços
1947	2,4	1,3	2,6
1968	2,1	1,4	2,4

Fonte: Tabela 2.2. de Gomes e Vergolino (1997:20); Tabelas 3 e 3 A de Cano (1998); e Oliveira (1989:50).
Elaboração própria.

⁶⁰ Ver Cano, 1997.

Analisando a dinâmica econômica setorial da região, no período 1947/63, é notório o fato de que o setor secundário se constituiu no principal determinante do crescimento regional, portanto, no mais dinâmico que, assim, se apresentava com alguma capacidade efetiva para internalização de um processo de acumulação de capital. A razão disso é porque a indústria superou relativamente o ritmo dos outros setores, ao crescer em torno de 8,4% ao ano. A indústria de bens de capital e de consumo durável regional era um ramo que crescia à taxa média anual em torno de 10,0%, enquanto a indústria nacional desse gênero em cerca de 12,7%, durante o período 1939/70. Neste, o ramo da indústria de bens de consumo não-durável crescia à taxa média de 7,3% ao ano, e superava o crescimento da indústria nacional, cuja taxa se encontrava por volta de 6,4% . Já o ramo da indústria de bens intermediários amazônicos crescia ao ritmo de 6,8% ao ano, e a indústria nacional por volta de 9,5%, também nesse mesmo período (1939/70), segundo dados levantados por Vergolino e Cano.

É interessante notar que a indústria de bens de consumo não-durável da Amazônia crescia à taxa média anual de 12,0%, portanto, era o dobro da taxa de crescimento da indústria nacional (6,2%), e a indústria de bens intermediários amazônicos também superava o ritmo da indústria nacional, pois apresentava taxa média anual em cerca de 12,5% , enquanto a do Brasil perfazia 11,3%, no período 1949/59. E a indústria de bens de capital e de consumo durável regional também crescia mais do que o dobro da indústria nacional, com taxas médias anuais de 24,6% e 10,3%, respectivamente, durante o período 1959/70.⁶¹

A expansão da produção da indústria mineral e da manufatureira regional decorreu de uma combinação de despesas de investimentos na exploração de Manganês na Serra do Navio, no Amapá, da implantação da refinaria de petróleo no Amazonas, em Manaus, e da exploração de cassiterita em Rondônia. Estes fatores explicam em grande parte o crescimento da indústria e do PIB da Amazônia no período sob análise.

Entre 1950 e 1955, a economia primária regional apresentou um relativo crescimento do produto sob o comando da agricultura, com base na introdução da cultura da juta no Baixo Amazonas, o que também estabeleceu algum laço de integração com o mercado de São Paulo, este já predominante dinâmico por ser industrial.

O setor serviços regional, por sua vez, era pouco capitalizado e sofria os rebatimentos dos movimentos proporcionados pela indústria e pela agricultura, não revelando, assim, muita capacidade de dinâmica econômica, no período em análise.

⁶¹ Ver Tabelas 3 e 3 A de Cano (1998: 82/3).

Na realidade, a economia da Amazônia apresenta um baixo nível de produção de riqueza material agropecuária, industrial e de serviços no quadro da economia brasileira, e, portanto, se constitui na região mais atrasada relativamente, em termos de geração de renda interna, no período 1943/68.⁶²

Vejamos algumas breves considerações demográficas sobre a região, no período em estudo: em 1940, a população da Amazônia representava 3,73% da nacional, predominantemente residindo em áreas rurais. Os estados mais populosos eram o Pará e o Amazonas. No Pará, a parcela urbana superava a rural, pois 286,8 mil habitantes residiam em áreas citadinas. A taxa de urbanização regional perfazia 27,75% e a nacional 31,24% (Tabela 17); em 1970, a população amazônica passa a perfazer 3,87% da nacional, e os históricos Pará e Amazonas seguem sendo os que detêm os maiores contingentes populacionais. No Pará, continua a prevalecer a parcela da população urbana sobre a rural. E aqui a taxa de urbanização regional perfaz 45,13%, enquanto a nacional na ordem de 55,97%.

Tabela 17 – População Residente da Amazônia e do Brasil: 1940-1970.

1940						
	Urbano	%	Rural	%	Total	%
Rondônia	-	-	-	-	-	-
Acre	14.138	3,48	65.630	6,21	79.768	5,45
Amazonas	104.789	25,82	333.219	31,54	438.008	29,95
Roraima						
Pará	286.865	70,69	657.779	62,25	944.644	64,59
Amapá	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-
Amazônia	405.792	100,00	1.056.628	100,00	1.462.7420	100,00
Brasil	12.880.182	3,15	28.356.133	3,73	41.236.315	3,73
1950						
	Urbano	%	Rural	%	Total	%
Rondônia	13.816	2,38	23.119	1,83	36.935	2,00
Acre	21.272	3,66	93.483	7,40	114.755	6,22
Amazonas	137.736	23,71	376.363	29,78	514.099	27,87

Continuação da tabela na página seguinte.

⁶² Ver Oliveira (1989:50).

Continuação Tabela 17 – População Residente da Amazônia e do Brasil: 1940- 1970

Roraima	5.132	0,88	12.984	1,03	18.116	0,98
Pará	389.011	66,97	734.262	58,10	1.123.273	60,89
Amapá	13.900	2,39	23.577		37.477	2,03
Tocantins						
Amazônia	580.867	100,00	1.263.788	100,00	1.844.655	100,00
Brasil	18.782.891	3,09	33.161.506	3,81	51.944.397	3,55
1960						
	Urbano	%	Rural	%	Total	%
Rondônia	30.186	3,15	39.606	2,47	69.792	2,72
Acre	32.700	3,41	125.484	7,82	158.184	6,17
Amazonas	232.917	24,32	475.542	29,65	708.459	27,65
Roraima	12.148	1,27	16.156	1,01	28.304	1,10
Pará	614.973	64,21	914.320	57,00	1.529.293	59,70
Amapá	34.794	3,63	32.956	2,05	67.750	2,64
Tocantins						
Amazônia	957.718	100,00	1.604.064	100,00	2.561.782	100,00
Brasil	31.303.034	3,06	38.767.423	4,14	70.070.457	3,66
1970						
	Urbano	%	Rural	%	Total	%
Rondônia	59564	3,66	51.500	2,60	111064	3,08
Acre	59.307	3,65	155.992	7,89	215.299	5,97
Amazonas	405.831	24,95	549.404	27,79	955.235	26,51
Roraima	17.481	1,07	23.404	1,18	40.885	1,13
Pará	1.021.966	62,83	1.145.052	57,91	2.167.018	60,13
Amapá	62.451	3,84	51.908	2,63	114.359	3,17
Tocantins						
Amazônia	1.626.600	100,00	1.977.260	100,00	3.603.860	100,00
Brasil	52.084.984	3,12	41.054.053	4,82	93.139.037	3,87
Taxa de Urbanização (%)						
	1940		1950		1960	1970
Amazônia	27,75		31,49		37,38	45,13
Brasil	31,24		36,16		44,67	55,97

Fonte: (dados brutos) IBGE (2003).

Em termos de dinâmica populacional, a Amazônia apresentou um crescimento superior ao ritmo nacional, no período 1940/50, e o Acre era aí o estado que apresentava o maior

crescimento. Em todos os estados amazônicos o crescimento da população urbana superava o ritmo da população rural.

No período 1950/60, ambas as populações amazônicas, tanto a total, quanto a rural, crescem às taxas de 3,34%, 2,41% a.a., respectivamente. Portanto, superam as taxas nacionais de 3,04% e de 1,57% a.a., respectivamente. Exceto o crescimento da população urbana, pois a taxa regional foi cerca de 5,13% a.a., enquanto a nacional em torno de 5,24% a.a.. Rondônia era o estado que apresentava as maiores taxas de crescimento das populações total e rural, com taxas em cerca de 6,57% e 5,53% a.a., respectivamente. Assim, essas taxas superavam, inclusive, o crescimento expresso nas respectivas taxas nacionais. Roraima apresentava o maior crescimento em termos de população urbana, com uma taxa geométrica de crescimento anual de 9,00%.

No período 1960/70, o crescimento populacional da Amazônia suplanta todas as taxas da população nacional. O estado que mais cresce, em termos de população total e de rural, é o Amapá, e Rondônia é o que mais cresce em termos de população urbana, com taxa geométrica de crescimento anual por volta de 7,03%.

Tabela 18 – Taxas geométricas de crescimento anual da População Residente da Amazônia e do Brasil (%): 1940 – 1970.

	1940/50			1950/60			1960/70		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Rondônia				8,13	5,53	6,57	7,03	2,66	4,76
Acre	4,17	3,60	3,70	4,39	2,99	3,26	6,13	2,20	3,13
Amazonas	2,77	1,22	1,61	5,39	2,37	3,26	5,71	1,45	3,03
Roraima				9,00	2,21	4,56	3,71	3,78	3,75
Pará	3,09	1,11	1,75	4,69	2,22	3,13	5,21	2,28	3,55
Amapá				9,61	3,41	6,10	6,02	4,65	5,37
Tocantins									
Amazônia	3,65	1,81	2,35	5,13	2,41	3,34	5,44	2,11	3,47
Brasil	3,84	1,58	1,58	5,24	1,57	3,04	5,22	0,57	2,89

Fonte: (dados brutos) IBGE (Censos Demográficos)

Surgem, agora, os principais momentos nos quais houve um processo de construção de um arcabouço institucional, que desembocou numa formulação de uma política de desenvolvimento econômico para a região, no período sob estudo.

Essa formulação de uma política de desenvolvimento regional para a Amazônia surgiu a partir da política de colonização agrícola para as áreas da Amazônia e do Centro-Oeste, bem como com a política de integração nacional com base em novas unidades federativas, sob a forma de criação de territórios federais, tudo isso sendo denominado como “a marcha para o Oeste”, durante o Governo de Getúlio Vargas (1933/43).⁶³

Um outro momento foi devido à Constituição de 1946, pois os objetivos de desenvolvimento e de integração regional à economia nacional se encontraram contemplados nos objetivos do governo federal, através da execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Em 1953, o governo de Getúlio Vargas cria a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Entretanto, mesmo buscando diversificar a produção regional, a economia do extrativismo da borracha segue sendo a privilegiada no plano regional.

No governo desenvolvimentista e associado ao capital monopólico estrangeiro de Juscelino Kubitschek, houve investimentos públicos em infra-estrutura na Amazônia e expansão da indústria civil, através da construção da estrada Belém-Brasília.

Em 1966, o regime autoritário do Governo militar cria um conjunto de órgãos e instrumentos, a fim de definir a nova forma de incorporação amazônica à economia nacional, dentre eles, se destacavam: a) Banco da Amazônia; b) Amazônia Legal, constituída pelos Estados do Amazonas, do Pará, do Acre, do Mato Grosso, uma parte do Maranhão e de Goiás, e ainda, pelos territórios federais de Rondônia, de Roraima e do Amapá; e c) substituição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Em 1967, é criada a Suframa, instituindo, assim, a Zona Franca de Manaus. O financiamento decorria de um sistema de incentivos fiscais, sobretudo, baseados na isenção total ou parcial do impostos sobre a renda, a fim de subsidiar o investimento privado na região amazônica. Esse mecanismo fiscal (“34/18”) fora originalmente implementado para subsidiar o capital e atrair investimento privado para o Nordeste, mas, também foi estendido para a Amazônia, sob tutela da SUDAM. Depois, também foi estendido às várias atividades econômicas em quaisquer regiões brasileiras.

Em 1970, o Governo militar cria o Programa de Integração Nacional, no qual formula uma política de colonização agrícola para as terras públicas na Amazônia, como forma de

⁶³ Ver Santos (1993, cap. I).

manutenção da concentrada estrutura fundiária vigente nas demais regiões, e preservando o poder de suas elites rurais. Com isso, também logra obstaculizar a emergência de uma política de reforma agrária no Brasil.

3.2. A EMERGÊNCIA DA ECONOMIA DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS DO GUAPORÉ E DE RONDÔNIA

A emergência do Território Federal do Guaporé decorreu de uma política do governo federal, visando povoar e colonizar a área fronteira com a Bolívia, por motivo de segurança nacional. Foi assim concebida como uma componente da Marcha para o Oeste, formulada no marco da estratégia de desenvolvimento do governo de Getúlio Vargas.

Assim, a constituição do Território Federal do Guaporé (Decreto-lei nº 5.812, 13/9/1943) e, ao mesmo tempo, de fator de integração nacional, foi efetuada pelo governo federal com o desmembramento dos estados do Amazonas e Mato Grosso, sendo formado por quadro municípios (Pinto, 1993: 158). Entretanto, houve, retificação nos limites do Território Federal do Guaporé (Decreto Lei nº 6550/ 1944), reduzindo sua divisão de quatro para três municípios: Porto Velho (a capital), Alto Madeira e Guajará-Mirim. Em 1970, o Território Federal de Rondônia contava apenas com Porto Velho e Guajará-Mirim.

Por que as colônias agrícolas no Território Federal do Guaporé se constituem verdadeiros exemplos de fracassos econômicos? Ou seja, por que esse pioneiro processo de colonização agrícola somente pode ser apontado como sinônimo de um malogro experimental? Na literatura disponível sobre esta questão, sempre é afirmado que o resultado majoritário desta experiência agrícola se traduziu, em última análise, num malogro.

Segundo Menezes (1983), esta tese original surgiu do estudo sobre o processo de colonização agrícola, em Rondônia, de Reinaldo Galvão Modesto, engenheiro agrônomo, superintendente do INCRA local, que passa a ser dito que a colonização agrícola surge no Guaporé e Rondônia, como problemática em forma de núcleos de colônias agrícolas federais, nas décadas de 1940 e de 1950. É neste período que é criada, em Guajará-Mirim, a colônia agrícola de IATA (1945). Em Porto Velho, aparecem as colônias agrícolas de Candeias (1948), Nipo-Brasileira (1948) e Treze de Setembro (1948), e, ainda, a de Paulo Leal (1959). Foram criadas também as de Periquitos e Areia Branca, nas margens de Porto Velho, visando conter o êxodo nos seringais e produzir excedentes agrícolas comercializáveis no mercado local.⁶⁴

⁶⁴ Cemin, 1992, p.51; Lopes, 1983, p.10.

Os posseiros também criam sua colônia agrícola denominada de Beiradão, entre Porto Velho e a vila Calama, por essa época.⁶⁵

A organização da produção nessas colônias agrícolas era feita com base no trabalho familiar, em lotes de vinte e cinco hectares, nos quais os agricultores produziam alimentos. Geralmente, os lotes eram localizados em terras de várzeas. Assim, elas contribuem para promover uma incipiente alteração no quadro agrário, pois abrem espaço para a pequena posse da terra agrícola sob comando familiar, com uma agricultura de subsistência voltada à produção de alimentos e com reduzida participação na área total, pois, antes, o latifúndio extrativista gomífero imperava, situado, geralmente, nos vales dos rios Madeira e Guaporé, em cujas áreas predominavam estabelecimentos com mais de quinhentos hectares.⁶⁶

A colônia agrícola Nipo-Brasileira, colonizada por agricultores japoneses e assistidos via subvenções de seu consulado em Belém, é a única que consegue produzir excedentes agrícolas para o mercado consumidor de Porto Velho. As demais colônias fracassam nesse objetivo, e, por isso, essa política de colonização tentada pelo Governo Federal do Guaporé não logra êxito.⁶⁷

Em síntese, o indicador de sucesso é entendido como o envio de excedente agrícola comercializável para o mercado local. Significa dizer que deveria haver aí uma agricultura mercantil, norteadada por geração de lucro oriundo do processo concorrencial produtivo interno regional. Em outras palavras, o empreendimento da unidade produtiva teria que ser, portanto, regida pela taxa de lucro em um sistema econômico do tipo produção-consumo concorrencial, nesse processo de colonização agrícola, naquela época.

Se assim fosse, então, nesse espaço geográfico ocorreria uma forma de produção na agricultura, que, em última análise, se apresentaria como produto materializado em termos de rendimentos decrescentes? E, portanto, seria constatado, por conseguinte, um certo “pessimismo ricardiano”⁶⁸ em territórios amazônicos do Guaporé e mesmo de Rondônia?

Vale salientar que o tipo de produção dessas colônias agrícolas era norteadada por uma produção de subsistência. Lógica, portanto, bem distinta de uma produção regida por lucros do capital e, por conseguinte, inserida no movimento da circulação do capital⁶⁹ (e aqui independe considerar a forma e o estado com que o capital poderia se apresentar no movimento dialético do seu circuito global).

⁶⁵ Cemin, idem.

⁶⁶ Lopes, op.cit., pp. 10/12.

⁶⁷ Idem, idem.

⁶⁸ Sobre esta questão, ver Ricardo, 1982.

⁶⁹ Sobre a noção de circulação do capital, ver *Los Límites Del Capitalismo y la Teoria Marxista* de David Harvey, 1982.

A produção da colônia agrícola se restringia à lavoura de subsistência, com mão-de-obra familiar, no cultivo de mandioca, arroz, milho e feijão. Apenas um reduzido grupo de produtores, ao longo da ferrovia, colocava parte de seus pequenos excedentes nos limitados mercados urbanos regionais. E a “maior parte da população rural vivia em pequenos núcleos isolados, à beira dos rios, trabalhando sazonalmente no extrativismo produzindo alimentos em roçados e suplementando sua dieta através da pesca, da caça e da coleta de frutos silvestres” (Magalhães, 1980).

Essa produção na agricultura permitia um acesso a um pedaço de terra para o imigrante nordestino que, por sua vez, se metamorfoseava em produtor rural, que, assim, trabalhava em uma parte do território latifundiário do extrativismo gomífero, e, ainda, tudo isso implicava um processo de colonização agrícola em área de fronteira amazônica, povoamento e efeito demonstração de atração para a imigração. O resultado se expressava numa pequena alteração no espaço sócio-econômico do território do Guaporé e de Rondônia, no período em análise.

Para os que vêem como critério de sucesso apenas lucros comerciais de uma produção agrícola, a produção de subsistência na agricultura, por sua forma social de organização produtiva e relações de trabalho, geralmente, ao longo do tempo, apresenta um produto com muito mais estabilidade e retorno social, quando cotejado com os efetivos lucros de um empreendimento agrícola tipicamente capitalista. E nisto consiste o seu sucesso social.

É necessário entender que o repasse de um recurso financeiro de origem externa para um determinado grupo social, sem contrapartida produtiva nenhuma ou mesmo social, e, inclusive, livre até de qualquer débito com o financiador, durante um período mínimo de cinco anos, em determinado espaço geográfico, e isso passar a ser chamado de uma modalidade de desenvolvimento sustentável, então a subvenção dos japoneses para a colônia agrícola Nipo-Brasileira deve ser registrada como o primeiro caso de desenvolvimento sustentável no Guaporé, antes mesmo, portanto, de surgir o período desse chamado modelo de desenvolvimento histórico, em Rondônia.

Sucintamente o movimento econômico do extrativismo gomífero do Guaporé e de Rondônia, no período 1947/70 é analisado a seguir.

A produção extrativa de borracha do Território Federal do Guaporé apresentou um declínio de cerca de 25,55%, em quantum, e 41,24%, em valor, no ano de 1948 (Tabela 13). No entanto, cresceu 21,83% e 56,70%, respectivamente, em 1949.

Já o Território Federal de Rondônia decresceu 17,00% em quantum e 0,01% em valor, em 1958. Declinou também 0,89%, em quantum, porém, cresceu 78,28%, em termos de valor, no ano de 1959.

Rondônia cresceu ainda 21,40% (quantum) e 56,83% (valor), em 1967, bem como 24,13% (quantum) e 105,37% (valor), em 1968.

Esta unidade federativa de âmbito federal apresenta uma média anual de 4 mil toneladas produzidas de borracha natural e também uma receita média anual de CR\$ 64 milhões, no subperíodo 1947/49, e aumenta para 5,2 mil toneladas e para o valor monetário de CR\$ 342 milhões no seguinte. No terceiro (1966/68), cairia para a média anual de 4 mil toneladas e aumentaria a receita média anual para a cifra de CR\$ 6 bilhões. Este valor monetário contém, por sua vez, muita ilusão monetária para os que se apossam desta forma de riqueza, já que aqui se trata apenas de uma série em valores correntes.

Sob a ótica do movimento da população, não custa lembrar que o início do ano de 1950 revela um saldo demográfico positivo relativo não apenas à Amazônia, mas em relação ao próprio País: o Território Federal do Guaporé apresenta um crescimento populacional geométrico em torno de 10,2% a. a., bem superior às taxas do Brasil (2,39% a.a.) e da Região Norte (2,29% a.a.), no período dos anos de 1940 a 1950. Em seguida, vinham as unidades federativas de Roraima e do Acre, com as taxas de 5,49% e 3,77% a.a., respectivamente.⁷⁰

É apenas no bojo de uma nova divisão regional do trabalho, e quando nova atividade econômica de Rondônia rearticula-se com a própria economia nacional, que surge uma possibilidade adicional alternativa de soerguer a economia, face à descoberta de cassiterita em áreas, geralmente, de antigos seringais,⁷¹ a partir de meados da década de 1950. A extração do minério cassiterita e, portanto, a emergência de garimpos, vem promover uma relativa reativação da economia do Território Federal do Guaporé, que passa a ser denominado de Rondônia (Lei nº 2.731, de 17-11-1956), em virtude de bom enlace entre dois fatores: 1) o fato de Rondônia possuir uma das áreas de maior reserva estanífera do mundo; 2) os preços desse minério favoreciam a abertura de novos garimpos e a conseqüente atração de garimpeiros de várias regiões do País, que se deslocavam para os garimpos dos rios São Lourenço, Marmelos, Castanho, Jarí, Machado, Candeias, Massangana e Madeirinha.⁷²

⁷⁰ Cf. IBGE, ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS, p.51.

⁷¹ Lopes, op.cit, p.11.

⁷² Magalhães, Francisco P. A. Rondônia: Um caso de Expansão Acelerada, MINTER, p.13.

A produção da indústria extrativa mineral de cassiterita de Rondônia, de modo manual, passa daí a crescer significativamente, refletindo-se no aumento do comércio local e propiciando o surgimento, inclusive, de uma especulação desenfreada nesse mercado de bens.⁷³

Tabela 19 - Produção de Borracha no Território Federal do Guaporé/ Rondônia, no período 1947/68.

Ano	Quantidade (t)	Varição percentual	Valor (CR\$ 1000)	Varição percentual
1947	4.541		76.729	
1948	3.381	-25,55	45.085	-41,24
1949	4.119	21,83	70.646	56,70
1957	5.942		271.272	
1958	4.932	-17,00	271.255	-0,01
1959	4.888	-0,89	483.606	78,28
1966	3.295		3.489.765	
1967	4.000	21,40	5.473.115	56,83
1968	4.965	24,13	11.239.952	105,37

Fonte: (dados brutos) IBGE. Anuário Estatístico do Brasil (vários anos).

Em 1959, o Brasil produzia 782 toneladas de cassiterita (Tabela 20). A região Norte participava com 14,19% do total, o Amapá com 11,89%, e Rondônia com apenas 2,30% da produção brasileira.

A partir de 1966, Rondônia já aparece como um território de maior produção desse minério entre as unidades federadas, já que participava com 81,43% do total produzido. E o Amapá perfazia apenas 3,64% do total. O Norte era, portanto, a maior região produtora, pois representava 85,07% da produção nacional.

Rondônia e a região Norte chegam a participar com 87,28% e 89,34% da produção total, respectivamente, em 1968. Já o Amapá apenas perfazia 2,06% do total.

Impossível esquecer que o capital industrial monopolista nesse ramo de empresas mineradoras, de maneira geral, restringia-se à esfera da circulação, através do controle da comercialização final da cassiterita, na década de 1960, mas, ao mesmo tempo, já havia

⁷³ Cunha, 1983:32.

penetrado na esfera da produção, através da associação entre as empresas Billington, Joaquim Pereira da Rocha e Jacundá, ensaiando a mecanização das operações produtivas ⁷⁴.

A cassiterita, no entanto, não recebia beneficiamento em Rondônia e, por isso, a sua produção bruta era dirigida para o próprio mercado nacional, principalmente, para os mercados dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas. As mineradoras alegavam que era inviável a instalação de metalúrgicas devido à inexistência de capacidade energética local. ⁷⁵ Este argumento das mineradoras era irrefutável.

Sob o ponto de vista do valor monetário auferido com a cassiterita (em mil cruzeiros). É bom afirmar que o comportamento ao longo do mesmo período, tanto de Rondônia, quanto do Amapá, do Norte e do Brasil, é deveras similar ao ocorrido com a variável quantidade produzida.

Com um fugaz olhar no comportamento dinâmico dessas variáveis, parece possível perceber que Rondônia e a região Norte apresentaram taxas geométricas de crescimentos anuais na quantidade produzida de 96,48% e 52,47%, respectivamente, entre 1959 e 1966. A taxa do Brasil foi positivamente cerca de 18,05% a. a., enquanto que o Amapá decrescia a taxa de -0,31% a.a., nesse período.

Em 1967, a produção de Rondônia relativa ao ano anterior cresceu 10,02%, do Brasil 8,40%, do Norte 7,86%, e a do Amapá declinou 40,66%. No ano seguinte, a produção de Rondônia cresceu 138,70%, a do Norte 135,53%, do Brasil 104,46%, e a quantidade de cassiterita produzida pelo Amapá apresentou um crescimento em torno de 53,81%.

Sob o ponto de vista da receita monetária obtida com a cassiterita, Rondônia apresentou taxa geométrica de crescimento anual de 37,17%, tendo se constituído no espaço mais produtivo do Brasil, entre 1959 e 1966. Os demais territórios produtivos decresceram no mesmo período: a taxa do Amapá foi cerca de -43,39% a.a., do Brasil em torno de -30,42% a.a., e do Norte aproximadamente -14,10% a.a..

Em 1967, o Brasil cresceu em valor cerca de 5,08% relativamente ao ano anterior; os demais declinaram: o Amapá decresceu 37,50%, o Norte 12,90%, e Rondônia cerca de 11,55%. No ano seguinte, o crescimento positivo foi geral para todos os entes recebedores de receitas de cassiterita: Rondônia cresceu 138,70%, o Norte 135,53%, o Brasil 104,46%, e o Amapá cresceu 53,81%.

⁷⁴ Idem, p.31.

⁷⁵ Magalhães, idem.

Tabela 20. Produção de Cassiterita de Rondônia, do Amapá, do Norte e do Brasil: 1959/1966.

Locais	Quantidade (t)				Valor (CR\$ 1000)			
	1959	1966	1967	1968	1959	1966	1967	1968
Rondônia	18	2.035	2.239	2.505	670	6.123	5.416	12.928
Amapá	93	91	54	59	18.042	336	210	323
Norte	111	2.126	2.293	2.564	18.712	6.459	5.626	13.251
Brasil	782	2.499	2.709	2.870	90.221	7.122	7.484	15.302

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil (vários anos).

É com a cassiterita que se produz o estanho, um minério “usado desde a mais remota antiguidade em liga com o cobre, para formar o bronze, não é um metal ferroso – por não se unir quimicamente com o ferro – mas é largamente utilizado pela indústria siderúrgica; quando se reveste o aço com uma fina camada de estanho, ele adquire qualidades de resistência à corrosão e ao desgaste que o torna ideal para a conservação de alimentos. Embora largamente usada para outros misteres, a fabricação de latas para a conservação de alimentos é responsável por 40 a 45% do estanho consumido” (Andrade 1991:147).

Em 1968, a produção mundial estava concentrada no Sudeste da Ásia, no Brasil e na Bolívia. E o maior produtor mundial de estanho era a Malásia, que produzia 76,2 mil toneladas, e representava em torno de 41,69% do total. A produção total de estanho do Brasil atingia a cifra de 3,2 mil toneladas, o que representava 1,80% da produção mundial.

Pouco mais de duas décadas, o Brasil se tornaria o maior produtor mundial de estanho, ao atingir 50,2 mil toneladas e representar 26,28% da produção mundial (Andrade, 1991: 147).

Convém sublinhar que a produção extrativa mineral de cassiterita de Rondônia chega a perfazer 91,59% do total produzido, em 1970.⁷⁶ Nesse momento, o Brasil passa a se colocar entre os poucos produtores do mercado mundial, alcança a sua auto-suficiência e se transforma num exportador, em apenas dois anos depois.⁷⁷

O capital monopolista industrial estrangeiro assume totalmente o controle do processo produtivo da indústria extrativa de cassiterita de Rondônia, e, portanto, dessa matéria-prima, quando é favorecido por políticas governamentais do Estado autoritário, resultado, em última análise, do modelo de desenvolvimento capitalista implementado a partir de 1964.

⁷⁶ Cunha, op.cit. Quadro I, p.32.

⁷⁷ Idem, idem.

A política econômica do Estado autoritário expressa seu interesse em favorecer o capital monopolista industrial estrangeiro e, assim, concretiza a monopolização da indústria extrativa de cassiterita. Isto se materializa no momento em que o Ministério das Minas e Energia determina o fechamento do garimpo (Portaria nº195/ 15-3-70) e repassa a atividade extrativa para as grandes empresas multinacionais mineradoras - Grupos Mibrasa, Patiño, Brascan, Parapanema, Brumadinho, Itau e Best - que efetivariam a mecanização intensiva, pois o pretexto político da decisão foi o da racionalização, como meio de evitar-se as perdas da lavra rudimentar.⁷⁸ A orientação industrial pela lógica da produção de mais-valia relativa sempre implica em desemprego para o trabalhador, durante a fase de reestruturação produtiva, num determinado ramo industrial, principalmente, se tecnologicamente a indústria se encontrar num estágio reconhecidamente de atraso técnico, pelo fato de ser organizado em bases manufatureiras.

Assim, em Rondônia, o efeito imediato da mudança da política mineral industrial manifestou-se no corte de dez mil empregos nas áreas do garimpo manual de cassiterita.⁷⁹

No ano de 1949, o ramo industrial de produtos alimentares era o que apresentava a maior participação relativa, em termos de número de estabelecimentos, no conjunto da produção industrial do Território Federal do Guaporé (Tabela 21). O ramo dos minerais-não-metálicos se destacava em termos da categoria econômica relativa ao pessoal ocupado. Os serviços industriais de utilidade pública apresentavam a maior participação relativa em termos da categoria valor da transformação industrial. Nesta, o ramo dos produtos alimentares aparecia em segundo lugar.

Em 1959/60, o ramo industrial dos produtos alimentares lidera em todas as três categorias econômicas, considerando a totalidade do setor industrial do Território Federal de Rondônia.

No ano de 1970, os produtos alimentares seguem liderando em termos de estabelecimentos e pessoal ocupado. No entanto, o ramo dos produtos minerais da indústria extrativa se destaca relativamente em termos da categoria valor da transformação industrial.

⁷⁸ Magalhães, *idem*.

⁷⁹ *Idem, idem*.

Tabela 21 Guaporé e Rondônia. Estrutura Produtiva Industrial: 1949-1970.

CLASSE E GÊNERO DE INDÚSTRIA	1949			1959/1960			1970		
	Est	PO	VTI	Est	PO	VTI	Est	PO	VTI
1. INDÚSTRIA EXTRATIVA		3,09	6,26	3,64	14,56	11,78	2,99	14,36	52,43
Produtos Minerais				3,64	14,56	11,78	2,99	14,36	52,43
Produtos Vegetais		3,09	6,26						
2. INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	67,74	57,92	42,84	96,36	85,44	88,22	97,01	85,64	47,57
Minerais Não-Metálicos	16,13	21,24	13,06	27,27	25,05	19,05	29,85	15,06	4,10
Metalúrgica							1,49		
Material de Transporte							1,49		
Madeira	9,68	15,44	4,79	7,27	9,13	8,61	11,19	11,74	10,28
Mobiliário							5,22		
Papel e Papelão							0,75		
Borracha				1,82	14,17	15,82	1,49		
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos				1,82	1,17	0,75	0,75		
Produtos Alimentares	32,26	14,67	20,23	47,27	26,02	34,74	33,58	40,33	13,81
Bebidas				3,64	3,50	4,82	2,24	2,56	1,29
Editorial e Gráfica		5,41	3,88	7,27	6,41	4,41	7,46	6,15	3,08
Diversas		1,16	0,88						
Construção Civil		20,46	13,47						
3. SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	22,58	18,53	37,43						
4. TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censo Industrial (vários anos).

Tabela 22. Guaporé e Rondônia. Taxas geométricas de crescimento anual da produção industrial: 1949-1970 (%)

CLASSE E GÊNERO DE INDÚSTRIA	1949-1959/1960			1959-1970			1949-1970		
	Est	PO	VTI	Est	PO	VTI	Est	PO	VTI
1. INDÚSTRIA EXTRATIVA		25,08	38,90	6,50	10,74	-0,93			
Produtos Minerais				6,50	10,74	-0,93			
Produtos Vegetais									
2. INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	9,70	11,36	40,14	8,50	10,92	-18,23			
Minerais Não-Metálicos	11,61	8,90	35,39	9,33	5,39	-24,78			
Metalúrgica									
Material de Transporte									
Madeira	2,92	1,63	38,39						19,12
Mobiliário									
Papel e Papelão									
Borracha				6,50					
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos									
Produtos Alimentares	10,03	13,43	37,62	5,11	15,86	-20,46	7,57	14,65	8,58
Bebidas				3,75	7,47	-23,25		3,74	-11,63
Editorial e Gráfica		8,95	32,07	8,69	10,43	-16,28		9,69	7,90
Diversas									
Construção Civil									
3. SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA									
4. TOTAL	5,90	7,12	30,37	8,43	10,89	-13,50	7,17	9,00	8,44

Fonte: (dados brutos) IBGE. Censo Industrial (vários anos).

No conjunto do setor industrial dos territórios federais do Guaporé e de Rondônia, há expansão geral (Tabela 22), no período 1949/59: os estabelecimentos crescem à taxa geométrica de 5,90% a. a.; o pessoal ocupado total cerca de 7,12% ao ano; e o valor da transformação industrial global apresenta uma taxa de crescimento médio em torno de 30,37% ao ano.

O ramo industrial dos minerais-não metálicos é o que mais cresce em número de estabelecimentos (11,61% a. a.), os produtos alimentares se destacam no crescimento em termos de pessoal ocupado (13,43% a. a.), e o ramo industrial da madeira, por sua vez, o que apresenta maior crescimento em termos de valor da transformação industrial (38,39% a.a.).

Nesse período, o crescimento do emprego total na indústria extrativa mineral é superior ao da indústria de transformação, já que o ritmo de expansão se expressava em taxas de 25,05% e 11,36% a.a., respectivamente.

No período 1959/70, Rondônia cresce em estabelecimentos (8,43% a.a.) e pessoal ocupado (10,89% a.a.). No entanto, declina a uma taxa geométrica de crescimento anual de -13,50%, em termos de geração de valor agregado industrial, o que indica que o setor industrial contém uma certa vulnerabilidade interna e que também deve ter sido atingido pela crise da economia brasileira, durante o período em análise.

As unidades produtivas minerais não-metálicas são as que mais crescem (9,33% a.a.), em número de estabelecimentos; o ramo dos produtos industriais alimentares o que mais emprega (15,86% a.a.). Já os produtos minerais declinam a uma taxa em torno de -0,93% a.a..

No período 1949/70, o setor industrial apresenta um crescimento em estabelecimentos (7,17% a.a.), em pessoal ocupado (9,00% a.a.), bem como em valor da transformação industrial global (8,44% a.a.).

O ramo dos produtos alimentares cresce à taxa geométrica de crescimento anual de 7,57%, em termos de estabelecimentos, e apresenta também o maior crescimento em termos de emprego industrial, com a taxa de 14,65% a.a.. Já o ramo industrial da madeira é o destaque em termos de VTI (19,12% a. a.).

No período 1949/70, o setor industrial do Guaporé e de Rondônia cresce à taxa geométrica de crescimento anual de 7,17%, em estabelecimentos, 9,00% a.a., em pessoal ocupado total, e cerca de 8,44% a.a., em valor da transformação industrial total.

O ramo industrial dos produtos alimentares cresce à taxa geométrica de crescimento anual de 7,57%, em número de estabelecimentos, e 14,65% a.a., em pessoal ocupado. Já o ramo madeireiro é o que mais cresce em VTI (19,12% a.a.).

3.3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para uma retrospectiva da economia da Amazônia inserida no quadro da divisão do trabalho regional brasileiro, no período em análise, é necessário lembrar aqui que havia uma tênue integração na economia nacional até meados da década de 1920, comandada por um padrão de acumulação de capital primário-exportador que, por conseguinte, implicava um elevado coeficiente de importações, mas, mesmo assim, possibilitava a implantação de indústrias em grande parte, de bens de consumo não durável, em várias regiões do país. O resultado disso tudo era traduzido numa falta de estímulos para a integração regional, já que a produção industrial não proporcionava uma dinâmica de crescimento suficiente para romper o “arquipélago nacional” e, portanto, não conseguia reservar para si o mercado interno.

A aceleração da integração nacional somente ocorre no período da “crise de 1929” (e sua recuperação), mas, teve que ter como parceira o Estado, que, para exercer este papel, precisou se reestruturar. Nessa época, havia o problema da inexistência de frações nacionais da classe dominante, que representassem os principais setores da economia. Existiam também distintas regiões econômicas. Daí, prevalecia um quadro de interesses múltiplos, geralmente, conflitantes entre si, pois, o fato da existência de distintas regiões econômicas se unia à realidade da pouca integração entre elas (Cano, 1998).

Quando o Estado passa a assumir a função de promover a supremacia dos interesses nacionais em detrimento dos interesses específicos regionais, como uma forma alternativa política e prática de sair da estagnação econômica e possibilitar o crescimento da economia e, portanto, realizar uma maior complementaridade inter-regional, então, surge uma concreta identidade positiva entre a necessidade de integrar o mercado nacional e o desenvolvimento do capitalismo no espaço geográfico brasileiro.

Assim, é sabido, que desde a Revolução de 1930 a economia primária exportadora vai sendo explicitamente subjugada pela economia industrial, sob o comando dos capitalistas industriais paulistas e, logo em seguida, dos capitalistas sudestinos. E esse processo de industrialização vai se consolidando como a força motriz da economia nacional. Ademais, também vai ocorrendo o processo de integração do mercado nacional, seja como fase mercantil e domínio do mercado de mercadorias, baseando-se no comércio inter-regional e padrão de acumulação industrial restringido (1929/62); seja também como fase de acumulação sob o domínio do capital produtivo, evidente dinâmica na industrialização pesada e, ainda, presença de um processo nacional de desconcentração regional (pós-1962).

No entanto, a economia da Amazônia vai permanecendo muito pouco integrada à economia nacional, até o ano de 1970. A ausência de infra-estrutura para os setores de transportes e de comunicações regionais e também a não dependência de suas exportações da economia do Sudeste parecem explicar o isolamento do mercado interno, e a razão de perdurar estruturas social e econômica precárias.

Entretanto, o Estado autoritário do Governo militar lança as bases para uma nova forma de integração da Amazônia ao processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ao criar instrumentos, programas e políticas, entre meados da década de 1960 e 1970.

No período em estudo, a economia extrativa de borracha da Amazônia gerou uma riqueza monetária acumulada com as exportações na ordem de 91,1 mil contos de réis (1941), de 18,5 milhões em milhares de cruzeiros (1942/66), de 34,4 mil em milhares de cruzeiros “novos” (1967/69), e, finalmente, de 20,2 mil em milhares de cruzeiros (1970). E a produção exportada, por sua vez, atingiu o montante de 201,8 mil toneladas, representado apenas 14% do volume exportado no período 1827/1940.

A economia primário-exportadora extrativista de borracha apresenta uma estrutura econômica concentradora da produção e da renda, posto que assentada no latifúndio extrativista. É também uma economia de baixa produtividade do trabalho, dependente do mercado externo e que, em última análise, se expressa num baixo poder competitivo no mercado de oferta. Ademais, exclui os trabalhadores da propriedade da terra no espaço da floresta tropical úmida amazônica, o que contribui para manutenção da desigualdade social no interior regional.

Entre 1940 e 1970, a população da Amazônia apresenta crescimento anual de cerca de 3,05%, superior ao crescimento nacional (2,75% a.a.). A população urbana cresce à uma taxa de 4,74% a.a., enquanto que a nacional em torno de 7,77% a.a.. O crescimento da população rural regional é superior ao nacional, com taxas de 2,11% e 1,12% a.a., respectivamente.

Em termos absolutos, a população amazônica apresentava a cifra de 1.462.420 habitantes, no período inicial, e, ao final, passou para o número total de 3.603.860 residentes.

A Amazônia detém o maior espaço territorial brasileiro (42%), uma floresta tropical com a maior diversidade biológica; região de baixa densidade demográfica; uma economia de pouca representação no quadro nacional da produção de riqueza material produzida e onde, essencialmente, predominam áreas de população rural, ao final do período estudado.

A produção extrativa gomífera do Guaporé e de Rondônia revela um movimento econômico instável, ao longo do período analisado. De modo que isso caracteriza uma atividade produtiva não sustentável. Apenas no biênio 1967/68, a produção mostra um comportamento

relativamente positivo, em função da expansão constatada, segundo os indicadores econômicos quantitativos quantum e valor monetário recebido como contrapartida pela borracha produzida.

Rondônia se constituía no maior produtor de cassiterita entre as unidades federativas do Brasil, na segunda metade dos anos 1960. O volume de cassiterita chega a perfazer 91,59% da produção nacional, em 1970.

A indústria extrativa mineral de cassiterita era predominantemente manufatureira e, portanto, tecnologicamente atrasada. A modernização capitalista e o controle empresarial oligopolista comandado pelo capital industrial implicaram um grande desemprego neste ramo industrial.

Assim, com o avanço da implantação de relações capitalistas na esfera da produção dessa indústria local, combinado com a política econômica industrial mineral implementada pelo Governo Federal, se traduziu, neste espaço geográfico amazônico, numa fonte concreta de desemprego e insustentabilidade econômica e social, para os trabalhadores garimpeiros. Estes, por sua vez, apresentavam baixo nível técnico de qualificação de mão-de-obra, por conseguinte, era ínfima a proporção de “capital humano” detido e invertido por esse grupo social no processo produtivo.

No período 1949/70, é constatada a presença de um incipiente setor industrial nos territórios federais do Guaporé e de Rondônia, no qual predomina o ramo produtor de produtos de bens de consumo não durável. Porém, há também produção de bens intermediários oriundos de uma indústria extrativa mineral. Esta, majoritariamente, manufatureira e, por conseguinte, com baixo nível de progresso técnico.

Portanto, as condições materiais para a realização de um processo de acumulação de capital interno eram insuficientes para atrair capitais, trabalhadores, diversificar a economia, bem como promover um processo sustentável de movimentação econômica e social nesses territórios.

Sob o ponto de vista demográfico, é notável que o Território Federal do Guaporé representava cerca de 2,38% da população urbana da Amazônia, e perfazia 1,83% da população rural total, em 1950.

Já o Território Federal de Rondônia perfazia em torno de 3,66% da população urbana residente da Amazônia, bem como 2,60% da população rural total, em 1970.

Numa perspectiva dinâmica, vale afirmar que o Território Federal do Guaporé (depois Território Federal de Rondônia, em 1956) era a unidade federativa que apresentava a maior taxa geométrica de crescimento anual de população total da Amazônia, no período 1950/60 (6,57% a.a.).

Entretanto, no período 1960/70, a população total de Rondônia passa a crescer à uma taxa de 4,76% a.a., inferior regionalmente apenas ao ritmo de expansão, que ocorria com a população total do Amapá (5,37% a.a.).

Em 1959, a renda interna global de Rondônia atingia a cifra de CRS 1,4 milhão, e representava cerca de 3,87% do total da Amazônia. Depois, sua renda total atinge a cifra de CR\$ 169,4 milhões, perfazendo 5,09% da Renda Interna Regional, em 1970, segundo Cunha (1983: 133).

Parece não restar dúvida que um marco importante na trajetória do desenvolvimento sócio-econômico de Rondônia ocorre em 1965, com a consolidação da rodovia BR-364, que liga Porto Velho a Cuiabá, mesmo ainda desprovida de pavimentação asfáltica. A construção desta rodovia havia sido decidida e iniciada sua execução a partir do Plano de Metas de Juscelino, portanto, desde esse ano passa a ocorrer uma maior integração física entre o Centro-Sul brasileiro e o Território Federal de Rondônia. O resultado disso aparece em forma da emergência de uma nova corrente migratória para este espaço geográfico amazônico.

É importante sublinhar que, como muito bem se sabe, assim como a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré se constituiu num eixo do movimento econômico e social no espaço geográfico do Madeira, do Mamoré e do Guaporé, e que configurou uma estrutura de produção primário-gomífera e exportadora, voltada para o mercado consumidor capitalista e industrial das potências imperialistas, a rodovia BR-364 servirá de base para um novo eixo de desenvolvimento sócio-econômico, porém, agora, subordinado ao próprio desenvolvimento do capitalismo monopólico dependente brasileiro, que vem surgindo a partir de meados da década de 1950.

CAPÍTULO IV - ESTRUTURA E DINÂMICA DA ECONOMIA AMAZÔNICA E DE RONDÔNIA

4.1 – ESTRUTURA E DINÂMICA DA ECONOMIA AMAZÔNICA

A geografia econômica da Amazônia abrange os estados nortistas (exceto o sul do Tocantins), norte do Mato Grosso e oeste do Maranhão. Ocupa uma área em torno de cinco milhões de quilômetros quadrados (cerca de 60% do território brasileiro), conformado num complexo ecossistema de terras firmes, de rios, de igarapés, de lagos, de ilhas e de áreas inundadas. Ademais, detém o maior território de floresta tropical do planeta terra.

Sob a ótica da federação, a Amazônia se identifica com a região Norte. Esta, por sua vez, é constituída pelas unidades federadas estaduais de Rondônia, do Acre, do Amazonas, de Roraima, do Pará, do Amapá e de Tocantins. É uma área que corresponde a 45% do território brasileiro.

A Amazônia Legal é composta pelo conjunto dos estados nortistas e dos estados do Maranhão (pré-Amazônia maranhense) e do Mato Grosso (com sua parcela territorial dominada pela floresta tropical).

Ao longo do período 1970/86, a economia gomífera da Amazônia exportou um quantum acumulado de 26 mil toneladas de borracha natural, o que correspondeu, em dólares, a um valor monetário global de US\$ 25 milhões.

A média anual de 2,5 mil toneladas exportadas e uma correspondente receita média de US\$ 2,5 milhões na década de 1970, declinaria para 39 toneladas e para o valor de US\$ 66 mil, no período 1980/86.

Nesse período em análise, o quantum cresceu 6,07% e o valor 2,05% no ano de 1973, considerando toda a série de dados da década de 1970. Já na série de dados utilizados aqui para os anos oitenta, o quantum cresceu 1.087,50%, em 1984, enquanto que o valor cresceu 17,58%, em 1981, e 976,92%, em 1984 (Tabela 23).

Tabela 23. – Exportações de Borracha da Amazônia: 1970-1986

Ano	Quantidade (t)	Variação percentual	Valores (Em US\$ 1000)	Variação percentual
1970	5.305		4.421	
1971	5.009	-5,58	4.406	-0,34
1972	3.972	-20,70	3.804	-13,66
1973	4.213	6,07	3.882	2,05
1974	1.768	-58,03	1.784	-54,04
1975	1.708	-3,39	1.749	-1,96
1976	1.661	-2,75	2.075	18,64
1977	998	-39,92	1.476	-28,87
1978	941	-5,71	1.442	-2,30
1979	310	-67,06	498	-65,46
1980	67	-78,39	91	-81,73
1981	43	-35,82	107	17,58
1982	39	-9,30	76	-28,97
1983	8	-79,49	13	-82,89
1984	95	1.087,50	140	976,92
1985	11	-88,42	19	-86,43
1986	8	-27,27	15	-21,05

Fonte: (dados brutos IBGE, 2003).

Em síntese, essa economia primária, gomífera e exportadora da Amazônia se caracterizou por ser uma atividade produtiva insustentável em termos de quantum e valor recebido em moeda forte (dólar), e movimentada por um fraco dinamismo econômico, nesse período.

Analisando o comportamento do volume produzido de borracha entre 1990 e 2002 (Tabela 24), fracionando o tempo em três momentos evolutivos para esta variável, é possível perceber que, no primeiro subperíodo (1990/95), o Brasil produziu a média anual de 50,7 mil toneladas de látex coagulado, tendo crescido 102,54%, em 1996/99, e 38,27%, em 2000/02.

Já a região Norte participava com 4,96% da produção média anual total, no primeiro, 3,02% no segundo, e 2,53% no subperíodo 2000/02.

Em todo o período 1990/2002, o Sudeste se apresenta como a principal região produtora de látex, e São Paulo o maior estado brasileiro produtor de borracha natural. Este, por sua vez, cresceu 121,67% ,em 1996/99, e 27,69%, em 2002/02.

Tabela 24 - Quantidade de borracha produzida, em toneladas, no Brasil, regiões geográficas e estados.

Locais	Médias anuais	%	Médias anuais	%	Médias anuais	%
	1990/95		1996/99		2000/02	
Brasil	50.712		102.714		142.023	
Norte	2.516	4,96	3.101	3,02	3.598	2,53
Rondônia	.299	0,59	368	0,36	264	0,19
Acre	28	0,06	241	0,23	757	0,53
Amazonas	14	0,03	12	0,01	16	0,01
Pará	1.257	2,48	894	0,87	1.355	0,95
Tocantins	919	1,81	1.587	1,54	1.207	0,85
Nordeste	11.553	22,78	15.945	15,52	21.218	14,94
Maranhão	325	0,64	1.614	1,57	1.845	1,30
Pernambuco	7	0,01	585	0,57	910	0,64
Bahia	11.221	22,13	13.747	13,38	18.463	13,00
Sudeste	26.503	52,26	59.372	57,80	78.518	55,29
Minas Gerais	148	0,29	1.515	1,47	5.571	3,92
Espírito Santo	3.076	6,07	6.252	6,09	7.050	4,96
Rio de Janeiro		0,00			3	0,00
São Paulo	23.280	45,91	51.605	50,24	65.895	46,40
Sul			152,00	0,15	500	0,35
Paraná			152	0,15	500	0,35
Centro-Oeste	10.141	20,00	24.145	23,51	38.189	26,89
Mato Grosso do Sul		0,00	293	0,29	863	0,61
Mato Grosso	10.130	19,98	22.856	22,25	34.372	24,20
Goiás	11	0,02	996	0,97	2.954	2,08

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal e Morceli (2004).

Analisando o comportamento da área plantada de borracha entre 1990 e 2002 (Tabela 25), é possível ver que o Brasil apresentou um crescimento ascendente da área média plantada anual em todo o período, tendo crescido 40,78%, em 1996/99, e 26,92%, em 2002/02.

Já a região Norte participava com 7,27% da área média plantada anual total, no primeiro, 4,57% no segundo, e 4,99% no subperíodo 2000/02.

Em todo o período 1990/2002, o Sudeste se apresenta como a principal região de área média anual plantada com seringueiras, e São Paulo a unidade federada que detém a maior área plantada. Esta, por sua vez, cresceu 121,67%, em 1996/99, e 27,69%, em 2002/02.

Tabela 25 - Área plantada, em hectares, no Brasil, regiões geográficas e estados.

Locais	Médias anuais	%	Médias anuais	%	Médias anuais	%
	1990/95		1996/99		2000/02	
Brasil	56.013		78.853		100.080	
Norte	4.071	7,27	3.606	4,57	4.996	4,99
Rondonia	872	1,56	590	0,75	876	0,87
Acre	133	0,24	762	0,97	931	0,93
Amazonas	368	0,66	28	0,04	28	0,03
Pará	2.341	4,18	1.581	2,01	2.576	2,57
Tocantins	358	0,64	645	0,82	585	0,58
Nordeste	15.870	28,33	21.957	27,85	30.340	30,32
Maranhão	303	0,54	1.132	1,44	1.291	1,29
Pernambuco	32	0,06	287	0,36	407	0,41
Bahia	15.535	27,73	20.539	26,05	28.642	28,62
Sudeste	13.678	24,42	30.616	38,83	38.173	38,14
Minas Gerais	145	0,26	1.440	1,83	2.078	2,08
Espírito Santo	2.564	4,58	4.933	6,26	5.902	5,90
Rio de Janeiro	0	0,00	0	0,00	14	0,01
São Paulo	10.969	19,58	24.242	30,74	30.179	30,15
Sul	0	0,00	171	0,22	259	0,26
Paraná	0	0,00	171	0,22	259	0,26
Centro-Oeste	22.393	39,98	22.504	28,54	26.313	26,29
Mato Grosso do Sul	0	0,00	195	0,25	515	0,51
Mato Grosso	22.348	39,90	21.078	26,73	24.090	24,07
Goiás	45	0,08	1.232	1,56	1.707	1,71

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal e Morceli (2004).

Convém sublinhar que essa mudança contemporânea no quadro produtivo foi uma decorrência do “sistema de produção de borracha no Brasil, que se concentrou na heveicultura nas chamadas zonas de escape, ou seja, regiões aptas para o plantio de *Heveas*, mas não susceptíveis ao mal-das-folhas, e, ainda, pelo uso de clones mais produtivos e resistentes, muitas vezes importados do sudeste Asiático” (Morceli, 2004).

Morceli também diz que “Deve-se ressaltar, ainda, que dentro do espírito de plantar a seringueira nos locais onde corre menor risco de ataques de pragas e doenças, são produtores importantes os Estados de Mato Grosso com a produção, segundo dados do IBGE de 2002, de 20,29% do total do Brasil, a Bahia com 11,41%, o Espírito Santo com 4,92% e Minas Gerais com 7,74%. Segundo dados constantes no Cadastro de Agentes, geridos pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab -, existem 7.050 produtores de borracha, 73 indústrias de beneficiamento e 476 indústrias consumidoras finais, e São Paulo concentra o maior número de agentes dos três segmentos”.

Tabela 26 – Taxas geométricas de crescimento anual do PIB das Regiões do Brasil: 1970-2003 (%)

Regiões	1970/80	1980/90	1990/2000	2000/03
Norte	15,12	6,02	1,93	3,95
Nordeste	10,53	2,73	2,83	3,04
Sudeste	9,75	1,37	2,47	-0,29
Sul	10,49	2,68	2,28	3,17
Centro-Oeste	14,01	1,53	5,76	3,70

Fonte (dados brutos): IBGE/ IPEADATA

Obs: Produto Interno Bruto Elaborado pelo IBGE. Para os anos de 1970 a 1980, série calculada segundo o conceito de custo de fatores. Para os anos de 1985 a 2002, segundo o conceito a preços de mercado. Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional

No período 1970/2003 (Tabela 26), a Região Norte apresenta o maior crescimento econômico durante as décadas de 1970 e de 1980, e, também, no subperíodo que conforma o quadriênio 2000/03. O Centro-Oeste detém a segunda taxa geométrica de crescimento anual da década de 1970, enquanto que, na década de 1980, esta posição é assumida pela região Nordeste.

Na década de 1990, é o Centro-Oeste que apresenta o maior dinamismo e o Norte a de menor crescimento econômico.

Ao serem considerados apenas dois subperíodos (1970/85 e 1985/2003), as regiões que mais apresentaram crescimento econômico foram o Norte (11,67% a.a.) e o Centro-Oeste (9,20% a.a.), no primeiro. Já no segundo, ocorre uma inversão de posição entre elas: a região Centro-Oeste cresce à taxa de 4,67% a.a. e o Norte em torno de 3,77% a.a.

O Sudeste, que apresenta taxas de crescimento de 6,88% e 1,56% a.a., respectivamente, nesses subperíodos, aparece como a região que revela o menor dinamismo econômico.

Parece não restar dúvida de que a explícita política de desenvolvimento regional na Amazônia e a conseqüente implementação de programas como o Programa de Integração Nacional, o Programa de Colonização Agrícola Oficial e Privada, o POLAMAZÔNIA, o POLONOROESTE, e a instituição de alguns órgãos do aparelho estatal como a SUDAM, ou mesmo a criação de um aparato para o incremento do setor industrial privado como a Zona Franca de Manaus, têm, sobretudo, a pretensão de visar a redução da disparidade econômica da Região Norte relativamente às demais regiões brasileiras, bem como promover a distribuição da renda e elevação do nível regional de bem-estar.

Assim, este contexto explica a razão da elevação dos investimentos públicos e também dos investimentos privados da Amazônia, estes, sobretudo, se expressando em forma de expansão da indústria no espaço da Zona Franca de Manaus e, ainda, sob modo de um processo de industrialização no Estado do Pará. O resultado disso se manifestou no aumento da acumulação de capital regional, que, em última análise, se traduziu em crescimento da riqueza material na Região Norte, nesse período em análise.

No período 1970-1985, segundo dados do IPEA/Data, o número total de estabelecimentos industriais da Região Norte cresceu à taxa de 5,63% a.a.; o número total de estabelecimentos do comércio e serviços ao ritmo de 3,19% a.a.; e o número total de estabelecimentos de serviços a uma taxa geométrica de crescimento anual de 6,35% .

É interessante notar, por exemplo, que o dispêndio do setor público regional amazônico aplicado em capital fixo salta de 3,6% do total nacional, em 1970, para perfazer 11,5%, em 1985.

Nesse período, houve, portanto, uma alteração na estrutura produtiva em decorrência da industrialização regional: o setor industrial participava com 15,1% do PIB regional, em 1970, mas, em 1985, este secundário setor produtivo já representava 39,8% do PIB da Região Norte.

Em termos nacionais, o setor industrial regional evoluiu de uma participação de 1,1% na produção brasileira, para 4,1% da estrutura industrial nacional, em 1985.

Os investimentos das empresas públicas produtivas também ganham relevância na economia da Região Norte, no período 1970-1985: “as atividades governamentais declinaram sua participação nas despesas totais de 76,8%, em 1970, para 38%, em 1985, e as atividades empresariais elevaram-se de 23,2% para 62%. Em relação ao PIB regional, esse deslocamento das despesas públicas se refletiu num declínio do coeficiente das atividades governamentais, de 42% (1970) para 25% (1985), e numa elevação do coeficiente das estatais de 12,7% (1970) para 41 % (1985)” (Buarque, 1995:99).

Convém ressaltar também que a Região Norte eleva a sua participação na produção agropecuária brasileira, de 4,1% para 6,5%, entre 1970 e 1985. Em vários ramos da agropecuária passou a ter um peso relevante na produção brasileira. É o caso, por exemplo, da sua participação no total de gado bovino do Brasil: evoluiu de 2% do total, em 1970, para 9% do total (Buarque, 1995).

Buarque afirma ainda que “Os semimanufaturados elevaram sua participação no total das exportações da região Norte de 7,7%, em 1975, para 35,7%, em 1990. No mesmo período, as exportações dos manufaturados apresentaram um declínio relativo no total das exportações regionais de mais de 35% (passaram de 15,9% para 10,3%). Esse declínio é superior ao

registrado pelos produtos básicos (28% no período 1975-90), passando de 75,6% em 1975 para 53,9% em 1990. Apesar da redução de sua importância relativa, os produtos básicos ainda constituem o principal item da pauta de exportações da região”.

No período 1985-1995, conforme dados do IPEA/DATA, o número total de estabelecimentos industriais da Região Norte cresceu apenas a uma taxa geométrica anual de 2,05%; o número total de estabelecimentos de comércio e serviços à taxa de 2,61% a.a.; e o número total de estabelecimentos de serviços regrediu ao ritmo de -2,71% a.a..

De maneira geral, essa redução no ritmo de crescimento regional é efeito da queda dos investimentos públicos provocada pela reestruturação da dívida pública (externa e interna) e a conseqüente diminuição do papel do Estado, da escassez de terra para colonos expresso no esgotamento da fronteira agrícola, e, ainda, da ação de políticas neoliberais como, por exemplo, a de abertura econômica sem critérios. E esta afeta diretamente o Parque Industrial da Zona Franca de Manaus no transcorrer dos anos 90.

Neste contexto, assim como o setor industrial brasileiro, a Zona Franca de Manaus é inserida na Integração Competitiva sob a égide do mercado que, em última análise, se traduziu numa reestruturação profunda.

Analisando o aspecto demográfico, pode ser constatado que a população da Região Norte atingia um contingente global de menos de quatro milhões de residentes e apenas perfazia cerca de 3,87% do total do Brasil, em 1970 (Tabela 27). E chega a representar 7,60% do total residente, no Censo de 2000.

Em relação ao quadro nacional, as históricas unidades federadas do Pará e do Amazonas seguem sendo as que mais se destacam, pois representam 2,33% e 1,03% da população residente do País, respectivamente, em 1970; e 3,65% e 1,66%, respectivamente, no ano de 2000.

Rondônia participava com 0,12% da população residente total, em 1970, e 0,81% da nacional, em 2000.

Tabela 27 - População residente do Brasil, Região Norte e as Unidades Federadas Nortistas: 1970-2000.

Espaços Geográficos	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%
Brasil	93.139.037		119.002.706		146.825.475		169.590.693	
Norte	3.603.860	3,87	5.880.268	4,94	10.030.556	6,83	12.893.561	7,60
Rondônia	111.064	0,12	491.069	0,41	1.132.692	0,77	1.377.792	0,81
Acre	215.299	0,23	301.303	0,25	417.718	0,28	557.226	0,33
Amazonas	955.235	1,03	1.430.089	1,20	2.103.243	1,43	2.813.085	1,66
Roraima	40.885	0,04	79.159	0,07	217.583	0,15	324.152	0,19
Pará	2.167.018	2,33	3.403.391	2,86	4.950.060	3,37	6.189.550	3,65
Amapá	114.359	0,12	175.257	0,15	289.397	0,20	475.843	0,28
Tocantins					919.863	0,63	1.155.913	0,68

Fonte: IBGE (2003).

No período 1970/80, a taxa geométrica de crescimento anual da população regional era cerca de 5,02%, o dobro, portanto, do ritmo de expansão nacional (2,48% a.a.), como pode ser visto na Tabela 28.

Nesse período, Rondônia era a unidade federada nacional que apresentava o maior ritmo de crescimento, pois sua taxa de expansão se encontrava em torno de 16,03% a.a.

No período 1980/91, a população residente total regional apresentou crescimento superior ao nacional, com taxas que giraram em torno de 4,97% e 1,93% a.a., respectivamente. E Rondônia continuou sendo a unidade federada que mais cresceu, pois, em que pese sua taxa de crescimento populacional declinar em relação ao período anterior, seu ritmo de expansão foi cerca de 7,89% a.a..

Por sua vez, no período 1991/2000, todas as taxas de crescimento da população residente de todos os espaços geográficos regrediram, em relação ao período anterior. O ritmo de expansão da população residente total da região Norte seguiu superior ao do País, pois as taxas de crescimento se apresentaram como de 2,83% a.a. e de 1,61% a.a., respectivamente.

Interessante observar que a taxa geométrica de crescimento anual da população residente total de Rondônia, no cotejo entre as unidades federadas da região Norte, é a que apresenta o

menor nível de crescimento (2,20% a.a.). Esta taxa de crescimento populacional, portanto, é superior apenas ao ritmo de expansão nacional (1,61% a.a.), nesse período.

Em todo esse período que contempla as três décadas, a população residente regional supera a do Brasil, em termos dinâmicos, porque as taxas se apresentaram como 4,27% e 2,01% a.a., respectivamente. E Rondônia se posicionou como a unidade federada que mais cresceu, expresso na taxa de expansão de 8,71% a.a., nesse período. Em segundo lugar, aparecia Roraima, que crescia à taxa de 7,00% a.a.

Tabela 28 - Taxas geométricas de crescimento anual da população residente do Brasil, Região Norte e Unidades Federadas Nortistas (%): 1970-2000.

Espaços Geográficos	1970/80	1980/91	1991/2000	1970/2000 (Média)
Brasil	2,48	1,93	1,61	2,01
Norte	5,02	4,97	2,83	4,27
Rondônia	16,03	7,89	2,20	8,71
Acre	3,42	3,01	3,25	3,23
Amazonas	4,12	3,57	3,28	3,66
Roraima	6,83	9,63	4,53	7,00
Pará	4,62	3,46	2,51	3,53
Amapá	4,36	4,67	5,68	4,90
Tocantins			2,57	

Fonte: (Dados brutos) IBGE, 2003.

A Região Norte se constituiu num espaço de atração de população, ao longo do período 1950/80, conforme manifesto em seus crescentes saldos migratórios positivos (Tabela 29).

Nesse período, os principais fatores que contribuíram para a formação dessa corrente migratória e, por conseguinte, para o processo de ocupação do espaço amazônico, resumidamente, foram: a expansão da fronteira agrícola amazônica, decorrente de ocupação espontânea, ou de colonização estatal e privada; a política de desenvolvimento regional de incentivos ao capital privado; os investimentos públicos em infra-estrutura de transporte e de comunicações; e, finalmente, os próprios empreendimentos dos capitais privados.

Em 1950, Guaporé e Amapá eram as unidades federativas que mais absorviam população externa na Região Norte. Já o Pará e Amazonas eram os estados que mais expulsavam população interna. O Amazonas segue expulsando população em 1960 e 1970. E no período 1960/80, a

unidade federativa que mais atrai migrante é Rondônia. A sua taxa de urbanização evoluiu de 37,4% em 1950, 53,6% em 1970, para 64,1% em 2000.

Nos anos 1980, Rondônia apresentou o saldo migratório líquido mais expressivo, entre todos os estados nortistas, em números absolutos. Isto se refletiu internamente no retorno ao predomínio do seu contingente populacional rural e, portanto, deslocamento do anterior urbano, atraído pela política de colonização agrícola do INCRA e pelo POLONOROESTE, bem como pela oferta de terra pública e pela expansão da fronteira agrícola ao longo da BR-364, e, assim, desembocando num eixo de desenvolvimento agropecuário entre os municípios de Vilhena e Ariquemes.

Neste período, o fluxo migratório chegou a representar cerca de 36% do contingente populacional rondoniense (Patarra e Pacheco, 2000), proveniente, sobretudo, das regiões Sul (29%) e Sudeste (30%), e tendo como destaque os estados do Paraná, do Mato Grosso, de São Paulo, de Minas Gerais e do Espírito Santo⁸⁰. Isso evidenciava os vigentes efeitos da modernização conservadora, a desruralização e o avanço do capitalismo nessas regiões, e, ainda, que a fronteira agrícola de Rondônia cumpria o importante papel de amortecedor das tensões sociais brasileiras.

Tabela 29 - Região Norte. Saldo Migratório: 1950-1980/90.

	1950	1960	1970	1980	1980/90
Guaporé / Rondônia	28.762	29.894	42.520	353.751	273.500
Acre	15.996	10.358	-3.717		2.300
Amazonas	-3.773	-1.445	-10.395	21.721	27.400
Roraima	13.728	4.852	5.192		51.300
Pará	-9.662	18.796	40.717	314.908	198.400
Amapá	29.946	20.287	31.111		31.300
Tocantins					29.300
Norte	74.997	82.742	105.427	690.380	613.500

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 2003; Pacheco e Patarra [2000], Tabela 16, p.95.

Obs: Os saldos migratórios antecedidos de sinal negativo indicam emigração líquida de população, e positivos indicam imigração líquida.

Sobre a relação econômica da Região Norte com o “resto do mundo”, segundo dados da SECEX, pode-se afirmar que, em 2000, os principais mercados de destino das exportações nortistas se encontravam concentrados no Japão (16,78%), nos Estados Unidos (14,08%), e na

⁸⁰ Ver gráficos nos anexos.

Argentina (10,09% do total). E os principais blocos econômicos de destino das exportações eram a União Européia (10,09%), a Ásia (23%), e os Estados Unidos (14,42%).

Nesse ano, os principais produtos da pauta exportadora eram os minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (20,52%), o alumínio não ligado em forma bruta (16,30%), e as preparações para elaboração de bebidas (8,65%).

Por outro lado, os principais produtos da pauta importadora eram o óleo diesel (7,70%), partes para aparelhos de radiodifusão e televisão (4,8%), e produtos como tela fosfórica (3,14%).

No período 1991-2000, o saldo da balança comercial da Região Norte se apresentou predominantemente deficitário (Tabela 30).

Nesse período, os maiores crescimentos anuais registrados com as exportações nortistas ocorreram em 1993 (10,80%), em 1995 (17,06%), e em 2000 (24,08%). Em 1996, entretanto, as exportações decresceram em -1,31%.

É interessante observar que há também uma clara coincidência no movimento importador, pois os maiores crescimentos relativos das importações regionais se registraram em 1993 (56,78%), em 1995 (59,88%), e em 2000 (38,01%).

Neste período, a Região Norte se caracteriza como área produtiva que oferta matérias primas primárias minerais no mercado externo, insumos industriais, portanto, se destaca na produção de bens intermediários. A sua base exportadora apresenta uma restrita diversificação produtiva, bem como baixo é o seu dinamismo, portanto, insustentável economicamente. Significa que a dinâmica da variável exportadora evidencia dificuldade para a sustentabilidade de um processo de crescimento regional.

Tabela 30 - Balança Comercial da Região Norte no período 1991-2000 (US\$ 1.000 FOB)

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1991	1.757.616	1.393.606	363.510
1992	1.825.665	1.264.675	560.990
1993	2.022.870	1.982.773	40.097
1994	2.078.566	2.650.493	-571.927
1995	2.433.137	4.237.651	-1.804.514
1996	2.401.738	4.662.037	-2.260.659
1997	2.571.405	4.735.264	-2.163.859
1998	2.591.861	3.392.066	-800.205
1999	2.677.108	3.098.380	-421.272
2000	3.321.836	4.275.936	-954.100

Fonte: SECEX.

Como se observa na Tabela 31, apenas o Acre, o Amazonas e o Pará apresentam redução na concentração de renda, no período 2001-2005. Rondônia, por exemplo, reduz a concentração de renda em 2002 e 2003, mas, a aumenta em 2004 e 2005.

Tabela 31 - Índice de Gini para Estados da Região Norte no período 2001-2005

Estados	2001	2002	2003	2004	2005
RO – Rondônia	0,548	0,544	0,507	0,515	0,567
AC – Acre	0,625	0,621	0,578	0,594	0,583
AM – Amazonas	0,576	0,563	0,556	0,536	0,512
AP – Amapá	0,476	0,549	0,594	0,540	0,526
PA – Pará	0,551	0,558	0,517	0,532	0,515
RR – Roraima	0,538	0,561	0,524	0,579	0,544
TO – Tocantins	0,599	0,559	0,566	0,551	0,535

Fonte: IPEA/Data (www.undp.org.br).

Obs: O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Não é possível também deixar de mencionar que há dois recentes casos emblemáticos de violência na Amazônia: a) os assassinatos de trabalhadores rurais no Eldorado de Carajás (Pará); e b) assassinatos de trabalhadores rurais (colonos agrícolas) em Corumbiara (Rondônia).⁸¹

4.2 ESTRUTURA E DINÂMICA DA ECONOMIA DE RONDÔNIA

4.2.1. O Programa de colonização agrícola do INCRA em Rondônia

A partir do Estado Autoritário e formulação de sua política de desenvolvimento regional, com a instituição do Programa de Integração Nacional (PIN), Rondônia vai desencadear um novo processo sócio-econômico baseado na ampliação do seu espaço rural. Este será determinado e impulsionado pelo Programa de colonização agrícola sob a égide do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em 1967, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) cria o Distrito de Terras Acre-Rondônia (Portaria IBRA nº 492 de 21/09/67), com sede na cidade de Porto Velho e jurisdição no Território Federal de Rondônia e no Estado do Acre.

⁸¹ Sobre a questão recente da violência no mundo rural da Amazônia, ver, por exemplo, Barp, 1997.

A doutrina de segurança nacional, que dava visibilidade ao problema das áreas de fronteiras, a busca de legitimação do regime militar pela via de execução de programas sociais, a clara influência de estudos acadêmicos que propunham a transferência de excedentes populacionais do Nordeste para a Amazônia, a elaboração da noção de vazio demográfico regional e, ainda, a colocação do objetivo de política econômica de acelerar a ocupação produtiva do Nordeste e da Amazônia, no sentido de promover uma integração de modo mais efetiva ao mercado nacional, eram, em suma, os elementos que norteavam a concepção dessa política de desenvolvimento regional do Estado Autoritário.

Para o Território Federal de Rondônia, a área prioritária de atuação da política ficou assim estabelecida por decreto (Decreto nº 63.104 de 15/08/68): a) Área Prioritária 1: no espaço geográfico da BR-364, entre as cidades de Ariquemes e Vila de Rondônia (atualmente Ji-Paraná), abrangendo uma faixa de 6 quilômetros de cada margem dessa rodovia; b) Área Prioritária 2: no espaço geográfico entre Porto Velho e Abunã, cujo centro era a primeira cidade.

Esse decreto federal definia ainda o entendimento de que o desenvolvimento econômico e social na específica “zona de fronteira” de Rondônia, compreendia a área de Guajará-Mirim.

Conforme afirmado em alguns documentos do INCRA de Rondônia, “Para dar cumprimento aos ditames daquele Decreto, o então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), posteriormente Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizou estudos para implantação da colonização oficial ao longo das rodovias Cuiabá /Porto Velho e Abunã/Guajará-Mirim.

Tais estudos além de se enquadrarem na política de ocupação de vazios geográficos, também objetivaram a localização e orientação do fluxo migratório que começava a se dirigir para o Território Federal de Rondônia, em busca de terras e melhores condições de vida.”

Tabela 32 - Rondônia. Programa de Colonização Oficial do INCRA - 1983.

Projeto	Data de Criação	Município	Área total	Famílias Assentadas
PIC'S				
Ouro Preto	1970	Ouro Preto	512.585	4.222
Sidney Girão	1971	Guajará - Mirim	60.000	635
Ji-Paraná	1972	Cacoal	486.137	4.755
Paulo Assis. Ribeiro	1973	Colorado	293.580	3.533
Padre Adolph Rohl	1975	Jarú	407.219	3.406
PAD'S				
Barareiro	1974	Ariquemes	304.925	1.540
Marechal Dutra	1978	Ariquemes	490.178	4.675
Total			2.724.624	23.167

Fonte: INCRA, Coordenadoria Especial do Estado de Rondônia.

O processo de Colonização Oficial sob a égide do INCRA tem início com a implantação do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto, vindo em seguida os Projetos Integrados de Colonização Sidney Girão, Ji-Paraná, Paulo de Assis Ribeiro, Padre Adolph Rohl, e, ainda, os Projetos de Assentamento Dirigidos Marechal Dutra e Burareiro.

Os Projetos Integrados de Colonização (PIC'S) consistiam numa forma pioneira de colonização adotada pelo INCRA, com área média planejada de 100 hectares. Ao INCRA cabia a responsabilidade de executar as seguintes funções: implantação da organização territorial, da infra-estrutura e da administração; como também a realização do assentamento e a promoção da assistência técnica, do ensino, da saúde e previdência social, da habitação rural, da empresa cooperativa, do crédito e a da comercialização. A clientela potencial almejada para o PIC seria constituída por pequenos agricultores (trabalhadores sem-terra ou minifundistas).

Os Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD'S) consistiam numa outra forma de Colonização do INCRA, cuja área originalmente planejada iniciava a partir de 250 hectares. Nestes projetos, o ICRA responsabilizava-se pela implantação da organização territorial, da infra-estrutura, do processo de seleção e assentamento do colono. Segundo a concepção do INCRA, o colono-parceleiro nesse tipo de projeto deveria ser mais especializado do que um trabalhador sem-terra, ter experiência agrícola e, ao mesmo tempo, alguns recursos financeiros, e, ainda, familiaridade com a utilização do crédito financeiro institucional.

Posteriormente vieram os Projetos de Assentamento Rápido (PAR) e os Projetos de Assentamento (PA).

No Projeto de Assentamento Rápido as funções do INCRA consistiam em disponibilizar terras, demarcá-las, promover a seleção e o assentamento das famílias. E ao Governo do

Território cabia proporcionar a infra-estrutura básica e a oferta pública dos serviços de saúde, de educação e de assistência técnica. Aqui, o caso foi de um projeto com caráter emergencial e implementado entre 1980 e 1982, que consistiu numa resposta ao contingente de 16000 famílias que reivindicavam o acesso à terra, pois já haviam sido cadastradas e selecionadas pelo INCRA.

Sob o ponto de vista de relações institucionais no espaço geográfico de Rondônia, os Projetos de Colonização Oficial significavam um Território Federal autônomo comandado pelo INCRA inserido no Território Federal de Rondônia. A razão disso era a debilidade no aparelhamento do Governo local para assumir funções necessárias ao curso da colonização agrícola, o que implicou na execução, por essa agência federal, de quase todos os programas básicos previstos no processo colonizador ao longo de oito anos.

A partir de 1979, o Governo do Território passa a assumir as atividades das áreas sócio-econômicas nos Projetos de Colonização, através de suas Secretarias específicas, iniciando, assim, um certo processo de integração e transferências de algumas atribuições entre estes entes federais.

Um outro programa implementado pelo INCRA foi o de licitação de terras públicas “com unidades agrícolas de aproximadamente 200 a 3.000 hectares, leiloando algo em torno de 1.580.000 (um milhão quinhentos e oitenta mil) hectares, destinados a implantação de médias e grandes empresas rurais, trazendo capital privado para região, associado ao propósito de ocupar o grande vazio demográfico da Amazônia, quer por motivos de segurança nacional, quanto pela exploração das riquezas naturais a ser incorporadas à economia local, regional e nacional”.

Tabela 33 - Rondônia. Distribuição Fundiária do Território do Estado, em 1999.

Formas de Destinação	(Em 1000 hectares)	(%)	Número de Famílias	(%)
1. Colonização Oficial	2.987,67	12,53	29.682	27,79
2. Assentamento Rápido	794,04	3,33	12.315	11,53
3. Reforma Agrária	1.563,07	6,55	26.731	25,03
Sub Total	5.344,78	22,41	68.728	64,35
4. Licitação Pública	1.580,00	6,62	1.100	1,03
5. Regularização Fundiária	8.589,71	36,01	36.974	34,62
Sub Total	10.169,71	42,64	38.074	35,65
6. Áreas Indígenas	4.153,41	17,41		
7. Unidades de Conservação	4.183,38	17,54		
Sub Total	8.336,79	34,95		
Total	23.851,28	100,00	106.802	100,00

Fonte: INCRA/RONDÔNIA

No período 1970/1999, o conjunto dos projetos de colonização agrícola do INCRA em Rondônia, em suas três modalidades, contemplou 68,7 mil famílias e uma área de 5,3 milhões de hectares. Esta corresponde cerca de 20% da superfície estadual.

No quadro da colonização agrícola do INCRA, os projetos de Colonização Oficial são preponderantes relativamente em área e número de famílias beneficiadas, ao perfazerem 12,53% e 27,79% do total, respectivamente, nesse período. O Projeto de Assentamento Rápido apresenta a menor participação relativa, com 3,33% da área total da colonização agrícola e 11,53% do número de famílias beneficiadas. O segundo grupo em posição relativa é o de Projetos de Reforma Agrária, com percentuais de 6,55% do total de área e de 25,03% do número de famílias, respectivamente.

Nesse período, o Programa de Licitação Pública do INCRA superou o de Reforma Agrária.

Tabela 34 - Rondônia. Colonização Oficial e Reforma Agrária do INCRA, no período 1970/99

Projeto	Período	Número de Projetos	Área (há)	(%)	Número de Famílias Beneficiadas	(%)
Colonização Oficial, Assentamento Rápido	1970/84	12	3.781.714	70,76	41.997	61,11
Reforma Agrária	1985/94	24	439.355	8,22	10.304	14,99
Sub Total		36	4.221.069	78,98	52.301	76,10
Reforma Agrária-	1995/99	75	1.123.716	21,02	16.427	23,90
Sub Total		75	1.123.716	21,02	16.427	23,90
Total		111	5.344.785	100,00	68.728	100,00

Fonte: INCRA/RONDÔNIA.

No período 1970/99, o INCRA implantou cento e onze projetos. A Colonização Oficial representou aí 70,76% da área de colonização agrícola de Rondônia e 61,11% do total de famílias beneficiadas ao longo desse processo colonizador.

No período da Reforma Agrária, em 1985/94 e em 1995/99, seus projetos perfizeram 8,22% da área total e 14,99% do número de famílias beneficiadas, no primeiro período, e 21,02% da área total e 23,90% do número de famílias, no segundo, respectivamente.

Em síntese, não resta dúvida de que em área agrícola acessada e em número de famílias beneficiadas, a Colonização Oficial supera com folga o período da Reforma Agrária, no quadro da colonização agrícola de Rondônia.

Tabela 35 - Rondônia. Ação Fundiária do INCRA no período 1964/84

Colonização		
Formas de Obtenção	Área (há)	(%)
Desapropriação	13.500.000	44,26
Arrecadação	17.000.000	55,74
Total	30.500.000	100,00
Regularização		
Desapropriação	80.800.000	43,02
Arrecadação	107.000.000	56,98
Total	187.800.000	100,00

Fonte:INCRA/Rondônia

Tabela 36 - Rondônia. Ação Fundiária do INCRA no período 1985/94

Período	Área Desapropriada (ha)	(%)	Assentamento	(%)
IPNRA Governo Sarney	4.500.000	34,56	90.000	23,07
Governo Collor 1990/92				
Governo Itamar	1.200.000	9,22	12.600	3,23
Governo FHC	7.321.270	56,23	287.539	73,70
Total	1.3021.270	100,00	390.139	100,00

Fonte: INCRA / Rondônia

A partir da colonização agrícola do INCRA, emerge um novo padrão de crescimento norteado na estrutura agropecuária. Este processo de colonização agrícola vai implicando o deslocamento da produção gomífera nativa, o aumento do fluxo imigratório para Rondônia, diversificação agrícola e expansão da produção de culturas de subsistência (arroz, feijão e milho) e da produção de culturas comerciais (café e cacau), bem como o aumento de áreas de pastagens, e, ainda, o aumento da produção pecuária. Este processo também vai se traduzindo em geração de emprego e renda.⁸²

Convém sublinhar que é a partir da implantação dos projetos do INCRA que a colonização torna-se o eixo do movimento sócio-econômico rural e que floresce certa literatura crítica acerca desse complexo processo de colonização agrícola de Rondônia.

A Colonização Oficial de Rondônia passa a ser analisada como parte de um processo mais abrangente de estabelecimento das bases para a expansão da fronteira agrícola e, simultaneamente, a política pública do Estado como um objetivo de ocupação e aproveitamento dos recursos naturais amazônicos, a fim de consolidar o modelo de desenvolvimento do capitalismo no país. Os efeitos desse processo de colonização apareciam sob a forma de atração de um significativo contingente de migrantes, desmatamento de grande parte da floresta do território, bem como sob a forma de tensões sociais e conflitos decorrentes de lutas pela posse da terra.

Estudos afirmavam que a política de colonização de Rondônia apresentava uma clara intencionalidade que garantia uma produção e reprodução da estratificação social tipicamente capitalista, na medida em que, por exemplo, no município de Ariquemes, implantavam-se projetos para produtores de subsistência (Projeto de Assentamento Dirigido Mal. Dutra, para famílias pobres), para empresários (Licitação Gleba Burareiro, famílias detentoras de patrimônio)

⁸² Ver alguns gráficos sobre a colonização agrícola nos anexos, extraídos de Pereira, 1988.

e para produtores formadores da cacauicultura (Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro, famílias capitalizadas).

A distribuição diferenciada de projetos, em compatibilidade com uma política de diferenciação no processo de seleção e de distribuição de terra, faria com que a força de trabalho camponesa cumprisse a função primordial de fornecedora de mão-de-obra para a empresa capitalista no campo.

A Colonização Oficial agrícola também foi entendida como um processo sócio-econômico complexo, que imbrica migração, transformação da estrutura produtiva, conflito de interesses entre segmentos sociais e depredação ambiental na agricultura de Rondônia.

Esse debate crítico e suas abordagens tentavam compreender o processo de colonização agrícola de Rondônia e vislumbrar suas implicações, apresentando seu sentido como uma necessidade de integração com o mercado nacional e de desenvolvimento capitalista. Também deixava claro que o Estado e sua política de desenvolvimento regional e de inviabilização da reforma agrária no país, engendrava uma diferenciação econômica e social entre grupos e classes sociais no espaço da agricultura de Rondônia.

De maneira geral, os autores entendiam que a produção agrícola era regida pela lógica da produção mercantil e/ou capitalista. Evidenciavam que a dinâmica social interna conduzia a uma natureza desigual no interior da pequena propriedade rural. E, finalmente, pensavam que o avanço de relações sociais mercantis e/ou capitalistas tendiam a apresentar uma situação de insustentabilidade para a reprodução de grupos sociais camponeses frágeis, bem como assalariados e novos migrantes no agro rondoniense.⁸³

4.2.2 Um quadro agrário e agrícola no período 1950-1995

Convém lembrar que, segundo a pesquisa dos Censos do IBGE, o estabelecimento agropecuário consiste na unidade administrativa onde efetivamente se processa uma exploração agropecuária. Significa que unidades totalmente inexploradas estão excluídas da coleta. Mas, parceiros e arrendatários são consideradas unidades independentes, pois dirigem suas explorações com “autonomia”.⁸⁴

Já no caso do imóvel rural, unidade de declaração do INCRA, consiste numa unidade de propriedade de terras, na qual pode ou não se efetivar uma exploração qualquer.

A Tabela 37 apresenta a evolução dos estabelecimentos agropecuários segundo grupos de área total no Guaporé e Rondônia para 1950/95. Neste, há basicamente três subperíodos: a)

⁸³ Sobre o tema da colonização agrícola em Rondônia, ver: Calvente, 1980; Hebete e Marin, 1982; Martine, 1982; Lopes, 1983; Cunha, 1983; Minc, 1985; Silva, 1988; Pereira, 1988; e Pereira, 1994.

⁸⁴ Sobre a evolução metodológica das categorias nos Censos Agrícolas e Agropecuários no período 1950-1995, ver: Silva, 1980 e 1981; e Silva, 1998.

período 1950/70, que corresponde ao anterior processo de colonização agrícola; b) período 1970/85, que é o do processo de colonização estatal oficial; e c) período 1985/95, que é o do processo de colonização agrícola via reforma agrária.

Tabela 37 - Taxas geométricas anuais (% ao ano) de variação dos estabelecimentos e das áreas agropecuárias segundo grupos de área total no Guaporé e Rondônia, 1950 a 1995.

Estratos de área total (hectares)	Número de estabelecimentos			Área total		
	1950/70	1970/85	1985/95	1950/70	1970/85	1985/95
Menos de 10	8,75	29,00	-2,40	9,85	26,72	-1,41
10 a menos de 100	14,34	19,95	0,31	14,22	0,38	-0,96
100 a menos de 1000	18,65	10,86	-0,37	17,65	1,21	2,64
1000 a menos de 10000	5,53	11,25	6,34	6,43	9,76	7,41
10000 e mais	-0,36	5,71	9,05	-1,37	5,66	10,38
Sem declaração		-25,14			0,00	
Total	14,08	17,87	-0,46	5,19	-0,08	3,95

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

No período 1950/70, a área recenseada e o número de estabelecimentos crescem as taxas consideráveis, na ordem de 5,19% e 14,08% a.a., respectivamente. Isso significa dizer que a fronteira agrícola já se encontrava em franca expansão, seja no Território Federal do Guaporé ou no Território Federal de Rondônia.

As grandes explorações (100 a menos de 1.000 hectares) e as médias explorações (10 a menos de 100 hectares) foram os destaques do período, em termos de aumentos no número e área ocupada. Já as explorações gigantes (10.000 e mais hectares) reduziram-se em número e área que ocupavam. E também as explorações pequenas (menos de 10 hectares) e as explorações muito grandes (1000 a menos de 10.000 hectares) aumentaram em número e área que ocupavam.

No período 1970/85, a área recenseada decresce e o número de estabelecimentos cresce a taxas de -0,08% e 17,87% a.a., respectivamente. Significa que houve um grande crescimento na fronteira agrícola e resultou num esgotamento das possibilidades de expansão.

Nesse período, as pequenas explorações são as que mais crescem em número e área, seguido do crescimento das médias explorações, em número (19,95% a.a.), mas baixo

crescimento em área ocupada (0,38% a.a.). As explorações grandes, muito grandes e explorações gigantes também crescem em número e área, embora em um ritmo menor que as demais.

No período 1985/95, a área recenseada cresce a uma taxa geométrica anual de 3,95% e o número de estabelecimentos decresce a uma taxa em torno de -0,46% a.a. Este é o período de expansão da fronteira agrícola interna, ou seja, cujo crescimento se dá por meio da concentração interna da terra, pela via da compra da propriedade e do processo de crescimento da pecuária (“pecuarização”).

Nesse período, as explorações gigantes e as explorações muito grandes são as únicas que crescem em número e área ocupada. As explorações grandes decrescem em número e crescem em área ocupada, enquanto que as pequenas explorações reduziram-se em número e área.

O exame do valor da produção agropecuária de Rondônia no período 1970-1995/1996 servirá de norte para a análise da evolução na estrutura e dinâmica de sua produção e, portanto, identificar algumas transformações produtivas ao longo desse período.

A Tabela 38 mostra a evolução do valor da produção do valor da produção agropecuária, segundo os sub-setores e seus respectivos grupos de Rondônia, no período 1970-1995/96.

Tabela 38- Rondônia. Valor da Produção Agropecuária, segundo os sub-setores e seus respectivos grupos, no período 1970-1995/96.

Valor da produção Agropecuária	1970 (%)	1975 (%)	1980 (%)	1985 (%)	1995-1996 (%)
1. Produção Animal	6,50	15,61	30,63	23,50	53,94
- De grande porte	2,60	7,12	17,06	15,47	45,44
-De médio porte	0,40	2,68	5,79	3,75	2,60
-Aves e pequenos animais	3,50	5,81	7,78	4,27	5,90
2. Produção Vegetal	93,50	84,39	69,37	76,50	46,06
-Lavouras	67,39	74,45	56,23	63,75	41,60
-Lavouras permanentes	6,33	7,47	14,78	31,11	20,70
-Lavouras temporárias	34,95	66,98	41,44	32,64	20,91
-Silvicultura	0,00	0,00	0,00	0,20	0,04
-Horticultura e floricultura	0,00	0,31	0,71	0,71	1,62
-Extração vegetal	26,11	9,63	12,26	11,85	2,79
3. Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte (dados brutos): IBGE. Censo Agropecuário 1995/96.

Em 1970, as atividades ligadas à produção pastoril de Rondônia (animais de grande porte, de médio porte e aves e pequenos animais) respondiam por 6,50% do valor da produção agropecuária, com destaque para o grupo aves e pequenos animais (3,50% do valor total). A

seguir, vinha o grupo de animais de grande porte, que gerava 2,60% do valor da produção agropecuária; depois, o grupo de animais de médio porte, que perfazia 0,40% do valor total da produção agropecuária.

As lavouras temporárias representavam o maior percentual na geração de valor da produção agropecuária, pois perfaziam cerca de 34,95% do total. Em seguida, vinha o grupo extração vegetal que respondia por 26,11% do valor total da produção agropecuária.

Já as lavouras permanentes geravam 6,33% do valor da produção agropecuária, portanto, valor quantitativamente similar ao gerado pelo subsetor da produção animal, nesse ano.

Em 1975, a produção animal duplica em relação à de 1970, ao gerar 15,61% do valor da produção agropecuária de Rondônia. O grupo de animais de grande porte supera os demais grupos, com a participação de 7,12% do total. O grupo de médio porte gera 2,68% e o de aves e pequenos animais 5,81% do valor da produção agropecuária.

A produção vegetal perde cerca de 9,11% de participação relativa no valor da produção, entre 1970 e 1975. Isso devido, principalmente, a uma significativa queda na participação da extração vegetal, de 26,11% para 9,63% do valor total da produção agropecuária, o que reflete a diminuição relativa do peso da atividade extrativista vegetal na produção de Rondônia e, por conseguinte, conformando uma nova base econômica centrada na agricultura.

Em outras palavras, como as unidades produtivas dos agricultores passam a obter ganhos de renda com atividades econômicas provenientes de lavouras temporárias, de lavouras permanentes e da produção pastoril, isso implicava um estímulo para a promoção de uma diversificação produtiva e, ao mesmo tempo, o deslocamento da extração vegetal, que, assim, vai deixando de ser o principal suporte da economia rural de Rondônia.

Em 1980, praticamente dobra a participação da produção animal na geração do valor da produção agropecuária de Rondônia. A pecuária de grande porte mais que duplica (de 7,12%, em 1975, para 17,06% do valor da produção total, em 1980), vindo em seguida o grupo de aves e pequenos animais (de 5,81%, em 1975, para 7,78% do valor total da produção agropecuária, em 1980) e a pecuária de médio porte, que sai de 2,68%, em 1975, para 5,79% do valor da produção agropecuária de Rondônia, em 1980.

Assim, em 1980, a produção vegetal apresenta uma redução na participação do valor da produção agropecuária de Rondônia, em relação a 1975, pois cai de 84,39% para 69,37% do valor total. O grupo das lavouras temporárias permanece predominante, embora apresente queda na participação do valor da produção agropecuária, pois cai de 66,98% para 41,44%. O grupo das lavouras permanentes, ao contrário, duplica a sua participação, passando de 7,47% para 14,78%,

o que deve refletir um avanço na perspectiva de culturas comerciais e fortalecimento de um grupo de uma camada camponesa mais capitalizada. E ocorre também melhora na posição relativa da atividade extrativista vegetal que passa de 9,63% para 12,26% do valor total da produção agropecuária.

Em 1985, é constatada uma queda na participação da produção animal (de 30,63%, em 1980, para 23,50% do valor da produção agropecuária total, em 1985), com implicações regressivas em todos os seus grupos: o grupo de grande porte cai de 17,06% do valor total para 15,47%; o de médio porte de 5,79% para 3,75%; e, finalmente, o grupo de aves e pequenos animais, que regride de 7,78% para 4,27% do valor da produção agropecuária de Rondônia.

Por outro lado, é verificada uma melhora relativa na participação da produção vegetal no valor total da produção agropecuária, já que perfazia 69,37% do valor total, em 1980, e perfez cerca de 76,50%, em 1985. O inverso ocorre com a participação das lavouras temporárias e da extração vegetal: de 41,44% e de 12,26%, em 1980, para 32,64% e 11,85% do valor da produção agropecuária de Rondônia, respectivamente.

O período 1985/95 constitui um marco de uma grande mudança em termos de participação no valor da produção agropecuária de Rondônia: a hegemonia da produção animal, isto é, da pecuária de grande porte (bovina) no quadro de geração do valor da produção agropecuária.

Tabela 39 – Rondônia. Crescimento do valor da produção agropecuária, no período 1970/1995 (% a.a.).

Valor da produção Agropecuária	1970/75	1975/80	1980/85	1970/1985 (Média)	1985/95
1. Produção Animal	74,23	100,55	-31,83	47,65	-3,44
- De grande porte	78,80	78,39	-37,30	39,97	-1,03
-De médio porte	113,56	43,74	-52,76	34,84	-14,33
-Aves e pequenos animais	61,89	52,48	-51,53	20,95	-8,22
2. Produção Vegetal	43,26	136,18	-13,68	55,25	-15,53
-Lavouras	49,18	126,46	-16,77	52,96	-14,85
-Lavouras permanentes	51,18	73,36	-27,90	32,22	-14,69
-Lavouras temporárias	66,55	113,06	-27,20	50,80	-15,01
-Silvicultura			-73,69	-24,56	-24,49
-Horticultura e floricultura			-66,19	-22,06	-3,43
-Extração vegetal	19,77	66,99	-40,56	15,40	-23,09
3. Total	46,23	154,10	-8,93	63,80	-11,14

Fonte dos dados básicos: IBGE (1995/96).

No período 1970/85, as principais fontes do dinamismo da economia agrícola de Rondônia tinham como base a produção pecuária (bovina) e a produção de lavouras temporárias, pois ambas cresciam às taxas de 39,97% e de 50,80% a.a., respectivamente, em termos de geração de renda expressa na expansão de valor da produção agropecuária.

No decênio 1985/95, o valor total da produção agropecuária de Rondônia se reduziu a uma taxa de -11,14% a.a., portanto, evadindo totalmente o anterior dinamismo deste setor produtivo, implicando crise e regressão na renda da agricultura local, mormente, a partir de 1980 (Tabela 39). Entre os subsetores produtivos, o que sofreu o menor impacto relativo foi o subsetor da produção pecuária (bovina), ao longo de todo esse período.

O grau de desigualdade na evolução da distribuição da posse da terra no Guaporé e Rondônia será mostrado com base nos índices de Gini para o período 1950/95.

Segundo Hoffmann (1998: 1/21), o índice de Gini era 0,929 (concentração muito forte a absoluta), no Território Federal do Guaporé, em 1950. Em 1960, o Território Federal de Rondônia continua apresentando grande desigualdade na distribuição da posse da terra, vez que o índice de Gini era 0,904. Em seguida, em 1970, o índice de Gini de Rondônia baixa para 0,682 (concentração média a forte), cai ainda para 0,623, em 1975, depois aumenta um pouco para 0,653, em 1980, e atinge 0,656 (concentração média a forte), em 1985. No ano de 1995, o Estado de Rondônia apresenta um recrudescimento na desigualdade da distribuição da posse da terra, expresso no índice de Gini de 0,766 (concentração forte a muito forte).

A participação dos 5% maiores estabelecimentos agropecuários na área ocupada total significava mais de 84%, em 1950 e 1960. Entre 1970 e 1985, contudo, cai abaixo de 50% da área recenseada, o que simplesmente pode ser traduzido como uma desconcentração na posse da terra em Rondônia.

Já entre 1985 e 1995, os 5% maiores estabelecimentos, os 50% estabelecimentos menores e os 10% estabelecimentos maiores, todos apontam um significativo aumento na desigualdade da distribuição da posse da terra em Rondônia (Hoffmann, 1998: 12).⁸⁵

4.2.3 A chamada era do Desenvolvimento Sustentável em Rondônia

Historicamente, o esforço para veicular um novo enfoque sobre a questão do desenvolvimento de Rondônia vem surgindo a partir de 1983, com o documentário da BBC de Londres denominado “A Década da Destruição”. Este filme apresenta ao mundo a devastação da

⁸⁵ Ver tabelas nos anexos.

floresta amazônica no estado de Rondônia, bem como um conflito entre índios e colonos em área de colonização, em Ariquemes, e, ainda, os colonos camponeses como meros especuladores de terra. A problemática fundamental do desenvolvimento rondoniense começa aí a ser vista como uma questão fundamentalmente de meio ambiente e cada vez mais vai ganhando espaço no âmbito do planejamento estadual.

Em 1985, com a pressão internacional e interna de movimentos ambientalistas - devido ao impacto ambiental decorrente da perda de 21% da cobertura da floresta original (cerca de 5.100 mil hectares), do abandono de 3,2 milhões de hectares sob a forma de capoeiras (63% da área desmatada) -, o governo estadual, ainda com financiamento do programa POLONOROESTE, obrigou-se a formalizar a primeira aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia, a fim de compatibilizar um Plano Agropecuário e outro Florestal, que se traduzisse numa concepção de manejo dos recursos naturais em condições amazônicas (PLANAFLORO, 1990).

Assim, é criado o PLANAFLORO como um novo programa público especial com orçamento de US\$ 230 milhões, sendo US\$ 167 milhões financiados pelo BIRD e o restante a cargo do Governo Federal e do Estado de Rondônia. E este Plano tem a pretensão de alcançar o desenvolvimento sustentável de Rondônia.

O Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) consiste em mais um programa especial público financiado com recursos externos. Foi esboçado por técnicos do governo estadual rondoniense desde meados da década de 1980, mas somente foi instituído em 1992.

Foi apresentado, inicialmente, como o POLONOROESTE II e nesta formulação contou com apoio técnico do Banco Mundial. O orçamento atingia a cifra de US\$ 800 milhões, sendo que a maior parcela seria alocada em investimentos com infra-estrutura do Estado. Porém, “Por incentivo do Banco, o projeto passou por várias revisões para enfatizar aspectos de manejo e conservação ambiental. Ao mesmo tempo os valores destinados às obras de infra-estrutura foram reduzidos substancialmente (Amigos da Terra Internacional, 1997)”.

Após três anos de negociações entre o governo estadual de Rondônia e o Banco Mundial, surgiu a versão final na qual se explicitava que o objetivo principal do programa seria “conservar a biodiversidade de Rondônia, criando uma base para a utilização sustentável, visando a benefícios diretos para a população”. Na ótica do Banco Mundial, o programa teria

essencialmente que reduzir de forma significativa a taxa de destruição da floresta tropical úmida remanescente, em Rondônia.

No processo de negociação, o Banco Mundial definiu algumas prioridades e estabeleceu cortes, os quais atingiram demandas elaboradas pelo planejamento da comunidade local: “Por decisão do Banco Mundial, alguns componentes importantes, originalmente previstos na proposta, foram eliminados, como os investimentos na produção de energia elétrica e no crédito fundiário, considerados como problemas sérios no Estado. O Banco também decidiu pela exclusão do apoio às culturas importantes para a região, como o café e o cacau. Os cortes indicavam, com clareza, que suas prioridades voltavam-se à preservação ambiental. O maior indicador de tal posicionamento foi a ausência sistemática em todos os eventos que, apesar de concernentes ao plano, não dissessem respeito ao meio ambiente diretamente, a ponto de, em algumas discussões, como as que definiram as questões de água e educação, o Banco não ter feito a mínima questão de estar presente e, até mesmo de se informar sobre o assunto, apenas homologando as decisões definidas pela União e pelo Estado” (Cunha e Batista, 2004).

O montante de capital financeiro planejado para a execução do PLANAFLORO ficou orçado em US\$ 228,9 milhões. As fontes financiadoras programadas seriam o Banco Mundial que desembolsaria US\$ 167 milhões (Acordo de Empréstimo 3444- BR), e as esferas de governos federal e estadual que dividiriam a cifra de US\$ 61,9 milhões.

Todo esse empréstimo teria que ser pago ao longo de quinze anos, com cinco de carência, “sujeito à taxa de juros variáveis do BIRD, sendo a taxa média de 7,75% ao ano sobre a quantia utilizada do empréstimo, mais 0,75% ao ano de taxa de compromisso sobre o total não utilizado, totalizando US\$ 118,7 milhões (juros + taxa de compromisso). O prazo para amortização foi fixado em 10 anos (mar/98 a set/2007), sendo definidas 20 parcelas x US\$ 8,38 milhões = US\$ 167,0 milhões. O valor total do empréstimo a ser pago pelo governo brasileiro é de US\$ 285,7 milhões (Encargos: US\$ 118,7 milhões + Amortização: US\$ 167,0 milhões)”.

Daí surgem o Contrato de empréstimo n.º 3444–BR, registrando como partes assinantes o governo brasileiro e o BIRD, bem como o Convênio n.º 400/92 (7/12/92), estabelecendo o MIR e o Governo do Estado de Rondônia como entes institucionais.

As metas básicas do PLANAFLORO consistiam em beneficiar 52.000 famílias de produtores rurais, 2.400 famílias de seringueiros, 900 pescadores artesanais e cerca de 5.500 índios, abrangendo todo o espaço geográfico do Estado de Rondônia, durante um período máximo de cinco anos.

Dentre as instituições envolvidas no PLANAFLOORO, devem ser destacadas as seguintes: “a) Governo Federal – Foi o tomador do empréstimo, realizando o acompanhamento físico-financeiro da implementação, monitoramento e avaliação das ações por meio do Ministério da Integração Nacional; b) Governo Estadual – Foi o seu executor e administrador com estrutura de funcionamento subordinado a Secretaria de Estado do Planejamento, Coordenação Geral e Administração (SEPLAD), que representava o governo estadual em suas atribuições de coordenar o envolvimento dos organismos de governo e organizações da sociedade civil. As instituições estaduais envolvidas foram a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) e o Instituto de Terras de Rondônia (ITERON) e de forma complementar, a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAGRI), a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e a Secretaria de Estado da Saúde (SESAU); c) Banco Mundial (BIRD) – Foi o financiador de boa parte dos seus recursos. Os beneficiários diretos foram os pequenos produtores rurais, os índios, os seringueiros e os pescadores artesanais. Enquanto beneficiários indiretos, a comunidade rondoniense e brasileira pelos benefícios da manutenção de mais de 60% do território do Estado com cobertura florestal nativa; d) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Foi o responsável pelo projeto de Cooperação Técnica (CT), vinculando-se ao PLANAFLOORO como instância de assessoria institucional a SEPLAD. O propósito da CT- PNUD foi de contribuir com a SEPLAD na implementação e efetivação dos compromissos do Governo de Rondônia na administração e execução do PLANAFLOORO; e e) Organizações da Sociedade Civil – Formavam parceiras na formulação e execução do Plano”.

Tabela 40 - Plano de Financiamento do PLANAFLOORO (US\$ milhão)

Componentes / Fontes	BIRD	Governo Estadual	Governo Federal	Total	%
A- Conservação, Manejo e Proteção Ambiental	59,4	2,7	2,7	64,8	28,31
Regularização fundiária, zoneamento e mapeamento	14,8	1,9	1,9	18,6	8,13
Conservação ambiental	7,8	0,2	0,2	8,2	3,58
Proteção ambiental	13,9	0,2	0,2	14,3	6,25
Manejo florestal	11,3	0,2	0,2	11,7	5,11

Continuação da tabela na página seguinte.

Continuação da Tabela 40 - Plano de Financiamento do PLANAFLORO (US\$ milhão)

Apoio às comunidades indígenas	3,7	0,1	0,1	3,9	1,70
Fortalecimento institucional, assistência técnica e estudos	7,9	0,8	0,1	8,8	3,84
B – Desenvolvimento Agro-florestal	49,8	15,8	15,8	81,4	35,56
Pesquisa	6,5	3,1	3,1	12,7	5,55
Extensão	19,8	9,7	9,6	39,1	17,08
Crédito	22,7	2,9	2,9	28,5	12,45
Comércio e abastecimento de insumos	0,8	0,1	0,2	1,1	0,48
C – Infra-Estrutura Socioeconômica	49,5	11,0	11,0	71,5	31,24
Saúde	5,3	1,2	1,2	7,7	3,36
Educação	3,6	0,7	0,7	5,0	2,18
Abastecimento de água	1,4	0,2	0,2	1,8	0,79
Transporte	32,6	6,2	6,2	45,0	19,66
Manutenção de estradas federais	6,6	2,6	2,7	11,9	5,20
D – Administração do Programa	8,3	1,4	1,5	11,2	4,89
Total	167,0	30,9	31,0	228,9	100,00

Fonte: PLANAFLORO

Tabela 41 - Rondônia. Investimentos programados e realizados pelo PLANFLORO, período 1993-2002.

Aplicações	Programado (US\$milhão)	%	Realizado até dezembro/2001 (US\$milhão) (A)	%	Realizado em 2002 (US\$milhão) (B)	%	Total (A+B)	%
A Conservação, manejo e proteção ambiental.	64,8	28,31	64,82	34,45	0,85	19,54	65,67	34,59
Regularização fundiária, zoneamento e mapeamento.	18,7	8,17	32,9	17,49	0,30	6,90	33,2	17,49
Conservação ambiental	8,1	3,54	2,95	1,57	0,15	3,45	3,1	1,63

Continuação da tabela na página seguinte.

Continuação da Tabela 41 - Rondônia. Investimentos programados e realizados pelo PLANFLORO, período 1993-2002.

Manejo florestal	11,7	5,11	6,74	3,58	0,20	4,60	6,94	3,66
Proteção ambiental	14,3	6,25	8,08	4,29	0,20	4,60	8,28	4,36
Fortalecimento institucional, assistência técnica e estudos.	8,1	3,54	14,15	7,52			14,15	7,45
Apoio às Comunidades Indígenas*	3,9	1,70						
B- Desenvolvimento agro-florestal	81,4	35,56	32,29	17,16			32,29	17,01
Pesquisa	12,7	5,55	4,58	2,43			4,58	2,41
Extensão	39,1	17,08	18,9	10,04			18,9	9,96
Crédito	28,5	12,45	8,20	4,36			8,20	4,32
Comércio e abastecimento de insumos	1,1	0,48	0,61	0,32			0,61	0,32
C-Infra-estrutura socioeconômica	71,5	31,24	64,40	34,23			64,40	33,92
Saúde	7,7	3,36	6,63	3,52			6,63	3,49
Educação	5,0	2,18	3,90	2,07			3,90	2,05
Abastecimento de água	1,8	0,79	2,67	1,42			2,67	1,41
Transporte	45,0	19,66						
Manutenção das estradas federais	12,0	5,24	51,20	27,21	2,66	61,15	53,86	28,37
D-Administração do projeto	11,2	4,89	15,72	8,35	0,42	9,66	16,14	8,50
E – PAIC	-	-	10,93	5,81	0,42	9,66	11,35	5,98
Total	228,9	100,00	188,16	100,00	4,35	100,00	189,85	100,00

Fonte: PLANAFLORO.* Este valor está incluído nas ações do conjunto A.

O orçamento elaborado para o financiamento do programa de despesa pública PLANAFLORO atingia a cifra de US\$ 228,9 milhões. Estava distribuído em quatro componentes básicos: 1) Desenvolvimento agro-florestal (35,56% do total); 2) Infra-estrutura sócio-econômica (31,24% do total); 3) Conservação, manejo e proteção ambiental (28,31% do total); e 4) Administração do programa (4,89% do total). Transporte (19,66% do total), Extensão (17,08% do total), e Crédito (12,45% do total) seriam os programas mais contemplados no conjunto dos gastos públicos programados.

No período 1993-2002, os componentes do PLANAFLORO em que os investimentos públicos realizados excederam os dispêndios programados foram os seguintes: A) Conservação e manejo e proteção ambiental (evoluíram de 28,31% do total para 34,59% do total); C); Infra-

estrutura sócio-econômica (evoluíram de 31,24% do total para 33,92% do total); e D) Administração do projeto (evoluíram de 4,89% do total para 8,50% do total).

Assim, a atividade meio, isto é, mera função de administração do PLANAFLORO (o que parece revelar um certo poder interno do corpo técnico de funcionários, que, conjuntamente, e, por essa via política, obtém elevação de consumo improdutivo, decorrente de aumento de renda do trabalho; em que pese esses trabalhadores se encontrarem restringidos pelo baixo nível de produtividade econômica do setor público, se comparado ao setor privado de mercado capitalista), se apropria de parte do recurso da atividade fim e, portanto, em última análise, embolsa parcela dos meios financeiros que seriam destinados à sustentabilidade do desenvolvimento de Rondônia.

Por outro lado, no componente B (Desenvolvimento agro-florestal do PLANAFLORO), os investimentos públicos realizados apresentaram um estado de escassez em relação aos dispêndios programados, já que regrediram de 35,56% do total para 17,01% do total.

Tabela 42 - Investimento agregado realizado pelo PLANAFLORO, segundo origem e aplicação dos recursos, no período 1993-2001.

	Origem (em US\$ milhão) em 1993	%	Investimento (em US\$ milhão) em 2001	%
BIRD- PLANAFLORO	130,85	67,81	131,34	69,81
BIRD – PNUD	14,14	7,33	14,15	7,52
Subtotal BIRD	144,99	75,14	145,49	77,33
Contrapartida	43,06	22,31	42,66	22,67
Outras Fontes	4,92	2,55		
Total	192,97	100,00	188,15	100,00

Fonte: PLANAFLORO

No período 1993/2001, os recursos financeiros das fontes alienígenas BIRD e BIRD-PNUD do PLANAFLORO, programados como despesas para investimentos públicos, e cotados em moeda forte, ultrapassam a aplicação planejada inicial, em 1993, já que visivelmente evoluem de cerca de 75,14% do total para 77,33% do total, em 2001. E o mesmo ocorre com os recursos financeiros da fonte Contrapartida.

Convém assinalar que o total de investimentos públicos realizados foi inferior ao total de recursos financeiros levantados pelo PLANAFLORO, estes, evidentemente, sob a forma de empréstimos que, religiosamente, devem ser pagos em prazos determinados nos contratos. Isso

parece indicar que os gestores públicos desse programa especial de financiamento externo, em Rondônia, se mostraram ineficientes, ao lidarem com a movimentação desse montante de capital fictício. E, por conseguinte, como esse capital financeiro (capital real e capital fictício) não proporcionou sua própria remuneração, já que não houve nenhum processo de valorização do capital, essa referida incompetência administrativa será debitada à conta da sociedade, que, com o trabalho e suor do rosto do povo trabalhador, pagará a conta. Entretanto, ao capital financeiro parasitário, isto é, ao não capital produtivo, caberá uma justa remuneração sob a forma de um lucro especulativo (juros e comissões).

Para uma idéia sobre a questão do lucro parasitário, isto é, apropriação de parte do excedente econômico decorrente de aplicação de capital fictício sob forma de um ativo financeiro, o Relatório do PLANAFLORO registra, inicialmente, que, no empréstimo externo tomado do Governo Federal ao Banco Mundial (contrato 3444/BR - PLANAFLORO), o prazo de pagamento do valor principal e juros do serviço da dívida é de dez anos (cinco de carência) e prestações em datas pré-fixadas em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano, à taxa de juros de 5,03% ao ano. Em seguida, informa que, entre 1999 e 2001, o serviço da dívida atingiu a cifra de US\$ 17,39 milhões, o que representou aproximadamente 10,4% do total do empréstimo. E o relatório supracitado assim concluiu: “Portanto, um dinheiro relativamente barato”.

Tabela 43 - Evolução da receita total do PLANAFLORO e do Governo do Estado de Rondônia (em valores correntes), no período 1994-2001.

Anos	Receita do PLANAFLORO (R\$ milhão)	Receita do Governo (R\$ milhão)	Participação (%)
1994	20,74	259,02	8,01
1995	33,30	484,93	6,87
1996	40,32	579,99	6,95
1997	16,21	744,63	2,18
1998	18,72	1401,83	1,34
1999	6,25	860,19	0,73
2000	4,93	1124,91	0,44
2001	13,61	1264,66	1,08

Fonte: PLANAFLORO

Obs: a receita do governo consiste no somatório das receitas correntes e de capital.

No período 1994/2001, os dados indicam que os recursos financeiros do PLANAFLORO representaram impacto positivo e peso relevante na composição da receita do Governo de

Rondônia, esfera estadual, embora a participação seja relativamente decrescente ao longo do período, com exceção do ano de 2001(em relação ao ano anterior).

Em 1996, a receita do PLANAFLORO apresentou a maior participação relativa do período (26,17% do total da sua série histórica de dados), enquanto que, para a receita global do Governo Estadual, isso ocorreu no ano de 1998 (20,86% do total da série de dados).

Tabela 44 - Evolução da despesa total do PLANAFLORO e do Governo do Estado de Rondônia (em valores correntes), no período 1994-2001.

Anos	Despesa do PLANAFLORO (R\$ milhão)	Despesa do Governo (R\$ milhão)	Participação (%)
1994	21,78	239,19	9,11
1995	35,09	658,97	5,32
1996	31,64	660,18	4,79
1997	22,82	702,20	3,25
1998	27,64	1474,28	1,87
1999	7,78	880,83	0,88
2000	1,16	1149,89	0,10
2001	26,32	1173,22	2,24

Fonte: PLANAFLORO

De maneira geral, a relação entre a despesa global do PLANAFLORO e a despesa total do Governo de Rondônia é similar ao comportamento observado com a categoria econômica da receita pública, no período 1994/2001.

A maior execução do orçamento de despesa no programa especial público de financiamento externo PLANAFLORO ocorreu no ano de 1988 (27,64% do total), bem como no Governo de Rondônia (21,25% da despesa total estadual).

Convém chamar atenção para o fato de que o programa público PLANAFLORO, no marco do planejamento para o desenvolvimento do Estado de Rondônia, não tem atingido um dos seus fundamentais objetivos programados para a sustentabilidade econômica estadual: “As taxas de desmatamento oscilaram na década de 1990, mas os anos que mais desmataram foram 1993,1994 e 1995, período que coincide com o auge dos investimentos do PLANAFLORO. Mesmo nos períodos de menor desmatamento não se pode afirmar que essa redução tenha se dado em decorrência das ações do Programa. O desmatamento, em geral, obedece os ciclos de expansão e recessão da economia. Outro fator que não se pode atribuir às ações do PLANAFLORO é a redução na exploração de madeira. Segundo dados da FIERO, fatores tais como: as pressões internacionais sobre os modelos de exploração dos recursos naturais; as

alterações na legislação ambiental brasileira; e a escassez e/ou dificuldades de obtenção das espécies nobres (mogno, cerejeira, cedro e freijó) provocaram uma significativa redução das indústrias madeireiras em Rondônia (em 1987, 51,5% das indústrias eram ligadas às atividades madeireiras, em 1997 esse percentual caiu para 34,5%)” (Cunha e Batista, 2004).

A inédita lei estadual do Zoneamento, a criação de unidades de conservação e demarcação de várias delas, bem como o surgimento de organizações não governamentais e o Fórum que as congrega e interage com a administração do Programa, consistiram nas principais contribuições do PLANAFLORO.

Segundo um estudo recente, fundamentalmente o PLANAFLORO apresentou duas relevantes contribuições: “temos 52 unidades de conservação, que somadas às terras indígenas, chegam a um total de, aproximadamente, 35% da área territorial do Estado. Com o objetivo de ordenar a ocupação do espaço territorial no Estado e definir, de maneira racional, o uso dos recursos naturais, foi instituído o zoneamento em 1988. O grande mérito do zoneamento foi orientar o poder público e a sociedade sobre a necessidade de criação e demarcação de unidades de conservação, inclusive, as reservas extrativistas. Por outro lado, as principais políticas públicas como a fundiária, fiscal e creditícia e ambiental seguiram apenas parcialmente as diretrizes do zoneamento, prejudicando a consolidação do desenvolvimento sustentável no Estado” (Batista, 2001).

Em Rondônia, o PLANAFLORO (e, por conseguinte, a utilização do zoneamento) se apresentou como a panacéia para a questão do processo de desenvolvimento estadual, a partir do período pós Colonização Oficial do INCRA.

Entretanto, este programa especial público de financiamento externo PLANAFLORO expôs uma série de vulnerabilidades ao longo de sua execução: a) não foi articulado com outras fundamentais políticas públicas como, por exemplo, política fiscal (tributária, de gasto e/ou de dívida); b) não mostrou eficiência na gestão dos recursos financeiros. Por exemplo, recursos alocados em atividade meio suplantaram o de área fim. E ainda o fato de que a aplicação financeira do programa foi administrada de forma inadequada, na medida em que chegou a não haver compatibilidade entre os cronogramas físicos e financeiros, o que se traduziu em ociosidade de recursos escassos contratados, e, desse modo, apenas resultou como beneficiário o capital fictício forâneo, que obteve ganhos parasitários sob forma de lucros especulativos e não a população local do programa; c) foi, ainda, ineficiente no uso de recursos externos do PLANAFLORO para gastos públicos com marketing, visando apenas divulgar o programa para a população economicamente não ativa de Porto Velho, com instrução superior; d) nada diferiu da

técnica autoritária, isto é, não democrática, não participativa burguesa, já que excluiu a participação de grupos sociais de produtores agrícolas e capitalistas industriais e, portanto, alijaram da discussão e da negociação política os interesses de fundamentais classes produtivas de Rondônia na definição do processo a ser desenvolvido, com base no financiamento de recursos externos.

Por essa via, também foi excluído o papel dos sujeitos sociais locais no processo de desenvolvimento regional. Ademais, a técnica autoritária também feriu a soberania política interna, ao impor uma aparente concepção técnica definida por funcionários do Banco Mundial, e por consultores universitários, únicos detentores de conhecimentos, de autoridade e de capacidade para a definição de metas para o desenvolvimento sustentável de Rondônia. Desse modo, isso também restringiu a possibilidade de se ampliar o contingente de massa crítica no que se refere ao processo de desenvolvimento no Estado de Rondônia, ao se obstaculizar o avanço na área de conhecimento e de práticas políticas por agentes econômicos internos.

Além disso, em que pese o significativo montante de recursos financeiros do PLANAFLORO, em relação ao orçamento público estadual, o investimento global deste programa foi incapaz de promover um amplo processo de irradiação de desenvolvimento, no período de sua execução, no sentido de promoção do crescimento e do alto dinamismo econômico, distribuição de renda para a maior parte do conjunto da sociedade rondoniense.

Contudo, parece não restar dúvida de que o PLANAFLORO decisivamente contribuiu para a melhoria das condições de dotação de infra-estrutura sócio-econômica, e da conservação, manejo e proteção ambiental em Rondônia, durante o período 1993-2002.

É preciso lembrar, entretanto, que este programa especial público de financiamento externo se norteou na idealização de uma sociedade constituída essencialmente de produtores independentes (produtores rurais, pescadores artesanais, índios e seringueiros), e, em que pese esta tentativa política de apoiar estes segmentos sociais, no sentido de criar condições materiais para a melhoria das condições de vida destes beneficiários, este foco, contudo, restringiu a participação de outros sujeitos econômicos presentes no processo de construção participativa no Estado de Rondônia.

Assim, o desenvolvimento propalado no PLANAFLORO resultou incompatível com a realidade sócio-econômica de Rondônia, por se apresentar de uma forma restringida socialmente,

em virtude da ausência de atores econômicos e sociais fundamentais para a compreensão da cena política e do movimento econômico da sociedade rondoniense.⁸⁶

4.2.4. Perfil Socioeconômico de Rondônia

Caracterização do Território

O Estado de Rondônia possui uma extensão territorial de 238.512,80 km², que representam 6,19% do total da Região Norte e 2,80% da área do Brasil. Está inserido na Amazônia ocidental e limita-se ao Norte, Nordeste e Noroeste com o Estado do Amazonas; ao Leste e Sudeste com o Mato Grosso; ao Sul e Sudoeste com a República da Bolívia (SEDAM, 2002).

Demografia

Em 1950, a população total do Guaporé era de 36,9 mil habitantes (2% da população da Região Norte), e sua densidade demográfica de 0,15 hab/km². No Censo Demográfico de 1960, a população recenseada de Rondônia era de 69,7 mil habitantes e a densidade demográfica de 0,29 hab/km². Já em 1970 era de 111 mil habitantes e uma densidade demográfica de 0,48 hab/km². Em 1980, a densidade demográfica era de 2,03 hab/km².

O Guaporé apresentava a maior taxa geométrica de crescimento anual (10,2%) da Região Norte e do Brasil, no período 1940-1950. Para o período 1950-1960, Rondônia permaneceu preponderando, embora com redução na taxa geométrica de crescimento anual da população, que caiu para 6,39%. No período 1960-1970, continuou sobrepujando as taxas do Norte e Brasil, perdendo, no entanto, posição relativa apenas para o Amapá (5,37% a.a.), já que a taxa de Rondônia era de 4,76% a.a..

No período 1970-1980, a taxa geométrica de crescimento anual da população de Rondônia permanece como a maior da Região Norte e do Brasil (16,03% a.a.). E também no período 1980-1991 (7,89% a.a.).

No período 1991-2000, a população de Rondônia apresentou uma taxa de crescimento de 2,30% a.a., evoluindo de 1,1 milhão em 1991 para 1,3 milhão em 2000. A taxa de urbanização cresceu 10,13%, evoluindo de 58,21% em 1991 para 64,11% em 2000.

⁸⁶ Para o tema do desenvolvimento sustentável em Rondônia, ver, por exemplo,, Paz, 1997 e Bartholo e Burstyn.

Nesse período, a taxa de mortalidade infantil no Estado diminuiu 28,37%, de 42,41 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 30,38 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 3,16 anos, evoluindo de 63,11 anos em 1991 para 66,27 anos em 2000.

Atividade econômica.

Tabela 45 - Evolução do número de estabelecimentos por setor de atividade em Rondônia, no período de 1970-1995

Atividades econômicas	Número de estabelecimentos					Variação em % 1970-1985	Variação em % 1985-1995
	1970	1975	1980	1985	1995		
Indústria	134	289	689	1.075	2.103	702,24	95,63
Comércio	973	1.699	2.439	4.512	8.693	363,72	92,66
Serviço	257	709	1.254	3.184	2.345	525,69	-26,35
Total geral	1.364	2.697	4.382	8.771	13.141	1.138,91	49,82

Fonte: IPEA/DATA.

A Tabela 45 mostra um expressivo crescimento no número de estabelecimentos em todos os setores de atividades no período 1970-1985. Este crescimento é resultado da expansão da fronteira agrícola rondoniense, bem como dos investimentos públicos materializados em infraestrutura econômica (construção de estradas vicinais, por exemplo) e infra-estrutura social (construção de escolas e postos de saúde) e, ainda, dos investimentos públicos no montante de US\$ 1 bilhão alocados na construção da BR-364, construção de núcleos urbanos de apoio rural, e projetos de colonização como, por exemplo, Machadinho e Cujubín, etc.

O arrefecimento no número total de estabelecimentos dos setores de atividades no período 1985-1995 resultou do esgotamento da fronteira agrícola rondoniense (em termos de não mais disponibilidade de terra pública barata em novos projetos de colonização agrícola do INCRA), da crise da economia nacional (desde meados da década de 1970) e da crise das dívidas públicas externa e interna (a partir da primeira metade da década de 1980), que afetaram a capacidade de oferta de investimentos públicos, bem como dos efeitos das políticas macroeconômicas neoliberais e, ainda, da própria incipiência da estrutura produtiva interna, fruto de um Estado em formação.

Sob a ótica da atividade econômica, entre 1996 e 2000, o PIB total a preço corrente de Rondônia aumentou nominalmente 54,58% (R\$ 3,6 milhões em 1996, para R\$ 5,6 milhões em 2000), superior ao crescimento relativo do Brasil (41,39%) e da Região Norte (40,10%). E representava cerca de 0,47% do PIB brasileiro, em 1996, e 0,51%, em 2000, sendo o terceiro da Região Norte (FIERO, 2003: 161).

Em 2000, o setor terciário (58,60%) se destacava relativamente na constituição do PIB rondoniense. O setor secundário participava com cerca de 26,68%, enquanto o setor primário em torno de 14,72%.

Grande parcela do PIB do setor terciário forma-se em decorrência dos setores primários e secundários da economia rondoniense, resultante de comércio interno de mercadorias, bem como de empréstimos concedidos pelo setor financeiro a produtores do setor agropecuário, extrativista e industrial.

Outra característica relevante do aparelho produtivo rondoniense consiste no fato de que o setor industrial é formado essencialmente por indústria de transformação de base primária, portanto, de transformação da produção agropecuária e extrativismo local.

Agricultura.

A agricultura de Rondônia apresenta algumas participações relevantes no quadro da agricultura regional e nacional.

Em 2005, a produção agrícola de Rondônia registrava os seguintes destaques: 103,4 mil toneladas de café (1ª posição regional com 81,18%; 5ª posição nacional com 4,37%); 18,5 mil toneladas de cacau (2ª posição regional com 35,33%; 3ª posição nacional com 10,97%); 203,9 mil toneladas de soja (2ª posição regional com 19,49%); 45,7 mil toneladas de feijão (2ª posição regional com 35,22%); 214,4 mil toneladas de arroz (3ª posição regional com 14,40%); e 480,4 mil toneladas de mandioca (4ª posição regional com 7,30%) (SEAPES, 2005: 13/14).

O caráter da agricultura de Rondônia continua essencialmente familiar (Batista, 2001: 53). Segundo o autor, com base em dados do censo 1995/96, cerca de 84,6% das unidades agropecuárias de Rondônia (65.136) eram exploradas unicamente por famílias dos produtores, totalizando 228,1 mil pessoas. E 11,8 mil estabelecimentos empregavam mão de obra assalariada, temporária e permanente, gerando empregos para 76,4 mil trabalhadores.

Em 1999, as principais lavouras cultivadas eram café, arroz, milho, feijão, cacau, mandioca, banana, algodão e soja, cujo conjunto ocupava cerca de 99% do total de lavouras. O café, milho e soja se destacavam em termos de área ocupada.

No período entre 1985 e 1995/96, houve redução na área colhida e na produção de arroz, mandioca e cacau, mas, ao mesmo tempo, incremento nas lavouras de feijão, milho e café.

O arroz rondoniense tem perdido poder de competição com o arroz irrigado nacional e com o arroz importado, o que o tem transformado numa lavoura residual, voltada para o autoconsumo dos agricultores; o aumento registrado na produção das lavouras de feijão, de milho

e de mandioca tem sido resultado da evolução da população e da abertura de terra, no processo de expansão da fronteira agropecuária interna.

Entretanto, era muito rudimentar o caráter do setor de lavouras de Rondônia, evidenciado no fato de ter permanecido inalterado o rendimento médio, quando comparados os dados do censo de 1995/96 e o de 1985 (Batista, 2001: 54).

Cotejando-se as safras dos períodos 1989/90 e 2004/05 de Rondônia, o rendimento (kg/ha) das principais lavouras evoluiu da seguinte forma: café (991 para 617); arroz (1.604 para 2.296); feijão (606 para 715); milho (1.748 para 2.024); cacau (492 para 641); mandioca (16.396 para 16.896); banana (783 para 8.208); e soja (1.994 para 2.992) (SEAPES, 2005: 19).

Convém salientar que, além do baixo rendimento que dificulta acesso a mercados mais amplos, em função da baixa competitividade, a agricultura rondoniense se vê ainda restringida pela elevação do custo do produto, decorrente dos insumos produzidos fora do Estado e do custo do transporte para colocação de mercadorias nos mercados consumidores.

A tecnologia na agricultura do Estado de Rondônia é, em geral, pouco desenvolvida, por conseguinte, o rendimento médio é basicamente fruto da fertilidade natural do solo. E como “as terras de alta fertilidade existentes no Estado são poucas e praticamente já foram ocupadas, de maneira que a incorporação de novas terras ao processo produtivo com fertilidade natural mais baixa implica em diminuição do rendimento médio. Além disso, há naturalmente a redução da fertilidade com o uso freqüente do solo, necessitando correções, o que implica em aumento de custos” (Batista, 2001: 56).

A pecuária bovina consiste no segmento mais importante da pecuária de Rondônia, cujo rebanho evoluiu de 770,7 mil cabeças, em 1985, para 3,9 milhões em 1996.

Nesse período, o efetivo galináceo também cresceu, passando de 3,8 milhões para 4,9 milhões de aves, mas continua insuficiente para atender a demanda do mercado local, que é abastecido fundamentalmente pela importação do produto de outras regiões do país. Já a suinocultura apresentou redução, passando de 502,8 mil para 410,3 mil animais no período.

A bovinocultura de Rondônia é predominantemente voltada para o corte. Dos 3,9 milhões de cabeças levantadas em 1995/96, cerca de 2,9 milhões se incluíam nessa categoria, sendo criados em 32,8 mil estabelecimentos, de um total de aproximadamente 77 mil unidades produtivas. Quanto à pecuária leiteira, 19,2 mil estabelecimentos declararam que a finalidade da criação era a produção de leite, somando cerca de um milhão de cabeças.

A pecuária de leite se desenvolve nas pequenas e médias propriedades, como forma de complementação de renda, embora estas também criem gado de corte (FIERO, 1997:127). Os

pequenos e médios agricultores criam gado de corte e/ou de leite como forma de “poupança natural”, já que a maior parte não tem crédito institucional (Santos, 1998:102).

A pecuária bovina se desenvolve em estabelecimentos de todos os tamanhos, com uma certa concentração entre pequenos e médios. Em 1996, do total do rebanho, cerca de 1,8 milhão de cabeças eram criadas em estabelecimentos de 10 a menos de 100 ha (31,3 mil estabelecimentos) e 1,3 milhão em estabelecimentos de 100 a menos de 1000 ha (3,9 mil estabelecimentos).

Em 1999, o valor bruto total da agropecuária alcançava a cifra de R\$ 959 milhões, sendo a cifra de R\$ 422 milhões o valor da agricultura (44,05%) e R\$ 537 milhões o da pecuária (55,95%). O café era o principal produto da produção agrícola, representado 67% do total do valor da produção agropecuária (Batista, 2001: 60).

Extrativismo vegetal.

No período compreendido entre 1991 e 1999, ocorreu uma redução na produção de madeira em tora e borracha, provavelmente, em função da diminuição da oferta de espécies florestais de alto valor econômico (mogno, cerejeira, cedro rosa, etc.), extração ilegal e deficiências no levantamento de informações. Já a redução na produção de borracha ao longo do período, decorreu do esgotamento do modelo extrativista tradicional (Batista, 2001: 66/67).

Nesse período, o pico da produção de madeira ocorreu em 1992, com a extração de 4,7 milhões de metros cúbicos de madeira em tora. O auge da exploração de borracha foi entre 1991 e 1993, com uma produção anual superior a quatro mil toneladas.

Segundo Batista (2001: 67), “o valor da produção extrativista florestal de Rondônia, incluindo os produtos não madeireiros e madeireiros, esta atingiu cerca de R\$ 13,5 milhões em 1994, passando para R\$ 31,2 milhões em 1999, sendo fundamentalmente formado por produtos madeireiros. Do valor total do setor em 1999, apenas R\$ 700 mil corresponde ao valor dos produtos não madeireiros.

Por estes dados, a contribuição do extrativismo não madeireiro na formação do PIB estadual é insignificante, mas o segmento tem grande importância socioambiental e cultural, principalmente a exploração desses produtos nas Reservas Extrativistas”.

Extrativismo mineral.

A cassiterita e o ouro são os principais minérios explorados em Rondônia: a exploração da cassiterita é realizada por empresas de mineração e por garimpeiros; o ouro exclusivamente por

garimpeiros. Ademais, há destacada produção de topázio, columbita, calcário, água mineral e materiais para emprego na construção civil do Estado.

Indústria.

O cadastro industrial do Estado de Rondônia apontou a existência de 3.754 estabelecimentos industriais, sendo 1.073 unidades produtivas informais, o que perfazia cerca de 28,59% do total (FIERO, 1997).

Entre 1989 e 1997, os principais segmentos da indústria de Rondônia cresceram cerca de 64%. As empresas evoluíram de um total de 2,2 mil, em 1989, para 3,7 mil unidades produtivas, em 1997. O ramo industrial de destaque era o de alimentos (produtor de bens de consumo não durável), com um total de 937 empresas, perfazendo 24,96% do total.

Nesse período, o segmento de confecções e artefatos de tecidos apresentou o maior crescimento percentual (644,82%). A participação deste segmento no setor industrial total era de apenas 5,75%.

Não obstante o crescimento do setor industrial ocorreu redução no número de indústrias e na participação dos segmentos madeireiros e de construção civil, na ordem de 67,22% e 52,74%, respectivamente.

O fechamento significativo de serrarias, em função da redução da oferta de espécies florestais de maior valor econômico (madeiras nobres como, por exemplo, mogno e cerejeira), por conseguinte, diminuição na oferta de matérias-primas, explicam as quedas no setor madeireiro. “Já a construção civil, segundo a FIERO (1997), foi prejudicada pelas políticas econômicas impostas pelo governo federal e pela falta de investimento do poder público” (Batista, 2001: 77).

Em 1997, as empresas de Rondônia eram classificadas como tendo porte de microempresas (84,20% do total), sob o critério de faturamento (rendimento anual de até R\$ 120 mil). E representavam cerca de 97% do total de empresas no Estado, se o conjunto era formado por micros e pequenas empresas (rendimento anual entre 120 mil e R\$ 720 mil). Pelo critério do número de empregados, 92,89% do total de empresas também eram classificadas como microempresas (até 20 empregados).

Os fatores básicos apontados como os mais restritivos ao desenvolvimento do setor industrial de Rondônia eram: “falta ou dificuldade de acesso a capital de giro, falta de mão-de-obra qualificada, dificuldade de transporte e escassez e/ou má qualidade de matéria-prima, impostos sobre bens destinados à produção e burocracia do IBAMA” (FIERO, 2003: 236).

O caráter do setor industrial de Rondônia ainda é a incipiência tecnológica, bem como oferta insuficiente de bens industriais para atender a demanda do consumo interno, “havendo, no entanto, uma preocupação constante com a melhoria do processo de produção” (FIERO, 2003: 236).

Comércio exterior

Tabela 46 - Balança Comercial de Rondônia no período 1993-2004 (US\$ 1.000 FOB)

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1993	30.211	2.035	28.176
1994	36.527	12.442	24.085
1995	37.762	18.428	19.334
1996	27.754	18.826	8.918
1997	37.333	17.218	20.116
1998	37.630	15.000	22.630
1999	55.652	5.154	50.498
2000	59.535	45.166	14.369
2001	56.760	35.865	20.895
2002	73.294	88.964	-15.670
2003	97.741	9.076	88.665
2004	133.361	12.184	121.177

Fonte: SECEX.

Em 2004, os cinco principais países de destino das exportações de Rondônia eram a China (21,26%), os Estados Unidos (14,37%), Hong Kong (8,49%), Bélgica (5,78%), e Espanha (5,78%).

No período 2004-2003, a variação percentual desses mercados demandantes externos se apresentou da seguinte forma: A China cresceu em 21,10%, Hong Kong em cerca de 7,92%, Bélgica em torno de 72,70%, e Espanha em 74,21%. A exceção foram os Estados Unidos, que decresceram em cerca de -1,40%, no ano de 2004.

Em 2004, os três principais blocos econômicos de destino das exportações de Rondônia eram: Ásia (34,34%), a União Européia (29,77%), e os Estados Unidos (14,72%). Ademais, os blocos econômicos do MERCOSUL e da África (exclusive Oriente Médio) eram mercados externos que representavam cerca de 6,96% e 6,02%, respectivamente, do destino das exportações de Rondônia.

Nesse ano, os principais produtos da pauta exportadora rondoniense eram: outras madeiras serradas/cortadas em folhas (46,77%), madeira de ipê (14,62%), carnes desossadas de bovino/congeladas (8,55%), outras madeiras (4,21%), e madeira compensada (3,78%). E os da

pauta importadora eram: gasoleo (7,70%), aparelhos receptores de radiodifusão/televisão (4,88%), tubos para televisão em cores (3,14%), e produtos como máquinas e aparelhos mecânicos (2,58%).

No período 1993-2004, a balança comercial de Rondônia se apresentou predominantemente com saldo positivo, exceto, no ano de 2002.

No entanto, o saldo da balança comercial rondoniense decresce relativamente no triênio 1994/96, no ano 2000, e, ainda, em 2002.

Todavia, se compararmos a média anual do saldo da balança comercial nos períodos 1993-1999 e 2000-2004, percebe-se um crescimento de cerca de 84%, o que evidencia um melhor desempenho relativo.

Em 2004, a participação dos insumos industriais predomina no valor total exportado por Rondônia (90,08%). Alimento e bebidas destinados à indústria tinha uma baixa representação (0,36%). Na oferta de matérias primas industriais e, portanto, na produção de bens intermediários consiste a base exportadora da economia de Rondônia. O seu dinamismo ainda não se mostra sustentável economicamente.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Rondônia

Em 1970, o IDH de Rondônia era 0,474 (baixo desenvolvimento humano), referente à 9ª posição em termos nacionais. A esperança de vida era 54,2 anos (13ª posição no Brasil); 64,7% a taxa de alfabetização de adultos (12ª posição); 64,7% era a taxa combinada dos três níveis de ensino, o que lhe acarretava a última posição. E apresentava renda *per capita* de US\$ 2.025 (6ª posição brasileira).

Em 1980, o IDH evoluiu para 0,611 (médio desenvolvimento humano), e Rondônia ocupou a 14ª posição. A esperança de vida era 60,34 anos (13ª posição). A taxa de alfabetização de adultos era 68,5% (16ª posição); a taxa combinada nos três níveis de ensino era 50,7% (21ª posição). E renda *per capita* de US\$ 3.426 (11ª posição no Brasil).

Em 1991, o IDH de Rondônia era 0,725 (médio desenvolvimento humano), referente à 14ª posição em termos nacionais no Brasil. A esperança de vida era 65,34 anos (16ª posição). A taxa de alfabetização de adultos era 80,4% (13ª posição); a taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino era 63,0% (19ª posição). E renda *per capita* de US\$ 3.426 (11ª posição no Brasil).

Em 1996, o IDH de Rondônia era 0,820 (alto desenvolvimento humano), referente à 10ª posição no Brasil. A esperança de vida ao nascer era de 67,06 anos (15ª posição). A taxa de

alfabetização de adultos era 85,8% (13ª posição); a taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino era 70,7% (22ª posição). E renda *per capita* de US\$ 6.448 (7ª posição em termos nacionais).

A passagem da posição de baixo desenvolvimento humano de Rondônia para alto desenvolvimento, ocorrida entre 1970 e 1996, “ocorreu em função do aumento da *renda per capita* e dos avanços na área de educação. Porém, no índice taxa combinada de matrículas, o Estado sempre ocupou as últimas posições em nível nacional, o que mostra que tem muito a melhorar nesta área” (Batista, 2001: 86).

A distribuição de renda interna entre os indivíduos tem se degradado em Rondônia, vez que o índice de gini evoluiu de 0,548, em 2001, para 0,567, em 2005 (IPEA/DATA, 2007).

4.3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A economia primário-gomífera exportadora da Amazônia tem permanecido uma atividade produtiva insustentável em termos de quantum e valor recebido em moeda forte (dólar), restrita participação no mercado nacional, e movimentada por um fraco dinamismo econômico, no período estudado.

A estrutura produtiva regional se transformou em decorrência de processos de industrialização no Amazonas e Pará, e alguns ramos da agricultura nortista passaram a ter peso nacional.

Não obstante esses avanços, a Região Norte perdura como área produtiva que oferta matérias primas primárias minerais voltadas para o mercado externo. Portanto, é um espaço econômico produtor de insumos industriais externos, com destaque na produção de bens intermediários. Porém, a sua base exportadora apresenta uma restrita diversificação produtiva, bem como baixo é o seu dinamismo, portanto, insustentável economicamente. Significa dizer que a dinâmica da variável exportadora evidencia dificuldade para a sustentabilidade de um processo de crescimento regional.

A doutrina de segurança nacional (conferindo visibilidade ao problema das áreas de fronteiras), a busca de legitimação do regime militar pela via de execução de programas sociais, a clara influência de estudos acadêmicos propondo a transferência de excedentes populacionais do Nordeste para a Amazônia, a elaboração da noção de vazio demográfico-político regional e, ainda, a colocação do objetivo de política econômica federal de acelerar a ocupação produtiva do Nordeste e da Amazônia, no sentido de promover uma integração de modo mais efetiva ao

mercado nacional, foram, em suma, os elementos que nortearam a concepção da política de desenvolvimento regional do Estado Autoritário para a Amazônia.

Foi a partir da política pública de colonização formulada pelo Estado para a ocupação materialmente produtiva da Amazônia que, em Rondônia, emergiu um novo processo sócio-econômico baseado na ampliação das relações sociais de produção no seu espaço rural e urbano. E este processo multidimensional (social, econômico e político) resultou de uma determinação e impulsão do Programa de colonização agrícola sob comando do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).⁸⁷

Assim, no quadro da colonização agrícola de Rondônia, o período da Colonização Oficial suplantou o do Programa da Reforma Agrária, em termos de área agrícola acessada por população imigrante e em número de famílias beneficiadas.

No plano nacional, a política de Estado de colonização agrícola da Amazônia em detrimento de uma política de reforma agrária para o País, articulada com a política de modernização conservadora para a agricultura brasileira, em última análise, resultou na preservação dos interesses econômicos dos proprietários latifundiários e, portanto, na manutenção do poder sobre a terra das históricas camadas dominantes no agro do Brasil.

No plano local, a política de colonização do Estado sob controle do INCRA, executada através de projetos de Colonização Oficial, de Regularizações Fundiárias e de Reforma Agrária, inicialmente, solapou todo o poder econômico e político dos proprietários latifundiários seringalistas locais. Isso porque o Estado, por meio do uso legal do monopólio da violência, expropriou os históricos latifundiários seringalistas, em sua grande maioria. Desse modo, transformou, assim, a terra, enquanto um meio de produção de um empreendimento extrativista gomífero, de uma propriedade privada (titulada ou não) de seringalista, em terra sob a forma de uma propriedade coletiva e pública, isto é, como uma propriedade do Estado no espaço físico da unidade federativa do Território Federal de Rondônia.

É importante sublinhar que o papel do Estado aí significou uma ação coletiva traduzida num complexo processo político combinado, no qual transformou terra de proprietários latifundiários extrativistas em propriedade pública para, em seguida, privatizar todo o estoque possível de terra pública disponível de Rondônia. Desse modo, o Estado promoveu o maior processo de privatização de terra pública e, ao mesmo tempo, o maior processo distributivo de

⁸⁷ Sobre a colonização agrícola na Amazônia, ver: Tavares, 1979; Ianni, 1979; e Santos, 1993.

terra que beneficiou trabalhadores sem-terra e camponeses minifundistas, em toda a história desta formação econômica, social e territorial amazônica.

Uma outra consequência deste processo foi o fato de que a terra realmente se transformou em mercadoria e, por conseguinte, foi constituído um mercado de oferta de terra no espaço rondoniense. E este mercado de oferta de terra passou a indicar uma evidente tendência de uma ainda pequena transformação no sentido de um processo de “autonomização” em relação ao domínio da sociedade, sob forma de um certo “moinho satânico”. Esta metáfora se encontra em “A Grande Transformação”, elaborada por Karl Polanyi (2000).

Em resumo, é possível afirmar que, em Rondônia, houve Política de Colonização Agrícola, requerida para o atendimento dos interesses do Estado e das camadas dominantes do País, no sentido de preservação do *status quo* no agro brasileiro, e, simultaneamente, assentamento de população de trabalhadores imigrantes sem-terra; e implementação também de uma Política de Reforma Agrária Local conduzida pelo Estado.

Assim, como entende a visão do corpo técnico do INCRA de Rondônia, é correto afirmar que houve tanto Colonização Agrícola quanto Reforma Agrária no espaço rural desta unidade federativa, bem como “um processo de colonização agrícola espontânea” por parte dos camponeses posseiros (na visão de IANNI, embora esse grupo social de produtores tenha baixa representação quantitativa no quadro geral do processo de assentamento rural), durante o período compreendido entre 1970 e 1995.

Tabela 47 – Taxas geométricas de crescimento anual do PIB das Unidades Federadas da Região Norte: 1970-1985 (%)

UNIDADES FEDERATIVAS	PERÍODO 1970 -1985
AC – Acre	7,84
RO - Rondônia	19,08
AM - Amazonas	13,33
RR - Roraima	12,72
PA - Pará	10,01
AP - Amapá	8,24
TO - Tocantins	

Fonte (dados brutos): IBGE/ IPEADATA

Obs: Produto Interno Bruto Elaborado pelo IBGE. Para os anos de 1970 a 1980, série calculada segundo o conceito de custo de fatores. Para os anos de 1985 a 2002, segundo o conceito a preços de mercado. Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional

Entre 1970 e 1985, ocorreu o período de maior crescimento econômico de todo o processo histórico desta formação econômica, social e territorial amazônica. Aqui, foi o momento de

crescimento da riqueza material, do aumento da renda e do emprego rural e do emprego urbano, e, ainda, do aumento da população e do aumento do número de cidades; bem como de ampliação do processo de urbanização, e, ainda, acompanhado de desconcentração da propriedade privada sob a forma de propriedade da terra amazônica. Também foi o momento de concretização do sonho do acesso à terra para camponeses, da conquista do emprego por trabalhadores rurais e para trabalhadores urbanos de diversas regiões brasileiras, bem como a concretização de lucros para os capitalistas de atividades econômicas comerciais, agrícolas e industriais. Ademais, todos os indivíduos, grupos sociais do mundo rural ou do mundo urbano, classes sociais, ou entidades de classes trabalhadoras ou mesmo de classes sociais patronais, associações de produtores ou de trabalhadores; e, ainda, entidades religiosas, enfim, todos esses atores sociais compartilharam, na prática, a idéia de que, em Rondônia, realmente era possível participar de um processo histórico de construção de uma sociedade ainda em formação.

Na realidade, Rondônia materializou um processo dialético de diversificação econômica e de diversificação social, imbricado com a natureza de uma floresta tropical úmida amazônica, com base nas ações dos sujeitos econômicos Estado, camponeses, trabalhadores rurais, capitalistas produtivos, trabalhadores urbanos, e trabalhadores do setor público em suas três esferas de governo.

Aqui, é constatado um inigualável processo histórico de produção de riqueza material e de democratização da propriedade da terra no espaço do mundo rural, e de acesso à renda para uma diversidade de indivíduos e grupos sociais internos; o que fundou uma efetiva possibilidade de construção de uma sociedade mais democrática, isto é, cuja base social apresenta mais oportunidades para a constituição de uma sociedade menos desigual, portanto, de possibilidade de exercício de mais justiça neste território amazônico.

Convém ressaltar que este é um período de marcante participação do Estado na economia de Rondônia, manifesto na implementação de alguns programas públicos e na política de colonização, tais como: a) o Programa de Investimentos Urbanos implantando nas diversas cidades infra-estrutura urbana (abastecimento de água, drenagem, pavimentação de ruas, etc); b) os investimentos públicos em infra-estrutura alocados ao longo da BR-364, decorrentes da política de colonização agrícola do INCRA; c) os investimentos públicos para aparelhar e organizar administrativamente Rondônia como um novo Estado da Federação; d) o Programa POLAMAZÔNIA; e) os investimentos do Programa POLONOROESTE, visando à consolidação das áreas colonizadas do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural, o asfaltamento da BR-

364, a criação de trinta e nove núcleos urbanos de apoio rural, e o assentamento de 22.000 famílias.

Assim, a conjugação de uma série de fatores como a elevada massa de investimentos comandada pelo Estado, a descoberta de ouro e formação do garimpo no rio Madeira, a partir de fins da década de 1970, expansão da fronteira agrícola, expressivo fluxo imigratório, grande avanço da construção civil e da indústria extrativa de madeira, a expansão do comércio e dos serviços, explicam o forte crescimento econômico no período da colonização agrícola oficial do INCRA.

Há uma nítida inflexão no padrão de desconcentração da propriedade da terra que Rondônia implantava regionalmente, em 1995, destoando, portanto, com o processo histórico que se desenvolvera em todo o período da colonização oficial.

No decênio 1985/95, o valor total da produção agropecuária de Rondônia se reduziu a uma taxa de -11,14% a.a., portanto, evadindo totalmente o anterior dinamismo deste setor produtivo, implicando crise e regressão na renda da agricultura local, mormente, a partir de 1980. Entre os subsetores produtivos, o que sofreu o menor impacto relativo foi o subsetor da produção pecuária (bovina), ao longo de todo esse período.

Entre 1985 e 1995, a dinâmica de crescimento na estrutura da distribuição da posse da terra em Rondônia foi impulsionada pelo movimento das categorias dos administradores e dos proprietários, ao tempo em que também ocorreu redução nas dos ocupantes e arrendatários.⁸⁸

No período 1985/95, a mão-de-obra ocupada total se reduziu ao ritmo de -0,63% a.a. Ademais, caracterizou um período desfavorável para o trabalho familiar e também para o trabalho assalariado temporário, mas, impulsionou as relações de trabalho de caráter predominantemente capitalista, como o aumento relativo da participação da categoria do assalariamento permanente. Além disso, nesse período, a parceria avançou no espaço da agropecuária de Rondônia, provavelmente, em função da expansão de atividades econômicas que, relativamente, cortaram mais postos de trabalho. Por exemplo, foi o caso da questão do emprego de mão-de-obra na pecuária, que introduziu a relação de trabalho não capitalista parceria. Outro fator de redução do emprego no campo decorreu da redução da atividade econômica com lavouras no Estado rondoniense.

⁸⁸ Para uma melhor compreensão do quadro agrário e agrícola de Rondônia, no período 1950-1995/96, ver alguns dados nos anexos.

As terras de Rondônia utilizadas com o total de pastagens, que perfaziam 19,28% da área trabalhada, em 1985, passam a perfazer 34,43%, em 1995. As pastagens plantadas, por sua vez, que representavam 15,40%, em 1985, passam para cerca de 30,39% da área trabalhada.

Por outro lado, as áreas de lavouras perderam participação relativa seja quando considerada como um total, ou mesmo como segmentos parciais de culturas permanentes e culturas temporárias. E o mesmo ocorreu com o total de áreas de florestas, bem como com as terras utilizadas com florestas naturais, entre 1985 e 1995.

Em outras palavras, como as unidades produtivas dos agricultores passaram a obter ganhos de renda com atividades econômicas provenientes de lavouras temporárias, de lavouras permanentes e da produção pastoril, isso implicou um estímulo para a promoção de uma diversificação produtiva e, ao mesmo tempo, o deslocamento da extração vegetal, que, assim, foi deixando de ser o principal suporte da economia rural de Rondônia, entre 1970 e 1980.

O decênio 85/95 constituiu um marco de uma grande mudança em termos de participação no valor da produção agropecuária de Rondônia: a hegemonia da produção animal, isto é, da pecuária de grande porte (bovina), no quadro de geração do valor da produção agropecuária.

No período 1970/85, as principais fontes do dinamismo da economia agrícola de Rondônia tiveram como base a produção pecuária (bovina) e a produção de lavouras temporárias, em termos de geração de renda expressa na expansão do valor da produção agropecuária. Neste período, contudo, o valor da produção gerado pelas lavouras temporárias sempre superou os valores oriundos das produções das lavouras permanentes e da produção pecuária; no período 1985/95, a produção de lavouras temporárias, que gerava o maior valor relativo da produção agropecuária e respondia com cerca de 32,64% do total, em 1985, perde a posição para a produção animal de grande porte (pecuária), que passa a responder por 45,44% do valor da produção agropecuária total.

Em 1960, o Território Federal de Rondônia apresentava grande desigualdade na distribuição da posse da terra, vez que o índice de Gini era 0,904 (concentração muito forte tendendo à absoluta). Em seguida, em 1970, o índice de Gini de Rondônia baixou para 0,682 (concentração média a forte), caiu ainda para 0,623, em 1975, depois aumentou um pouco para 0,653, em 1980, e atingiu 0,656 (concentração média a forte), em 1985. No ano de 1995, o Estado de Rondônia apresentou um recrudescimento na desigualdade da distribuição da posse da terra, expresso no índice de Gini de 0,766 (concentração forte a muito forte).

A participação dos 5% maiores estabelecimentos agropecuários na área ocupada total significava mais de 84%, em 1950 e 1960. Entre 1970 e 1985, contudo, caiu abaixo de 50% da

área recenseada, o que simplesmente pode ser traduzido como uma desconcentração na posse da terra em Rondônia.

Já entre 1985 e 1995, os 5% maiores estabelecimentos, os 50% estabelecimentos menores e os 10% estabelecimentos maiores, todos apontam um significativo aumento na desigualdade da distribuição da posse da terra em Rondônia.

Tabela 48 – Taxas geométricas de crescimento anual do PIB das Unidades Federadas da Região Norte: 1985-2003 (%)

UNIDADES FEDERATIVAS	PERÍODO 1985 -2003
AC – Acre	4,07
RO – Rondônia	3,09
AM – Amazonas	3,20
RR – Roraima	4,99
PA – Pará	3,57
AP – Amapá	5,11
TO – Tocantins	5,08

Fonte (dados brutos): IBGE/ IPEADATA

Obs: Produto Interno Bruto Elaborado pelo IBGE. Para os anos de 1970 a 1980, série calculada segundo o conceito de custo de fatores. Para os anos de 1985 a 2002, segundo o conceito a preços de mercado. Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional

Entre 1985 e 1995, pela análise realizada sobre a questão da posse da terra, fica explícita a ausência de alguma efetiva política redistributiva relevante para segmentos sociais rurais, no sentido de proporcionar melhorias nas condições materiais de vida para os trabalhadores sem-terra ou mesmo camponeses minifundistas, no espaço geográfico do Estado de Rondônia.

No período 1985/2003, Rondônia apresentou a menor taxa geométrica de crescimento anual da economia de toda a história recente da Região Norte.

Convém destacar que este momento apresenta marcante redução da participação do Estado na economia de Rondônia, basicamente, em função dos seguintes fatores: a) a União cessou a transferência de recursos orçamentários destinados ao pagamento dos funcionários e da máquina administrativa em geral do Território Federal de Rondônia. Por conseguinte, a esfera governamental estadual passou a arcar com custos que outrora tinham um certo sabor de fundo perdido; b) ocorreu o esgotamento da fronteira agrícola, em termos de não mais disponibilidade de oferta de terras públicas baratas via projetos de colonização agrícola do INCRA; c) os investimentos do PLANAFLORO não promoveram a sustentabilidade da economia rondoniense; d) a crise da dívida pública (externa e interna) acarretou, em última análise, a redução de recursos públicos para investimentos do setor público brasileiro; e) as políticas neoliberais que implicaram

reforma do Estado e reduziram seu papel na economia e, finalmente, f) a capacidade fiscal do Governo do Estado apresentou dificuldade para se robustecer, implicando um baixo nível de investimento público local para a promoção do crescimento econômico, cujo quadro de fragilidade de suas finanças públicas pode ser aferido pelos seguintes dados: a) em 1995, a receita líquida estadual atingia a cifra de R\$ 381,2 milhões, e a despesa de pessoal perfazia cerca de 88,22% desse total; em 1998, a receita líquida alcançava o montante de R\$ 571,9 milhões, enquanto que a folha de pessoal a cifra de R\$ 465,3 milhões, o que reduzia o percentual para apenas 81,36% da receita líquida estadual; b) no período 1995-1997, o volume de gastos orçamentários, sob o enfoque por função, esteve concentrado na função Administração e Planejamento, o que indicou uma prioridade para despesas de custeio (folha) em detrimento das políticas de desenvolvimento regional, agrícola, etc.; c) atualmente, neste início de segundo trimestre de 2007, tramita no Congresso Nacional uma proposta do Senador Expedito Júnior, rondoniense, sob a forma de Lei Ordinária, no sentido de enquadrar doze mil servidores estaduais, transformá-los em federais, na condição de ex-servidores do Território Federal de Rondônia. É uma explícita forma política de transferir despesa de pessoal do Governo do Estado para a UNIÃO e, por conseguinte, aliviar a situação das finanças estaduais e ampliar, em última análise, a capacidade de despesa de investimento da esfera estadual. E como o Congresso Nacional já aprovou esse benefício para os Estados do Amapá e de Roraima, não haverá dificuldade para a concretização dessa metamorfose, em prol de Rondônia, a menos que não seja sob o procedimento de uma Emenda Constitucional.

Àquela época, a influência de uma já presente orientação teórica neoliberal e materializada numa política econômica estadual de redução do papel do Estado, por meio de uma política local de corte de gasto público, promoveu algumas demissões de trabalhadores públicos nos anos noventa, inclusive, desempregando servidores públicos de áreas prioritárias como educação e saúde, neste periférico Estado federativo nortista brasileiro. E, ainda, como de praxe, foi realizado um processo de mercantilização do patrimônio público, através de privatizações de algumas empresas estaduais.

Convém sublinhar que o desmatamento no Estado de Rondônia realmente tem crescido muito significativamente no período 1978-2000: a área desflorestada era cerca de 1,76% da área do Estado em 1978 (4,2 mil km²); 13,32% em 1988 (30 mil km²); 23,22% em 1998 (55,4 mil km²); e 24,49% em 2000 (58,4 mil km²), conforme dados da FIERO (2003: 412).

Na realidade, Rondônia ainda não conseguiu equacionar adequadamente a questão do desmatamento, nem promover um desenvolvimento econômico sustentável para o conjunto da

sociedade rondoniense, em que pese se valer de financiamento para o desenvolvimento estadual, com base em recursos externos materializados no PLANAFLORO.

Deve ser ressaltado também que a existência de acampamento de um segmento social sem-terra na porta do INCRA, em Porto Velho⁸⁹, sem nenhum horizonte de resolução da questão de terra para trabalho para diversas famílias ali acampadas, denuncia visível obstáculo para acesso à terra pública. Denuncia também a atual situação do meio de produção terra na condição de mercadoria a ser adquirida somente com dinheiro ou capital, ou, ainda, numa função de reserva de valor. Isso, portanto, é um indicador de que relações sociais mercantis e capitalistas têm avançado em Rondônia, em detrimento dos destituídos de posses, de propriedade da terra, pois, a estes só restará, quando restar, apenas a condição de ser explorado na circunstância social de ofertante de força de trabalho num indiferente mercado de trabalho capitalista.

Não é possível esquecer a ocorrência das mortes de camponeses no agro rondoniense, como na área de colonização agrícola de Corumbiara; nem alguns conflitos entre índios e garimpeiros, e também mortes de garimpeiros de diamantes em reserva indígena. É também importante perceber a presença de uma já moderna violência urbana, em Porto Velho, que se apresenta sob forma atualizada de técnicas de assaltos e de seqüestros, formação de gangues, importadas do Centro-Sul, bem como a ocorrência de uma expansão no quantitativo de presos, e no número de rebeliões no Presídio Urso Branco, conforme notícias veiculadas pela mídia.

Aqui, é constatada uma baixa produção de riqueza material, de pífio crescimento econômico, de não mais democratização da propriedade da terra para trabalhadores sem-terra ou camponeses minifundistas no espaço do mundo rural. É também um momento de baixo emprego no mundo rural e no mundo urbano. Ademais, uma política econômica pública distributiva e relevante se esfumou totalmente no espaço geográfico rondoniense, nesse período.

Atualmente, sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais, associações de produtores e de trabalhadores, no espaço rondoniense, e grupos sociais de trabalhadores, geralmente, são excluídos da participação política para a definição do planejamento acerca das questões do desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, organizações sociais não governamentais ascendem à condição de definidoras dos rumos da economia e da sociedade de Rondônia. Essas entidades viram atores sociais e se apropriam de parte dos recursos do orçamento do Estado, isto é, recursos públicos de fonte de financiamento externo.

⁸⁹ Fato constatado no trabalho de campo realizado durante o mês de julho de 2005.

Convém também sublinhar que Rondônia alterou sua estrutura produtiva fundada no extrativismo gomífero para uma base agropecuária. As produções agrícola e pecuária apresentam relevância na produção agropecuária regional, e, inclusive, nacional.

Uma outra característica da sua estrutura produtiva é que o setor industrial é formado essencialmente por indústria de transformação de base primária, portanto, de transformação da produção agropecuária e extrativismo local. Ademais, pode-se afirmar que na oferta de matérias primas industriais e, portanto, na produção de bens intermediários consiste a base exportadora da economia de Rondônia. O seu dinamismo ainda não se mostra sustentável economicamente.

CONCLUSÃO

A seguir poderão ser vistas, sucintamente, as conclusões, proposições e recomendações deste trabalho:

a) A interpretação do período de formação inicial da economia da Amazônia como um simples ciclo extrativista vegetal de “drogas do sertão”, não obstante sua relevância para o entendimento do processo histórico e grande aceite acadêmico, utiliza uma insuficiente categoria analítica para a compreensão do caráter da economia. A tese aqui defendida é que se trata de uma economia colonial mercantil amazônica retardatária. Esta foi fundada num modelo primário-exportador, que não apresentou expressão econômica regional, sob o ponto de vista de uma análise comparativa em termos de geração de riqueza mercantil exportada para a metrópole portuguesa;

b) No período colonial, as condições históricas em terras de florestas de “Rondônia” revelaram uma frágil base material para a constituição de um processo produtivo de riqueza mercantil, voltado para o mercado consumidor europeu, que, por isso, não se traduziu em exportações líquidas. As atividades econômicas que os colonos tentaram implantar, nessa área, tiveram por base ou comércio de escravos indígenas para o mercado regional, ou a coleta de produtos florestais. O baixo nível técnico que acompanhou o processo produtivo de coleta florestal; o baixo nível cultural do indígena (geralmente nômade e não tendo conhecimento dos metais); uma população colonial muito pequena e que regrediu e, ainda, a existência de dificuldades nos meios de comunicação e transporte, representada pela presença das cachoeiras no rio Madeira, condicionaram as possibilidades de construção de um aparato produtivo. Em suma, não é pertinente falar de constituição de uma economia colonial de “Rondônia”, no período da colonização portuguesa na Amazônia. Entretanto, um marco relevante entre os que compuseram o quadro das raízes históricas de “Rondônia”, no período colonial, consistiu na construção do Forte Príncipe da Beira. Não apenas por sua função militar, muito pequena no período, mas, sobretudo, porque marcou a presença estratégica do Estado colonial português, e, ao mesmo tempo, garantiu o controle da comunicação na fronteira oeste amazônica. A conquista deste território amazônico colonial e a conformação deste limite fronteiriço com os espanhóis, depois com a Bolívia, foi preservado na constituição do território brasileiro, seja durante o período do Estado Imperial, seja no do Estado sob a forma de República do Brasil. Desse modo, o legado desse período colonial para o Brasil, a Amazônia e Rondônia consistiu no território conquistado. É possível Rondônia estruturar uma atividade econômica mercantil baseada no

turismo tanto histórico quanto ecológico, a partir do monumento do Forte Príncipe da Beira, no Município de Costa Marques;

c) A interpretação da economia da Amazônia como um “ciclo econômico” extrativista vegetal e com uma estrutura produtiva de economia colonial é analiticamente insuficiente, pois, assim, é obscurecida a relevância da magnitude da riqueza produzida tanto para a região, quanto para o Brasil. No período de meio século de produção gomífera, a economia primária mercantil e extrativista de borracha da Amazônia apresentou significativo crescimento e gerou um campo de acumulação de capital, bem como uma magnitude de riqueza material, que não deixou dúvida acerca de sua relevância histórica, tanto para a economia regional amazônica, quanto para a própria economia nacional. Porém, seu excedente econômico era significativamente apropriado e alocado por agentes e interesses do exterior, através de uma acumulação de capital movimentada e regida pela esfera da circulação, comandadas pelo capital mercantil. Não engendrava poder aquisitivo e mercados de consumo pessoal e intersetorial. Isso obstaculizava a possibilidade de que o excedente econômico fosse voltado para os interesses de agentes internos, no sentido de diversificar a estrutura produtiva da economia da Amazônia;

d) A Amazônia e a sociedade brasileira consumiram cerca de oitenta anos para que a idéia da necessidade de se implementar uma política estatal de reforma agrária, em área de floresta tropical brasileira, como forma de amenizar os efeitos decorrentes da heterogeneidade social regional, formulada por Euclides da Cunha, seja socialmente reivindicada pelos dominados seringueiros. Todavia, foi notório que os proprietários de terras reagiram a essa bandeira, pois eram contrários a qualquer tipo de política distributiva de propriedade em área extrativista. O desfecho deste embate, como usualmente é propalado nos interesses agrários brasileiros, consistiu, de um lado, numa ação violenta e autoritária da camada social dominante e proprietária de terra; de outro lado, na resistência dos seringueiros;

e) A economia primário-exportadora de borracha apresentou uma estrutura econômica concentradora da produção e da renda, posto que foi assentada no latifúndio extrativista. Era também uma economia de baixa produtividade do trabalho, dependente do mercado externo e, em última análise, de baixo poder competitivo no mercado de oferta. Ademais, excluiu os trabalhadores da propriedade da terra no espaço da floresta tropical úmida amazônica, o que contribuiu para manutenção da desigualdade social no interior da região;

f) A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré se constituiu num importante eixo do movimento sócio-econômico no espaço geográfico dos rios Madeira, do Mamoré e do Guaporé, configurando uma estrutura de produção primário-gomífera exportadora, voltada para o mercado consumidor

capitalista e industrial das potências centrais. A rodovia BR-364 serviu de base para um novo eixo de desenvolvimento sócio-econômico, porém, subordinado ao próprio desenvolvimento do capitalismo monopólico dependente brasileiro;

g) A estrutura produtiva regional amazônica se transformou em decorrência de processos de industrialização no Amazonas e Pará, e alguns ramos da agricultura nortista passaram a ter peso nacional. Não obstante esses avanços, a Região Norte perdura como área produtiva que oferta matérias primas primárias minerais voltadas para o mercado externo. Portanto, é um espaço econômico produtor de insumos industriais externos, com destaque na produção de bens intermediários. A sua base exportadora, contudo, apresenta uma restrita diversificação produtiva, bem como baixo dinamismo, portanto, insustentável economicamente. A dinâmica da variável exportadora ainda evidencia dificuldade para a sustentabilidade de um processo de crescimento regional;

h) Rondônia alterou sua estrutura produtiva fundada no extrativismo gomífero para uma base agropecuária. As produções agrícola e pecuária apresentam relevância na produção agropecuária regional, e, inclusive, nacional. A atual dinâmica do seu crescimento econômico se encontra muito mais embasada no mercado nacional do que no mercado externo. E outra característica da sua estrutura produtiva é que o setor industrial é formado essencialmente por indústria de transformação de base primária, portanto, de transformação da produção agropecuária e extrativismo locais. Ademais, é certo afirmar que na oferta de matérias primas industriais e, portanto, na produção de bens intermediários consiste a base exportadora da economia de Rondônia. O seu dinamismo ainda não se mostra sustentável economicamente;

i) A corrente imigratória de Rondônia nas décadas de 1970 e de 1980 cumpriu o relevante papel de um amortecedor de tensão social para as regiões Sul, Sudeste e mesmo para a Nordeste, no recente processo histórico de colonização agrícola do INCRA e de constituição de sua fronteira agropecuária local. E a maior dispersão espacial da sua imigração inter e intra-estadual, muito própria de área que vivencia um processo de expansão de fronteira agrícola, é muito semelhante ao caso do Estado do Mato Grosso (Cunha, 2002: 140);

j) Esta Tese demonstra que o período 1970-2005 demarca dois processos históricos de crescimentos na economia de Rondônia, que se materializam sob forma de dois distintos momentos:

1) 1974/84 – momento de um visível crescimento da economia rural e de processo de urbanização, alto dinamismo econômico e demográfico, acompanhado de distribuição de propriedade de terra, de renda e participação dos sujeitos econômicos e políticos no processo de

construção da sociedade de Rondônia, que ocorre no período da Colonização Oficial. Convém ressaltar que este é um período de marcante participação do Estado na economia de Rondônia, manifesto na implementação de alguns programas públicos e na política de colonização, tais como: a) o Programa de Investimentos Urbanos implantando nas diversas cidades uma infraestrutura urbana (abastecimento de água, drenagem, pavimentação de ruas, etc); b) os investimentos públicos em infra-estrutura alocados ao longo da BR-364, decorrentes da política de colonização agrícola do INCRA; c) os investimentos públicos para aparelhar e organizar administrativamente Rondônia como um novo Estado da Federação; d) o Programa POLAMAZÔNIA; e) os investimentos do Programa POLONOROESTE, visando a consolidação das áreas colonizadas do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural, o asfaltamento da BR-364, a criação de trinta e nove núcleos urbanos de apoio rural, e o assentamento de 22.000 famílias. E a conjugação de uma série de fatores como a elevada massa de investimentos comandada pelo Estado, a descoberta de ouro e formação do garimpo no rio Madeira, a partir de fins da década de 1970; a expansão da fronteira agrícola, expressivo fluxo imigratório, grande avanço da construção civil e da indústria extrativa de madeira. Ademais, a expansão do comércio e dos serviços, explicam, portanto, o crescimento no período da colonização agrícola oficial do INCRA.

2) 1985/2005 – momento de uma notória menor taxa de crescimento econômico regional (sobretudo recentemente), pífio dinamismo demográfico, baixo dinamismo econômico e ineficiência no combate ao desmatamento da floresta amazônica rondoniense, elevação no processo de concentração da propriedade da terra, e, ainda, restrita participação da sociedade civil no destino do desenvolvimento e do processo de planejamento público estadual interno. Este período apresenta marcante redução da participação do Estado na economia de Rondônia, basicamente, em função dos seguintes fatores: a) a União cessou a transferência de recursos orçamentários destinados ao pagamento dos funcionários e da máquina administrativa em geral do Território Federal de Rondônia. Por conseguinte, a esfera governamental estadual passou a arcar com custos que outrora tinham um certo sabor de fundo perdido; b) ocorreu o esgotamento da fronteira agrícola, em razão da não mais disponibilidade de terra pública barata por meio de projetos de colonização agrícola do INCRA; c) os investimentos do PLANAFLORO não promoveram a sustentabilidade da economia rondoniense; d) a crise da dívida pública (externa e interna) acarretou, em última análise, a redução de recursos públicos para investimentos do setor público brasileiro; e) as políticas neoliberais que implicaram reforma do Estado e reduziram seu papel na economia. Ademais, houve redução do papel do Estado, por meio de uma política local

de corte de gasto público, demissões de trabalhadores públicos nos anos noventa, inclusive, desempregando servidores públicos de áreas prioritárias como educação e saúde, neste periférico Estado federativo nortista brasileiro. E, ainda, foi realizado um processo de mercantilização do patrimônio público, através de privatizações de algumas empresas estaduais; e, finalmente, f) a capacidade fiscal do Governo do Estado apresentou dificuldade para se robustecer, implicando um baixo nível de investimento público local para a promoção do crescimento econômico, cujo quadro de fragilidade de suas finanças públicas pode ser aferido pelos seguintes dados: a) em 1995, a receita líquida estadual atingia a cifra de R\$ 381,2 milhões, e a despesa de pessoal perfazia cerca de 88,22% desse total; em 1998, a receita líquida alcançava o montante de R\$ 571,9 milhões, enquanto que a folha de pessoal atingia a cifra de R\$ 465,3 milhões, o que reduzia o percentual para apenas 81,36% da receita líquida estadual; b) no período 1995-1997, o volume de gastos orçamentários, sob o enfoque por função, esteve concentrado na função Administração e Planejamento, o que indicou uma prioridade para despesas de custeio (folha) em detrimento das políticas de desenvolvimento regional, agrícola, etc.; c) atualmente, neste início de segundo trimestre de 2007, tramita no Congresso Nacional uma proposta do Senador Expedito Júnior, rondoniense, sob a forma de Lei Ordinária, no sentido de enquadrar doze mil servidores estaduais, transformá-los em federais, na condição de ex-servidores do Território Federal de Rondônia. É uma explícita forma política de transferir despesa de pessoal do Governo do Estado para a UNIÃO e, por conseguinte, aliviar a situação das finanças estaduais e ampliar, em última análise, a capacidade de despesa de investimento da esfera estadual. E como o Congresso Nacional já aprovou esse benefício para os Estados do Amapá e de Roraima, não haverá dificuldade para a concretização dessa metamorfose, em prol de Rondônia, a menos que não seja sob o procedimento de uma Emenda Constitucional.

Assim, parece não restar dúvida que o Estado exerceu um importante papel indutor do crescimento de Rondônia, no primeiro momento. Por outro lado, o predomínio de uma incipiente economia de mercado capitalista local, em consonância com uma vigente visão do Estado como um sujeito econômico coletivo, que privilegia a eficiência econômica em detrimento da equidade, num contexto de crise da economia nacional (desencadeada desde meados da década de 1970), bem como da crise da dívida pública (a partir da primeira metade da década de 1980), têm resultado, em última análise, num quadro de redução de oferta de políticas públicas em nível nacional, regional e local. Destarte, todos estes fatores em conjunto explicam, portanto, o menor dinamismo relativo no crescimento da economia rondoniense, no segundo momento.

Sobre a questão do desenvolvimento regional e de Rondônia, convém aqui sublinhar que, segundo KITAMURA (1994), o pressuposto de uma estratégia de desenvolvimento sustentável dos recursos naturais para a Amazônia (ou Rondônia) implica o planejamento do uso do meio ambiente e do seu potencial natural de um modo compatível com as condições materiais de vida da população regional ou local. Significa dizer que isso requer um tipo de planejamento estatal baseado em um zoneamento, que efetivamente promova uma delimitação geográfica para os espaços de atividades humanas econômicas e sociais, bem como defina o espaço físico sob a forma de uma natureza de floresta tropical úmida a ser preservado para, em última análise, usufruto de homens e mulheres da sociedade brasileira, em primeira instância.

Em outras palavras, o planejamento público deve empregar o zoneamento como uma forma complexa de demarcação de espaços sócio-econômico-ecológicos e políticos: demarcar espaços para a prática da agricultura nos diferentes níveis de manuseio; restringir espaços para uso agrícola, mas, com potencial a ser explorado economicamente através do turismo ecológico, ou manejo florestal, etc; delimitar, pesquisar e explorar o espaço com biodiversidade opulenta; restringir espaço para proteção de mananciais, paisagens, etc; e planejar também o emprego dos recursos naturais no espaço urbano regional e local.

No estudo do autor, o papel do zoneamento como um instrumento público de planejamento já havia sido muito bem explicitado: “O zoneamento é assim um instrumento que permite, quando conjugado a outras políticas, imposições de limites à livre escolha individual, um padrão de uso dos recursos naturais que concilie os interesses individuais e os da sociedade” (KITAMURA, 1994: 262).

A construção de uma política pública de desenvolvimento para a Amazônia (ou Rondônia) deve necessariamente ser norteada a partir da concepção de um “federalismo furtadiano”, como forma de contrarrestar a inserção submissa regional no sistema capitalista internacionalizado, bem como se opor à desintegração competitiva conduzida, sobretudo, pelo processo de valorização do capital fictício.

Por fim, o que é proposto aqui é que na região amazônica e, portanto, em Rondônia, seja implementada a idéia de desenvolvimento, conforme teorização de Celso Furtado.

Segundo ele, o desenvolvimento é traduzido como um processo dialético complexo, que alarga os horizontes de possibilidades e reproduz, em escala ampliada, a liberdade em todas as esferas da vida. Ademais, é embasado em realísticos diagnósticos e que, simultaneamente, contém uma vontade e “ação de sentido” provindas de sujeitos econômicos e políticos, que logrem enfrentar as forças do atraso.

Finalmente, estão relacionadas, a seguir, algumas recomendações para subsidiar a formulação de políticas locais:

a) que o governo estadual de Rondônia realmente efetive um planejamento democrático, discutindo a elaboração do plano com os representantes dos interesses dos setores produtivos, dos trabalhadores e dos ecologistas, entes federativos, contemplando as demandas econômicas e sociais vigentes, portanto, assegurando a participação dos grupos políticos, econômicos e sociais no processo de planejamento e construção da sociedade local;

b) que o planejamento estadual elabore ações para reverter o avanço da concentração de renda na cidade de Porto Velho e no campo rondoniense;

c) que seja evitada a exportação de madeira com baixo valor agregado, a fim de contribuir para a redução da taxa de desmatamento no Estado de Rondônia. Para tanto, o combate ao desflorestamento amazônico ilegal de terra pública é uma condição necessária, mas, insuficiente sob os prismas econômico e de justiça social. Uma razão é que, mesmo não obstante se logre a efetividade no intento da eliminação do desmatamento ilegal em terras estatais, nada garante um real caráter distributivo mais eqüitativo nesse sistema de produção de exploração florestal supracitado;

d) que sejam criadas zonas de agroindustrialização voltadas para exportação, visando, ao mesmo tempo, elevar o nível do progresso técnico e da produtividade do setor industrial de Rondônia e norteadas numa inventiva política pública de incentivos locais;

e) que o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia seja articulado com uma estratégia de desenvolvimento, que priorize o crescimento econômico e social, bem como garanta a preservação do meio ambiente, e ao mesmo tempo amplie o espaço de liberdade para todas as esferas da vida neste Estado ainda em formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**, 5ª edição, Brasília, Universidade de Brasília, 1963.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**, 11 ed., São Paulo: Atlas, 1991.

AFFONSO, Rui de Brito Álvares & Silva, Pedro Luiz Barros (organizadores), **Federalismo no Brasil, Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**, São Paulo: FUNDAP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BAER, Werner, A. **A economia brasileira**. Tradução Edite Sciulli, São Paulo, Nobel, 1996.

BARATA, Manuel, **Antiga produção e exportação do Pará**, Gillet, 1915.

BARP, WILSON. **Fronteira da cidadania: cartografia da violência na Amazônia brasileira**, Campinas, IFCH, UNICAMP, (Tese de Doutorado), 1997.

BARTHOLO JR., Roberto S., Bursztyn, Marcel. **Amazônia sustentável: uma estratégia de desenvolvimento para Rondônia 2020**. Brasília: Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1999.

BATISTA, Israel Xavier. **Desenvolvimento Sustentável em Rondônia: Políticas Públicas, Desmatamento e Evolução Socioeconômica**, São Paulo, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, (Dissertação de Mestrado), 2001.

BATISTA, Luciana Marinho. **Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850 - c. 1870**. Rio de Janeiro, UFRJ, (Dissertação de Mestrado), 2004.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **A espacialidade da riqueza: notas sobre as principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, jan-jul/ 2001.

CALVENTE, Átila T. **Formação não capitalista no movimento de ocupação da Amazônia: colonização agrícola em Rondônia – 1970/1980**. Brasília: Universidade de Brasília, (Dissertação de Mestrado), 1983.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. 2. ed. rev. aum.- Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** 4. ed., Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.

_____. **Concentração e desconcentração econômica regional do Brasil: 1970/95.** Economia e Sociedade, n.1,ago.1992

CEMIN, Arneide Bandeira. **Colonização e natureza:** (Análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola em Rondônia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dissertação de Mestrado, 1992.

CORDEIRO, Mâncio Lima. **Considerações acerca da nova dinâmica da produção de matérias-primas na Amazônia.** Campina Grande, UFPB, (Dissertação de Mestrado), 1982.

COSTA, Francisco de Assis. **Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia:** dos incentivos fiscais ao FNO, um capítulo de história econômico-social contemporânea. Fortaleza: V Encontro Nacional de Economia Política - SEP, 20 a 23 de junho 2000.

CUNHA, Euclides da. **À Margem da História.** Porto, Portugal, Editora Lello Brasileira S.A., 1967.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **A migração no Centro-Oeste Brasileiro no período 1970-96:** o esgotamento de um processo de ocupação, Campinas: Núcleo de Estudos de População/ UNICAMP, 2002.

CUNHA, Silvio Persivo, **O Xadrez da Terra em Rondônia,** UFPA, (Dissertação de Mestrado), 1983.

CUNHA, Silvio Rodrigues Persivo e BATISTA, Israel Xavier. **Quinze Anos de Trajetória de Uma Racionalidade Ecológica em Rondônia,** SEPLAD/ PLANAFLORO/ PNUD.BRA/ 00, 2004.

DA SILVA, José Graziano, **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira,** São Paulo: HUCITEC, 1980.

ENGELS, Friedrich. **O problema camponês na França e na Alemanha.** In: SILVA, José Graziano da, Stolcke, Verena (Org.), A Questão Agrária. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FOWERAKER, Joe. **A Luta pela Terra a economia política da fronteira no Brasil de 1930 aos dias atuais.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil,** 23 ed., São Paulo, Editora Nacional, 1989.

_____. **Formação econômica do Brasil**, 27ª ed., Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

_____. **O Capitalismo Global**, 4ª Edição, São Paulo: Paz e Terra S.A., 2000.

_____. **Teoria e Política do desenvolvimento econômico**, 5ª Edição, São Paulo, Editora Nacional, 1974.

GOVERNO do Estado de Rondônia. **Cartilha do Planaflo**. 1990.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma: a ferrovia Madeira – Mamoré e a modernidade na selva**, 2 ed. ver e ampl., São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HARVEY, David. **Los Límites Del Capitalismo y la Teoria Marxista**, México, Fondo de Cultura Económica, 1990.

HEBETTE, Jean e Marin, Rosa E. A. **Estado e reprodução da estrutura social na fronteira: Ariquemes em Rondônia**. Belém: NAEA, UFPA, 1982.

HOFFMANN, Rodolfo. **A Estrutura Fundiária de Rondônia**, 1998 (mimeo).

HUGO, Vitor. **Desbravadores**, v. I e v. II, Edição Missão Salesiana de Humaitá, Amazonas, 1959.

IANNI, Octávio. **O Trabalhador Rural em Busca de Terra**. In: Encontros com a Civilização Brasileira, 11, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IBGE, ESTADÍSTICAS HISTÓRICAS.

IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro, 2003.

KARAVAEV, A. **Brasil passado e presente do “Capitalismo periférico”**, Moscovo, Edições Progresso, 1987.

KITAMURA, Paulo Choji. **Desenvolvimento Sustentável: Uma Abordagem para as Questões Ambientais da Amazônia**. Campinas: UNICAMP, (Tese de Doutorado), 1994.

LANDO, Aldair Marli. **Estado e Campesinato: O Processo de Ocupação de Rondônia**, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1973.

LAPA, J. R do Amaral. **Economia Colonial**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

LOBO, Roberto Jorge Haddock. **História econômica e administração do Brasil**. 19 ed. São Paulo, Atlas, 1976.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Colonização agrícola em Rondônia: a relação parceleiro-agregado como manifestação de resistência à expropriação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, (Dissertação de Mestrado), 1983.

MAGALHÃES, Francisco P. A. **Rondônia: Um caso de Expansão Acelerada**, MINTER, 1980, (mimeo).

MARTINE, George. **Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola**, Revista de Economia Política, São Paulo, 1982.

MARTINS, José de Souza. **FRONTEIRA A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo, HUCITEC, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**. Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos, Karl Marx, seleção de textos de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril cultural, Os pensadores, 2ed, 1978.

MELLATTI, Julio Cezar. De Nóbrega a Rondon. **Revista de Atualidade Indígena**, ano 1, no 3, Brasília: FUNAI, 1977.

MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a História de Rondônia**, Livro II, Porto Velho, Editora Gênese, 1984.

MILL, John Stuart. **Princípios de economia política**: com algumas de suas aplicações à filosofia social, v I, Os economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1993.

MINC, Carlos. **A reconquista da terra**. Rio de Janeiro: 1985 (mimeo).

MORCELI, Paulo. Borracha natural Perspectiva para a safra de 2004/05, **Revista de Política Agrícola**, Ano XIII, nº 2, junho, 2004.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750 – 1850)**, Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1988.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**, 3ª Edição, Editora SAGA, Rio de Janeiro, GB, 1972.

NAPOLEONI, Cláudio. **O Futuro do capitalismo**, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial**: (século XVI – XVIII), São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**, 2.ed., São Paulo, Hucitec, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

OTAVIO, Rodrigo. **Os Selvagens Americanos perante o Direito**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, (Coleção Brasileira, vol. 254), 1946.

PANDULFO, Clara. **Amazônia Brasileira**: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras, Belém, CEJUP, 1994.

PACHECO, Carlos Américo e PANTARRA, Neide (Org.) **Dinâmica Demográfica regional e as novas questões populacionais do Brasil**. Campinas(SP): UNICAMP. IE,2000.

PAZ, Luciana Rocha Leal da. **Extrativismo e desenvolvimento sustentável na Amazônia**: o caso da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, Guajará-Mirim – Rondônia. Brasília: Universidade de Brasília, (Dissertação de Mestrado), 1997.

PEREIRA, Sinedei de Moura (coord.). **Estudo Sócio-Econômico dos Projetos de Colonização Oficial no Estado de Rondônia** – Convênio 291/87 – SUDAM /UNIR, Porto Velho, 1988.

PEREIRA, Sinedei de Moura. **Amazônia**: o sonho da terra em Rondônia,1994.

PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica**: criação do Território Federal do Guaporé, fator de integração nacional, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

PINTO, Néelson Prado Alves. **Política da borracha no Brasil**: a falência da borracha no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1984.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época, 2.ed., Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**, 12ª Edição, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1964.

POCHMANN, Marcio. **A década dos mitos**. São Paulo, Contexto, 2001.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**, 25 ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

REIS, Arthur Cezar Ferreira, **Súmula de História do Amazonas** (Roteiro para professores), Edições do Governo do Amazonas, Manaus, 1965.

_____. **O Seringal e o Seringueiro**. Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1953.

RIBEIRO Jr., José. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780**. São Paulo, HUCITEC, 1976.

RIBEIRO, Berta G. **O Índio na História do Brasil**, Editora Global, 1983.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**, 5. Ed., Petrópolis, Editora Ltda, 1986.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**, Os economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800 – 1920**, São Paulo, T. A. Queiroz, 1980.

SEAPES – Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social/Governo de Rondônia – Banco de Dados, Março-2005.

SILVA, Gilson Medeiros. Et ALLI. **Dois estudos de caso: PIC – Paulo de Assis Ribeiro e PAD – Marechal Dutra**, Belém, PIPSA, 1988.

SILVA, José Graziano da (coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**, São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**, São Paulo, Editora HUCITEC, 1981.

SILVA, Sérgio. Sobre a estrutura de produção no campo in BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e COUTINHO, Renata (Org). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**, 4 ed. Campinas: UNICAMP.IE. V 2, 1998.

SIMONSEN, Roberto Cocharane. **História Econômica do Brasil: 1500/1820**, 4 ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1962.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. 2 Ed., São Paulo: Nacional, 1977.

SOBRINHO, Pedro Vicente Costa. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre**. São Paulo: Cortez, 1992.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.

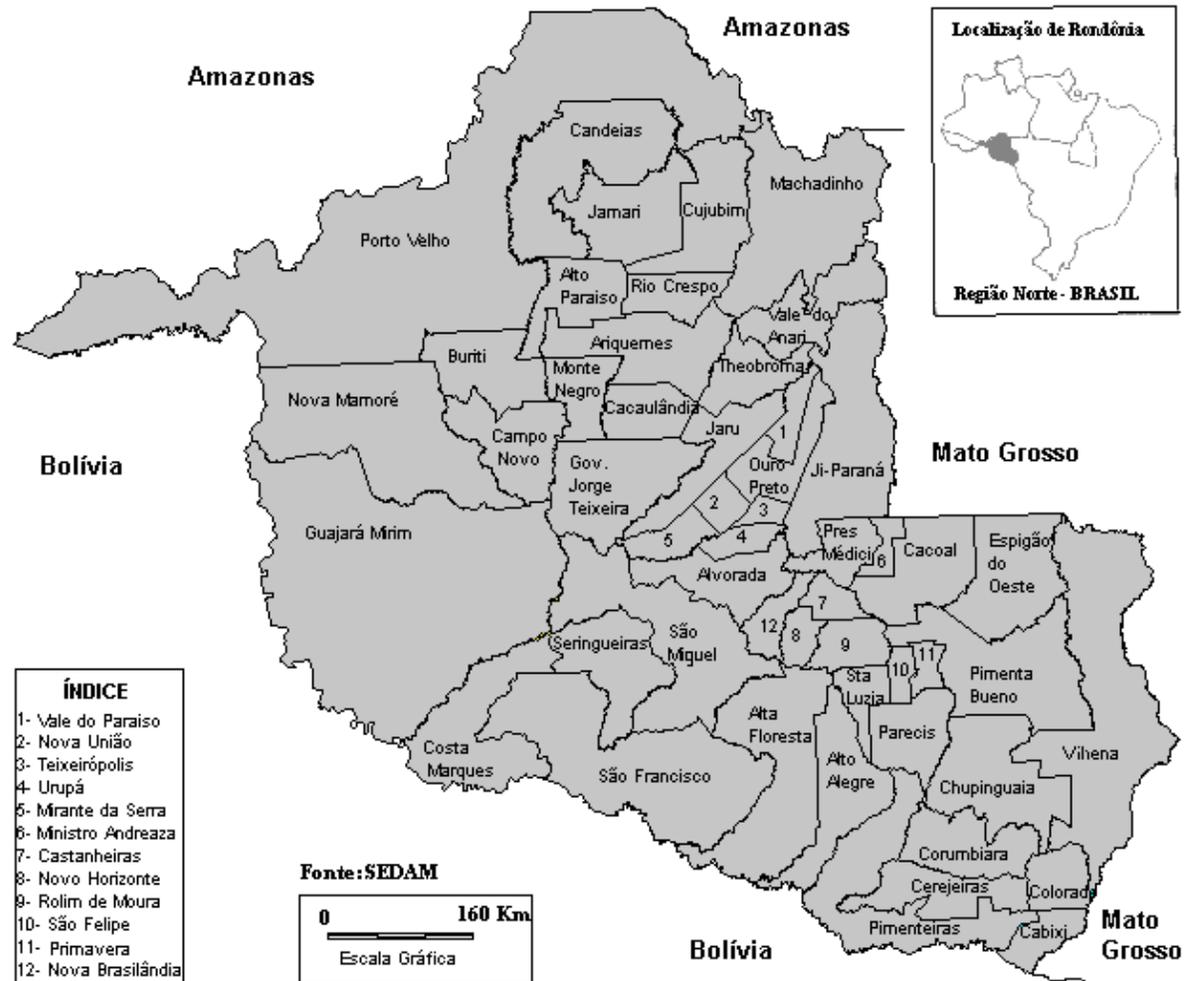
TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **O aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal** – Estudo sobre a produção extrativa da borracha na Amazônia. Dissertação de Mestrado em Sociologia – USP, São Paulo, 1980.

VILLELA, Annibal. V. e Wilson Suzigan. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANEXOS

MAPA 1

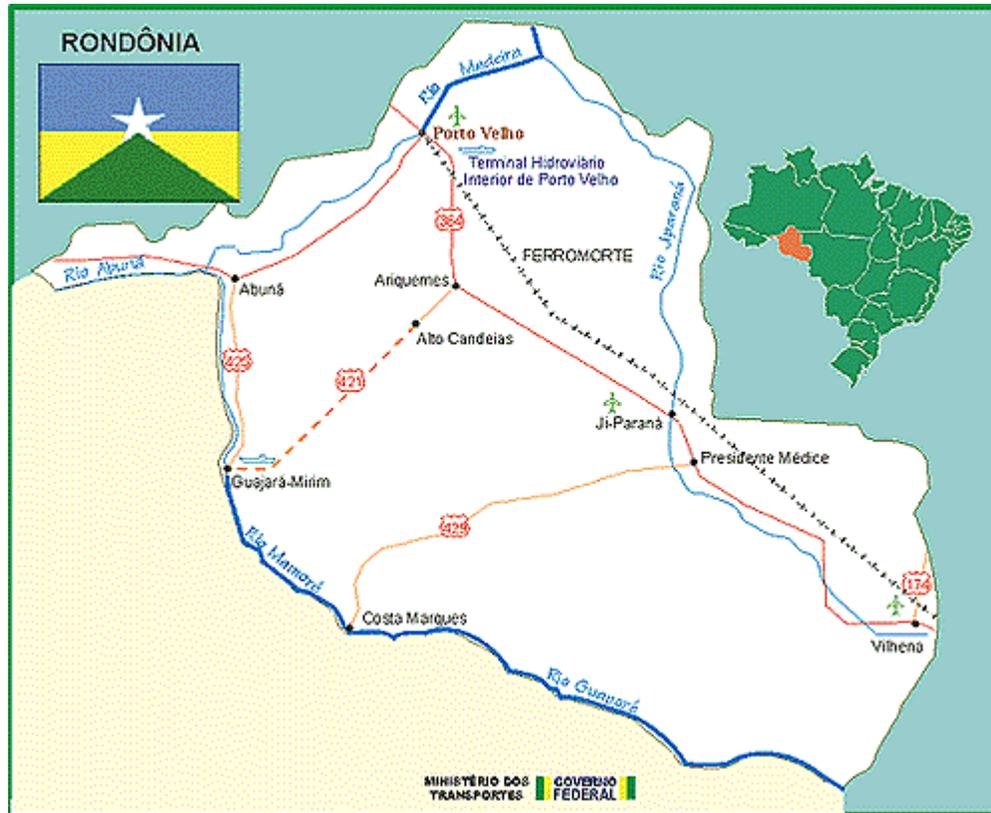
Mapa do Estado de Rondônia e os seus 52 municípios.



Fonte: <http://www.ronet.com.br/fima/fotoshtm/ro.html>

MAPA 2

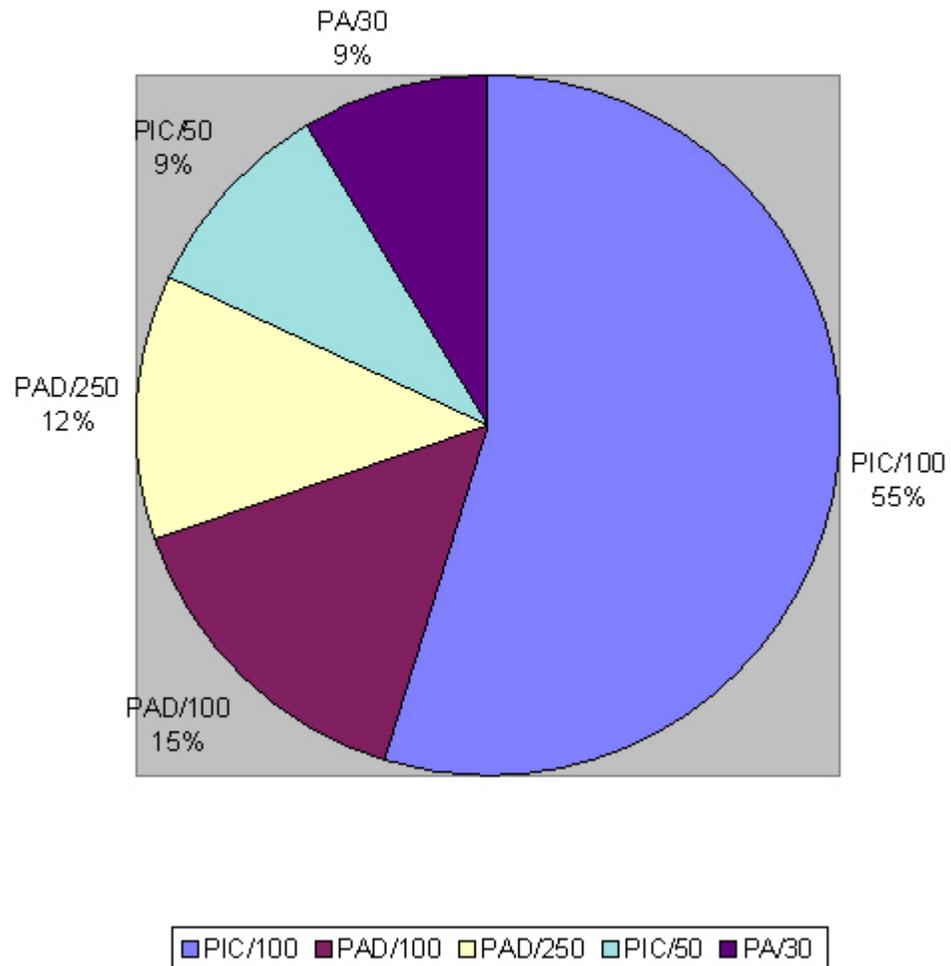
Mapa do Estado de Rondônia e os suas malhas viárias



Fonte: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./estadual/index.html&conteudo=./estadual/ro1.html#mapa>

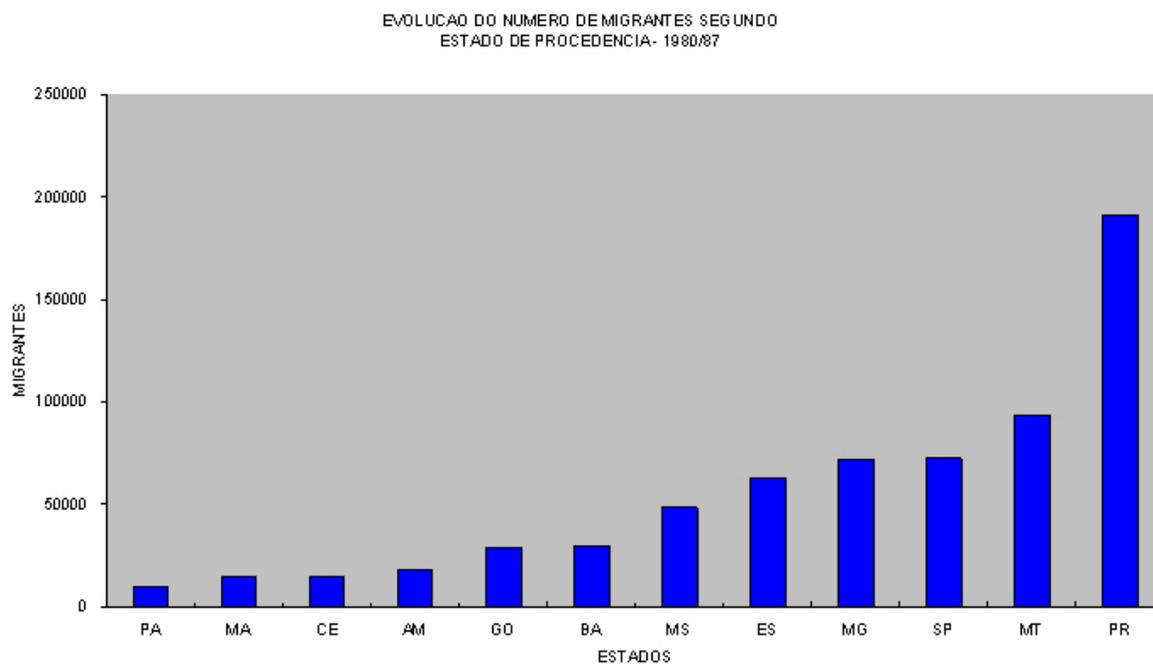
GRÁFICO 1

AREA DISTRIBUIDA POR TIPO DE PROJETO
EM RONDONIA DE 1972 A 1992



Fonte: Gráfico do Estudo Sócio-Econômico dos Projetos de Colonização Oficial no Estado de Rondônia. (1988)

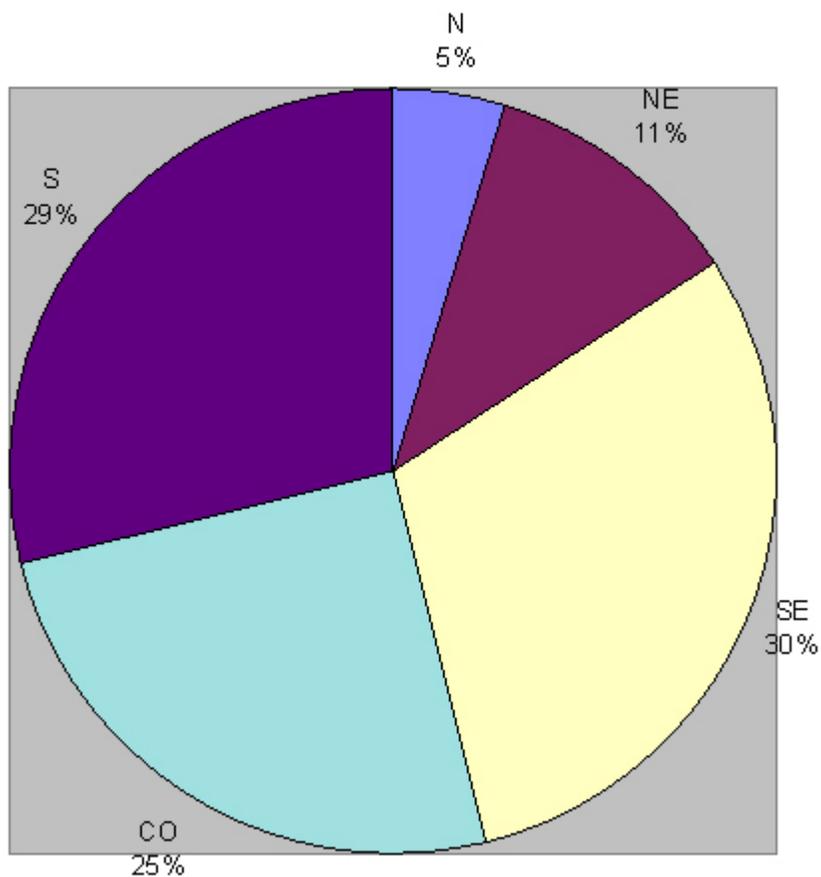
GRÁFICO 2



Fonte: Gráfico do Estudo Sócio-Econômico dos Projetos de Colonização Oficial no Estado de Rondônia. (1988)

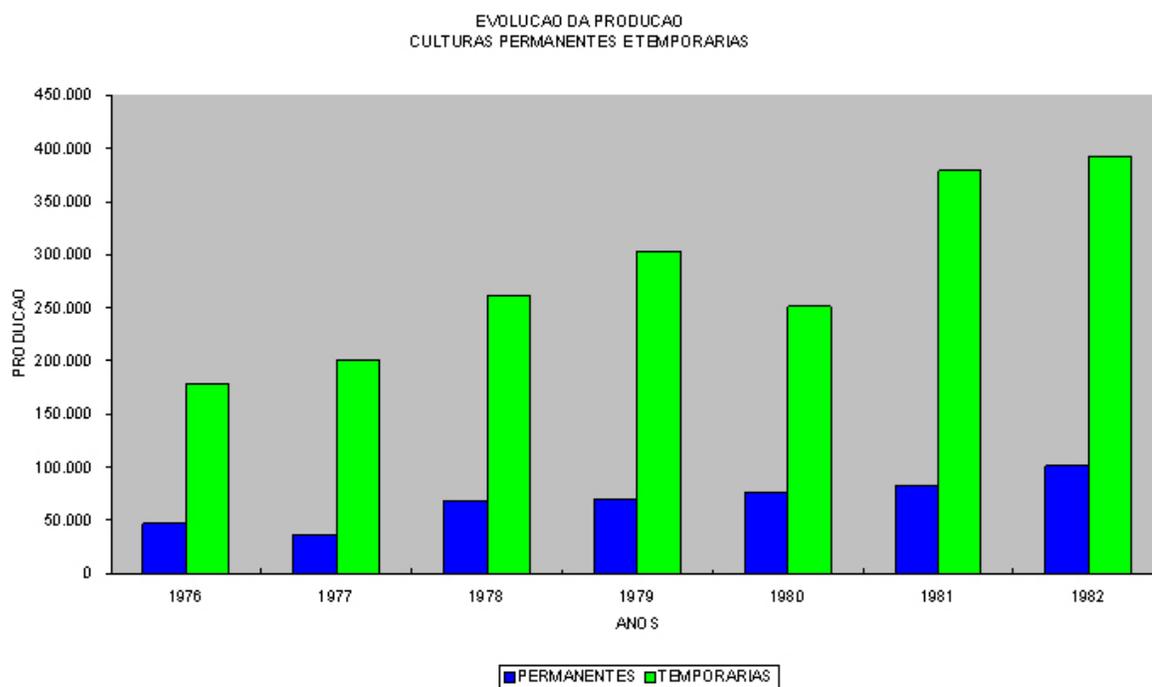
GRÁFICO 3

EVOLUCAO DO NUMERO DE MIGRANTES SEGUNDO
REGIÃO DE PROCEDENCIA - 1980/87



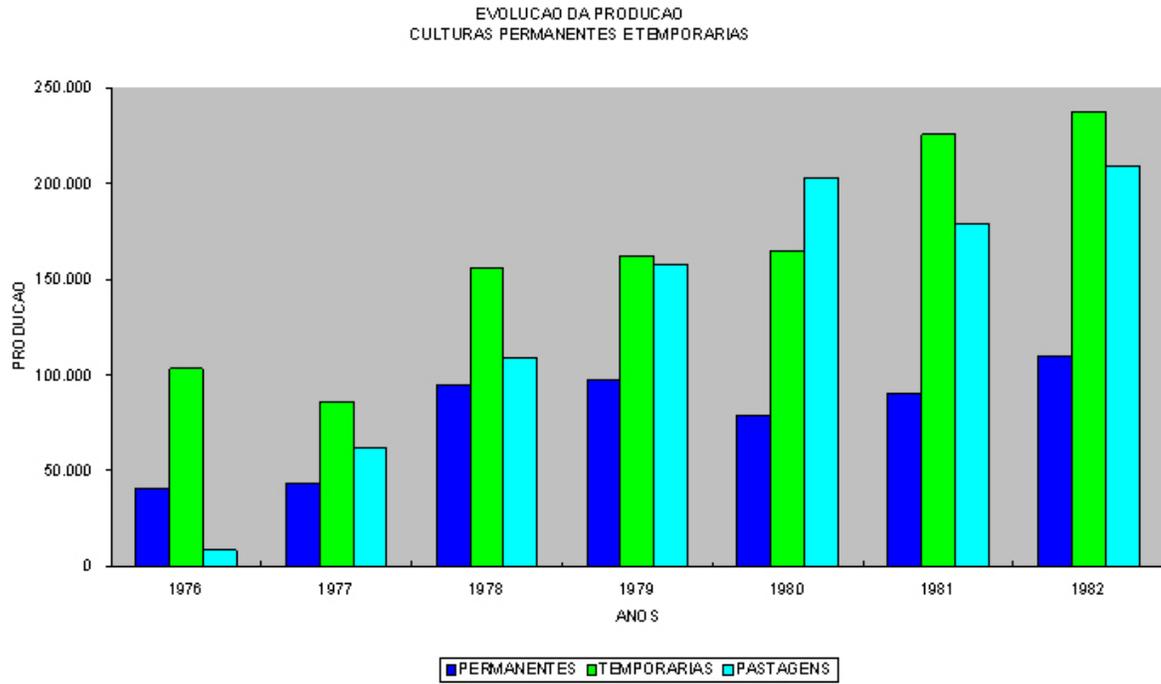
Fonte: Gráfico do Estudo Sócio-Econômico dos Projetos de Colonização Oficial no Estado de Rondônia. (1988)

GRÁFICO 4



Fonte: Gráfico do Estudo Sócio-Econômico dos Projetos de Colonização Oficial no Estado de Rondônia. (1988)

GRÁFICO 5



Fonte: Gráfico do Estudo Sócio-Econômico dos Projetos de Colonização Oficial no Estado de Rondônia. (1988)

ANEXO 1

Guaporé e Rondônia. Estabelecimentos, área ocupada e área média, segundo grupos de área total, em 1950/1960/1970

Estratos de área total (hectares)	1950			1960			1970		
	Estab (%)	Área ocup (%)	Área Média (ha)	Estab (%)	Área ocup (%)	Área Média. (ha)	Estab (%)	Área ocup (%)	Área Méd. (ha)
Menos de 10	21,51	0,07	4,46	10,47	0,16	4,55	7,98	0,19	5,38
10 a menos de 100	35,85	0,92	33,47	75,79	8,80	34,79	39,10	5,56	32,76
100 a menos de 1000	31,89	6,77	277,96	11,86	12,54	317,07	51,39	55,90	250,63
1000 a menos de 10.000	7,92	15,82	2.612,74	1,28	6,43	1.500,31	1,36	14,93	2;537,85
10.000 e mais	2,83	76,42	35.346,40	0,59	72,07	36.433,33	0,18	23,42	29.400,60
Sem declaração									
Total	100,0	100,0	1.309,01	100,0	100,0	299,72	100,0	100,00	230,39

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 2

Guaporé e Rondônia. Taxas geométricas de crescimento anuais dos estabelecimentos e das áreas agropecuárias (1950-70) (%)

Estratos de área total (hectares)	1950-1960		1960-1970		1950-1970	
	Estabelec.	Área	Estabelec.	Área	Estabelec.	Área
Menos de 10	-0,72	-0,52	18,22	20,23	8,75	9,85
10 a menos de 100	14,98	15,42	13,70	13,02	14,34	14,22
100 a menos de 1000	-3,37	-2,09	40,66	37,39	18,65	17,65
1000 a menos de 10000	-11,07	-15,86	22,13	28,72	5,53	6,43
10000 e mais	-8,76	-8,48	8,04	5,75	-0,36	-1,37
Sem declaração						
Total	6,68	-7,94	21,48	18,32	14,08	5,19

Fonte: (dados básicos) IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 3

Rondônia. Estabelecimentos, área ocupada e área média, segundo grupos de área total, em 1975, 1980 e 1985

Estratos de área total (hectares)	1975			1980			1985		
	Estab (%)	Área ocupada (%)	Área Média (ha)	Estab (%)	Área ocupada (%)	Área Méd. (ha)	Estab (%)	Área ocupada (%)	Área Méd. (ha)
Menos de 10	19,09	0,58	3,68	25,14	1,02	4,39	27,87	1,65	4,42
10 a menos de 100	28,03	9,96	42,97	40,90	21,97	58,02	52,41	33,26	47,49
100 a menos de 1000	51,79	56,30	131,49	32,80	39,11	128,76	19,14	35,45	138,58
1000 a menos de 10.000	1,04	16,76	1.941,94	1,11	21,72	2.104,99	0,54	15,35	2.109,34
10.000 e mais	0,05	16,40	42.125,00	0,05	16,18	35.219,83	0,04	14,30	29.746,14
Sem declaração									
Total	100,00	100,00	120,95	100,00	100,00	108,00	100,00	100,00	74,83

Fonte: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 4

Rondônia. Taxas geométricas de crescimento anual dos estabelecimentos e das áreas agropecuárias (1970-1985) (%)

Estratos de área total (hectares)	1970-1975		1975-1980		1980-1985		1970-1985	
	Est	Área	Est	Área	Est	Área	Est	Área
Menos de 10	53,81	42,55	20,11	24,42	13,07	13,21	29,00	26,72
10 a menos de 100	20,87	-40,86	22,59	30,18	16,39	11,82	19,95	0,38
100 a menos de 1000	29,39	-0,61	3,75	3,32	-0,55	0,92	10,86	1,21
1000 a menos de 10000	22,61	16,22	15,17	17,04	-4,02	-3,98	11,25	9,76
10000 e mais	-1,59	5,75	14,87	10,83	3,86	0,41	5,71	5,66
Sem declaração			24,57		-100,00		-25,14	0,00
Total	29,19	-14,29	13,68	11,13	10,76	2,92	17,87	-0,08

Fonte: Fonte dos dados básicos: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 5

Rondônia. Estabelecimentos, área ocupada e área média, segundo grupos de área total, em 1985 e 1995

Estratos de área total (hectares)	1985			1995		
	Estab (%)	Área ocupada (%)	Área Média (ha)	Estab (%)	Área ocupada (%)	Área Média (ha)
Menos de 10	27,87	1,65	4,42	22,89	0,97	4,89
10 a menos de 100	52,41	33,26	47,49	56,63	20,49	41,81
100 a menos de 1000	19,14	35,45	138,58	19,33	31,20	186,50
1000 a menos de 10.000	0,54	15,35	2.109,34	1,06	21,28	2.330,38
10.000 e mais	0,04	14,30	29.746,14	0,09	26,05	33.566,84
Sem declaração	0,00	0,00	0			0,00
Total	100,00	100,0	74,83	100,00	100,00	115,53

Fonte: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 6

Rondônia. Taxas geométricas de crescimento anual dos estabelecimentos e das áreas agropecuárias (1985-95) (%)

Estratos de área total (hectares)	1985-1995	1985-1995
	Estabelecimento	Área
Menos de 10	-2,40	-1,41
10 a menos de 100	0,31	-0,96
100 a menos de 1000	-0,37	2,64
1000 a menos de 10000	6,34	7,41
10000 e mais	9,05	10,38
Sem declaração		
Total	-0,46	3,95

Fonte: (dados básico) IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 7

Guaporé e Rondônia. Número e área dos estabelecimentos, segundo a condição do produtor, em 1950/1960/1970

Condição do Responsável 1950-1970	1950			1960			1970		
	Est %	Área (ha) %	Área média (ha)	Est %	Área (ha) %	Área média (ha)	Est %	Área (ha) %	Área média (ha)
Proprietário	47,92	35,20	961,45	0,99	20,87	6.330,00	25,36	26,22	238,24
Arrendatário	6,23	13,88	2.918,70	0,30	0,20	207,00	28,07	27,97	229,54
Ocupante	37,55	6,54	228,03	98,02	49,17	150,34	42,88	24,90	133,78
Administrador	8,30	44,38	6.997,07	0,69	29,76	12.894,00	3,69	20,91	1.307,06
Total	100,00	100,00	1.309,01	100,00	100,00	299,72	100,00	100,00	230,39

Fonte: IIBGE: Censo Agropecuário (1995).

ANEXO 8

Guaporé e Rondônia. Taxas geométricas anuais (% ao ano) de variação do número e área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição do produtor, no período 1950/70

Condição do responsável	Estabelecimentos 1950/60	Área 1950/60	Estabelec. 1960/70	Área 1960/70	Estabelec. 1950/70	Área 1960/70
Proprietário	-27,64	-12,63	68,05	21,06	20,20	4,21
Arrendatário	-21,32	-39,61	91,48	93,47	35,08	26,93
Ocupante	17,43	12,64	11,84	10,54	14,63	11,59
Administrador	-16,79	-11,55	43,60	14,22	13,40	1,34
Total	6,68	-7,98	21,48	18,32	14,08	5,17

Fonte: (dados básicos) IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 9

Rondônia. Número e área dos estabelecimentos, segundo a condição do produtor, em 1975/1980/1985

Condição do Responsável 1950-1970	1975			1980			1985		
	Est %	Área (ha) %	Área média (ha)	Est %	Área (ha) %	Área média (ha)	Est %	Área (ha) %	Área média (ha)
Proprietário	64,87	71,02	132,41	36,90	37,53	110,07	56,52	62,03	82,13
Arrendatário	5,09	0,82	19,41	8,77	1,22	15,11	13,49	2,45	13,58
Ocupante	28,65	20,35	85,91	49,96	32,52	70,43	27,72	13,22	35,67
Administrador	1,39	7,81	681,69	4,37	28,72	711,11	2,26	22,30	737,71
Total	100,00	100,00	120,95	100,00	100,00	108,21	100,00	100,00	74,83

Fonte: IIBGE: Censo Agropecuário (1995).

ANEXO 10

Rondônia. Taxas geométricas anuais (% ao ano) de variação do número e área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição do produtor, no período 1970/85.

Condição do responsável	Estab (%) 1970/75	Estab. (%) 1975/80	Estab. (%) 1980/85	Área (%) 1970/75	Área (%) 1975/80	Área (%) 1980/85	Estab. (%) 1970/85	Área (%) 1970/85
Proprietário	55,88	1,50	20,66	38,61	-2,18	13,80	26,02	16,74
Arrendatário	-8,19	26,69	20,78	-43,98	20,50	18,22	13,09	-1,75
Ocupante	19,18	26,99	-1,51	9,08	22,04	-14,04	14,89	5,69
Administrador	6,23	42,99	-2,87	-6,74	44,20	-2,16	15,45	11,77
Total	29,19	13,63	10,80	13,56	11,13	2,92	17,87	9,21

Fonte: (dados básicos) IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 11

Rondônia. Número e área dos estabelecimentos, segundo a condição do produtor, em 1985 e 1995

Condição do Responsável 1985-1995	1985			1995		
	Est %	Área (ha) %	Área média (ha)	Est %	Área (ha) %	Área média (ha)
Proprietário	56,52	62,03	82,13	80,59	62,51	89,61
Arrendatário	13,49	2,45	13,58	6,47	0,89	15,88
Ocupante	27,72	13,22	35,67	7,60	3,05	46,40
Administrador	2,26	22,30	737,71	5,35	33,55	724,83
Total	100,00	100,00	74,83	100,00	100,00	115,53

Fonte: IIBGE: Censo Agropecuário (1995).

ANEXO 12

Rondônia. Taxas geométricas anuais (% ao ano) de variação do número e área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição do produtor, no período 1985/95.

Condição do responsável 1985/95	Estabelecimentos (%) 1985/95	Área (%) 1985/95
Proprietário	3,13	4,03
Arrendatário	-7,52	-6,06
Ocupante	-12,55	-10,22
Administrador	8,48	8,29
Total	-0,46	3,95

Fonte: (dados básicos) IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 13

Guaporé e Rondônia. Pessoal Ocupado segundo condição do produtor (%)

Condição	1950	1960	1970
Responsável e membros não remunerados da família	26,98	41,74	94,14
Assalariados permanentes	58,08	9,48	2,31
Assalariados temporários	6,90	30,21	2,16
Parceiros	6,28	0,26	0,26
Outra condição	0,00	18,31	1,13
Totais (n = 100)	4.678	4.250	20.563

Fonte: (dados básicos) IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 14

Guaporé e Rondônia. Taxas geométricas anuais (% ao ano) de variação do Pessoal Ocupado nos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição do produtor, no período 1950/70

Condição	1950-60	1960-70	1950-70
Responsável e membros não remunerados das famílias	3,46	27,00	15,23
Assalariados permanentes	-17,37	1,66	-7,86
Assalariados temporários	14,80	-10,07	2,36
Parceiros	-28,23	17,03	-5,49
Outra condição	25,23	-11,40	6,92
Total	-0,95	17,08	8,06

Fonte: (dados básicos) IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 15

Rondônia. Pessoal Ocupado segundo condição do produtor (%)

Condição	1975	1980	1985	1995/96
Responsável e membros não remunerados das famílias	97,00	87,90	91,97	88,83
Assalariados permanentes	1,26	3,95	2,06	5,30
Assalariados temporários	1,59	6,98	5,04	6,91
Parceiros	0,08	1,16	0,34	0,95
Outra condição	0,08	0,00	0,60	0,00
Totais (n = 100)	103.992	176.334	324.440	304.523

Fonte: (dados básicos) IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 16

Rondônia. Taxas geométricas anuais (% ao ano) de variação do Pessoal Ocupado nos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição do produtor, no período 1970/95.

Condição	1970-75	1975-80	1980-85	1970-85	1985-95
Responsável e membros não remunerados das famílias	39,12	9,53	13,42	20,69	-1,43
Assalariados permanentes	22,42	35,05	2,59	20,02	8,53
Assalariados temporários	30,01	40,19	12,87	27,69	-0,12
Parceiros	9,39	83,80	-8,89	28,10	10,02
Outra condição	-19,59	59,21	19,97	19,68	20,04
Total	38,29	11,14	12,97	20,80	-0,63

Fonte: (dados básicos) IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 17

Guaporé e Rondônia. Utilização da terra no período 1950/70

Uso das Terras	1950		1960		1970		Taxa de crescimento real		
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	50-60 (%)	60-70 (%)	50-70 (%)
a) Utilizada	654.738	95,41	259.576	86,53	1.238.865	77,96	-8,84	16,92	4,04
Lavouras	4.267	0,65	11.809	4,55	44636	3,60	10,72	14,22	12,47
(Permanentes)	577	0,09	3.190	1,23	12.273	0,99	18,65	14,42	16,54
(Temporárias)	3.690	0,56	8.619	3,32	32.363	2,61	8,85	14,15	11,50
Pastagens	2.965	0,45	4.695	1,81	123.192	9,94	4,70	38,64	21,67
(Naturais)	2.533	0,39	3.096	1,19	82.186	6,63	2,03	38,80	20,42
(Plantadas)	432	0,07	1.599	0,62	41.006	3,31	13,98	38,32	26,15
Florestas	647.506	98,90	243.072	93,64	1.071.037	86,45	-9,33	15,99	3,33
(Naturais)	647.383	98,88	242.071	93,26	1.070.591	86,42	-9,37	16,03	3,33
(Plantadas)	123	0,02	1.001	0,39	446	0,04	23,33	-7,77	7,78
b) Incultas	31.511	4,59	40.425	13,47	350.328	22,04	2,52	24,10	13,21
Total (a+b)	686.249	100,0	300.001	100,00	1.589.193	100,0	-7,94	18,14	5,10

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 18

Rondônia. Utilização da terra no período 1975/95

Uso das Terras	1975		1980		1985		1995	
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
a) Utilizada	2.970.079	97,81	4.956.186	97,77	5.710.373	97,04	8.485.837	96,52
Lavouras	193.463	6,51	373.431	7,53	530.544	9,29	432.308	5,09
(Permanentes)	45.763	1,54	170.178	3,43	215.465	3,77	254.334	3,00
(Temporárias)	147.700	4,97	203.253	4,10	315.079	5,52	177.974	2,10
Pastagens	224.570	7,56	752.837	15,19	1.100.876	19,28	2.922.069	34,43
(Naturais)	60.046	2,02	242.653	4,90	221.572	3,88	343.369	4,05
(Plantadas)	164.524	5,54	510.184	10,29	879.304	15,40	2.578.700	30,39
Florestas	2.552.046	85,93	3.829.918	77,28	4.078.953	71,43	5.131.460	60,47
(Naturais)	2.551.749	85,92	3.829.753	77,27	4.070.888	71,29	5.090.420	59,99
(Plantadas)	297	0,01	165	0,00	8.065	0,14	41.040	0,48
b) Incultas	66.405	2,19	112.864	2,23	173.907	2,96	305.846	3,48
Total (a+b)	3.036.484	100,00	5.069.050	100,00	5.884.280	100,00	8.791.683	100,00

Fonte: (dados básicos) IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 19

Rondônia, taxas geométricas de crescimento anual do uso das terras no período 1970 – 1995

Uso das Terras	1970/75	1975/80	1980/85	1970/85	1985/95
a) Utilizada	19,11	10,78	2,87	10,92	11,22
Lavouras	34,09	14,06	7,28	18,47	-2,03
(Permanentes)	30,11	30,04	4,83	21,66	1,67
(Temporárias)	35,48	6,59	9,16	17,08	-5,55
Pastagens	12,76	27,37	7,90	16,01	10,25
(Naturais)	-6,08	32,22	-1,80	8,11	4,48
(Plantadas)	32,03	25,40	11,50	22,98	11,36
Florestas	18,96	8,46	1,27	9,56	2,32
(Naturais)	18,97	8,46	1,23	9,55	2,26
(Plantadas)	-7,81	-11,09	117,68	32,93	17,67
b) Incultas	-28,30	11,19	9,03	-2,69	5,81
Total (a+b)	13,83	10,79	3,03	9,22	11,09

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 20**Guaporé e Rondônia. Taxas geométricas de crescimento (% a. a.) das áreas segundo o tamanho das explorações, 1950/70 e 1970/85**

Estratos de Área Total (ha)	1950-1970				1970-1985			
	Lav Perm	Lav Tot	Past Plant	Matas artificiais	Lav Perm	Lav Tot	Past Plant	Matas artificiais
Menos de 10	14,75	10,10	15,91	3,59	33,48	26,71	39,00	
10 a 100	19,65	14,73	25,11	3,03	25,73	18,26	29,53	44,98
100 a menos de 1000	16,68	10,83	26,01	-4,19	16,18	13,44	24,89	22,93
1000 aa menos de 10000	5,92	6,52	26,47		25,57	19,58	20,21	80,15
10000 e mais		12,47	27,91	-4,13	36,72	11,71	19,89	
Total	16,54	11,50	26,15	-7,75	21,66	17,08	22,98	32,96

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 21**Rondônia. Taxas geométricas de crescimento (% a . a .) das áreas segundo o tamanho das explorações, 1985-1995**

Estratos de Área Total (ha)	1985-1995			
	Lav Perm	Lav Tot	Past plant	Matas artificiais
Menos de 10	1,27	-9,78	17,08	14,30
10 a 100	2,27	-4,88	9,97	20,15
100 a menos de 1000	0,06	-5,94	12,55	23,42
1000 aa menos de 10000	1,89	-1,27	12,93	-0,51
10000 e mais	-23,86	0,41	6,16	
Total	1,67	-5,55	11,36	17,67

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 22

Rondônia. Valor da Produção Agropecuária, segundo os subsetores e seus respectivos grupos, no período 1970-1995/96

Valor da produção Agropecuária	1970 (%)	1975 (%)	1980 (%)	1985 (%)	1995-1996 (%)
1. Produção Animal	6,50	15,61	30,63	23,50	53,94
- De grande porte	2,60	7,12	17,06	15,47	45,44
-De médio porte	0,40	2,68	5,79	3,75	2,60
-Aves e pequenos animais	3,50	5,81	7,78	4,27	5,90
2. Produção Vegetal	93,50	84,39	69,37	76,50	46,06
-Lavouras	67,39	74,45	56,23	63,75	41,60
-Lavouras permanentes	6,33	7,47	14,78	31,11	20,70
-Lavouras temporárias	34,95	66,98	41,44	32,64	20,91
-Silvicultura	0,00	0,00	0,00	0,20	0,04
-Horticultura e floricultura	0,00	0,31	0,71	0,71	1,62
-Extração vegetal	26,11	9,63	12,26	11,85	2,79
3. Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 23

Taxas geométricas de crescimento anual do Valor da produção agropecuária de Rondônia de 1970 a 1995

Valor da produção Agropecuária	1970/75	1975/80	1980/85	1970/1985	1985/95
1. Produção Animal	74,23	100,55	-31,83	47,65	-3,44
- De grande porte	78,80	78,39	-37,30	39,97	-1,03
-De médio porte	113,56	43,74	-52,76	34,84	-14,33
-Aves e pequenos animais	61,89	52,48	-51,53	20,95	-8,22
2. Produção Vegetal	43,26	136,18	-13,68	55,25	-15,53
-Lavouras	49,18	126,46	-16,77	52,96	-14,85
-Lavouras permanentes	51,18	73,36	-27,90	32,22	-14,69
-Lavouras temporárias	66,55	113,06	-27,20	50,80	-15,01
-Silvicultura			-73,69	-24,56	-24,49
-Horticultura e floricultura			-66,19	-22,06	-3,43
-Extração vegetal	19,77	66,99	-40,56	15,40	-23,09
3. Total	46,23	154,10	-8,93	63,80	-11,14

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censos Agrícolas e Agropecuários (vários anos).

ANEXO 24

Guaporé e Rondônia. Índice da concentração da posse da terra e porcentagens da área total correspondentes aos estabelecimentos agropecuários abaixo da mediana (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+)

Ano	Índice de Gini	-50	10+	5+
1950	0,929	0,6	91,6	85,7
1960	0,904	3,1	89,3	84,6
1970	0,682	7,1	53,7	46,1
1975	0,623	12,9	53,1	48,1
1980	0,653	10,1	54,0	48,9
1985	0,656	9,0	51,6	44,2
1995	0,766	6,4	68,6	61,6

Fonte: Hoffman (1998), Tabela 6, p. 12.

ANEXO 25

Distribuição da posse da terra nas Unidades da Federação de acordo com o Censo Agropecuário de 1985: número de estabelecimentos agropecuários, área total, área média e área mediana

Unidade geográfica	Número de estabelecimentos⁽¹⁾	Área total (1000 ha)	Área média (ha)	Área mediana (ha)
RO	80.615	6.033	74,8	44,5
AC	35.049	5.235	149,4	77,1
AM	116.044	5.860	50,5	10,7
RR	6.387	2.150	336,5	101,0
PA	252.712	24.728	97,8	22,7
AP	4.816	1.208	250,8	52,1
TO	47.320	17.354	366,7	120,7
MA	527.679	15.548	29,5	1,3
PI	270.262	11.828	43,8	2,4
CE	324.141	11.009	34,0	5,4
RN	115.736	4.383	37,9	4,0
PB	203.264	4.872	24,0	3,1
PE	355.602	6.700	18,8	2,9
AL	142.771	2.364	16,6	2,0
SE	115.070	1.919	16,7	1,8
BA	738.874	33.431	45,2	6,7
MG	549.635	45.837	83,4	20,0
ES	69.138	3.895	56,3	23,7
RJ	91.163	3.264	35,8	6,0
SP	281.858	20.245	71,8	17,3
PR	466.235	16.699	35,8	10,3
SC	234.851	7.420	31,6	12,7
RS	496.579	23.822	48,0	13,2
MS	54.555	31.109	570,2	38,6
MT	77.914	37.836	485,6	28,4
GO	131.333	29.864	227,4	53,2
DF	3.401	314	92,3	21,8
	.			
BRASIL	5.793.004	374.925	64,7	8,4

Fonte: Hoffman (1998), Tabela 7, p.13.

⁽¹⁾ Excluindo os estabelecimentos sem declaração de área.

ANEXO 26

Desigualdade da distribuição da posse da terra nas Unidades da Federação de acordo com o Censo Agropecuário de 1985: índice de Gini e porcentagens da área total correspondente aos estabelecimentos abaixo da mediana (50-), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+)

Unidade geográfica	Índice de Gini	50-	10+	5+
RO	0,656	9,0	51,6	44,2
AC	0,626	13,2	53,4	44,8
AM	0,820	4,1	74,3	64,8
RR	0,753	8,1	72,9	53,2
PA	0,828	3,9	74,5	68,4
AP	0,865	2,8	81,5	75,9
TO	0,716	7,0	60,3	46,3
MA	0,924	1,3	91,0	81,0
PI	0,897	1,2	84,1	73,2
CE	0,816	3,4	73,2	59,7
RN	0,854	2,2	78,4	66,8
PB	0,843	3,0	78,1	66,1
PE	0,831	3,5	76,5	64,5
AL	0,860	2,8	81,2	71,1
SE	0,860	2,2	79,8	67,8
BA	0,841	3,0	77,1	66,9
MG	0,772	4,7	66,9	53,4
ES	0,673	9,6	56,8	44,8
RJ	0,816	2,9	72,4	58,3
SP	0,772	5,1	67,8	54,6
PR	0,752	7,0	67,7	57,2
SC	0,685	9,9	59,9	50,1
RS	0,764	6,9	70,5	60,4
MS	0,861	1,1	77,6	63,0
MT	0,910	0,9	87,9	78,0
GO	0,767	4,4	65,5	51,0
DF	0,776	4,4	67,3	52,6
BRASIL	0,858	2,3	79,1	69,0

Fonte: Hoffman (1998), Tabela 8, p.14.

ANEXO 27

Distribuição da terra entre os imóveis rurais nas Unidades da Federação de acordo com o recadastramento de 1992: número de imóveis com declaração de área, área total, área média e área mediana

Unidade geográfica	Número de imóveis	Área total (1000 ha)	Área média (ha)	Área mediana (ha)
RO	32.811	5.067	154,4	70,7
AC	9.085	4.053	446,1	63,8
AM	17.955	10.467	583,0	43,9
RR	5.653	3.845	680,2	85,1
PA	37.418	25.611	684,5	68,8
AP	2.628	1.283	488,3	103,7
TO	29.981	13.529	451,3	169,0
MA	51.227	12.484	243,7	63,4
PI	84.360	9.975	118,2	35,8
CE	106.529	7.792	73,1	26,4
RN	36.381	2.639	72,5	19,6
PB	92.125	3.368	36,6	8,9
PE	101.561	4.121	40,6	10,1
AL	29.906	1.192	39,9	8,3
SE	37.676	1.089	28,9	5,5
BA	284.985	24.957	87,6	17,4
MG	437.925	35.326	80,7	21,4
ES	61.241	3.208	52,4	24,3
RJ	45.083	2.126	47,2	13,4
SP	265.631	17.768	66,9	18,6
PR	379.543	15.541	40,9	14,6
SC	225.317	6.885	30,6	14,1
RS	477.839	19.968	41,8	13,7
MS	48.717	27.772	570,1	71,5
MT	64.972	47.671	733,7	110,8
GO	95.080	22.419	235,8	69,2
DF	4.403	139	31,6	5,6
BRASIL	3.066.032	330.297	108,1	18,6

Fonte: Hoffman (1998), Tabela 11, p.19.

ANEXO 28

Desigualdade da distribuição da terra entre os imóveis rurais nas Unidades da Federação de acordo com o recadastramento de 1992: índice de Gini e porcentagens da área total correspondente aos imóveis abaixo da mediana (50–), aos 10% maiores (10+) e aos 5% maiores (5+)

Unidade geográfica	Índice de Gini	50–	10+	5+
RO	0,643	14,1	60,8	54,6
AC	0,887	4,2	88,3	86,0
AM	0,935	1,7	92,1	88,9
RR	0,873	4,4	85,9	78,4
PA	0,904	2,5	89,1	82,1
AP	0,837	6,0	81,1	75,5
TO	0,671	8,8	54,9	41,0
MA	0,756	6,6	67,0	55,3
PI	0,750	6,7	66,3	55,1
CE	0,703	7,3	58,3	45,1
RN	0,750	5,7	65,0	51,5
PB	0,761	5,3	66,3	52,7
PE	0,764	4,9	65,9	52,7
AL	0,791	4,7	71,5	59,0
SE	0,799	3,8	70,7	57,9
BA	0,819	4,0	75,0	64,9
MG	0,755	5,7	65,6	52,5
ES	0,636	11,5	53,5	41,5
RJ	0,743	5,9	63,7	49,6
SP	0,756	6,0	66,5	53,5
PR	0,712	9,1	64,1	53,4
SC	0,646	12,0	56,4	46,5
RS	0,730	8,6	67,0	56,5
MS	0,816	2,2	70,7	55,5
MT	0,819	3,2	73,5	58,8
GO	0,727	6,3	61,0	46,6
DF	0,796	4,2	71,1	57,1
BRASIL	0,833	3,9	77,4	67,5

Fonte: Hoffman (1998), Tabela 12, p.20.